

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DOUTORADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS –  
SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

**AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS E TERRITÓRIO:  
A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.**

**LUIZ CARLOS MIOR**

**Florianópolis, 15 de agosto de 2003.**



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

**“Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território:  
a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense”**

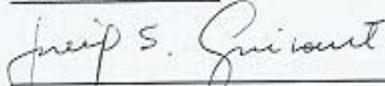
**Por  
Luiz Carlos Mior**

Orientadora Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant  
Co-orientador Prof. Dr. Terry Marsden

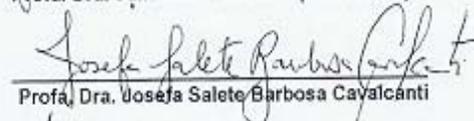
Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente* e aprovada em sua forma final no dia 15 de agosto de 2003, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis - Coordenador do Programa

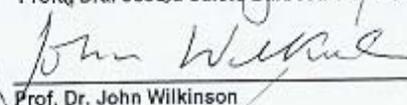
**Banca Examinadora:**



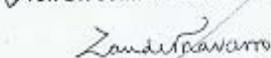
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant (Presidente)



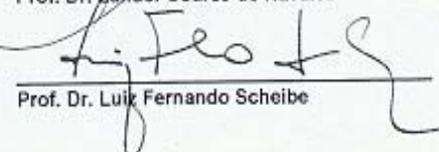
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. John Wilkinson



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Zander Soares de Navarro



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Florianópolis, 15 de agosto de 2003.

À Leani, Luise e Lucas  
que, com sua carinhosa presença,  
dificultaram a transformação desta  
tese em completa obsessão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Especialmente a professora Dr<sup>a</sup> Júlia Silvia Guivant pela orientação e pela sua contribuição em parte importante da minha formação acadêmica. Pela competência e, sobretudo, pela convivência e cordialidade com que conduziu este difícil trabalho.

Ao professor Terry Marsden co-orientador desta tese pela oportunidade de realizar parte de meu doutorado na Universidade de Cardiff - Reino Unido junto ao Department of City and Regional Planning. Foi esta oportunidade que possibilitou a consolidação da perspectiva teórica que está sendo utilizada nessa pesquisa.

Aos professores do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Área de Concentração Sociedade e Meio Ambiente, pela contribuição dada a minha formação acadêmica e pelo clima intelectual cordial e aberto proporcionado durante o curso.

Aos professores da banca de qualificação John Wilkinson e Wilson Schmidt pela sua importante contribuição na avaliação do projeto. Suas avaliações, juntamente com a realização do doutorado sanduíche foram fundamentais para o bom andamento da pesquisa.

À Epagri pela liberação das atividades profissionais e apoio dispensado ao longo do período de execução da pesquisa.

À Embrapa pela concessão de bolsa de estudo para apoiar a pesquisa de campo.

Ao programa Alfa Neruda da União Européia pela concessão de Bolsa de Pesquisa para a realização de parte do Doutorado na Universidade de Cardiff - Reino Unido.

À Apaco, Amosc e Instituto Saga e à CooperOeste, assim como seus dirigentes e técnicos, pela acolhida e disposição em contribuir com a pesquisa de campo.

Aos agricultores e agricultoras familiares entrevistados que, com seu saber, estão reconstruindo formas de produção e consumo de alimentos.

Aos colegas do Doutorado Álvaro, Conceição, Eliane, Rosane, Suzana, Valmir, Vilênia e, aos orientandos da professora Julia Guivant, pela convivência e incentivo nas diversas e difíceis etapas da elaboração deste trabalho.

À Liana, secretária do Doutorado, pela atenção dispensada durante todo o curso.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar o processo de mudança rural na região Oeste catarinense a partir da noção de redes de desenvolvimento rural. As transformações recentes nas relações entre agricultores familiares, agroindústrias e território, envolvendo tanto as grandes agroindústrias convencionais como as agroindústrias familiares emergentes, são aqui interpretadas considerando como central a ação dos atores sociais a partir da sua inserção em redes sociais e sócio-técnicas. A utilização destes conceitos permitiu identificar um rico processo de mobilização de recursos sociais e naturais por agricultores familiares e seus representantes, agroindústrias, instituições públicas, organizações não governamentais, organizações empresariais e outros importantes atores da região. Durante a realização da pesquisa de campo, através de levantamento de dados quantitativos, entrevistas com diversos atores ligados aos setores agrícola e agroindustrial, público, privado e não governamental e a participação em eventos regionais, evidenciou-se a existência de distintas trajetórias de agroindustrialização. Enquanto as agroindústrias familiares mobilizam recursos sociais e naturais locais, as grandes agroindústrias têm incorporado recursos técnicos mundialmente estandarizados. Todavia, mais recentemente, identificam-se tanto processos de reterritorialização da agroindústria convencional como de desenraizamento, mesmo que parcial, da agroindústria familiar rural. Constata-se que existe na região um processo heterogêneo de transformação social dada a co-existência, nas diversas trajetórias de agroindustrialização, de distintas formas de articulação agricultura-agroindústria-território. Tais formas são combinações híbridas do processo convencional de agroindustrialização, ainda presente e dominante na região, com novas agroindústrias familiares rurais artesanais e/ou coloniais, configurando um imbricado mosaico de redes de atores sociais e recursos naturais, endógenos e também, crescentemente, exógenos.

Palavras chave: agricultura familiar, agroindústria, desenvolvimento rural, redes sócio-técnicas

## **ABSTRACT**

This Thesis aims to research the process of rural change at the West region of Santa Catarina State, in south Brazil, according to the perspective of the rural development networks. Recent changes in the relations between family farmers, agro-industries (including both the traditional large agro-industries and the new small family farmer's agro-industries) and territory are studied considering the action of the social actors who participate in social and social-technical networks. The use of these concepts allowed the identification of a rich process for social and natural resources mobilization by small family farmers and their representatives organizations, agri-industries, public institutions, NGO's and other relevant regional stakeholders. The field-work process involved quantitative data research, interviews with several actors of the agri-business, NGO's, public and private enterprises related to agricultural sector as well as participation in regional events. This process showed evidence of two different agri-industrialization strategies. While the small family agri-industries mobilize social and natural local resources, large agri-industries incorporate worldwide patronized technical resources. More recently, however, it was identified both the large agri-industries disembeddedness process as well as, although partially, the small family agri-industries disembeddedness. This research showed the existence of a diversified regional process of social transformation as a function of a co-existence of diverse agri-industrialization processes and different strategies of interaction between the agricultural sector, agri-industries and territories. These strategies are a hybrid combination of the conventional agri-industrialization process, still dominant in the region, with new small family farmers artisanal food industries, forming a complex network of natural resources and social actors, both endogenous and, increasingly, exogenous.

**Key Words:** Family farming, food industries, rural development, sociotechnical networks

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Modelo Geral de Cadeia produtiva .....	46
Figura 02. Representação esquemática de um <i>cluster</i> avícola adaptado .....	49
Figura 03. Funcionamento de um distrito industrial .....	51
Figura 04. Mapas do Brasil, Mesorregiões de Santa Catarina e municípios sede de agroindústrias convencionais e familiares rurais .....	77
Figura 05. Imagens de cursos de profissionalização de agricultores em Centros de Treinamento da Epagri .....	164
Figura 06. Imagens de dois distintos espaços de atuação de um grupo de agricultores familiares que possui agroindústria de leite .....	188
Figura 07. Representação esquemática da forma de organização da rede Ucaf das agroindústrias familiares .....	215
Figura 08. Distribuição espacial da Rede de agroindústrias familiares associativas do Oeste Catarinense – Ucaf .....	216
Figura 09. Imagens de duas agroindústrias familiares grupais de suínos integrantes da Rede Ucaf .....	218
Figura 10. Distribuição espacial das redes de comercialização no Oeste Catarinense .....	220
Figura 11. Imagens da agroindústria familiar de cana-de-açúcar .....	226
Figura 12. Plantas agroindustriais de Associações de Agricultores, Cooperativas de Agricultores Assentados e outras formas de organização que vem utilizando a Marca Terra Viva .....	232
Figura 13. Produtos dos assentamentos que utilizam a marca Terra Viva .....	237
Figura 14. Marcas individuais das agroindústrias familiares e selo coletivo “Sabor Colonial” da Unidade Central das Agroindústrias Familiares Associativas .....	237
Figura 15. Representação gráfica das trajetórias dos tipos de redes predominantes na região Oeste .....	274

## LISTA DE BOXES

Box 01. O caso do Queijo Parmegiano Reggiano.....	61
Box 02. A construção da rede para a obtenção da Proteína Funcional de Carne (PFC) .....	140
Box 03. Integração Grasel: uma nova rede de organização da produção de suínos.....	146
Box 04. A Agrofrango como exemplo de reconfiguração de rede .....	148

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Algumas características da agricultura moderna e da agricultura econômica .....	28
Quadro 02. Principais características do modelo de desenvolvimento exógeno e da abordagem endógena do desenvolvimento rural .....	36
Quadro 03. Descrição geral da região Oeste catarinense .....	82
Quadro 04. Evolução setorial, espacial e temporal do grupo Sadia ao longo de seus 50 anos de existência .....	117
Quadro 05. Processo histórico de aquisições na indústria de carnes suínas e de aves .....	119
Quadro 06. Reestruturação produtiva das grandes empresas da indústria de carnes de aves e suínos: principais ocorrências, 1990-99 .....	122
Quadro 07. Brasil: principais fusões e aquisições e parcerias em laticínios: 1986-1999 .....	123
Quadro 08. Reestruturação organizacional das grandes empresas da indústria de carnes de aves e suínos: principais ocorrências, 1990-99 .....	124
Quadro 09. Redes de agroindústrias familiares no Oeste Catarinense e suas principais características .....	234
Quadro 10. Características das agroindústrias familiares no Oeste Catarinense.....	235
Quadro 11. Síntese dos tipos de agroindústrias, principais características e suas redes associadas no Oeste Catarinense .....	246
Quadro 12. Algumas características das agroindústrias familiares de suínos, leite e Cana-de-açúcar .....	273

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Participação dos agricultores familiares da região Oeste em 1995/95 .....	100
Tabela 02. Índices reais de preços de frango e suíno vivos e do milho praticados em Chapecó/SC, 1990-2000 .....	120
Tabela 03: Participação regional na produção de milho, soja e de carnes de frango e suínos - Brasil, 1990-2000 (em %) .....	126
Tabela 04: Evolução das exportações brasileiras de aves (inteiras, cortes e industrializadas) em toneladas .....	128
Tabela 05. De onde vem o faturamento do Grupo Sadia? .....	131
Tabela 06. Evolução da origem dos expositores das edições da Mercoagro .....	138
Tabela 07. Evolução do número de expositores, volume de negócios e visitantes da Mercoagro .....	139
Tabela 08. Evolução do número de cursos, número de agricultores treinados na indústria artesanal pelo programa de profissionalização na Epagri .....	166
Tabela 09. Evolução da profissionalização de agricultores da região Oeste na agroindústria artesanal de Santa Catarina (1988 a 1997) .....	167
Tabela 10. Produtos transformados ou beneficiados nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina .....	180
Tabela 11. Evolução do processamento de leite (queijo, requeijão), carne suína (salames e linguiças) e cana-de-açúcar (melado) nos estabelecimentos rurais de SC .....	181
Tabela 12. Distribuição do número de produtores e da produção de melado em algumas microrregiões e municípios do Oeste Catarinense (1996) .....	182
Tabela 13. Distribuição dos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE) nas diversas regiões de Santa Catarina (fevereiro de 2002) .....	258
Tabela 14. Estabelecimentos industriais de leite com Serviços de Inspeção Federal e Estadual em Santa Catarina por mesorregião e número de Indústrias Rurais de Pequeno Porte (IRPP) .....	259
Tabela 15. Número de estabelecimentos agroindustriais com Serviços de Inspeção Estadual existente na região Oeste Catarinense por Administração Regional da Cidasc. (Produtos selecionados em 2002). .....	260
Tabela 16. Principais matérias primas processadas nas agroindústrias familiares da região Oeste e no Estado de Santa Catarina .....	270

## SIGNIFICADO DAS SIGLAS

**ABEF** – Associação Brasileira das Empresas Exportadoras de Carne de Frango  
**ACARESC** - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
**ACARPESC** - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina  
**AMOSC** – Associação dos Municípios do Oeste Catarinense  
**APACO** - Associação dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense  
**APPCC** – Análise dos perigos e pontos críticos de controle  
**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**CEDERURAL** - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural  
**CIDASC** - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
**CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**COOPEROESTE** – Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária  
**COOPERCENTRAL** – Cooperativa Central Oeste Catarinense  
**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**EMPASC** - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária  
**EPAGRI** - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A  
**FATMA** - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina  
**FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
**FAT** - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
**FDR** - Fundo Para o Desenvolvimento Rural  
**FL** - Fábrica de Laticínios  
**FUNRURAL** - Contribuição Para a Previdência Social Rural  
**GATT** – Acordo Geral de Tarifas e Comércio Mundial  
**HACCP** - *Hazard Analysis and Critical Control Point*  
**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICEPA/SC** - Instituto de Economia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina  
**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
**INSS** - Instituto Nacional sobre a Seguridade Social  
**IPC** - Índice de Preços ao Consumidor  
**IRPP** - Indústria Rural de Pequeno Porte  
**ITR** - Imposto Territorial Rural  
**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul  
**OECD** - Organisation for Economic Co-Operation and Development  
**OMC** – Organização Mundial do Comércio (WTO – World Trade Organization)  
**ONG** - Organização Não Governamental  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PNMQL** - Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite  
**PR** - Posto de Refrigeração  
**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.  
**SENAI** – Serviço Nacional da Indústria  
**SIE** – Serviço de Inspeção Estadual  
**SIF** - Serviço de Inspeção Federal  
**SIM** ou **SMI** – Serviço de Inspeção Municipal ou Serviço Municipal de Inspeção  
**SIMEC** – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Chapecó  
**UB** - Usina de Beneficiamento  
**UCAF** - Unidade Central das Agroindústrias Familiares  
**UCAG** - Unidade Central de Apoio Gerencial  
**VBP** - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 DAS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO ÀS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Dicotomias nas teorias do desenvolvimento rural .....</b>	<b>25</b>
1.1.1 Globalização versus localização na agricultura e sistema alimentar.....	26
1.1.2 Reestruturação industrial e os estudos de localidade .....	31
1.1.3 O questionamento do modelo exógeno de desenvolvimento rural e a emergência da abordagem endógena.....	35
1.1.4 A agricultura nas noções de cadeia produtiva e <i>cluster</i> e/ou distritos industrial.....	42
1.1.4.1 A noção de cadeia produtiva e seus usos .....	42
1.1.4.2 Alcances e limites da noção de cadeia produtiva .....	44
1.1.4.3 <i>Cluster</i> e distritos industriais e seus distintos usos .....	47
1.1.4.4 Tipologia de distritos industriais.....	50
1.1.4.5 Distritos agroindustriais.....	53
<b>1.2 Superando dicotomias: a noção de redes de desenvolvimento rural.....</b>	<b>55</b>
<b>1.3 Os distintos enfoques no debate brasileiro: a agricultura familiar, o novo rural e a integração agroindustrial.....</b>	<b>63</b>
1.3.1 Pluriatividade e o rural não agrícola.....	64
1.3.2 Agricultura familiar e a reforma agrária .....	67
1.3.3 Agricultura familiar e sua relação com a agroindústria .....	70
1.3.4 Convergências e divergências entre os vários enfoques .....	71
<b>1.4 Síntese e considerações finais .....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO 2 OESTE CATARINENSE: UMA REGIÃO EMBLEMÁTICA PARA ESTUDO DA MUDANÇA RURAL.....</b>	<b>75</b>
<b>2.1 A região Oeste catarinense: uma primeira aproximação.....</b>	<b>76</b>
2.1.1 A região Oeste catarinense em números .....	79
2.1.2 Agricultura familiar, agroindústria e território: a clivagem dos anos 90.....	83
2.1.3 As interpretações da crise na região Oeste catarinense .....	85
2.1.3.1 Crise regional como mudança da relação de integração da agricultura familiar com a agroindústria convencional .....	87
2.1.3.2 Crise regional associada à integração ao Mercosul e à globalização da economia .	90
2.1.3.3 Crise associada à saída das agroindústrias da região. ....	91

<b>2.2 A mudança regional vista através das redes .....</b>	<b>95</b>
2.2.1 Estratégias das agroindustriais convencionais: especialização e escala na busca dos mercados globais .....	95
2.2.2 Produção e agroindústria familiar: estratégias de diversificação regional.....	98
2.2.3 A hegemonia agroindustrial e os espaços de manobra da agricultura familiar.....	101
<b>2.3 Padrões de desenvolvimento rural e a emergência de novas redes.....</b>	<b>104</b>
2.3.1 Novas agroindústrias como parte do processo de mudança nos padrões de desenvolvimento rural.....	106
2.3.2 Agroindústrias e distintas formas de organização da produção e consumo.....	108
<b>2.4 Síntese e considerações finais.....</b>	<b>111</b>

**CAPÍTULO 3 A AÇÃO A DISTÂNCIA DAS REDES DAS AGROINDÚSTRIAS CONVENCIONAIS, A RE-TERRITORIALIZAÇÃO DO *CLUSTER* CARNES E O SURGIMENTO DE NOVAS REDES NO OESTE CATARINENSE. ....**

<b>3.1 As estratégias das agroindústrias convencionais.....</b>	<b>115</b>
3.1.1 Do Oeste catarinense para o mundo:a internacionalização da produção de carne ....	115
3.1.2 A re-estruturação da indústria de carnes suínas e aves nos anos 90. ....	120
3.1.3 A re-territorialização da indústria de carnes .....	125
3.1.4 As estratégias das agroindústrias convencionais e o surgimento de novos agentes no <i>cluster</i> carnes no Oeste catarinense.....	127
3.1.4.1 A busca de mercados globais .....	127
3.1.4.2 O posicionamento em produtos de maior valor agregado .....	129
3.1.4.3 A desverticalização na indústria de carnes .....	132
<b>3.2 Os novos agentes do <i>cluster</i> de carnes no Oeste catarinense. ....</b>	<b>136</b>
3.2.1 Constituição e consolidação do setor metal mecânico .....	136
3.2.2 Surgimento da indústria de aditivos.....	139
3.2.4 Os novos frigoríficos de abate de suínos.....	142
3.2.5 Prestadores de serviços de frio.....	142
3.2.6 O desenvolvimento da Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC) .....	143
3.2.7 Outras empresas prestadoras de serviços .....	144
<b>3.3 A desverticalização da agroindústria convencional, o amadurecimento do <i>cluster</i> carnes e a emergência de novas redes de desenvolvimento rural.....</b>	<b>144</b>
3.3.1 Os novos sistemas de integração na suinocultura .....	145
3.3.2 As pequenas e médias agroindústrias emergentes .....	147
3.3.3 A reconfiguração das pequenas agroindústrias familiares rurais .....	149
<b>3.4 Síntese e Considerações finais. ....</b>	<b>150</b>

**CAPÍTULO 4 O CENÁRIO DOS ANOS 90: MUDANÇAS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ..... 152**

<b>4.1 As novas políticas agrícolas e de desenvolvimento rural no Brasil ..... 153</b>	
4.1.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf ..... 154	
4.1.1.2 A implementação do Pronaf Infraestrutura..... 158	
<b>4.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina ..... 160</b>	
4.2.1 Programa Catarinense de Profissionalização dos Produtores Rurais ..... 162	
4.2.2 O projeto da Epagri de agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar..... 168	
4.2.3 Criação de programa de fomento estadual ..... 170	
<b>4.3 A nova divisão de trabalho entre as distintas esferas do estado e entre este e a sociedade. .... 171</b>	
4.3.1 Municipalização da Vigilância Sanitária..... 171	
4.3.2 Constituição do serviço de inspeção estadual para produtos de origem animal ..... 172	
4.3.3 Criação de uma legislação específica para a agroindústria artesanal ..... 172	
4.3.4 A gestão tripartite de um projeto de apoio à agroindústria artesanal: A experiência do Programa Desenvolver..... 173	
<b>4.4 Síntese e Considerações finais ..... 175</b>	

**CAPÍTULO 5 AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS E O SURGIMENTO DE NOVAS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL ..... 176**

<b>5.1 A construção e evolução das agroindústrias familiares rurais..... 177</b>	
5.1.1 Breve contextualização da importância do processamento de alimentos para a agricultura familiar ..... 178	
5.1.2 Agroindústrias familiares rurais e seu “enraizamento” nas redes sociais ..... 183	
5.1.3 O protagonismo dos agricultores e a constituição da agroindústria familiar ..... 190	
5.1.3.1 A reflexividade dos agricultores em relação à agroindústria convencional ..... 190	
5.1.3.2 A comercialização como “bicho papão” para o agricultor familiar ..... 193	
5.1.3.3 A legalização dos empreendimentos agroindustriais ..... 195	
5.1.4 A ativação de diversos recursos sociais na constituição das agroindústrias..... 197	
5.1.4.1 A mobilização dos diferentes recursos no interior da família ..... 197	
5.1.4.2 A mobilização dos recursos sociais do território ..... 199	
<b>5.2 Distintas percepções de qualidade na constituição das agroindústrias familiares 201</b>	
5.2.1 Qualidade associada ao controle da produção da matéria-prima ..... 202	
5.2.2 Qualidade associada ao gosto e à tradição do colonial ..... 204	
5.2.3 Qualidade associada às demandas dos consumidores..... 204	

5.2.4	Qualidade associada à diferença da agroindústria convencional .....	206
5.2.5	Os novos desafios da qualidade na agroindústria familiar .....	207
<b>5.3</b>	<b>Novos agentes, agroindústrias e redes horizontais de desenvolvimento rural .....</b>	<b>209</b>
5.3.1	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco).....	210
5.3.2	Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc).....	221
5.3.3	Cooperativas dos Assentamentos de Reforma Agrária (CooperOeste).....	227
5.3.4	Agroindústrias como redes sócio-técnicas.....	231
<b>5.4</b>	<b>Síntese e considerações finais.....</b>	<b>241</b>
<b>CAPÍTULO 6 A TRAMA E A DINÂMICA DAS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....</b>		<b>243</b>
<b>6.1</b>	<b>Trajетórias de agroindustrialização no Oeste Catarinense.....</b>	<b>244</b>
6.1.1	Uma tipologia das agroindústrias .....	247
6.1.1.1	Conglomerados agroindustriais convencionais .....	247
6.1.1.2	Pequenas e médias agroindústrias locais e regionais.....	247
6.1.1.3	Agroindústrias familiares rurais .....	248
6.1.2	A trajetória recente da agroindústria convencional.....	250
6.1.2.1	A re-estruturação e o re-posicionamento nos anos 90.....	250
6.1.2.2	A inserção crescente ao mercado internacional: a rede estendida .....	253
6.1.3	A trajetória recente da agroindústria familiar rural.....	256
6.1.3.1	A reconfiguração recente associada à construção de novas redes.....	257
<b>6.2</b>	<b>Redes estabilizadas e redes em construção: As interfaces entre as redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.....</b>	<b>262</b>
6.2.1	A agroindústria convencional, as estratégias de mercado e os espaços para a agroindústria familiar.....	263
6.2.2	O <i>cluster</i> carnes e seu transbordamento sobre a agroindústria familiar rural. ....	265
6.2.3	A heterogênea presença da singularidade na agroindústria artesanal .....	268
6.2.4	A trama em rede das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense .....	275
<b>6.3</b>	<b>Diferentes formas de organização das redes de desenvolvimento rural .....</b>	<b>278</b>
6.3.1	O desenvolvimento recente do setor metal mecânico: rumo a horizontalização das redes verticais?.....	278
6.3.2	A regulação nas redes das agroindústrias convencionais e nas familiares.....	279
6.3.3	Competição entre produtos ou entre modos de organização das redes? .....	283
<b>6.4</b>	<b>Síntese e considerações finais.....</b>	<b>286</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>288</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		Erro! Indicador não definido.
<b>ANEXOS .....</b>		Erro! Indicador não definido.

## INTRODUÇÃO

O propósito inicial deste trabalho era aprofundar a análise das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural, no sentido de avaliar se elas estariam respondendo às emergentes questões sociais, econômicas e ambientais dos anos 90. Nessa época, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhava força acadêmica e se consolidava a partir da Eco-92. No contexto dos debates sobre sustentabilidade é que surgem as expressões agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável e toda uma linha de estudos e pesquisas acerca da concepção, formulação e implementação de políticas públicas voltadas a este objetivo. Um dos documentos referência é o publicado pela FAO/INCRA em 1994 “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável”. Nesse debate acerca da transição para uma agricultura sustentável o questionamento era se as políticas tradicionais de desenvolvimento agrícola e rural estavam incorporando as novas demandas sociais e se as novas políticas estavam sintonizadas com os desafios da sustentabilidade.

Desenvolvimentos subseqüentes levam à formulação do Pronaf, em 1995, que se constituiu numa importante mudança nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. A preocupação inicial era mostrar qual a concepção subjacente do Pronaf enquanto política, pública tomando um espaço específico (Oeste catarinense), para analisar suas linhas estratégicas de atuação, assim como, quais seriam seus possíveis alcances e limites. Com base nesta avaliação considerávamos que seria possível propor mudanças na concepção do Pronaf e outros programas visando a construção de políticas e estratégias viáveis de desenvolvimento rural sustentável.

À medida que começamos a trabalhar nestas questões fomos nos apercebendo que a dimensão política ou pública da estratégia de desenvolvimento agrícola e rural, embora continue sendo importante, passa a dividir espaço com as dimensões econômica, social e ambiental, presentes nas estratégias dos agentes locais e regionais públicos, privados e não governamentais. Dito de outra forma, o padrão de desenvolvimento rural de uma dada região é resultado de uma gama muito variada de processos, não se restringindo à dimensão das políticas públicas.

Já na nossa dissertação de mestrado (Mior 1992) bem como em trabalhos posteriores (Testa et al, 1996, Mior, 1997) há uma preocupação crescente com o desenvolvimento rural e, sobretudo, com a construção de estratégias alternativas de inserção da agricultura familiar. Estava claro que uma leitura focada na dimensão econômica das relações entre a agroindústria e a agricultura familiar em Santa Catarina era insuficiente para evidenciar processos multifacetados de conflito e negociações presentes na integração. Desta maneira focalizamos os atores e suas estratégias agroindustriais e agrícolas, cuja análise mostrou uma rica diversidade de situações. Contudo, mesmo assumindo esta perspectiva, o trabalho não conseguiu evidenciar outras possibilidades para a agricultura familiar, além da integração com as grandes agroindústrias.

Com efeito, nos anos 90, a agricultura familiar assume novas formas de inserção socioeconômica, agora como protagonista de processos de agroindustrialização. Assim a análise dos padrões de desenvolvimento rural e regional ganhou complexidade haja vista que além da já convencional integração às grandes agroindústrias, tem que dar conta da agricultura familiar como processadora de alimentos e, ainda, de sua possível vinculação como produtora de matérias primas às novas pequenas e médias agroindústrias.

Um estudo das novas formas de integração promovidas pela grande agroindústria convencional ou, no outro extremo, das novas formas de agroindustrialização protagonizadas pela agricultura familiar poderia ser frutífero. Na primeira perspectiva, certamente hegemônica, teríamos a oportunidade de mapear possíveis efeitos sobre o território regional e, sobretudo, sobre estratos significativos da agricultura familiar e o meio ambiente. De forma diferente, na perspectiva da agroindustrialização protagonizada pela agricultura familiar e apoiada por diversos atores locais e regionais, poderíamos apontar uma série de aspectos positivos da mesma mas com dificuldade de avaliar seu real alcance e a respectiva importância socioeconômica para o território regional.

Ambas as perspectivas poderiam se apresentar como objetos legítimos de investigação. Contudo, numa avaliação mais acurada vimos que são significativamente inter-relacionadas, o que dificultaria a delimitação do que seria pertinente analisar. As grandes agroindústrias convencionais e as familiares, além de atuar em processos de agroindustrialização dos mesmos produtos, possuem outras interfaces, como a existência ainda significativa de agentes participando das duas formas de rede. Agricultores familiares que estão agregando valor a sua matéria-prima freqüentemente são, também, produtores integrados à agroindústria convencional no mesmo ou em outro produto. Por exemplo, famílias de agricultores ou grupo de famílias que possuem uma unidade de processamento de carne suína podem ainda continuar integrados a agroindústrias convencionais de suínos, de aves, de leite e/ou de fumo.

Acabamos optando por realizar uma análise conjunta dos processos de inserção da agricultura familiar, nas diversas formas de agroindustrialização, como parte de uma mudança nos padrões de desenvolvimento rural, na região Oeste catarinense. Esta mudança no foco da pesquisa deveu-se a sugestões da banca de qualificação do projeto e, sobretudo, ao trabalho realizado durante o doutorado sanduíche no Departamento de Cidades e Planejamento Regional da Universidade de Cardiff (Reino Unido). Isto foi possível devido a que nossa orientadora, professora Julia Guivant, fazia parte da rede internacional de pesquisa em desenvolvimento rural (Neruda), dentro do Programa Alfa da União Européia. Passamos um ano sob orientação do Professor Terry Marsden e o convívio com outros professores, como Jonathan Murdoch, nos permitiu incorporar o debate internacional atualizado acerca do desenvolvimento rural.

Nesse debate evidenciam-se diversas posições, algumas delas polarizadas. A ênfase no modelo de desenvolvimento rural exógeno, típico da segunda metade do século XX, tem sido crescentemente questionada pelas abordagens endógenas formuladas nas últimas duas décadas. Buscando superar algumas das dicotomias presentes no debate, alguns autores vem incorporando a abordagem de redes que, ao invés de colocar ênfase nos fenômenos globais ou, no outro extremo, no espaço local, dá primazia ao que vem ocorrendo com os processos que ligam o global e o local. A mudança rural passa, assim, a ser analisada a partir da interface entre tendências gerais, ligadas a processos globais de transformação econômica e social, e processos locais, focalizando nos atores sociais a construção e negociação de interesses a partir de sua inserção nas redes.

Por outro lado, as pesquisas acerca dos novos padrões de desenvolvimento rural, assim como das políticas públicas que buscariam promovê-lo, estão sendo desafiadas pela necessidade de incorporar as dimensões holística e interdisciplinar da proposta de desenvolvimento sustentável. Embora se reconheça o resultado sempre parcial das pesquisas, é importante afirmar, também, que uma abordagem interdisciplinar poderá contribuir para avançar no conhecimento de fenômenos complexos como o da mudança rural.

De um estudo originalmente sobre o Pronaf passamos a focalizar o território do Oeste catarinense, a partir de uma análise das trajetórias de agroindustrialização, tanto convencionais quanto a das agroindústrias familiares rurais. Com a revisão de literatura que trata da problemática da mudança nos padrões de desenvolvimento rural, foi possível incorporar a abordagem teórica de redes como forma de dar visibilidade a processos subjacentes de mudança social, assim como, atores e intermediários pouco presentes em outras leituras.

Entre as questões norteadoras desta tese incluímos as seguintes: Como ocorre e quais as principais características do processo de mudança rural de uma região anteriormente demarcada por padrões homogêneos de organização da produção agrícola e agroindustrial? Especificamente, como os recursos naturais e sociais da região Oeste catarinense são incorporados em novas redes (agroindústrias artesanais/coloniais/rurais de pequeno porte) dentro de uma região hegemonicamente delimitada pela evolução estandarizada das agroindústrias convencionais? E, finalmente, quais são as possíveis convergências, divergências, conflitos, enfim, interfaces, existentes entre os dois tipos de redes em evidência?

As hipóteses de trabalho são as seguintes:

- 1) As transformações recentes nas relações entre agricultores familiares, agroindústrias (tanto as grandes empresas convencionais como as emergentes agroindústrias familiares rurais) e território configuram um rico e criativo processo de mudança rural incorporando novos atores sociais e redefinindo o papel dos atores já presentes na região.
- 2) Estes atores sociais inserem-se num imbricado mosaico de redes de recursos sociais e naturais com dinâmicas de desenvolvimento rural endógenas, mas também crescentemente, exógenas.

O nosso objetivo geral é identificar e analisar as trajetórias de agroindustrialização das empresas convencionais (industriais e de grande porte), das familiares rurais (artesanais e de

pequeno porte) e seu inter-relacionamento, como parte do processo mais geral de emergência e evolução de novos padrões de desenvolvimento rural e regional no Oeste catarinense.

Os objetivos específicos da tese são os seguintes:

- Apresentar e discutir a abordagem de redes como uma alternativa para a superação de algumas das lacunas presentes nas abordagens teóricas sobre a globalização e localização do sistema alimentar, assim como nos modelos exógenos e endógenos de desenvolvimento rural.
- Construir a problemática da pesquisa, utilizando a noção de redes sociais e sócio-técnicas, visando identificar as distintas trajetórias de agroindustrialização como parte do processo de mudança rural na região Oeste catarinense.
- Analisar as estratégias de ação das grandes agroindústrias convencionais, no tocante a seu re-posicionamento frente a região e aos agricultores integrados, e sua influência sobre a emergência de novos agentes regionais, assim como, novas agroindústrias.
- Analisar como mudanças no contexto institucional e de políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural estão influenciando a agricultura e agroindústria familiar nos anos 90.
- Analisar como se dá a criação, operação e evolução das agroindústrias rurais, artesanais e de pequeno porte, e interpretar as estratégias dos agricultores familiares e suas redes regionais na transição para alimentos de qualidade diferenciada.
- Interpretar os diferentes padrões de agroindustrialização e de desenvolvimento rural e analisar as convergências, interfaces e conflitos existentes entre as duas principais redes de agroindústrias existentes na região, quais sejam, as convencionais e as emergentes rurais, artesanais e/ou de pequeno porte.

Com esta pesquisa pretendemos contribuir na construção de uma interpretação original da problemática de mudança rural na região Oeste a partir de um novo referencial teórico ancorado no conceito de redes. Sabemos, contudo, que estamos investigando um território muito explorado e alvo já de interpretação diversas. Contudo, as análises existentes são mais de natureza disciplinar enfatizando dimensões econômicas, sociológicas ou ambientais e não de uma perspectiva que procura integrar contribuições de diversas disciplinas.

A existência de um renovado interesse na agroindustrialização por parte do Estado, de diversos atores sociais e de formuladores de políticas e estratégias de desenvolvimento rural,

também se constitui em elemento de valorização de nossa investigação. Várias são as iniciativas de agroindustrialização como estratégia de desenvolvimento e promoção da agricultura familiar no Brasil, nos anos 90. Uma das primeiras foi o Programa Prove, de Brasília, que teve como principal protagonista o governo do Distrito Federal. Em seguida foi constituído o Programa Desenvolver, em Santa Catarina, e outras iniciativas como o Pronaf, com dois projetos pilotos de agroindustrialização de base familiar em rede nesse mesmo estado. O estado do Paraná construiu sua estratégia no chamado Programa “Fábrica do Agricultor” e o estado do Rio Grande do Sul no Programa “Sabor Gaúcho”. Ainda em Santa Catarina surge o Sabor colonial e uma série de iniciativas de agroindustrialização.

A tese está estruturada em seis capítulos, que correspondem a cada um dos objetivos específicos acima elencados. O capítulo 1 “Das teorias da globalização e localização às redes de desenvolvimento rural” tem por objetivo fazer uma reflexão dos debates e das abordagens acerca da mudança rural visando construir as bases teórico-metodológicas que nortearão o trabalho de pesquisa. Considerando a complexidade dos processos de transformação do mundo rural, foi feita uma análise da literatura que trata de diversas teorias, temas e debates relacionados com a problemática do desenvolvimento rural em tempos de globalização. À diversidade junta-se uma outra característica da literatura especializada que é a de existência de poucos consensos.

Será realizada uma análise das interpretações acerca da problemática da mudança rural presentes na abordagem da economia política da globalização do sistema alimentar, de um lado, e a da localização e diversidade, de outro. Também serão analisadas as contribuições do debate acerca do modelo exógeno e das abordagens endógenas de desenvolvimento rural. Igualmente será feita uma breve incursão pelas noções de cadeia produtiva e *cluster* como forma de avaliar suas possíveis contribuições na análise das formas de inserção da agricultura. E ainda no primeiro capítulo mostraremos a forma como a problemática rural aparece no debate brasileiro. Diferentemente da situação europeia, o debate brasileiro acerca do desenvolvimento rural está marcado pela forma como se daria a re-inserção da agricultura familiar, no qual existem três diferentes correntes.

Após estas incursões será apresentada a abordagem de redes como forma de superar algumas das limitações das teorias analisadas. Serão incluídas as noções de redes verticais e horizontais, desenvolvidas por Murdoch (2000), como arcabouço teórico-metodológico para dar suporte à pesquisa.

O capítulo 2 tem por objetivo ancorar a abordagem de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural, a partir do caso de mudança rural que vem ocorrendo na região Oeste catarinense. Incluímos uma caracterização da problemática sócio-econômica e ambiental da região, contendo dados agregados sobre a situação atual e a evolução recente dos principais sistemas produtivos agrícolas e agroindustriais. Depois, uma leitura das interpretações existentes acerca da problemática regional, seus alcances e limitações. A dificuldade de inserção da agricultura familiar passa a ser interpretada na literatura como uma crise regional, e é neste campo que se discutem alternativas de superação da mesma. Uma possível leitura desta crise é a de que as convencionais formas de articulação (redes) da produção familiar, promovidas pela agroindústria, estão se esgotando. Ou melhor, além de não abrir novas oportunidades para a integração de produtores familiares, as agroindústrias estariam excluindo os já integrados. As leituras e significados dados a esta crise são, por outro lado, parte do processo de emergência e consolidação dos novos agentes regionais e locais, como será visto no capítulo 5.

Uma análise desta situação, através da utilização do referencial teórico das redes horizontais e verticais de desenvolvimento rural, permitirá a formulação das questões relevantes para serem trabalhadas nos capítulos seguintes. No debate internacional existe uma literatura que tem se notabilizado ao assumir que os novos padrões de desenvolvimento rural não são apenas a adição de novas atividades no espaço rural, mas sim, o resultado de como evolue o padrão anterior de desenvolvimento agrícola. Para Ploeg et al (2000), os novos padrões de desenvolvimento rural envolveriam a construção de novas redes, a revalorização de recursos, a coordenação e reconfiguração do social e do material e o uso renovado do capital social, cultural e ecológico.

O capítulo 3 é uma análise histórica das estratégias de ação das grandes agroindústrias convencionais no Oeste Catarinense, com ênfase especial na década de 90, identificando as características principais de seu re-posicionamento espacial, em face dos novos padrões regulatórios (normas ambientais e de qualidade exigidas pelos mercados externos) do novo contexto regional (amadurecimento do *cluster* agroindustrial suinícola e avícola). Descrevemos os principais movimentos das agroindústrias convencionais especialmente no que tange à internalização e externalização de atividades, ocupações de novos espaços regionais (Centro Oeste) e mercados (externos e, principalmente, europeu).

Argumenta-se nesta análise que as agroindústrias convencionais estão histórica e hegemonicamente pautadas por estratégias coerentes com a noção de redes verticais de

desenvolvimento rural. A idéia que embasaria a ação destes grandes grupos seria a de buscar implementar na região padrões tecnológicos mundialmente estandardizados. Assim, patamares de qualidade sanitária, ambiental e de produto, exigidos nos mercados externos, deverão ser progressivamente adotados pelas agroindústrias convencionais exportadoras.

A transformação da cadeia produtiva de carnes em *cluster* de carnes e a ampliação das exigências, em termos de qualidade, do mercado externo são processos que se fortalecem mutuamente na região. Por outro lado, o amadurecimento do *cluster* carne incentiva a entrada de novos agentes no processo de agroindustrialização.

O re-posicionamento das empresas agroindustriais convencionais na região Oeste, visando aproveitar oportunidades crescentes do mercado externo de carnes, e o surgimento de novas agroindústrias de aves na região, são processos que estão apoiando a formação de distintas redes de desenvolvimento rural e regional.

O capítulo 4 tem por objetivo fazer um mapeamento das políticas públicas que vem tendo repercussão sobre o desenvolvimento de novas formas de inserção da agricultura familiar, sobretudo, na estratégia de agregação de valor à produção agropecuária. Num primeiro momento será apresentada uma síntese das mudanças nas políticas públicas federais com uma breve apresentação do Pronaf, assim como da descentralização da regulação. Num segundo momento serão apresentadas as políticas estaduais, como o programa de profissionalização, o programa de agregação de valor e a nova legislação sanitária. Finalizando o capítulo será introduzida uma discussão acerca de uma nova forma de regulação do desenvolvimento agrícola e rural que consideramos estar em processo de construção, com a participação crescente de atores locais e regionais.

O capítulo 5 tem por objetivo analisar como se processa a emergência e evolução de novas redes de desenvolvimento rural a partir do surgimento de agroindústrias familiares rurais. Na primeira parte do capítulo, a análise focalizará a ação dos agricultores familiares na re-constituição de suas redes de relações históricas com o território local/regional. A reconstituição do processo de construção social das redes será feita através da análise das entrevistas realizadas com os agricultores familiares que estão operando empreendimentos agroindustriais rurais (ver anexo A quadro contendo conjunto de atores sociais ligados à agricultura e agroindústria familiar que foram entrevistados). Especial ênfase será dada na forma como os agricultores mobilizam recursos sociais e naturais internos e externos no

processo de construção das agroindústrias (ver anexo B quadro de eventos, relacionados a agricultura e agroindústria, onde verificou-se a ação em contexto dos atores sociais).

Na segunda parte será introduzida uma discussão acerca da dimensão qualidade como um elemento constitutivo do processo de legitimação da estratégia de agroindustrialização da agricultura familiar. Quais as distintas interpretações acerca da qualidade existentes entre os agricultores familiares e como elas aparecem na incipiente disputa pelo uso do termo com a agroindústria convencional, são alguns dos elementos em questão no capítulo.

Na terceira parte se explicitará o processo de emergência e consolidação de novos agentes regionais, associando-o à construção de novas redes de agroindústrias. Especificamente, se analisará como a inserção da agricultura familiar aparece na estratégia de agroindustrialização proposta pelos seguintes agentes: Amosc (Instituto Saga), das Organizações Não Governamentais (Apaco) e do Movimento dos Sem terra (CooperOeste). Ao mobilizar recursos sociais e naturais locais e externos, esses atores estão introduzindo novas convenções de qualidade na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos levando à complexificação do funcionamento das redes sociais associadas à agricultura e agroindústria familiar. Em síntese, a idéia é mostrar, através da noção das redes sócio-técnicas, como os vários atores sociais mobilizam recursos sociais endógenos e exógenos na introdução de novos atributos de qualidade às agroindústrias familiares.

A análise deverá evidenciar como se dá o relacionamento interno entre os agentes destas redes. Estaríamos diante de um novo tipo de conectividade, isto é, estariam estas redes anunciando a emergência de um *cluster* de inovação e aprendizagem na região? O que estas redes tem em comum e o que as diferencia em termos de alcance e tipo de relacionamento com o território regional?

O capítulo 6 tem por objetivo identificar como as redes das agroindústrias convencionais e as das agroindústrias familiares rurais co-habitam, pelo menos em parte, o mesmo espaço sócio-econômico. O objetivo é verificar as interfaces, conflitos e convergências existentes entre as diversas redes de agroindústrias, sobretudo em suas relações com o território regional.

Na primeira parte desse capítulo será apresentado o novo quadro, contendo os diversos tipos de agroindústrias e sua forma de relacionamento com o território regional, como resultado da evolução das distintas redes de desenvolvimento rural. Na segunda parte haverá

uma análise mais detalhada das trajetórias dos dois tipos de rede ao longo dos anos 90. Em seguida buscar-se-á identificar algumas interfaces existentes entre as trajetórias das redes convencionais e as emergentes, em dimensões como a tecnológica e a de mercado.

No final do capítulo será feita uma breve incursão pelas formas de governança existentes no interior destas redes. A noção de redes verticais e horizontais será novamente instrumento de inteligibilidade dos processos de desenvolvimento rural em curso.

Finalmente serão apresentadas algumas conclusões e possíveis recomendações de novas pesquisas, assim como algumas contribuições para a formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento rural.

## **CAPÍTULO 1 DAS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO ÀS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

O objetivo deste capítulo é fazer uma reflexão dos debates e das abordagens acerca da mudança rural visando construir as bases teórico-metodológicas que nortearão o trabalho de pesquisa. Considerando a complexidade dos processos de transformação do mundo rural julgou-se necessário fazer uma análise da literatura que trata de diversas teorias, temas e debates relacionados com a problemática do desenvolvimento rural em tempos de globalização. À diversidade junta-se uma outra característica da literatura especializada que é a de existência de poucos consensos.

O capítulo está assim estruturado: Na primeira será feita uma análise das teorias buscando identificar a existência de dicotomias e possíveis lacunas na abordagem do desenvolvimento rural. Na segunda, uma análise sobre a tentativa de superação destas dicotomias através da incorporação da noção de redes. Na terceira serão apresentadas as especificidades do debate brasileiro e, finalmente, a síntese do capítulo.

### **1.1 Dicotomias nas teorias do desenvolvimento rural**

Nas últimas duas décadas proliferam-se as abordagens nos estudos e pesquisas acerca das dinâmicas do desenvolvimento rural. Pode-se destacar as seguintes posições: i) teorias que buscam dar conta da dinâmica do desenvolvimento rural em geral e, da agricultura, em particular, a partir da existência de pressões advindas da globalização da economia e do

sistema alimentar, e as que enfatizam persistência da diversidade da agricultura com suas especificidades; (ii) teorias que buscam destacar a relevância dos espaços, (regiões, localidades, etc.) para entender a dinâmica do processo de desenvolvimento; iii) o debate acerca da abordagem endógena versus exógena e, (iv) a integração da agricultura nas noções de cadeia produtiva, distrito industrial ou *cluster*. Uma análise deste mosaico de teorias, temas e debates, visando identificar possíveis *insights* para investigar como se dá a mudança rural, será feita a seguir.

### **1.1.1 Globalização versus localização na agricultura e sistema alimentar**

O debate acerca da globalização dentro do campo acadêmico, especialmente da economia, da sociologia e sociologia rural, tem se estabelecido em torno da natureza teórica das transformações sociais na agricultura e no sistema agroalimentar. Uma importante análise deste debate na sociologia rural no último quarto do século XX foi realizada por Buttel (1994). Para o autor, existiriam duas grandes abordagens frente aos dilemas colocados pelos processos de globalização: uma centrada na globalização e internacionalização<sup>1</sup> e a outra na re-localização e diversidade da agricultura e do sistema alimentar.

Segundo Buttel, para a abordagem da globalização, a regulação e a dinâmica das agriculturas nacionais estaria crescentemente sendo assumida por estruturas globais de regulação e dominação<sup>2</sup>. Esta perspectiva tem se tornado muito influente com a contribuição de autores como Bonanno et al (1994), Goodmann & Redclift (1991) e McMichael (1994).

A abordagem da globalização está essencialmente baseada na pressuposição de que a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. Assim, a tendência desta abordagem seria ignorar a estrutura da própria agricultura e enfatizar as dinâmicas econômico-políticas das cadeias de *commodities* e sistemas alimentares que seriam pensadas como determinando as estruturas agrícolas. Nesta perspectiva, vários estudos têm sido realizados buscando mostrar como as estruturas dos sistemas agroalimentares fora da agricultura formatam a produção agrícola, assim como parte significativa dos componentes da

---

<sup>1</sup> Importante reter aqui que o próprio Buttel reconhece a existência de um debate interno à perspectiva da globalização, com a presença de diversas posições.

<sup>2</sup> Hollingsworth (1998), embora reconheça a perda da importância dos estados nacionais, argumenta que os arranjos institucionais que estavam coerentemente situados em nível nacional, estão agora mais dispersos nos múltiplos níveis espaciais. Ainda, para ele, o maior desafio analítico atual seria o de desenvolver uma teoria da governança dos territórios locais que estão imersos num mundo de elevada complexidade nos múltiplos níveis espaciais.

cadeia de produção alimentar<sup>3</sup>.

A marginalização da agricultura é vista a partir dos países da OCDE. Nestes, a força de trabalho agrícola está ao redor de 5% da força total de trabalho e estaria declinando a cada ano. A participação dos gastos alimentares familiares, na maioria destes países, também está diminuindo ano após ano e situando-se em torno de 15%. Além disso, o setor agrícola dos países desenvolvidos está sob forte pressão política devido aos crescentes gastos com a política de subsídios. A agricultura no acordo de comércio mundial como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt)<sup>4</sup>, foi alvo de questionamento durante os anos 90. Os países em desenvolvimento também estariam experimentando uma transição nas teorias e políticas de apoio ao setor agrícola.

Já a abordagem da re-localização e diversidade, seguindo a caracterização de Buttel, tem argumentado que o tratamento dado pela perspectiva da economia política - particularmente a globalização - teria sobre-enfatizado as forças homogeneizadoras sobre a produção agrícola. Ao invés de valorizar as forças externas da mudança social, alguns autores vem propondo uma análise da mudança rural centrada nos atores sociais (Ploeg 1990, 1992 e Long & Ploeg, 1995). Os autores têm tido uma influência crescente no debate defendendo a diversidade das empresas agrícolas, o que estaria a questionar o alcance do processo homogeneizante da globalização sobre a agricultura. Reivindicam que o caráter da sociedade rural e da agricultura tem dificultado a concretização da tendência de homogeneização presente nas forças tecnológicas e de mercado, além de reforçar a diversidade de orientações dos agricultores e sua cultura. Deste modo, a perspectiva da re-localização está orientada a reforçar a diversidade local entre as empresas agrícolas.

Long e Ploeg et al (1995), Arce (1997) e Arce e Fisher (1997), assinalam ainda a necessidade de observar os aspectos microeconômicos envolvidos e não só os macroeconômicos. Empregando uma perspectiva fenomenológica, propõem interpretar como os atores dão sentido às suas vidas, em contraposição às análises macro, que tendem a negligenciar o cotidiano e seus significados, oferecendo uma versão limitada das complexas dinâmicas da globalização. Os fenômenos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. Em outras palavras, os fenômenos globais seriam permanentemente mediados e reconfigurados pelos atores locais.

O argumento central de Ploeg (1992) é que o processo de modernização tecnológica

---

<sup>3</sup> Como veremos mais adiante, neste capítulo, a noção de cadeia produtiva se insere nesta perspectiva na medida em que seu uso tem enfatizado a existência de poderes assimétricos entre os seus diversos segmentos e agentes constituintes, o que levaria à dominação das estruturas agrícolas.

<sup>4</sup> Nos anos 90 o Acordo Gatt mudou para OMC (Organização Mundial do Comércio) e passou a incluir a regulamentação do comércio mundial dos produtos agrícolas.

estaria desconectando a agricultura, como prática social, (i) da natureza e ecologia, (ii) da estrutura e da qualidade do trabalho, da organização social específica do tempo e espaço, das ligações com a elaboração de produtos de qualidades específicas, e da família, como princípio de organização social. No entanto, segundo Ploeg, a ciência e tecnologia estandarizada pelo agribusiness requer sistemas de conhecimento específicos que seriam, por natureza, localizados. Esta situação, aliada à crise ecológica, estaria levando a uma re-localização da produção agrícola. Ploeg defende que a sustentabilidade na agricultura, requer uma reavaliação e uma reinvenção “a arte da localidade” e “a arte da agricultura”.

O argumento de Ploeg é que haveria espaços para diferentes estilos de agricultura e não somente para o da agricultura chamada moderna. Com base numa pesquisa realizada junto a produtores de leite da Holanda, o autor elabora um quadro comparativo entre uma agricultura econômica e a agricultura moderna (Ver quadro 1).

**Quadro 1. Algumas características da agricultura moderna e da agricultura econômica**

Agricultura Moderna	Agricultura Econômica
1. Sustentar ou melhorar os níveis de renda pela mobilização de novos recursos através do mercado	Sustentar ou melhorar os níveis de renda a partir do desenvolvimento e da combinação de recursos controlados pelo agricultor
2. Rigidez no uso e na alocação de recursos	Flexibilidade e múltiplo uso dos recursos
3. Contínuos e desproporcionais aumentos de escala	Construção de um processo de desenvolvimento passo a passo a partir dos recursos disponíveis
4. Lucro reduzido por unidade de produto final	Lucro alto por unidade de produto final
5. Alto grau de especialização	Tendência à empresa multifuncional
6. Dependência em relação a novas tecnologias	Capacidade local de inovação
7. Mudanças baseadas em projetos-chave	Mudança passo a passo. Aprender fazendo
8. A trajetória tecnológica e as instituições são dominantes	Centralidade do trabalho e das redes
9. Os preços e o mercado são fixos e devem ser passivamente seguidos	Os preços podem variar, construção ativa de mercado
10. Trabalho é substituído por insumos e novas tecnologias	A utilização de insumos externos é baixa com custos financeiros baixos
11. Sustentabilidade baseada nos itens 7 e 8	Sustentabilidade baseada nos itens 6, 8 e 10
12. A agricultura encontra-se desconectada ao ecossistema local	A agricultura é reconectada ao ecossistema local
13. É necessária uma ampla base de recursos para uma renda aceitável	Uma pequena base de recursos é necessária para que uma renda aceitável seja gerada

**Fonte:** Ploeg (2000).

Para Buttel, o Calcanhar de Aquiles da tradição teórica da globalização seria a tendência a privilegiar forças macroestruturais poderosas e de grande escala, podendo

sucumbir ao determinismo. Já uma das principais limitações da perspectiva da re-localização e diversidade – seria exagerar a diversidade e resistência das empresas agrícolas familiares e, com sua crítica ao determinismo e pessimismo da economia política agrária pode, sucumbir ao utopismo.

A partir desta dupla crítica, Buttel enfatiza a existência de potenciais complementaridades entre as duas perspectivas: podem fornecer uma avaliação abrangente da variabilidade dos sistemas agroalimentares no tempo e espaço e também podem exibir alguma coisa em comum. Para Buttel, infelizmente, outra característica que as duas visões dividem é o fato de nenhuma delas ter desenvolvido uma concepção da dimensão ambiental dos sistemas agrícolas ou das implicações dos movimentos ambientalistas sobre a agricultura. Embora essas visões façam referência à emergência da problemática ambiental na agricultura, ambas teriam falhado em teorizar acerca das origens do movimento ambientalista ao restringi-lo a uma visão utópica de seu papel.

De fato, continua Buttel, na visão da globalização, a tendência histórica do processo de homogeneização das agriculturas mundiais, a partir de um pequeno grupo de tecnologias genéricas, principalmente químicas, e as tecnologias genéticas também baseadas em químicos, seria irreversível. Nesta visão, as tecnologias desenvolvidas, sobretudo para cereais e oleaginosas, continuariam a trajetória de homogeneização, sem respeitar a diversidade dos conhecimentos locais, variedades de culturas, entre outras práticas existentes.

O argumento de Buttel vai na direção contrária, isto é, a continuidade da estandarização global da agricultura baseada em petroquímicos seria cada vez mais questionada. As perguntas, segundo Buttel, viriam mais pelo lado do consumo, o qual é muitas vezes preterido pelas análises da corrente da economia política, já que estas têm focado aspectos mais ligados à produção. Insumos químicos deverão ser cada vez mais regulados ou taxados por razões de saúde ou ambientais e seus usos deverão estagnar, ou mesmo, declinar. Assim, a transição para outro tipo de agricultura deverá se dar pelo desenvolvimento de alternativas de pouco ou nenhum insumo químico, assim como deverá haver um renascimento das técnicas locais. A forte disputa em torno da utilização de alimentos geneticamente modificados, a partir da segunda metade dos anos 90, é mais um indicativo do questionamento crescente da tecnologia genérica baseada na química.

Entre alguns dilemas do ambientalismo, Buttel destaca o que se estabelece entre a ênfase na centralização versus o localismo ou descentralização. Neste dilema, o localismo

seria visto como o ideal da harmonia das comunidades descentralizadas, o que aparece claramente na palavra de ordem “Think Globally act Locally”. Contudo, agindo assim, os movimentos ambientalistas tenderiam também a dispersar seus recursos humanos, materiais e financeiros. Argumentando contra esta possibilidade, o autor cita o exemplo das 10 maiores organizações ambientais dos Estados Unidos que têm defendido a máxima “think globally, and act globally”.

Este dilema do ambientalismo parece ter sido sacramentado durante a realização da Eco 92, no Rio de Janeiro, onde, junto com acordos internacionais, foi constituída a Agenda 21 local. Foi nesta conferência que ganhou status o conceito de Desenvolvimento Sustentável como sendo aquele “desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atingir suas próprias necessidades” (Relatório Bruntland, 1997) .

No entanto é bom lembrar que um longo caminho foi percorrido até se chegar ao estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável pela primeira vez na publicação “Estratégia Mundial para a Conservação da UICN” (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos) em 1980 (PIRES et al 2000). Anteriormente, preferia-se a noção de ecodesenvolvimento, surgida ainda nos anos 70 e que foi uma das bases da construção do conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável estabelece inter-relações entre desenvolvimento e meio ambiente. Já o conceito de sustentabilidade, no Relatório Bruntland, que envolve uma preocupação tanto com a justiça social como com a saúde ecológica, oferece esperança e estímulo para os que querem combater a pobreza extrema no mundo e para aqueles que não aceitam o Produto Interno Bruto como indicador de “sucesso” econômico.

Expressão do *status* legítimo do conceito de desenvolvimento sustentável é o seu uso pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), que promove o desenvolvimento humano sustentável; O FMI fala de crescimento econômico sustentável; O Banco Mundial assume compromisso com o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento equitativo; a União Européia explora a noção de economia sustentável e desenvolvimento social, entre outros organismos internacionais. O conceito é amplamente utilizado por governos, ONGs, ativistas ambientais, agências de desenvolvimento e organizações de base, planejadores e assessores comerciais, empresários e agências

ambientais, burocracias estabelecidas, assim como também por acadêmicos de distintas áreas (desde os estudos atmosféricos, passando pela economia política até os estudos de gênero).

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento rural e a agricultura ganham o adjetivo sustentável em seus termos. No entanto, como coloca Pretty (1995) numa discussão sobre sustentabilidade, é importante esclarecer o que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e a que custo. As definições sobre sustentabilidade são específicas no tempo e local, dado que tais condições mudam e, desta forma, também modifica o conteúdo atribuído à sustentabilidade. Esta não implica um simples pacote ou modelo a ser imposto, porque trata-se fundamentalmente de um processo de aprendizagem.

Neste processo, as noções de desenvolvimento local e/ou endógeno passam a ganhar legitimidade em contraposição à noção de desenvolvimento exógeno caracterizado como um modelo urbano industrial que estaria sendo questionado pelos seus impactos sócio-ambientais negativos. Todavia, antes de entrar na discussão acerca das dicotomias presentes nas análises do modelo exógeno e endógeno de desenvolvimento rural, vamos analisar outro debate importante acerca do conceito de localidade.

### **1.1.2 Reestruturação industrial e os estudos de localidade**

Outro importante debate para nosso trabalho é o que tem se desenvolvido acerca do conceito de localidade e que surgiu nos países industrializados na tentativa de explicar as variações espaciais dos impactos sociais da reestruturação industrial, ocorrida a partir dos anos 70 e intensificada nos anos 80 (Marsden et al 1993). O uso do conceito de localidade tinha o intuito de explicar porque havia variações espaciais e de caráter permanente no mundo industrializado. Em trabalhos como o de Cooke et al (1989), a localidade é vista não somente como fazendo a diferença mas, sim, como o elemento chave desta diferenciação. Estudar as origens das mudanças socioeconômicas nos âmbitos nacional e internacional estaria longe de ser suficiente, indicando a necessidade de investigações no âmbito nacional, subnacional e local.

Estaria-se falando de uma “nova geografia”, nos termos de Duncan e Savage (1991), originada nos trabalhos de Massey (1979) sobre a divisão espacial do trabalho, e que seria central para a idéia e re-descoberta do espaço no âmbito da sociologia e da política. Embora o conceito de localidade tenha sido usado em uma variedade de formas muitas vezes até

contraditórias (Gregson 1987, apud Marsden et al 1993) o que mais ganhou relevo foi o conceito de localidade como demarcada pelo mercado de trabalho local<sup>5</sup>.

A emergência e a consolidação dessa noção de localidade levou a menor utilização das noções de comunidade e de região. Os estudos de comunidades eram caracterizados por metodologias funcionalistas e abordagens idealistas, deixando o conceito indefinido. Já a noção de região teria sido substituída pela de localidade, segundo Duncan and Savage (1991), porque nesta seria mais fácil ligar a reestruturação industrial no âmbito internacional com mudanças no espaço local.

O lugar onde o conceito de localidade ganhou mais relevância foi, sem dúvida, no Reino Unido onde foi usado numa série de trabalhos. Um dos usos mais polêmicos do conceito de localidade foi o de “localidade como produto da interação das estruturas supralocais” (Duncam & Savage 1987). Este uso do conceito de localidade foi visto como muito restritivo em sua determinação estrutural. Como afirma Cooke et al, (1989:11)

se localidade é reduzida a resultado de determinações estruturais comuns torna-se impossível explicar variações locais entre quaisquer lugares similares constituídos. Fica difícil saber como práticas sociais contemporâneas e históricas, de caráter inovativo, emergem em determinados lugares, mais os menos simultaneamente. Esta é uma clara ilustração da mobilização social de indivíduos e grupos que tiram vantagem do que pode ser chamado de capacidade pró-ativa.

Esta defesa do papel pró-ativo das comunidades, por Cooke et al, também está presente nas suas conclusões. Os autores procuram

ilustrar o argumento de que o relacionamento entre diferentes escalas não é um caminho de mão única onde localidades seriam meros recipientes de fortuna ou destino de cima. Ao invés disso localidades estão ativamente envolvidas em sua própria transformação embora não necessariamente como maestros de seu próprio destino.

Ainda segundo Cooke et al, as localidades não seriam simplesmente lugares ou até mesmo comunidades. Seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração

---

<sup>5</sup> A discussão sobre os limites de localidade poderia ser estendida para a particular situação do Oeste catarinense. Considerando que a mudança rural atinge toda a região, poder-se-ia assumir que os limites seriam aqueles alcançados pelas redes de agroindústrias convencionais. Contudo, também poder-se-ia argumentar que estes limites seriam dados pela identidade cultural dos agricultores familiares, relacionados com a forma de colonização, origem étnica, tradição na criação de pequenos animais, diversificação agrícola, processamento de alimentos na propriedade etc. Os limites regionais também poderiam ser ampliados pelo Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná onde também predominam estes mesmos atributos.

individual, grupos e dos interesses sociais no espaço. Localidades não seriam passivas ou residuais mas, em diversas formas e graus, centros de consciência coletiva.

Quando argumentam o poder de agência das localidades os autores acabam assumindo uma postura próxima a de Cox and Mair (1989). Em seu instigante artigo “De estruturas sociais localizadas a localidades como agentes”, localidade passa a ser vista como agente na medida em que certas identidades e interesses são definidos como locais e a ação é tomada sobre esta base.

O conceito de localidade como agente foi muito contestado. Marsden et al (1993), analisam criticamente essa noção pois, segundo eles, a concepção corre o risco de atribuir interesse a lugares ou a todos os agentes sociais, dentro de tais lugares, puramente sobre a base da co-existência geográfica. Os autores argumentam que a noção de interesses de uma localidade é problemática já que: (i) a localidade compreende uma variedade de atores sociais operando em diferentes escalas; (ii) a identificação do território dificilmente coincidiria e, (iii) diferentes grupos sociais têm diferentes interesses no lugar e seus interesses variam desde questões econômicas até culturais e estéticas. Além do mais, alguns grupos sociais possuem conjuntos superiores de recursos, e isso pode ser o resultado da formulação de seus interesses na localidade serem dominantes.

Assim como Buttel, outros autores como Marsden et al tem procurado uma posição teórica mais equilibrada entre defensores da teoria da globalização e os da localização. Marsden et al, (1993), argumentam a necessidade de conceitos intermediários para fechar o hiato entre as análises teóricas e empíricas, e entre as tendências globais e mudanças locais. Segundo os autores, uma falsa dicotomização que tem ocorrido no debate entre ação e estrutura também estaria acontecendo no debate entre o que acontece no espaço local e o de outras escalas espaciais. Parte significativa da literatura acabaria contrapondo o que acontece numa escala espacial (o local) com o que ocorre noutra escala (o global) como se ambas fossem esferas totalmente separadas. Para Marsden et al, a localidade está embebida nas divisões espacial e de escala do trabalho, o que significa que cada ator local está também ligado, através de redes, direta ou indiretamente, a atores externos. A localidade, portanto, é construída socialmente a partir da interação de atores operando sobre uma variedade de distâncias (local e não local).

Buscando se distanciar das posições que veriam localidades como expressões de processos estruturais mais gerais (localidade como resultado de determinações estruturais) e

também da que elas teriam um status semi-autônomo (localidade como agente), Marsden e Murdoch (1995) propõem outra visão das localidades. Para eles, localidades deveriam ser vistas como constituídas de várias redes operando em diferentes escalas espaciais e que através de recursos políticos, econômicos e culturais o local seria diferentemente construído e representado dentro destas redes. Ainda, segundo os autores, as ligações entre o local e outras escalas espaciais variam de acordo com a esfera da vida social, o que leva à necessidade de prestar atenção aos microprocessos que ligam os atores.

Esta visão de localidade aproxima-se da utilização feita do conceito de território por Souza (1995). Para este autor,

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço concreto (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem, conforme já se indicara na introdução, formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ser mais instáveis que estáveis, ter existência regular ou periódica enquanto que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 1995:87).

Souza distancia-se assim da visão de território confundido com o espaço, como a que ocorreria quando do seu uso pela geografia política, no caso dos estados nações. Para o autor, os territórios podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas (desde a da rua até a da OTAN) e em escalas temporais diferentes (séculos/décadas/anos/meses/dias) podendo ser momentâneos mas também periódicos ou cíclicos. Outra limitação da concepção clássica de território é a de que existiria uma exclusividade de um poder em relação a um território baseada na característica de que territórios são entidades que se justapõem, mas, não se superpõe. O exemplo citado pelo autor é o do território municipal onde, além do poder do governo municipal, teríamos os do governo estadual e do Estado-Nação. Neste sentido ocorrem superposições de territórios com forma variada e limites não coincidentes, podendo existir atritos e contradições entre os respectivos poderes.

A preocupação de Marsden et al é: como este conjunto de relacionamentos constrói o local e o rural? Ao adotar a perspectiva dos atores e seus interesses, como ponto de partida, os autores reconhecem o caráter relacional da formulação de interesses, mas não assumem a ação social como estruturalmente determinada. Esta abordagem holística para a análise das relações de poder explicitamente liga conhecimento (capacidade discursiva em formular interesse), ação social (oportunidade para agir sobre tais formulações) e materialidade (a

distribuição dos recursos econômicos que facilitam certos cursos de ação).

A crítica de Marsden et al, por sua vez, traz embutida uma determinada relação entre localidade e ruralidade. Para eles, respostas para as questões de o que é localidade e o que é ruralidade ou o que é local e o que é rural, nos dias atuais, devem ser buscadas na análise dos processos sociais que ligam o local com o não local. É nesta perspectiva que insere-se o debate acerca da mudança rural a partir do modelo exógeno e da emergência das abordagens endógenas de desenvolvimento rural na Europa.

### **1.1.3 O questionamento do modelo exógeno de desenvolvimento rural e a emergência da abordagem endógena**

Nas últimas duas décadas do século XX testemunha-se uma transição nas concepções acerca do desenvolvimento rural que ressalta a importância crescente da abordagem endógena em detrimento da exógena. Da primazia de uma forte intervenção externa passa-se a defender a mobilização social endógena às áreas rurais. Frequentemente estas concepções vêm associadas ao debate entre as análises que enfatizam a dicotomia rural-urbano e as que buscam sair deste recorte setorial e defendem uma análise territorial do desenvolvimento rural.

Segundo Lowe et al (1995) o modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com processos de urbanização e industrialização. Isto é, enquanto o meio urbano seria o espaço por excelência das atividades econômicas dinâmicas, industriais e de serviços, ao meio rural cabia contribuir para a concretização do modelo, oferecendo alimentos e outros produtos primários. Neste processo o pólo dinâmico seriam as cidades, especialmente as que se transformariam em pólos regionais, deixando as áreas rurais restritas ao recorte setorial da agricultura. (Ver quadro 2)

Evidências desta transição de entendimento sobre o desenvolvimento rural podem ser vistas na importância crescente dada ao território por instituições como a OECD, a mudanças nas políticas de desenvolvimento agrícola e rural e ao surgimento do desenvolvimento local, no campo das instituições públicas e na academia.

**Quadro 2. Principais características dos modelos de desenvolvimento rural exógeno e das abordagens endógenas**

<b>Características</b>	<b>Modelo exógeno*</b>	<b>Abordagens endógenas de desenvolvimento rural*</b>
<b>Princípio chave</b>	Economia de escala e concentração	Os recursos específicos de uma área (naturais, humanos e culturais) contém a chave do desenvolvimento sustentável
<b>Força dinâmica</b>	Pólos de crescimento urbano. As principais forças do desenvolvimento são concebidas como emanando de áreas externas às áreas rurais	Empresas e iniciativas locais
<b>Função das áreas rurais</b>	Produção de alimentos e outros produtos primários para a expansão da economia urbana	Economias e serviços diversos
<b>Maiores problemas de desenvolvimento</b>	Baixa produtividade e marginalização	Limitada capacidade de áreas e grupos sociais participar da atividade econômica e do desenvolvimento
<b>Foco do desenvolvimento rural</b>	- Industrialização e especialização agrícola - Estímulo à mobilidade de capital e trabalho	- Construção de capacidades (habilidades, instituições e infraestrutura) - Superação da exclusão social

\* A utilização de modelo (singular) e abordagens (plural) tem um significado fundamental para o entendimento das diferenças entre ambos. A noção de desenvolvimento endógeno parte da premissa de que não existe um modelo único a seguir e, sim, princípios, e que as abordagens variam de lugar para lugar.

**Fonte:** Adaptado de Lowe et al (1998)

A preocupação territorial do desenvolvimento, de uma maneira geral, pode ser vista na estratégia de atuação assumida pelos países da Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD) nos anos 90. A OECD criou uma “divisão de desenvolvimento territorial” cujo primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano, e na elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais (OECD, apud Abramovay 1999).

Neste processo, a OECD estabeleceu a densidade demográfica como critério para classificar as regiões em três tipos:

(i) regiões essencialmente urbanas: quando menos de 15% da população vive em comunidades rurais com densidade demográfica abaixo de 150 habitantes km<sup>2</sup>, exceção feita para o Japão cuja densidade demográfica adotada foi de 500 habitantes por km<sup>2</sup>;

(ii) regiões essencialmente rurais: onde mais de 50% da população vive em comunidades rurais com menos de 150 habitantes por km<sup>2</sup> e,

(iii) regiões relativamente rurais: onde entre 15 e 50% da população vive em comunidades rurais com menos de 150 habitantes por km<sup>2</sup>.

Uma das evidências surpreendentes deste trabalho de delimitação e construção de indicadores é a de que muitas regiões essencialmente rurais, de vários países, geram mais empregos que as essencialmente urbanas. Outra evidência é que são as regiões relativamente rurais que mais criam empregos, levando a OECD a assumir que ruralidade não é mais sinônimo de atraso (Veiga 1998).

No que diz respeito mais diretamente à agricultura e ao desenvolvimento rural, no final dos anos 80 e início dos anos 90 há uma crescente insatisfação com os rumos das políticas agrícolas europeia e americana (mas não somente destas) no que diz respeito aos seus altos custos decorrentes de seus subsídios subjacentes às mesmas. O acordo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) é o desaguadouro, quase que natural, destas insatisfações. Embora as expectativas fossem pela liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas, o resultado efetivamente alcançado foi o do estabelecimento de regras sem liberação<sup>6</sup>.

Os Estados Unidos e a União Europeia protagonizam mudanças nas suas políticas agrícolas no período das negociações do Gatt, e que acabaram, em parte, sendo por ele absorvidas. Dentre as principais medidas destacam-se: redução dos preços de suporte aos produtos agrícolas e pagamentos compensatórios para a perda de renda dos agricultores que se comprometessem a diminuir a área cultivada; incorporação de outros objetivos, além da segurança alimentar, como proteção ao meio ambiente e ocupação do território.

Como um dos desdobramentos desta situação, a visão agrarista que identifica desenvolvimento rural com desenvolvimento agrícola está sendo substituída por uma concepção mais integrada, visando contemplar estratégias capazes de dinamizar todos os recursos endógenos, agrícolas e não agrícolas, existentes nas comunidades rurais (Moyano,

---

<sup>6</sup> Esta, pelo menos, foi uma das principais conclusões do Seminário “Questões Agroalimentares e Experiências de Integração Regional e Subregional depois da Rodada do Uruguai do Gatt. União Europeia, Mercosul e Nafta: Confronto de Experiências”. Rio de Janeiro, 1995. Ver Anania (1994)

1997:36). Segundo Moyano, em face de pressões de competitividade e de mercados cada vez mais abertos, de um lado, e ao desenvolvimento tecnológico, de outro, a agricultura, embora continue sendo um setor central do ponto de vista econômico, deverá gerar cada vez menos empregos. Em face da dificuldade crescente de geração de empregos pelos setores urbanos industriais impactados pela crise do modelo fordista e pelo fim das políticas de pleno emprego, a agricultura e o meio rural estariam assumindo novos papéis, como o da geração de oportunidades produtivas não agrícolas.

Contexto idêntico redefiniu, nos anos 90, a direção das políticas de desenvolvimento rural na Europa. Por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER), assume novas linhas estratégicas de atuação: (i) dirige-se aos espaços socio-territoriais de pequeno tamanho; (ii) prioriza zonas com problemas de desenvolvimento que exigem uma urgente mobilização de seus próprios recursos; (iii) orienta-se à mobilização de recursos não agrícolas visando aproveitar outros recursos e oportunidades diferentes ou complementares à aqueles que possam existir nas regiões e, (iv) requer a participação da população nos anteriores (Peres-Iruela & Guerreiro, 1994:25).

Saraceno é outra pesquisadora que tem se dedicado ao estudo das estratégias de desenvolvimento rural. A partir dos casos da Itália e França, Saraceno (1994) tem destacado que as tendências e escolhas das áreas rurais não podem mais ser estudadas de forma isolada daquilo que está ocorrendo nas áreas não rurais. Segundo a autora, analisar a dinâmica rural apenas a partir da agricultura ou, de seu contraponto, a partir da dinâmica urbana, gera alguns impasses devido a duas tendências recentes. A primeira seria a reversão das tendências migratórias, agora das cidades para o meio rural<sup>7</sup> e a segunda, a difusão espacial das atividades econômicas. Estas tendências acabam por invalidar a conceptualização anterior, do rural tendo a agricultura e do urbano tendo a indústria e os serviços como setores de atividade. Esta concepção não era questionada porque ela assumia a economia de escala e a concentração das operações dos mercados em favor da locação urbana.

Em se confirmando a existência de uma maior integração entre o rural e o urbano há a necessidade de um conceito mais abrangente que incorpore ambos. Para Saraceno, as diferenças regionais explicam muito mais as mudanças espaciais da natureza competitiva, ao longo do tempo, do que a dinâmica urbano-rural. O critério de diferenciação das áreas rurais precisaria considerar o fato de que áreas rurais e economias locais não se reproduzem

---

<sup>7</sup> Naturalmente o caso do Brasil continua sendo o inverso, embora ocorram diferenças regionais significativas.

isoladamente, mas fazem parte de um sistema econômico integrado. Por isso duas dimensões deverão ser consideradas: diversificação interna e integração externa.

A principal contribuição de Saraceno foi trazer para o centro da investigação a análise territorial do desenvolvimento rural. Num outro trabalho, Saraceno (1997) analisa processos de desenvolvimento rural nas economias locais e regionais através das abordagens “top-down” e “bottom-up” e passa a adotar a teoria do desenvolvimento local que aborda os processos econômicos e sociais do ponto de vista territorial e não setorial. Nesta teoria, diversos critérios podem ser usados além da dicotomia rural-urbano.

Ainda para a autora, a experiência italiana, e a europeia em geral, de desenvolvimento local apontam para duas alternativas sobre a perspectiva territorial. A primeira segue a lógica da especialização setorial visando a economia de escala, enquanto que a segunda segue a lógica do desenvolvimento de múltiplos setores das atividades econômicas. Neste último caso é a economia de escopo e a diversificação que estão sendo perseguidas.

Cada uma das alternativas tem um padrão próprio de integração externa da área com a economia global: as áreas especializadas privilegiam um setor ou um determinado produto para suas trocas externas, normalmente pautadas pela lógica da cadeia produtiva (filière). Já as áreas diversificadas privilegiam a identidade territorial e a cooperação intersetorial, tendo múltiplas formas de integração externa, e buscam os mercados segmentados ou os nichos de mercado.

A abordagem de Saraceno parece indicar que se trata de uma análise mais descritiva que teórica da situação europeia, sobre como determinadas áreas geográficas mantêm uma integridade interna enquanto promovem uma integração externa. A questão de como o local e o rural são socialmente construídos não é problematizada pela autora. Ela apenas faz menção aos termos, problema recorrente na literatura que trata sobre o tema. Segundo Pretty (1995) o termo ‘local’ pode abranger desde uma unidade sub-nacional até um município, ou até mesmo, uma pequena comunidade rural ou microbacia. Todavia, o local tem suas características especiais, já que provê a base para a ação coletiva, para consenso, para a coordenação e divisão de responsabilidades e para coletar, analisar e avaliar informações. O fator em comum é a prevalência de relações interpessoais face a face, que é mais freqüente e intensa dentro de grupos pequenos.

As perspectivas teóricas que têm se mostrado próximas à a noção de desenvolvimento local têm profundas implicações no *modus operandi* das políticas e projetos de desenvolvimento rural. Instituições, organizações e agentes locais-regionais passam a ter um papel crucial para a efetividade das políticas propostas. No modelo exógeno – que poderíamos chamar de desenvolvimento agrícola -, instituições locais eram consideradas como meras executoras de ações, ou as vezes de projetos, na sua maioria, formulados em esferas centralizadas. Agora, na abordagem endógena - que poderíamos chamar de desenvolvimento rural -, um papel crucial é atribuído às instituições e organizações locais-regionais.

As abordagens endógenas passam assim a ver o espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento, como de experiências e motivações para a ação visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos de interesses e/ou de interesses contraditórios neste espaço. Esta idealização do local como portador de um conhecimento puro é contestada por Guivant (1997), que aponta a necessidade de considerar a heterogeneidade de conhecimentos presentes no local como base para a construção de uma agricultura mais sustentável.

Retomando a discussão das duas estratégias de integração externa propostas por Saraceno, pode-se visualizar implicações tanto espaciais como políticas para cada uma dessas alternativas do ponto de vista dos padrões de desenvolvimento local. Ambas podem ter vantagens competitivas sem que haja uma hierarquia entre elas. Assim, se a demanda global por produtos tornar-se mais segmentada e o número dos produtores competitivos aumenta quando as áreas ficam mais desenvolvidas, a obtenção de economias de escala poderá ter dificuldade. As mesmas razões favorecem as economias diversificadas devido a maior flexibilidade desses segmentos em se adaptar aos pequenos mercados e aos menores riscos.

A análise de Saraceno permite algumas observações críticas sobre a forma de situar o local e as abordagens de desenvolvimento rural. Como um determinado local (território, região ou município), pode, ao mesmo tempo, desenvolver uma diversificação interna e se integrar ao mundo exterior? Pode-se concluir que Saraceno acaba assumindo uma perspectiva polarizada das abordagens “top-down” e “bottom-up”, em que a primeira está desacreditada e a segunda seria a abordagem adequada para pensar o desenvolvimento rural e local.

Avaliações do programa Leader indicam a pertinência deste tipo de intervenção, baseada nas abordagens endógenas de desenvolvimento nos territórios rurais. Segundo Ray (1999), os resultados do programa Leader são positivos apesar dos recursos públicos

investidos serem mínimos. O autor destaca o reforço das ligações entre as autoridades regionais e os respectivos atores locais, assim como a emergência de uma “solidariedade rural”, o que estaria demonstrando a possibilidade de novos estilos de políticas rurais de baixo custo.

Contudo, quando a abordagem endógena parecia estar conseguindo consenso surgiram questionamentos importantes. Ao ser implementada começaram a aparecer também suas fragilidades. A partir de uma revisão de experiências européias acerca da participação no desenvolvimento rural, Lowe et al 1998, diagnosticaram algumas destas fragilidades. Segundo os autores, as estratégias de desenvolvimento rural participativas podem ser dominadas por poderosos atores locais ou pela apatia dos atores locais. Segundo Keane (1997) a falência comum dos atuais programas de desenvolvimento rural é que eles são muito focados sobre a construção de capacidades locais e, deste modo, tendem a negligenciar a maneira que agências externas continuamente minam a criação de tais capacidades.

Para alguns autores, como Ploeg & Long, a questão central seria o balanço de elementos internos e externos em processos de desenvolvimento, e sugerem a seguinte definição.

Os padrões de desenvolvimento endógeno se baseiam, principalmente, ainda que não exclusivamente, em recursos localmente disponíveis tais como as potencialidades da ecologia local, mão-de-obra, conhecimento e padrões locais de ligação de produção e consumo (PLOEG E LONG 1994:2).

Destarte o avanço conceitual Lowe et al (1995), por exemplo, afirmam que o foco no balanço entre recursos locais e externos também é insuficiente. Citam o exemplo das companhias mineradoras internacionais que desse modo poderiam ser classificadas como desenvolvimento endógeno. Para os autores, a distinção fundamental deveria ser entre o controle local ou o controle externo do processo de desenvolvimento que, obviamente, abrange os recursos locais e sua valorização. Assim, a questão chave para os autores é saber como circuitos locais de produção-consumo se articulam com circuitos extra-locais.

Whatmore expressou uma crítica semelhante a essa usando o exemplo das tipologias de empresas agrícolas:

As relações sócio-econômicas da agricultura e da empresa agrícola individual não podem ser divorciadas das relações sociais mais amplas e das instituições que estruturam os processos de produção e consumo de alimentos. As tipologias devem

ajudar a identificar as conexões vitais e reflexivas entre o local e o global, o rural e o urbano, produtor e consumidor de modo que a significância analítica de políticas do desenvolvimento endógeno não se restrinja a uma série de arenas geográficas não relacionadas e fechadas (WHATMORE 1994, p. 36, apud LOWE 1995).

Como veremos mais adiante, são estas reflexões que vão contribuir na construção da noção teórica de redes de desenvolvimento rural. Antes disso, contudo, julgamos necessário incorporar a análise de algumas abordagens que vem sendo utilizadas para o estudo da agricultura e sua inserção em cadeias e *clusters* e/ou distritos industriais.

#### **1.1.4 A agricultura nas noções de cadeia produtiva e *cluster* e/ou distritos industrial**

##### **1.1.4.1 A noção de cadeia produtiva e seus usos**

À medida que a agricultura foi se especializando também ampliaram-se as relações técnico-produtivas e comerciais com setores provedores de insumos, de um lado, e de processadores de seus produtos, de outro. Neste processo, a agricultura, que era o centro do assim chamado complexo rural, passou a fazer parte do complexo agroindustrial (Kageyama et al 1987). A origem deste termo remonta aos anos 50 do último século quando dois professores americanos conceituaram o agribusiness como “a soma de todas as operações envolvidas na manufatura e distribuição dos produtos da fazenda; operações produtivas na fazenda, armazenagem, processamento e distribuição de *commodities* agrícolas.”(Davis e Goldberg, 1957).

O termo agribusiness ganhou no Brasil o nome de complexo agroindustrial e, mais recentemente, de agronegócio, mas continua sendo usado com sentidos diferentes. Seu uso abrange desde uma visão ampla que dá conta de tudo o que diz respeito à agricultura e suas relações com setores a montante e a jusante, até um sentido mais restrito, como o de cadeia produtiva.

No seu sentido amplo, como em Araújo et al (1990), a noção de complexo agroindustrial é muito mais uma visão agregada da vida econômica do sistema de produção e distribuição de alimentos. Neste trabalho, a noção de complexo agroindustrial foi usada para demonstrar a importância econômica do agribusiness na economia brasileira, que estaria associada à participação crescente de atividades não estritamente agrícolas ao longo do processo de produção, processamento, industrialização, distribuição e consumo de alimentos. São essas atividades pós-colheita que mais agregam valor aos produtos agrícolas e, obviamente, são alvo de agentes econômicos buscando se apropriar do valor adicionado.

Derivada da noção de complexo agroindustrial e muitas vezes com ela confundida, a noção de cadeia produtiva também tem sido usada para dar conta da inter-relação da agricultura com outros setores econômicos dentro de produtos específicos, como a soja. A nomenclatura cadeia produtiva do milho, da soja, do suíno, da maçã, e assim por diante, tem se tornado de uso corriqueiro, pelo menos no Brasil.

A noção de cadeia produtiva foi muito enfatizada nos estudos sociológicos e econômicos que tratam do processo de incorporação da agricultura nas esferas industriais a montante (indústria de máquinas e equipamentos, rações, adubos, sementes, agrotóxicos ...) e a jusante (agroindústria, indústria alimentar e a distribuição). Na última década este conceito passa a ter uso generalizado nas instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural, assim como nas agências governamentais<sup>8</sup>. Enquanto nos estudos socioeconômicos a idéia da cadeia produtiva tinha o intuito de mostrar como a dinâmica da agricultura era cada vez mais determinada por atores econômicos presentes nos setores industriais, na pesquisa agropecuária e extensão rural a idéia era visualizar possíveis gargalos tecnológicos e organizacionais passíveis de ação por parte destas instituições.

Nesta linha de argumentação (cadeia produtiva) uma idéia força, presente nos estudos sociológicos, era mostrar que a atividade agrícola está cada vez mais integrada com outros segmentos econômicos industriais e que a agricultura em si vinha perdendo autonomia produtiva e força econômica e política. Esta perda de autonomia podia ser vista na diminuição das opções técnico-produtivas, sendo estas, invariavelmente, condicionadas pela evolução tecnológica processada fora do setor agrícola. A ênfase era nas relações verticais que se estabeleciam entre os agentes situados em pontos diferentes ao longo da cadeia produtiva. Invariavelmente a análise privilegiava as relações de poder assimétrico existentes entre estes atores atribuindo um poder maior aos setores a montante e a jusante da etapa agrícola da cadeia. Até tipologias de dominação foram criadas visando capturar conflitos técnico-produtivos e comerciais entre os principais atores da cadeia. Surgiam assim os tipos de dominação horizontal, vertical e de complexo visando representar a assimetria existente nas cadeias produtivas (Porto, 1990).

As diferentes tipologias poderiam ser usadas também para iluminar processos de integração vertical. Com efeito, na medida em que uma empresa conseguisse ampliar sua participação no mercado de um determinado tipo de produto, ampliava-se também a

---

<sup>8</sup> Exemplo disto são os esforços realizados pela Embrapa durante os anos 90 visando incorporar em suas rotinas de pesquisa o uso da noção de cadeia produtiva. Estudos prospectivos acerca das principais cadeias produtivas foram realizados pelos centros nacionais de pesquisa por produto visando identificar demandas de pesquisa. Além destes estudos internos, as empresas estaduais de pesquisa agropecuárias também foram incentivadas para a realização de estudos adicionais regionais.

possibilidade de dominação horizontal da cadeia. Da mesma forma, ao passar a ocupar uma nova fase da cadeia produtiva, como na produção de rações animais, também se ampliavam a possibilidade de dominação vertical e, assim, poder-se-ia chegar a dominação de cadeia ou complexo produtivo.

O conceito de cadeia produtiva pode ser útil para analisar a situação do Oeste catarinense. Na região, o desenvolvimento histórico da cadeia produtiva de suínos foi no sentido de uma maior integração vertical promovida pelas agroindústrias ao longo de todo seu processo de crescimento e diversificação. As agroindústrias passaram de frigoríficos para produtores de rações, internalizaram a pesquisa em melhoramento genético, assim como, a produção de reprodutores e, finalmente, a produção de leitões, seguindo o processo verificado na avicultura.

A Embrapa usou a noção de cadeia produtiva no início dos anos 90 e publicou, em 1992, o trabalho “Análise prospectiva do complexo agroindustrial de suínos no Brasil”. A idéia era estudar o funcionamento da cadeia produtiva como um todo, visando identificar suas fragilidades e oportunidades, o que permitiria uma visão mais abrangente de seus principais problemas. A visão setorial de cadeia produtiva pode ser vista na figura 1. Por visão setorial estamos nos referindo ao estudo de apenas um setor econômico, no caso a agricultura, ao invés de uma abordagem multisetorial ou territorial dos processos econômicos e sociais que ocorrem no espaço rural, A Embrapa incentivou suas empresas filiadas a também fazerem estudos de cadeia. (Epagri e Icepta em Santa Catarina também elaboraram estes estudos).

#### **1.1.4.2 Alcances e limites da noção de cadeia produtiva**

Com o uso da noção de cadeia produtiva, à medida que se privilegiava a relação vertical, pouca importância era dada às relações horizontais entre os agentes dentro de um mesmo setor produtivo (agricultura, indústria, distribuição) e, principalmente, entre os atores econômicos e os espaços locais e regionais, sejam eles agrícolas ou não agrícolas. Até porque se pressupunha que existiria uma espécie de orquestração de interesses entre os vários atores presentes nos diversos setores da cadeia produtiva. Seria esta orquestração de interesses que possibilitaria um desenvolvimento adequado e, em última análise, a competitividade da respectiva cadeia produtiva. Ações estratégicas visando apoio creditício, geração e adaptação de tecnologia de parte do estado poderiam ser incluídas dentro deste escopo.

Considerando que o alcance das cadeias produtivas seria cada vez mais no sentido de busca de mercados distantes, formuladores de políticas, pesquisadores e políticos acreditavam que o desenvolvimento da cadeia produtiva era, de algum modo, independente do desenvolvimento territorial, local ou regional. Assumia-se, quase que naturalmente, que a

dinâmica econômica seria dada pelos mercados urbanos e que a locação das atividades econômicas seria preferencialmente aí localizada. Esta situação era condizente com a visão dominante no Brasil na segunda metade do século XX, qual seja, de que o desenvolvimento deveria ser protagonizado pelo espaço urbano-industrial. Fazia-se assim uma associação entre desenvolvimento agrícola como desenvolvimento rural e desenvolvimento industrial como urbano.

A noção de cadeia produtiva permite visualizar os encadeamentos na adoção de inovações tecnológicas na fase agrícola, no aumento da produção e da produtividade, na geração de emprego agrícola e, principalmente, industrial, o que era convergente com a idéia de desenvolvimento agrícola e/ou desenvolvimento agroindustrial. Todavia, esta noção da verticalidade da atividade econômica não dá conta dos efeitos espaciais do desenvolvimento agrícola ou agroindustrial. Esta visão de cadeia produtiva era, portanto, coerente com a noção de modelo exógeno de desenvolvimento rural, como vimos anteriormente.

Nessa abordagem ocorre uma leitura simplificada do funcionamento das atividades econômicas ao longo da cadeia produtiva. Pressupõe-se um tipo de comportamento dos atores, o que freqüentemente implicava menosprezo do poder de agência, tanto dos atores dominantes da cadeia produtiva, como dos outros. À medida que as cadeias produtivas vão se desenvolvendo ocorre uma certa especialização com externalização das atividades técnico-produtivas e de apoio, o que complexifica as relações entre os diversos segmentos, atores e instituições sócio-econômicas regionais. É esta complexificação da cadeia produtiva que pode levar à constituição de *cluster* de atividades econômicas num determinado território.

No final dos anos 90 a Embrapa incorpora a noção de *cluster* na publicação do trabalho “A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil”. Neste livro há uma série de estudos sobre *clusters* dentre os quais encontra-se “O *cluster* suinícola do Oeste de Santa Catarina”.

Como pode-se ver, a noção de *cluster* é mais abrangente e, portanto, não é redutível à cadeia produtiva. Enquanto a noção de cadeia produtiva leva à idéia de uma quase integração vertical e uma proximidade com hierarquia, considerando as relações de poder assimétricas existentes no interior da mesma, a noção de *cluster* enfatiza justamente o contrário, ou seja, a possibilidade de cooperação entre empresas e instituições.

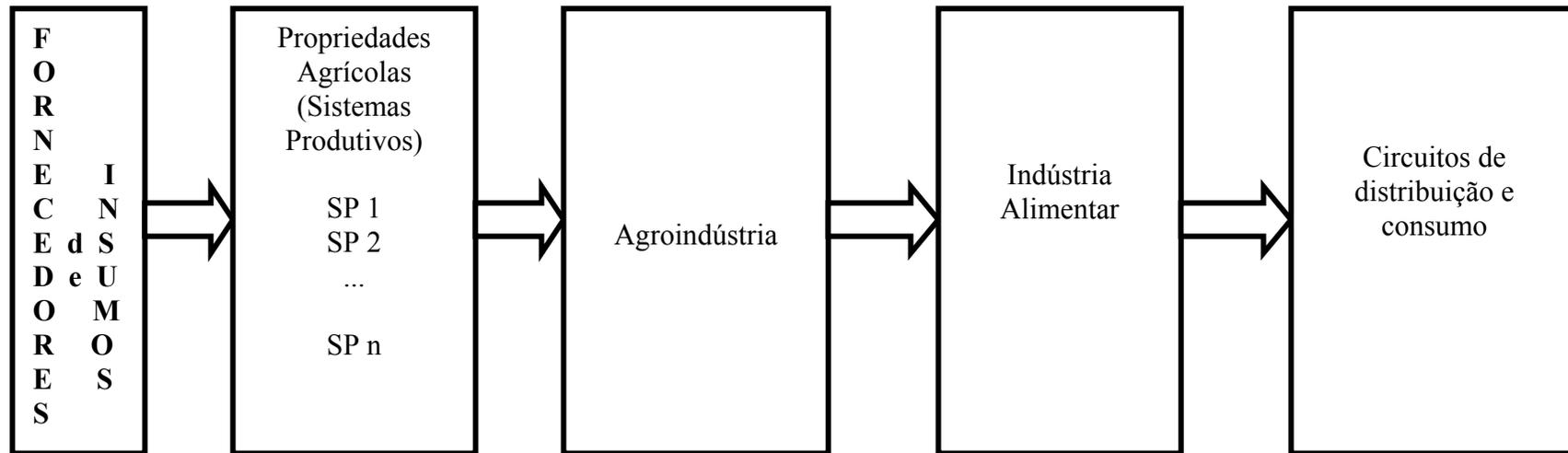


Figura 1. Modelo geral de cadeia produtiva modificado (Embrapa, 1994).

Com efeito, a atividade econômica tem sido cada vez mais valorizada dentro de horizontes espaciais (local, regional, rural) e não apenas setoriais. Termos como desenvolvimento local, espacial, territorial, regional e/ou endógeno tem sido cada vez mais usados para expressar esta nova fase no processo de desenvolvimento rural. Para este, a noção de *cluster* pareceria mais adequada do que a de cadeia produtiva.

#### **1.1.4.3 Cluster e distritos industriais e seus distintos usos**

O uso do conceito de *cluster* para designar o tipo de relacionamento das atividades econômicas com os territórios é relativamente recente. De alguma forma o conceito de *cluster* busca se distinguir da noção de cadeia produtiva que é relativamente à-espacial e, sobretudo, das noções de distrito industrial italiana e aglomerado, sem falar da recente denominação de arranjos produtivos locais.

A literatura tem usado alternativamente a noção de distrito industrial, *cluster*, aglomerado e redes como sinônimos ou com significado diferente, dependendo do autor e de sua filiação teórica. Outras denominações visando exprimir as principais preocupações e alvos das novas políticas de promoção do desenvolvimento tecnológico e industrial são: pólos industriais, sistemas locais de inovação, economias de aprendizado, economias de aglomeração, economia associacional, etc.

Alguns autores têm ressaltado a noção de *cluster* sem destacar o tamanho e o tipo de relacionamento existente entre as empresas e as instituições presentes no referido *cluster*. Haddad (1999:24), por exemplo, ao realizar um estudo sobre “a competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil” considera que

Os clusters consistem de indústrias e instituições que tem ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviços; instituições de pesquisas, instituições públicas e privadas de suporte fundamental.

Ainda, segundo o autor, a análise de *clusters* focaliza os insumos críticos, num sentido geral, que as empresas geradoras de renda e de riqueza necessitam para serem dinamicamente competitivas. A essência do desenvolvimento de *clusters* é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento

econômico, ambiental e social. Nesta mesma perspectiva também temos a contribuição de Ramos (1998:4) que define *cluster* como:

[...] uma concentração setorial e/ou geográfica de empresas nas mesmas atividades ou em atividades diretamente relacionadas, com importantes e cumulativas economias externas, de aglomeração e especialização – de produtores, provedores e mão-de-obra especializada, de serviços anexos específicos ao sector – com a possibilidade de ação conjunta na busca de eficiência coletiva.

Diferentemente de Haddad, Ramos avança e faz uma distinção entre *cluster* incipiente e maduro a partir do estabelecimento de quatro fases e quatro critérios definidores, a saber: exportação, insumos, maquinarias e engenharia (ver anexo C). Os *clusters* incipientes passariam de uma fase de exportação de recursos naturais brutos e, à medida que fossem se transformando em maduros, passariam a exportar produtos processados e, até mesmo, fazendo investimentos no exterior. No caso de máquinas e insumos, por exemplo, passaria da importação para a exportação. O mesmo ocorreria com a engenharia nas diversas fases de maturação do *cluster*.

A idéia de classificar os *clusters* em maduros e incipientes pode ser útil na medida em que permite a visualização da dinâmica no tempo e espaço dos referidos agrupamentos econômicos. Todavia, esta possível passagem de incipiente para maduro pode não se concretizar na medida em que depende de uma série de fatores internos, associados com a ação dos agentes instituintes do *cluster*, assim como dos externos a ele. A visualização da evolução do cluster como ampliação do número e das relações entre estes agentes pode ser vista no anexo D.

A idéia de *cluster* aqui não se limita a *cluster* de pequenas e médias empresas, assim como não pressupõe como condição *sine qua non* a ação conjunta dos agentes envolvidos, apesar desta poder existir. Embora faça uma distinção de *cluster* quanto a sua maturidade, Ramos não apresenta uma tipologia dos mesmos. Em síntese, Ramos procura enfatizar a dimensão técnico produtiva de cluster se aproximando de uma análise descritiva dos seus componentes, como pode ser visto na figura 2.

De forma diferente, outros autores têm usado a noção de cluster como sinônimo de distrito industrial e redes. Amorim (1998:24), por exemplo, define *cluster* como o “conjunto numeroso de empresas, em geral pequenas e médias, que se concentram em uma certa área geográfica e opera em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um

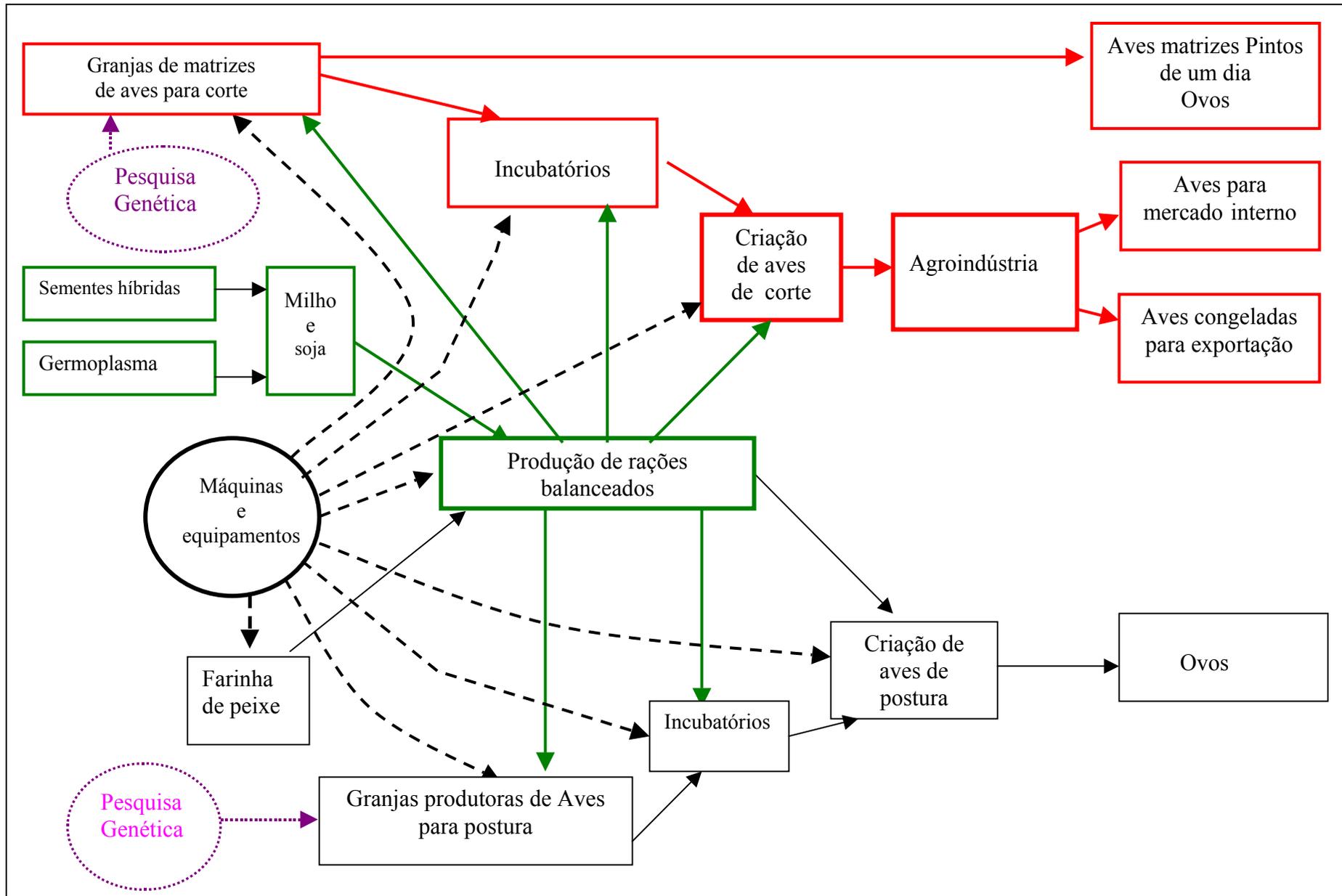


Figura 2. Representação esquemática de um *cluster* avícola adaptado (Ramos,1998).

estágio do processo de produção”. Diferentemente de Ramos, a autora enfatiza as relações sociais e econômicas existentes no distrito industrial. (Ver figura 3 representação de um distrito industrial). A ênfase na intensa cooperação pressupõe a existência de um ambiente favorável a relações horizontalizadas, o que seria de difícil exequibilidade no caso de grandes empresas. Murdoch (2000) ao buscar evidências da existência de redes horizontais cita o exemplo da região da Terceira Itália.

#### **1.1.4.4 Tipologia de distritos industriais**

Ao enfatizar a existência de pequenas e médias empresas e a necessidade de intensa cooperação entre estas e as instituições locais, Amorim assume o conceito de distrito industrial nos termos em que foi inicialmente colocado pelos pesquisadores italianos (Becattini, 1979). No conceito original aparecem como características fundamentais, de um lado, a especialização das empresas em etapas de um processo produtivo, e de outro, a flexibilidade produtiva incluindo os diversos aspectos ligados à produção industrial. Essa definição de distrito industrial acaba por restringir sua utilização para regiões de economia diversificada como aquelas presentes nos espaços rurais. Apesar da importância dos estudos sobre os distritos industriais italianos no debate acerca da dinâmica espacial das atividades econômicas, estudos vêm sendo desenvolvidos visando identificar a existência de variações na sua estrutura e funcionamento, levando à identificação de uma tipologia de distritos industriais. Segundo Markusen (1996) existiriam quatro tipos de distritos industriais.

- (i) Modelo Marshaliano de pequenas e médias empresas
- (ii) Distrito Hub-and-spoke (rodas com raios como de uma bicicleta, em que toda uma estrutura regional gira em torno de uma (ou de um reduzido número de) grande (s) empresa (s))
- (iii) Distrito Plataforma Satélite: Constituído principalmente de filiais de grandes corporações
- (iv) Distrito estatal: a âncora da economia regional é o estado ou entidades sem fins lucrativos.

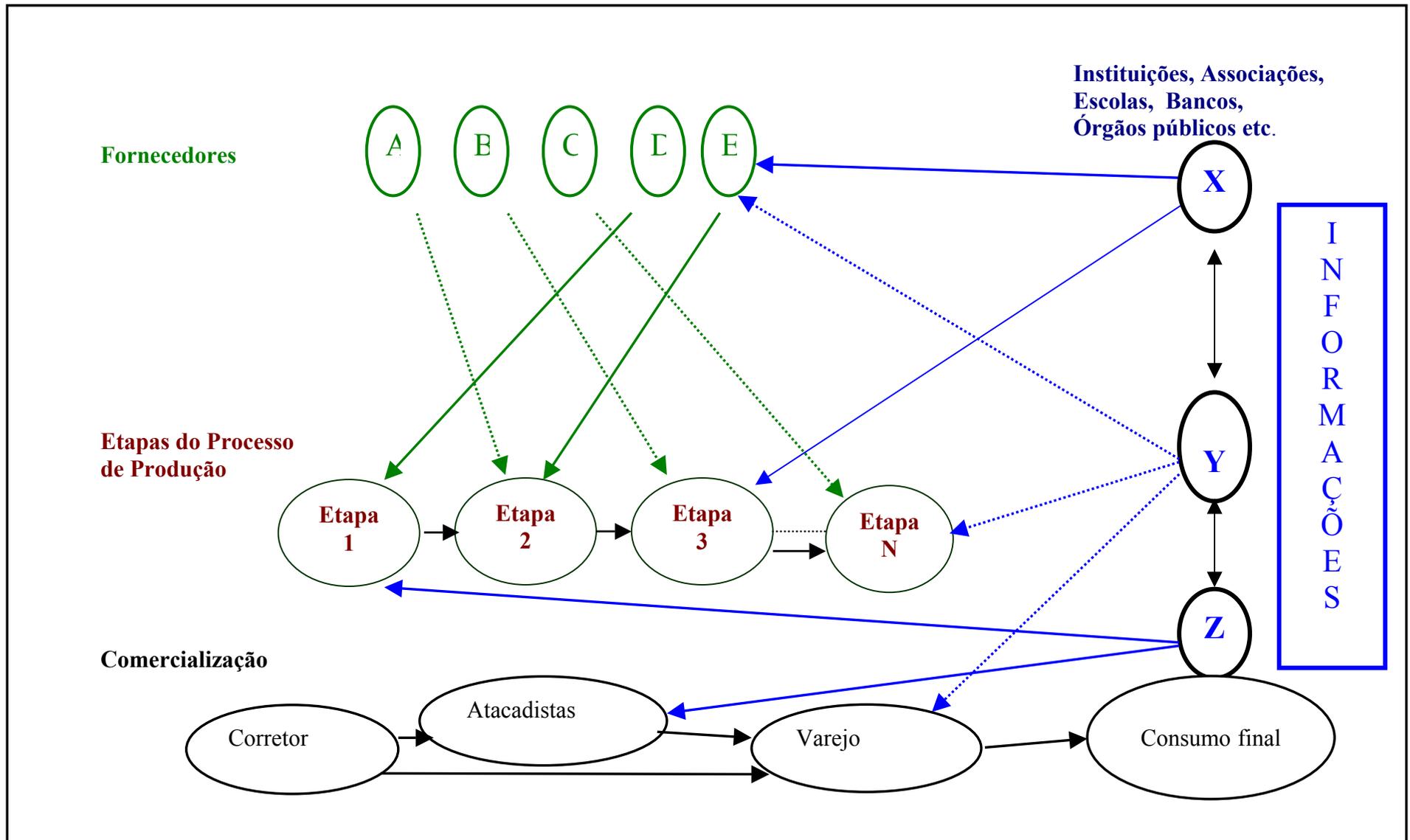


Figura 3. Funcionamento de um Distrito industrial (Amorim (1998)).

A flexibilização do conceito de distrito industrial, que abarca desde regiões urbanas especializadas até regiões agrícolas e rurais mais diversificadas, poderia ser útil para pensar outras dinâmicas espaciais. Por exemplo, os estudos das aglomerações industriais, como a do tipo *hub-and-spoke* serviriam para analisar as relações interempresariais que se estabelecem em regiões com forte presença de grandes empresas. Estas redes inter-empresariais poderiam adquirir novos significados. A literatura que trata dos distritos industriais típicos italianos da especialização flexível enfatiza que o tipo de rede predominante existente entre as pequenas e médias empresas é horizontal ou simétrica. O que ocorre é que as redes podem também ser verticalizadas ou assimétricas quando conformadas pela subcontratação, principalmente a realizada por grandes empresas.

De forma diferente, Helsing (1990:24) argumenta que as pequenas empresas, quando se conectam em redes assimétricas, como as que se estabelecem com as grandes empresas, não só podem manter sua independência como podem tirar vantagens disso. Pode ocorrer um certo benefício indireto para as pequenas e médias empresas quando da existência de externalidades positivas do distrito. No caso dos distritos industriais tipo *hub-and-spoke*, a existência de grandes empresas que compram de fornecedores regionais, e mesmo de fora da região, e vendem principalmente para mercados externos, podem atuar como âncora para a economia regional. A relação destas grandes empresas com seus fornecedores especializados pode ser mais forte ou mais tênue. Neste último caso as pequenas firmas poderiam beneficiar-se das externalidades da aglomeração produzida pelas grandes empresas, sem necessariamente relacionar-se ou comercializar com elas. (Helsing, 1999)

Seriam esse tipo de relações (entre agroindústrias e agricultores familiares integrados) as que estariam presentes no *cluster* da região Oeste? Seria este o caso das pequenas agroindústrias, que podem utilizar toda uma série de produtos e serviços para o seu desenvolvimento, dada a existência de outras relações entre, por exemplo, fornecedores especializados e aqueles dois setores polares da integração agroindustrial? Certamente alguns frigoríficos de aves de pequeno e médio porte se beneficiaram, ou mesmo, são, em alguma medida, produto deste *cluster* como pode ser visto no capítulo 3. O que está menos claro é o impacto deste tipo de *cluster* sobre as agroindústrias familiares rurais de pequeno porte.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Esta possibilidade, assim como seus impactos contraditórios sobre a pequena agroindústria familiar, será explorada no capítulo 6.

Outra questão que surge neste debate é o possível impacto deste tipo de distrito industrial sobre o padrão de desenvolvimento rural. Para que a região possa beneficiar-se da atuação das grandes empresas, estas devem atender alguns requisitos. Segundo Barquero (1997), as empresas devem buscar na inovação sua base de competitividade. Além deste caráter inovativo, deveriam ter um plano de desenvolvimento territorial que seria apoiado por um fundo público nacional de desenvolvimento local.

Ao analisar as formas econômicas como redes, Lowe et al (1995), com base em Amin (1993), sugerem a existência de dois tipos de empresas segundo seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Existiriam empresas sensíveis a custos ou a preço e que deslocam certas tarefas menos qualificadas para regiões periféricas, no caso de empresas com múltiplas localizações. Também estariam as companhias voltadas para *performance*, que derivam suas vantagens competitivas da qualidade de sua produção e que procuram localizações especialmente privilegiadas no que tange a pessoas qualificadas.

Este segundo caso se caracterizaria por uma estrutura e estratégias organizacionais baseadas na manufatura integrada, em que desaparecem divisões tradicionais entre funções administrativas, científicas e manuais, e estabelecem-se laços mais próximos e colaborativos com os fornecedores. Já o tipo de empresa que é sensível aos custos ou aos preços, por outro lado, mantém as divisões hierárquicas tradicionais, especialmente entre o centro da organização e as operações periféricas.

As implicações destas formas de redes para os padrões de desenvolvimento regional são importantes. No caso das empresas de *performance* teríamos maior complexidade nas unidades de operações. Elas têm funções estratégicas e papéis de liderança no desenvolvimento do produto, mais do que de sua montagem. Este tipo de empresa buscaria formas de relacionamento mais horizontalizadas tanto organizacionais internas, como com outras empresas, baseadas na construção e consolidação de redes.

#### **1.1.4.5 Distritos agroindustriais**

Embora o conceito de distrito industrial tenha origem na análise das atividades industriais, o mesmo passou a ser usado também para atividades do sistema alimentar, sob o nome de distrito agroindustrial. Desta forma, alguns pesquisadores italianos procuraram investigar a mudança ao longo de toda a cadeia de produção agroindustrial. Fanfani (1995),

por exemplo, buscou identificar distritos agroindustriais dentro de sistemas locais de desenvolvimento.

Após estudar os distritos agroindustriais do queijo parmegiano reggiano (ver box 1)<sup>10</sup>, do processamento de carne suína e da produção de carne de frango, o autor conclui que, além da diversidade presente nos tipos de produção, havia uma grande variedade de estruturas de produção e relação dos agentes de cada área. Embora exista um bem balanceado tipo de relações entre pequenas e médias firmas, também haveria uma tendência das grandes firmas tornarem-se dominantes em alguns distritos. O último processo, mais presente na produção de carne de frango, estaria praticamente ausente na produção do queijo parmegiano reggiano. As relações, por exemplo, entre os agentes agroindustriais e os produtores rurais são muito mais próximas no caso do queijo parmegiano reggiano do que as existentes no caso da produção de carne suína.

Uma grande contribuição de Fanfani para o estudo de *clusters* de desenvolvimento territorial e, especialmente, rural é a importância dada à origem rural e, portanto, à habilidade artesanal dos trabalhadores e empresários, como atributo fundamental para a criação e funcionamento de um distrito. Outro destaque é dado às instituições locais no fornecimento de serviços reais<sup>11</sup> e toda uma outra gama de serviços, como o de qualificação de mão-de-obra (considerada requisito fundamental para a inovação tecnológica e organizacional dos distritos). “A origem dos distritos agroindustriais é freqüentemente associada à pronunciada especialização agrícola ou à presença de atividades artesanais para satisfazer uma significativa demanda alimentar regional” (FANFANI, 1995:99).

A análise dos distritos deveria, segundo o autor, encontrar quais os fatores determinam sua origem, permanência, sucesso e fracasso.

A abordagem dos distritos industriais nos remete para a seguinte pergunta: a que tipo de empresa estamos nos referindo no Oeste catarinense? Ou melhor, de que tipo de rede estaríamos falando? Estaríamos testemunhando a emergência de um tipo de empresa baseada na constituição de redes de inovação e aprendizagem típicas das redes horizontais nos termos de Murdoch (2000)? Esta questão deverá ser trabalhada com mais detalhe no capítulo II.

---

<sup>10</sup> A Itália tinha, em 2000, cerca de 1400 produtos alimentares típicos. Estes incluem 400 tipos de queijo e mais de 200 tipos de carnes processadas, além de outros produtos. Destes produtos típicos, 104 possuem reconhecimento oficial da União Européia como Indicação Geográfica Protegida ou Denominação de Origem Protegida (Roest & Menghi 2000).

## 1.2 Superando dicotomias: a noção de redes de desenvolvimento rural.

Alguns pesquisadores que passaremos aqui a analisar, têm procurado superar alguns dos termos dicotômicos do debate no decorrer dos anos 90 (Marsden et al 1990, 1993, Lowe et al 1995, 1998, Marsden 1999; Murdoch, 2000). Marsden, Lowe e Whatmore (1990), argumentam que os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pela forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais. Este foi o *insight* inicial para a realização de uma série de interessantes trabalhos acerca da reestruturação rural nos países desenvolvidos, como os citados acima e outros que analisaremos a seguir.

Lowe, Murdoch & Ward (1995), após análise da concepção exógena e endógena de desenvolvimento rural, seus alcances e limites, propõem a utilização da noção de redes. Estes autores enfatizam a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social levando em consideração as dimensões de poder. A forma como se dão as relações sociais entre os agentes locais e entre estes e os não locais seria mais importante que pertencer ou não a um dado território.

[...] no entanto, nós devemos estar prontos para reconhecer que estas instituições locais vão estar envolvidas em relações complexas com instituições não-locais e que o sucesso implica em assegurar que essas ligações sejam construídas em termos que permitam que os atores locais exerçam controle e mantenham uma proporção razoável do valor adicionado (LOWE et al, 1995:103).

Os autores consideram ainda que, do mesmo modo que as hierarquias econômicas nacionais e regionais já estabelecidas sucumbem às tendências globalizantes ou localizantes, as ligações internas e externas das regiões estão sujeitas a uma reestruturação muito grande. Neste contexto, para Lowe et al, as principais questões a serem investigadas deveriam ser: como se gera valor nestas cadeias de produção e consumo e quem exerce controle sobre estas cadeias. Usando a terminologia das associações ou redes, propõem examinar o enraizamento

---

<sup>11</sup> Os serviços reais como capacitação de mão-de-obra, pesquisa de mercado, entre outros, são assim definidos em contraposição aos serviços financeiros.

local das redes nas regiões, suas relações com o exterior e as condições que permitem a manutenção bem sucedida do controle e do valor econômico pelos atores locais. O foco nas redes integra o estudo das formas econômicas com a análise dos processos sociais e assim consegue superar de forma bastante útil a preocupação do desenvolvimento endógeno/exógeno.

Retomando o debate entre as perspectivas da globalização e da re-localização, Marsden (1999) argumenta a existência de novas rodadas de desenvolvimento, desigual, dos espaços rurais regionais. Diferentemente do que defendia a posição da economia política da internacionalização do sistema alimentar, as forças da globalização, por exemplo, não estão levando a uma homogeneização dos espaços rurais/locais e regionais. Ainda, segundo Marsden, trajetórias contraditórias estão emergindo no âmbito local, entre as quais as que favorecem a homogeneização e as que aprofundam a diferenciação entre os espaços locais.

A contribuição mais recente neste debate identificamos no trabalho de Murdoch (2000), “Redes: um novo paradigma de desenvolvimento rural?”. A perspectiva do autor não é a de trazer a análise de redes mais geral que tenta explicar os padrões globais de mudança, como fazem Castells (1996) e Urry (2000). Enquanto estes autores se preocupam com um nível mais geral de rede, associada à emergente sociedade da informação, a preocupação de Murdoch é com o nível intermediário de redes. Neste nível estariam as redes que alcançam diretamente a agricultura e outros setores sócio-econômicos dos territórios rurais e configuram assim determinados padrões de articulações dos atores locais e não locais em processos de desenvolvimento.

Este nível intermediário de redes seria, ainda segundo Murdoch, adequado tanto para a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação. Teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente.

Analisaremos como estas duas formas de redes rurais têm sido abordadas pela literatura, iniciando pelas redes verticais.

Os estudos das cadeias de *commodities* dentro da perspectiva marxista foram pioneiros na investigação dos processos de transformação industrial que ocorrem nas diversas etapas da cadeia alimentar: produção, processamento, distribuição e consumo final, e focavam sobre atores, conexões e alcance espacial (Fridland et al 1981 e Janvry, 1981). Segundo Murdoch, estes estudos teriam mostrado como as cadeias de *commodities* vêm tornando-se cada vez mais dominadas por grandes atores industriais enquanto os agricultores vêm perdendo poder e sendo excluídos do processo de produção. Mais recentemente a dominação, pelo menos na Europa, estaria sob influência marcante da grande distribuição alimentar. Só nos últimos anos os estudos teriam focado, além dos problemas sociais, as conseqüências ambientais deste tipo de desenvolvimento.

Mais recentemente, a análise das redes verticais tem sido realizada através da utilização da teoria do ator-rede (TAR). O conceito envolve associações heterogêneas e os mecanismos de sua transformação ou consolidação. A rede sócio-técnica não é redutível a um ator ou a uma rede formada por uma série de elementos heterogêneos, animados e inanimados, que se vinculam entre eles por um certo período de tempo. A rede sócio-técnica se diferencia dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que geralmente exclui os componentes não humanos e cuja estrutura interna é raramente assimilada a uma rede. Mas, por outro lado, a rede sócio-técnica não deve ser confundida com uma rede que articula de uma forma previsível elementos que estariam perfeitamente definidos e estáveis. Neste tipo de rede as entidades que a constituem podem a qualquer momento redefinir sua identidade e transformar as características da rede. A teoria do ator-rede descreve as dinâmicas da sociedade em termos totalmente diferentes dos utilizados pelos sociólogos, porque no geral tendem a desconhecer estas associações heterogêneas e tem dificuldade em entender "society in the making" (Callon 1987).

A TAR foi formulada no final dos anos 70 a partir de estudos dentro da sociologia da ciência e da inovação e, ultimamente, passou a ser usada no estudo de diversas áreas e temáticas. Um de seus mais importantes representantes, Callon (1991:133), define um tipo

particular de TAR, as redes técnico-econômicas<sup>12</sup>, como “um conjunto coordenado de atores heterogêneos os quais agem mais ou menos com êxito para desenvolver, produzir, distribuir e difundir métodos de geração de bens e serviços”. Ainda, segundo Callon, as redes técnico-econômicas se diferenciam de outros tipos de redes. Teriam uma semelhança apenas distante com as redes técnicas, tais como nos sistemas de comunicação, sistemas ferroviários ou de esgotos que são estudados pelos economistas. Estas redes podem em essência ser reduzidas a longas associações de não-humanos que aqui e ali reúnem alguns humanos. As redes técnico-econômicas também não são redutíveis às redes de atores sociais descritas pelos sociólogos que privilegiam as interações entre os humanos na ausência de qualquer suporte material. As redes técnico-econômicas são compostas, misturando humanos e não humanos.

Para Callon, os economistas nos ensinariam que a interação social envolve a circulação de intermediários e os sociólogos que os atores só podem ser definidos em termos de sua relação. A TAR junta estas duas contribuições e assume que os atores se definem uns aos outros na interação e através dos intermediários que eles colocam em circulação. Assim, a TAR estudaria redes híbridas formada por humanos e intermediários. Nas redes técnico-econômicas os intermediários seriam os textos, os objetos técnicos, as capacidades humanas e o dinheiro. Algumas propriedades centrais das redes emergem, como a sua possibilidade de ação a distância (Latour, 1987; Law, 1986).

De particular importância aqui, para nossa pesquisa, é uma das propriedades que a teoria do ator-rede vem explorando, qual seja, a sua capacidade de ação a distância. Estamos nos referindo à capacidade de atuação das grandes indústrias alimentares, que vem promovendo processos de padronização técnico-produtiva na esfera agrícola. Law (1986) utilizou a TAR como um modo de ação a distância, para investigar as causas do sucesso da navegação portuguesa, especialmente o comércio das especiarias com a Índia. Law argumenta que controlar, dirigir e manter a integridade das embarcações (caravelas e equipamentos) que saíam de Lisboa era uma das questões chave para o sucesso das expedições. Além do controle social das expedições havia a necessidade do controle a longa distância, que seria feito através dos artefatos. Estes, para Law, devem ser vistos como integrantes de sistemas interligados com o

---

<sup>12</sup> A partir deste momento a teoria ator-rede, as redes técnico-econômicas e as redes sócotécnicas são utilizadas com o mesmo significado. Ver dois estudos recentes realizados em Santa Catarina usando esta abordagem em Fert (2001) e Dorigon (1997).

social e o econômico. As caravelas e os equipamentos foram nomeados por Law como “móveis imutáveis”.

Segundo Latour (1987), agir a distância é controlar pessoas, eventos e lugares trazendo para casa esses lugares, pessoas e eventos. Para isso os materiais de uma rede devem ser: (i) tão móveis que eles possam ser levados e trazidos de volta; (ii) tão estáveis que eles possam ser movidos para traz e para frente sem distorção ou deterioração e (iii) tão combináveis que qualquer que seja a substância de que são feitos eles possam ser acumulados e embaralhados como um maço de cartas.

Outros autores como Amim & Thrift (1994) têm destacado que uma das conseqüências da abordagem ortodoxa da globalização é que ela praticamente erradica a agência social e a luta ao apresentar o alcance global como um processo sistêmico e lógico mais do que parcial e contestado. Para Whatmore & Thorne (1997), a TAR problematiza o alcance global concebendo-o como um processo trabalhado, incerto e, acima de tudo, contestado de agir a distância. Assim, os autores têm argumentado que os poderosos atores econômicos não conseguiram evitar que a crise da vaca louca atingisse toda a cadeia de carnes. Isto demonstraria a necessidade de observar para além dos aspectos destacados pela economia política e partir de uma análise integrada dos constituintes socioeconômicos e naturais das cadeias agroalimentares. Para superar os limites da abordagem unidimensional do poder (presente na análise da cadeia de *commodities*), dever-se-ia passar para uma visão onde o poder é considerado como sendo exercido por complexas associações entre os mundos social, o natural e o tecnológico, tal como é enfatizado pela teoria do ator-rede.

Com a introdução da TAR para a análise das cadeias de *commodities*, segundo Murdoch, ocorre uma certa flexibilização nas abordagens ancoradas na posição da economia política da globalização. Contudo, mesmo permitindo esta flexibilização, a utilização da TAR para pensar estratégias de desenvolvimento rural alternativas pode não ser suficiente.

Se as redes verticais foram tradicionalmente analisadas dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de *commodities* e, mais recentemente, através da incorporação da teoria do ator-rede, as redes horizontais têm sido abordadas, dentro de um recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem. Segundo Murdoch, nesse caso as estratégias de desenvolvimento rural são pensadas a partir do fortalecimento das atividades agrícolas e também das não agrícolas. A hipótese que norteia

essas análises é a de que as regiões que têm uma história de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico. Um exemplo sempre citado é o da Terceira Itália<sup>13</sup>, com o caso do Queijo Parmegiano Reggiano (ver box 1). A ênfase na inovação indica que as associações ou redes mais apropriadas não são apenas amálgamas de arranjos institucionais pré-existentes mas, sim, aquelas que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico.

Estas novas preocupações com redes de inovação e aprendizagem levantam também importantes questões para os estudos do desenvolvimento rural. Outras formas de especialização para os espaços rurais podem estar emergindo, dentro das novas tendências da economia mais ampla, mas dependem da habilidade de dadas áreas rurais, que é contingente a existência de redes interativas flexíveis e relações baseadas na confiança, pensadas para facilitar a inovação.

E, reveladamente, aquelas áreas rurais que mantêm uma reserva de formas econômicas baseadas na agricultura tradicional, às quais são integradas as origens e outras conexões, podem ser o melhor território para aproveitar as novas oportunidades econômicas. Deste modo, áreas que têm avançado nas rodadas de industrialização prévia – e que eram baseadas na forte especialização rural e formas de padronização, dirigidas para as grandes empresas – podem não se beneficiar das novas condições econômicas (já que elas tendem a ser configuradas pelas cadeias de *commodities*).

Esta descoberta questiona o entendimento do que constitui desenvolvimento rural, em particular na esfera agrícola, onde desenvolvimento tem sido igualado a intensa capitalização em direção às grandes unidades de produção e ao declínio do poder do trabalho. Agora o desenvolvimento adequado é aquele estabelecido pelas novas redes de inovação. Tais redes seriam mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção. Assim, a noção de rede recolocaria nosso entendimento do desenvolvimento e da distribuição espacial de recursos pensados como necessários para o sucesso econômico.

---

<sup>13</sup> A Região da Emiglia Romana, chamada de Terceira Itália, foi denominada em função da existência de uma Primeira Itália (norte), industrial e desenvolvida, e a Segunda (sul), menos desenvolvida.

### **Box 1. O caso do Queijo Parmegiano Reggiano.**

O Queijo Parmegiano Reggiano é um bem sucedido sistema de produção agrícola e industrial de um alimento de qualidade reconhecido internacionalmente, envolvendo produtores de leite, pequenos fabricantes de queijo e outros agentes na região Emiglia Romana-Itália.

É um queijo maturado obtido a partir de leite produzido sob condições estabelecidas pelo Consórcio de Valorização entre as quais destaca-se o tipo de alimentação das vacas e a entrega do leite duas vezes ao dia.

A sua produção abrange as províncias de Parma, Reggio Emiglia, Modena e parte das províncias de Bologna e Mantua.

Envolve aproximadamente nove mil produtores de leite entre as áreas planas, colinas e montanhas. O leite é processado por cerca de 900 pequenas queijarias, das quais 500 são pequenas cooperativas. Em 85% destas o número de sócios é menor que 15. A produção total de queijo é de cerca de 100 mil toneladas anuais.

O Queijo Parmegiano Reggiano tem como concorrente principal o Grana Padano. Neste último a lógica de produção é industrial, pautada pela ampliação das escalas, tanto na esfera agrícola como na etapa industrial. Por exemplo, na esfera agrícola, enquanto no Parmegiano a participação dos produtores com menos de 20 vacas é de 40%, no Grana Padano é de apenas 10%. De modo contrário, a participação dos produtores com mais de 100 vacas é de 10% no Parmegiano Reggiano e de 40% no Grana Padano.

O custo de produção do queijo Parmegiano é superior ao do Grana Padano. A concorrência no mercado se dá na qualidade diferenciada pela qual o consumidor está disposto a pagar.

O Parmegiano Reggiano continua demonstrando a força de um sistema artesanal de produção de alimentos num mundo industrializado, conforme demonstra Roest (2000).

O Consórcio de Valorização do Queijo Parmegiano Reggiano, fundado em 1934 e reconhecido em 1955, dá proteção legal, controla a qualidade e promove o marketing do produto.

Na base deste sucesso está um complexo ambiente institucional permeado por redes sociais como:

- Consórcio de valorização do produto
- Comunidades de Montanha
- Cooperativas de Produtores
- Sindicatos de Produtores
- Associações de criadores de gado e serviços de assistência técnica e extensão rural.
- Centros de pesquisa científica e escolas agrícolas
- Administração Regional da Emiglia Romagna
- Política Agrícola Européia

**Fonte:** Roest & Menghi (2000)

Ainda, segundo Murdoch (2000), a abordagem de redes é útil porque ela possibilita integrar as questões do desenvolvimento, internas às áreas rurais, com problemas e oportunidades, que são externas. O termo rede permite ainda manter o interno e o externo juntos numa mesma estrutura de referência. Ademais, o próprio Latour afirma: “The two extremes, local and global, are much less interesting than the intermediary arrangements that we are calling networks” (LATOURE 1993:122, apud WHATMORE; THORNE 1997)

Ao investigar a pertinência do uso da abordagem de redes para analisar o desenvolvimento rural, Murdoch identifica a existência de três tipos de região associados com os tipos de redes. O primeiro tipo seria de regiões onde predominam cadeias de *commodities* específicas, com padrões de produção estandardizados, em que especialização e busca de economias de escala são as estratégias competitivas, ligadas à presença de grandes empresas voltadas a economia globalizada. A questão chave situa-se na capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas, geradas, no geral, fora da região. No outro extremo teríamos o segundo tipo de região, onde predominam estratégias competitivas ligadas à produção diversificada resultante da presença de redes de pequenas e médias empresas do setor agrícola e não agrícola. Nestas pequenas e médias empresas a questão chave é a promoção continuada de inovações, devido a sua capacidade de aprendizagem nos territórios regionais. O terceiro tipo seria o das regiões marginalizadas tanto pelas redes estandardizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem.

Em síntese, Murdoch enfatiza que o paradigma de rede não deveria ser usado para sugerir apenas um modelo de desenvolvimento rural. Ao invés disto, o reconhecimento de que há diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições pré-existentes, implica que as estratégias adotadas pelas agências de desenvolvimento necessitam se ajustar às diferentes áreas rurais. Portanto, o termo rede varia em significado de acordo com o contexto de uso.

Já Lowe et al (1995) enfatizam a necessidade de deixar de lado uma concepção normativa das redes como característica definidora de uma nova ordem organizacional, por dois conjuntos de motivos. Em primeiro lugar porque as redes não são novas e nem o mercado e as relações hierárquicas estão desaparecendo. A principal questão diz respeito a como essas instituições econômicas tradicionais podem ser recolocadas na abordagem de rede. Em

segundo lugar é importante não fazer suposições a priori sobre a natureza das relações em rede. Assim, os problemas específicos de áreas rurais dadas devem ser avaliados dentro de seus contextos políticos e econômicos.

Partindo dessa orientação, propõe-se neste trabalho tomar a noção de rede como referencial teórico-metodológico para a análise da mudança social rural na região Oeste catarinense como será visto no capítulo 2. Antes de apresentar a problemática do desenvolvimento rural da região vamos considerar como o debate acerca do desenvolvimento rural vem ocorrendo no Brasil. Além da existência de dicotomias nas teorias do desenvolvimento rural, a problemática que tem se tornado central no debate é a da inserção da agricultura familiar.

### **1.3 Os distintos enfoques no debate brasileiro: a agricultura familiar, o novo rural e a integração agroindustrial**

A perspectiva teórica das redes pode contribuir nos debates sobre desenvolvimento rural que têm permanecido altamente vinculados à situação da agricultura familiar. Nossa proposta é trazer esta abordagem para explorar os desafios do desenvolvimento rural no Brasil. É inegável que a preocupação com o desenvolvimento dos espaços rurais vem ganhando relevância, especialmente a partir de meados dos anos 90, no meio acadêmico, na sociedade civil e no estado. Para Navarro (2002) este seria, nos últimos 50 anos, o segundo momento em que a noção de desenvolvimento rural ganhou singularidade histórica. O primeiro teria sido após a Segunda Guerra Mundial, sob o ímpeto da modernização da agricultura como caminho natural da melhoria das condições de vida da população rural.

A percepção da necessidade de rever o papel do meio rural e da agricultura no desenvolvimento está presente na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em torno da reforma agrária e, nas propostas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) por uma política pública diferenciada para a agricultura familiar. Esta demanda desembocou na formulação e implementação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O conceito de agricultura familiar que será aqui adotado é o de Lamarche (1993:15) segundo o qual “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Diferentemente da agricultura

patronal a produção familiar se constitui numa estrutura social altamente flexível no que diz respeito a suas formas de organização da produção, podendo chegar aos extremos da monocultura ou da policultura.

No Brasil o debate sobre o desenvolvimento rural está ligado ao papel da agricultura familiar, em especial sua re-inserção socioeconômica. Partilhando da visão de Wilkinson (2000), podemos afirmar que existem três distintos enfoques no Brasil acerca da produção familiar. O primeiro origina-se nos estudos FAO/INCRA do início dos 90, buscando inserir a agricultura familiar no mundo agrícola no contexto da reforma agrária, e dando destaque a agricultura como indutora do desenvolvimento no espaço rural. O segundo tipo, pelo contrário, enfatiza o rural não agrícola como estratégia de desenvolvimento do espaço rural. Por fim o “enfoque agroindustrial” que vê desenvolvimento rural associado à possibilidade da agricultura familiar se re-inserir no mercado das cadeias produtivas fordistas e, principalmente, nas novas cadeias visando atender aos emergentes padrões de consumo associados a produtos locais, artesanais/coloniais, orgânicos/agroecológicos. Uma análise das interfaces, divergências, convergências e possíveis complementaridades, entre as três perspectivas, será feita a seguir.

### **1.3.1 Pluriatividade e o rural não agrícola**

De acordo com Graziano (1996), o novo rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial. Do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não mais seriam identificadas com a atividade industrial nem o campo com a agricultura e pecuária. Em alguma medida esta posição reproduz parte do debate proposto por Saraceno, como vimos anteriormente.

Graziano (1999) define o novo rural como constituído dos seguintes sub-conjuntos.

- 1) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e ligada às agroindústrias;
- 2) Atividades de subsistência, que gira em torno da agricultura rudimentar e de criação de pequenos animais, e que são a parte excluída do agribusiness,
- 3) Atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços, e
- 4) Novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado.

Uma avaliação dos quatro subconjuntos evidencia que quase todos os fenômenos que estão acontecendo no meio rural passam a ser identificados com o “novo rural”. Isto pode ser questionado porque a agricultura moderna integrada ao agribusiness emergiu já nos anos 70. Além disso, as atividades de subsistência estavam presentes nos limites da fazenda, identificada como complexo rural ainda no período da economia agroexportadora do final do século XIX e início do século XX. As novas atividades agropecuárias podem ser vistas como um processo de reconversão, visando atender novas demandas por consumidores urbanos.

Utilizando as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios – PNADs- do Ibge, o Projeto Rurbano, coordenado por Graziano dentro do Instituto de Economia da Unicamp, vem estudando, desde o início dos anos 90, a dinâmica deste rural em vários estados brasileiros, exceto os da região Norte, com a participação de vários pesquisadores de diversas Universidades e Institutos de Pesquisa Agropecuária.

O dado central que fundamenta esta abordagem é o de que, nos anos 80, a população rural brasileira ocupada em atividades não agrícolas teve crescimento significativamente superior àquela ocupada em atividades agrícolas. Na região Sudeste, no ano de 1990, por exemplo, mais de 40% da população rural estava ocupada em atividades não agrícolas. No Estado de São Paulo, segundo Balsadi (2001), as ocupações não agrícolas, entre 1992 a 98, teriam crescido 7,3 % ao ano enquanto as ocupações agrícolas teriam decrescido 5,8% ao ano.

O dado instigante é que são incluídas em atividades não agrícolas (em decorrência do critério de classificação das PNADs do Ibge) as que se referem à agroindústria, no meio rural. Este procedimento, embora usado nas PNADs, ignora todo o esforço teórico que vem sendo realizado desde os anos 50 nos EUA – com o conceito de agribusiness - e, dos anos 70, no Brasil – com o conceito de complexo agroindustrial, - que configuraram um referencial para analisar de forma integrada a dinâmica, à montante e à jusante, da agricultura. Segundo Wilkinson & Mior (1999), ao incluir as atividades agroindustriais como “não agrícolas”, a abordagem do novo rural acaba desconsiderando como o processo de agroindustrialização de produtos na propriedade do agricultor remonta às próprias origens da agricultura familiar.

A partir desta caracterização do novo rural, Graziano trabalha seus possíveis impactos na formulação de políticas rurais. Estas continuariam a ser direcionadas basicamente a reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de

comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Segundo a análise do novo rural, não se estaria levando em conta o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas, típicas da sociedade pós-industrial, como, por exemplo, estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, etc. (BLAKELY E BRADSHAW, 1985 apud GRAZIANO 1999).

Para esta abordagem, a recenticidade e a complexidade dos problemas relacionados com o meio ambiente e o desenvolvimento dos espaços rurais passam também a mudar a forma de elaboração e implementação das políticas públicas. Contrastando com as políticas agrícolas, as políticas agrária e ambiental devem necessariamente ser formuladas e implementadas de “baixo para cima” através da busca de um consenso entre as representações de interesses privados organizados e o setor público, nos seus distintos espaços de atuação. As políticas agrícolas têm de ser necessariamente implementadas de “cima para baixo” já que afetam os mercados globais de produtos, crédito e trabalho, enquanto que as ambientais e agrárias afetam os mercados locais.

Na visão do rural como *continuum* do urbano é contestada por Wanderley (1997) e Carneiro (1997). O campo e a cidade, longe de constituírem pólos opostos, guardam especificidades que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente. Do ponto de vista sociológico, as autoras propõem considerar duas características fundamentais do meio rural: i) A relação específica da população rural com a natureza, dado que o meio rural é um espaço predominantemente não construído pelo homem, e ii) as relações sociais também diferenciadas, que Henry Mendras definiu como de interconhecimento, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das comunidades rurais (Wanderley, 1997).

O “novo rural” seria basicamente caracterizado pelo crescimento das atividades não agrícolas no seu espaço e seu ator principal seria o agricultor ou família rural que exerce múltiplas atividades (a chamada pluriatividade). Desta forma, a dinâmica do desenvolvimento rural não seria mais dada pelo crescimento agrícola e, sim, pelo crescimento das atividades não agrícolas. São estas atividades que seriam portadoras de um porvir mais desejável para a população rural. Para isso sugere-se a formulação de políticas “não agrícolas” para o desenvolvimento rural.

A perspectiva do novo rural se constitui numa contribuição importante para o entendimento da nova dinâmica de desenvolvimento dos espaços rurais. Todavia, além dos questionamentos acima, caberia indagar se a pluriatividade seria o único papel reservado para a agricultura familiar nesta visão ou ela ainda poderia ter um papel importante tanto para a produção agrícola como para as novas atividades rurais. Ao advogar o papel preponderante da convencional forma de produção agrícola, o novo rural estaria a compartilhar da visão homogeneizadora da agricultura pelas forças da globalização do sistema alimentar, como visto no início do capítulo.

### **1.3.2 Agricultura familiar e a reforma agrária**

A partir dos anos 90 diversos trabalhos acadêmicos, de diferentes correntes teóricas, têm enfatizado a importância do fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural<sup>14</sup>.

Um dos primeiros exemplos nesta direção foi o documento “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável” produzido por um grupo de pesquisadores de diversas universidades e outras instituições brasileiras. Apresentavam-se como diretrizes para políticas de desenvolvimento rural, a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar através de um processo de reforma agrária, e de criação de um ambiente institucional favorável à consolidação deste tipo de agricultura, com linhas de crédito rural para custeio e investimento, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural e infra-estrutura. (FAO/INCRA, 1994).

Dando seqüência a este trabalho Guanzioli et al (2001) realizam uma análise da importância da agricultura familiar a partir do Censo Agropecuário do Ibge de 1995/96. Segundo os próprios autores, os resultados foram tão surpreendentes que o documento “Perfil da agricultura familiar brasileira levou o sub-título de “o Brasil redescoberto”. Nas palavras dos autores

Em contraste com a elevada concentração da propriedade da terra, o estudo revela que 85,2 % dos estabelecimentos agropecuários são explorados por produtores familiares,

---

<sup>14</sup> Ver, entre outros, (FAO/INCRA,1994; Abramovay, 1990; Veiga, 1991a, 1991b)

que utilizam pelo menos 50% de mão de obra da própria família. Revela também que a agricultura familiar ocupa 30,5% das terras agricultáveis, mas responde por 37,9% da produção agropecuária brasileira. Mais surpreendente é a constatação de que a agricultura familiar, geralmente associada a formas atrasadas e à produção de subsistência, está no cerne do moderno agribusiness brasileiro, respondendo por 31,6 % da produção de soja, 39,9 % da produção de aves e 48,6 % da produção de milho, tendo, portanto, forte presença nas exportações brasileiras (GUANZIROLI et al, 2001:7).

Contudo, ao lado deste quadro alvissareiro, os autores também evidenciam a existência de 2,7 milhões de unidades produtivas que não geram renda suficiente para assegurar a subsistência digna da família, constituindo-se em bolsões de pobreza no meio rural. Políticas públicas adequadas para alavancar um processo de desenvolvimento que incorpore esta multidão de famílias, torna-se uma das questões do debate acerca da agricultura familiar no Brasil.

Veiga é um dos pesquisadores que desde os anos 80, trabalha a necessidade e viabilidade da estratégia de desenvolvimento rural através da agricultura familiar<sup>15</sup>. No trabalho “Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto” Veiga critica a agricultura patronal como estratégia de desenvolvimento agrícola assim como o viés urbano das políticas públicas brasileiras. Considerando que o desenvolvimento rural seria um fenômeno intrinsecamente local e regional, o eixo propositivo de política deveria centrar-se nestes espaços. Para isso tornaria-se inadiável, além do fortalecimento de programas tipo Pronaf, Proger-rural e a política dos assentamentos de reforma agrária, um amplo programa rede voltado ao fortalecimento da família rural, cuja principal ênfase seria a educação<sup>16</sup>. Esta deveria incluir: a) o ensino regular básico, b) a necessária formação profissional e, c) a relação dos dois anteriores com as redes de ciência, tecnologia e extensão.

Todavia, parte dos argumentos favoráveis a agricultura familiar pode ser questionada. Qual a irreversibilidade da organização da produção patronal ainda existente e fortalecida no

---

<sup>15</sup> Uma base empírica utilizada na defesa da agricultura familiar é a publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mostra municípios onde predomina a agricultura familiar, com alto IDH. Em 1995, o primeiro lugar no IDH no Brasil é Feliz, um município rural do Rio Grande do Sul. Mais sete estavam entre os primeiros colocados: Indaial (SC) em quarto, Paraí (RS) em quinto, Gaspar (SC) em sexto, Videira (SC) em nono, tendo Nova Prata (RS), Salvador do Sul (RS) e Timbó (SC) empatado na décima posição. O mesmo tipo de municípios – rurais – ocupava quase a metade das 50 melhores colocações.

Brasil, especialmente, pelas políticas públicas? De outro lado, o argumento de Veiga apóia-se na experiência dos países desenvolvidos que, diferentemente do Brasil, priorizaram a estrutura social de natureza familiar na agricultura para apoiar as políticas de desenvolvimento.

Outro autor que tem se dedicado à problemática do desenvolvimento rural dando importância central à agricultura familiar é Abramovay, que tem enfatizado a necessidade de repensar o desenvolvimento dos espaços rurais a partir das noções de capital social e de território ligadas à agricultura familiar.

A noção de capital social foi originalmente associada a J. Colemann (1990) e, posteriormente, desenvolvida por Putnam (1996:177) para quem “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor vai buscar exemplos deste capital social em situações muito díspares, como fundos rotativos de crédito na Nigéria e regiões cívicas do norte da Itália (objeto de seu livro). Nestas regiões, a existência de um capital social teria possibilitado a ação coletiva para alcançar os objetivos propostos pela comunidade. Individualmente, sem esta ação coletiva e coordenada, os objetivos não teriam sido alcançados. Ao possibilitar a ação coletiva, com isso alcançar resultados, o capital social tornar-se-ia produtivo.

Para Abramovay “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. A noção de território inter-relacionada com a abordagem de distrito industrial, a partir dos estudos de pesquisadores italianos nos anos 80, também é utilizada por Abramovay para enfatizar processos endógenos de desenvolvimento rural. A crescente valorização de escalas descentralizadas de intervenção, como os municípios, assim como a participação crescente da sociedade civil e dos agricultores nos conselhos de desenvolvimento rural, são ressaltadas como indicativas de uma nova territorialização.

A noção de distrito industrial tem sido alvo de questionamento por parte de Graziano (1997a) que tem argumentado contra a possibilidade de transposição do conceito de distrito industrial, provindo da experiência italiana, para outras regiões. Da mesma forma que

---

<sup>16</sup> Veiga aceita as estimativas, segundo as quais, no Brasil, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o

Garafoli (1997), segundo Graziano, não existiria nenhuma constatação favorável à utilização do mesmo.

Outros autores que estudaram o assunto discordam da análise realizada por Garafoli (1997) e apoiariam a argumentação de Abramovay. Raud (1999), por exemplo, ao analisar comparativamente as experiências de industrialização descentralizada ocorridas na Itália e no estado de Santa Catarina (Brasil) afirma que, “se não se pode dizer que são verdadeiros distritos industriais, em compensação eles manifestam o potencial de uma industrialização descentralizada no Brasil” (Raud, 1999:54). Ainda, segundo Raud, ambas as regiões (Nordeste da Itália e Santa Catarina) apesar de apresentarem diferenças, também assemelham-se no que diz respeito, por exemplo, à existência de um tecido social que mescla indústria e agricultura, economia e sociedade, na base do desenvolvimento industrial. A conclusão a que chega Raud, por sua vez, evidencia uma certa flexibilização no conceito de distrito industrial não mais se restringindo à situação empírica evidenciada por pesquisadores na Terceira Itália.

Este debate em torno da reprodutibilidade da noção de distrito industrial está sendo motivo de muita controvérsia no âmbito da geografia econômica. Como vimos anteriormente, pesquisadores têm se dedicado ao estudo de novas formas de organização das atividades econômicas que abrangeriam os distritos italianos, mas não se limitariam a estes.

### **1.3.3 Agricultura familiar e sua relação com a agroindústria**

A análise dos padrões de articulação da integração agroindustrial tem sido tema dos trabalhos de Wilkinson. Para ele, a articulação da agricultura familiar com as estruturas agroindustriais tem influência sobre as formas de inserção socioeconômica da primeira e os padrões subjacentes do desenvolvimento rural. Em vários artigos, o autor argumenta que a reprodução da unidade familiar da produção agrícola não se daria em função da sua superioridade técnica-econômica e, sim, porque ela seria a estrutura social que mais converge com o esquema técnico produtivo e econômico das estruturas agroindustriais. Paradoxalmente, segundo Wilkinson (1996, 1997), a grande agroindústria seria responsável pela reprodução da agricultura familiar na avicultura na região sul do Brasil. De forma

diferente, onde não existe a grande agroindústria, como tem sido o caso de Minas Gerais, predomina a existência de escalas maiores de produção de frangos.

Todavia, nos anos 90, vêm ocorrendo mudanças substanciais nos padrões de articulação agroindustrial com repercussões restritivas sobre a continuidade de inserção da agricultura familiar. Patamares tecnológicos, especialização e escala crescentes estão promovendo um processo de seleção e exclusão de produtores integrados nas tradicionais cadeias produtivas de suínos, aves e leite, sobretudo, no sul do Brasil.

Neste contexto, seguindo a abordagem de Wilkinson, o trabalho de Testa et al (1996) constitui-se numa referência importante na análise de processos de integração na agricultura familiar e sua relação com padrões de desenvolvimento regional. Uma das premissas deste trabalho é a de que a diversificação produtiva presente na agricultura familiar deveria ser incentivada como estratégia importante de desenvolvimento regional.

Em seus trabalhos mais recentes, Wilkinson (1999, 2000) tem defendido ainda que a agricultura familiar deveria vir a ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo levanta a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercado de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada.

#### **1.3.4 Convergências e divergências entre os vários enfoques**

A análise das três correntes de pensamento (novo rural, agricultura familiar e reforma agrária e articulação agroindustrial) acerca das concepções, estratégias e políticas de desenvolvimento rural permite evidenciar a existência de convergências, divergências e complementaridades entre as mesmas. Uma primeira diferença está na ênfase dada para a base estratégica para as políticas de desenvolvimento rural.

Para Graziano, se a agricultura, enquanto setor econômico, vem, de forma continuada, aumentando sua produtividade via incorporação de inovações tecnológicas, é de se esperar que gere cada vez menos emprego. Aqui a abordagem de Graziano se aproxima da visão homogeneizadora presente na análise da economia política da globalização. Desta forma, nada mais natural que o eixo dinâmico de geração de empregos sejam as atividades não agrícolas, que deveriam ser a base estratégica para estabilizar as rendas e promover o desenvolvimento do meio rural. No que tange à problemática ambiental, Graziano (1997b) é bem claro no

instigante artigo “Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social”. Em suas palavras, p. 106 “[...] a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua ‘produção da produção’, mas sim na ‘produção da consciência’ – no caso de uma nova concepção de desenvolvimento econômico”. Nesta perspectiva o autor se mostra cético com relação a possíveis mudanças no modelo tecnológico de produção agrícola, tendo em vista restrições ambientais.

Já para Veiga e Abramovay, qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve, necessariamente, passar pelo fortalecimento da agricultura familiar e a realização da reforma agrária. Conforme foi visto acima, os autores embasam seu argumento na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares, como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas, também, do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano. Aqui aparece uma visão, um tanto normativa, do que deveriam ser as políticas públicas de desenvolvimento rural carregadas de um certo mimetismo do que vem ocorrendo nos países desenvolvidos<sup>17</sup>. No que tange à questão ambiental, Veiga tem argumentado que a agricultura estaria iniciando um período de transição que promete ser longínquo (Veiga 1997).

Para Wilkinson, as estratégias de inserção da agricultura familiar devem se pautar por linhas de atuação amplas que levem em conta as novas exigências do mercado consumidor. Após a abertura econômica, desregulação da economia e a integração ao Mercosul, as exigências teriam aumentado, dificultando a inserção da agricultura familiar nos mercados de *commodities* tradicionais. Segundo o autor, existiriam novas oportunidades de mercado que poderiam ser aproveitadas pelos agricultores familiares, como as de produtos orgânicos e artesanais.

Neste aspecto Wilkinson (1999) vem se diferenciando da literatura que trata das trajetórias tecnológicas no sistema alimentar. Para ele, as alternativas industriais não eliminaram a agricultura como setor de produção de produtos finais. E cada vez mais a estratégia da indústria alimentar tem tentado aproximar o produto final das características do produto agrícola. “Como um grande paradoxo, o produto ‘pré-industrial’ é estabelecido como a norma de qualidade na industrialização do sistema alimentar” (Wilkinson 1999:35). É nesta perspectiva que novas formas de organização da produção e processamento de alimentos de base artesanal vem ganhando relevância.

Mesmo com estas divergências, os dois primeiros enfoques acabam aproximando-se no que diz respeito a uma questão, qual seja, a da normatividade das políticas e diretrizes de

---

<sup>17</sup> Ver argumentos favoráveis à agricultura familiar em Abramovay 1992, Veiga, 1991, Veiga 2002.

desenvolvimento rural, como a formulação de políticas de forma ascendente, com protagonismo dos beneficiários, a partir da concepção endógena de desenvolvimento rural.

Já o enfoque agroindustrial, embora reconheça a importância dos espaços locais e regionais no processo de formulação e implementação das políticas de desenvolvimento rural, também enfatiza a necessidade de integrar as políticas nas diversas escalas espaciais. Dada a integração crescente das economias rurais no processo de globalização do sistema alimentar, é necessário um amplo leque de estratégias de inserção da agricultura familiar. No tradicional mercado de *commodities* a inserção poderia ser feita via diversas formas de ação coletiva como condomínios de suínos, leite e de máquinas e implementos agrícolas. Por outro lado, há a possibilidade da agricultura familiar aproveitar oportunidades de mercado para produtos orgânicos e com apelo regional, como os coloniais e artesanais.

O que nos parece mais claro ainda é que, tanto no mercado de *commodities*, quanto no de produtos diferenciados, orgânicos e artesanais, a concretização de novas alternativas de inserção da agricultura familiar se daria através da reconfiguração das redes existentes (agroindústrias convencionais) ou pela criação de novas redes. Considerando que este processo de constituição de novas redes não é homogêneo no tempo e espaço, torna-se necessário ancorar a análise num determinado contexto sócio-espacial, o que será feito no capítulo 2.

#### **1.4 Síntese e considerações finais**

Após estas incursões pela literatura que trata da problemática do desenvolvimento rural tornou-se possível discutir os alcances e limites destas abordagens para o entendimento da mudança rural em tempos de globalização.

A posição assumida pela economia política da globalização, por exemplo, ilustra com propriedade a existência de forças macroestruturais com tendência uniformizadora sobre a dinâmica da agricultura dentro da abordagem das cadeias de *commodities*. Contudo, ao exagerar na capacidade de homogeneização na atuação das forças globais, pode, potencialmente, sucumbir ao determinismo econômico. De forma diferente, a abordagem da localização e diversidade tende a enfatizar a autonomia da agricultura e dos espaços rurais frente às tendências homogeneizadoras das forças da globalização. Contudo, ao sobreenfatizar esta autonomia da agricultura, esta posição pode sucumbir ao utopismo.

No decurso do debate surgem posições que buscar reconhecer a complexidade do processo de transformação em curso. Estas posições enfatizam que a agricultura e os

territórios rurais participam do processo de mudança. Embora reconheçam as tendências homogeneizadoras das forças globais, estes autores destacam que há um processo de localização destas mudanças. Contudo, a forma de participação, que depende do tipo de rede existente na região, pode favorecer ou dificultar a inserção dos territórios rurais no processo de integração externa em tempos de globalização.

Mesmo contribuindo para uma visão de conjunto dos agentes envolvidos desde a produção da matéria-prima, passando pela de processamento e industrialização, chegando a distribuição e consumo, a noção de cadeia produtiva dificulta ou não prioriza a sua vinculação com o território rural. De forma diferente, a noção de *cluster* e distrito industrial é por natureza territorializada. Enquanto a abordagem de cadeia produtiva poderia ser útil para pensar as estratégias das agroindústrias convencionais, ela mostra-se insuficiente para tratar das estratégias alternativas de outros atores regionais que são eminentemente territorializadas.

No debate internacional acerca do desenvolvimento rural observamos a mudança de uma concepção em que o desenvolvimento rural podia ser alcançado através de uma forte intervenção externa a uma outra concepção que valoriza a mobilização endógena. Todavia, esta última abordagem também vem sendo questionada em face de dificuldades em sua implementação.

O debate brasileiro, de forma diferente, é permeado pela discussão acerca das diferentes estratégias de re-inserção da agricultura familiar e seus respectivos territórios rurais no contexto da globalização econômica e integração ao Mercosul. Identificaram-se três distintos enfoques acerca das formas de inserção da produção familiar rural: o rural não agrícola, a agricultura familiar e a reforma agrária e o enfoque agroindustrial. Embora os três tenham pontos fracos e fortes, nossa opção será o enfoque agroindustrial, tendo em vista que o território sob análise é a região Oeste catarinense.

A possível superação de dicotomias como local – global, interno-externo, endógeno – exógeno em processos de desenvolvimento rural se daria através da abordagem de redes. Seguindo Murdoch (2000), assumimos neste trabalho as noções de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural. Contudo, como o próprio autor enfatiza, deve-se adequar a abordagem de rede para o conjunto de condições naturais, políticas, econômicas e sociais da área rural que estamos investigando. Nesta perspectiva vamos construir o caminho para a análise de rede, a partir do caso específico da região Oeste catarinense, no capítulo 2.

## **CAPÍTULO 2 OESTE CATARINENSE: UMA REGIÃO EMBLEMÁTICA PARA ESTUDO DA MUDANÇA RURAL**

A análise do primeiro capítulo evidenciou a necessidade de focalizar a abordagem de redes para o tipo particular de região em que estamos investigando os processos de mudança rural. Ainda, segundo Mormont (1990), quando analisamos a mudança social é importante distinguir entre o terreno, o mapa e o compasso, isto é, entre o objeto estudado, os modelos construídos e as ferramentas analíticas empregadas. Esta distinção é particularmente crucial no caso da mudança rural, onde ferramentas e modelos são, eles mesmos, produtos de sua própria história.

O objetivo deste capítulo é ancorar a abordagem de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural, a partir do caso de mudança rural que vem ocorrendo na região Oeste catarinense. O que torna esta região um espaço adequado para a análise de processos de mudança rural tendo em vista as forças presentes na globalização da agricultura e do sistema alimentar? Quais as interpretações existentes, seus alcances e limites, na leitura da mudança rural regional? Que tipo de rede está presente na região e qual a sua trajetória recente? Que novas redes estão sendo construídas?

Essas questões serão analisadas no decurso do capítulo que está assim estruturado: Na primeira parte serão apresentados alguns dados acerca da evolução recente dos principais sistemas produtivos da agricultura familiar, assim como uma primeira aproximação a problemática da mudança regional. Nesta parte serão exploradas também as interpretações existentes sobre a crise regional, seus alcances e suas limitações. Na segunda parte do capítulo, em alternativa a essa forma de representação da crise regional, será apresentada a

mudança regional a partir da noção de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural. Na terceira será feita uma retomada da noção de redes para analisar como se dá a emergência de novos padrões de desenvolvimento rural. Particularmente crucial neste contexto é saber como surgem novas redes, em especial, as resultantes de processos de agregação de valor através da agroindustrialização. Finalmente, são apresentadas a síntese e considerações finais.

## **2.1 A região Oeste catarinense: uma primeira aproximação**

Tradicionalmente denomina-se de região Oeste ao território delimitado ao sul pelo estado do Rio Grande do Sul, ao norte pelo estado do Paraná, a oeste (província de Misiones - pela Argentina) e ao leste pela região do Planalto de Santa Catarina, conforme pode ser visto na figura 4. O Ibge tem denominado esta unidade espacial de Mesorregião Oeste catarinense que seria composta pelas microrregiões Colonial e Oeste catarinense.<sup>18</sup>

A região tem se notabilizado pela importância crescente do sistema de integração agroindustrial como modelo privilegiado de articulação entre a produção familiar e as grandes empresas agroindustriais. Este modelo seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados ressaltados como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agroindustrialização da região.

Se, do ponto de vista espacial, existe um relativo consenso acerca da região Oeste, do ponto de vista das interpretações acerca da natureza do processo de transformação recente, há controvérsias<sup>19</sup>. Algumas interpretações têm visto a região como o maior complexo agroindustrial de carnes suínas e aves da América Latina, e exemplo de um bem sucedido sistema de integração que se estabeleceu entre a agricultura familiar e a grande agroindústria (Talamini e Kimpara, 1994).

---

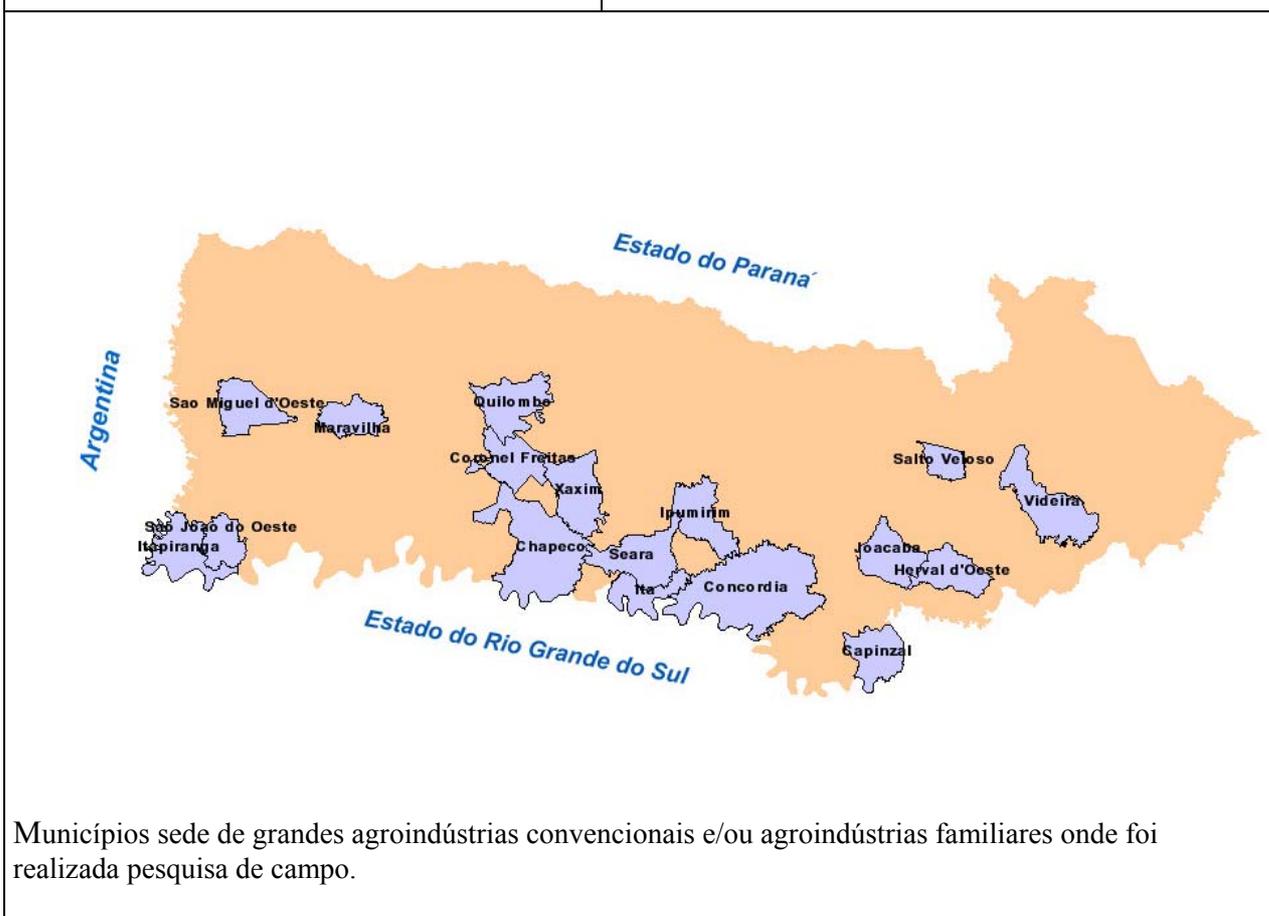
<sup>18</sup> Mais recentemente a mesorregião passou a ser constituída de cinco pólos regionais, embora mantendo o mesmo território. Ao todo são 118 municípios organizados em sete associações. Entre elas destaca-se a Amosc, que vem procurando construir novas estratégias regionais, como será visto no capítulo 5.

<sup>19</sup> Inclusive, do ponto de vista político, a região, juntamente com a do Sudoeste paranaense, há poucos anos foi alvo de discussão acerca da possibilidade de constituição de um novo estado que seria chamado de Estado do Iguaçú.



Mapa político do Brasil e parte da América Latina.

Mesorregiões que compõem o estado de Santa Catarina com destaque para a Oeste (IBGE).



Municípios sede de grandes agroindústrias convencionais e/ou agroindústrias familiares onde foi realizada pesquisa de campo.

Figura 4. Mapas do Brasil, Mesorregiões de Santa Catarina e Municípios sede de agroindústrias convencionais e familiares rurais.

Outras interpretações mais recentes têm associado a região a um processo crescente de crise devido à exclusão de parte significativa da agricultura familiar (Testa et al, 1996; Abramovay et al 1998; Silvestro et al, 2000). O que nos parece consensual é que o quadro de relativa estabilidade da agricultura familiar e dos padrões de desenvolvimento rural, que eram vistos até os anos 80 como exemplo de um modelo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado,<sup>20</sup> passa a sofrer profundas alterações. Os dados do Ibge relativos ao número de estabelecimentos agropecuários confirmam a existência de um processo de clivagem dos anos 80 para os 90. O número de estabelecimentos que era de 101 mil em 1985 diminuiu para cerca de 88 mil em 1995. É importante assinalar que o número de estabelecimentos vinha aumentando e passou de 83 mil em 1975, para 92 mil em 1980 e, 101 mil em 1985. Para o estado de Santa Catarina a situação é similar. O número de estabelecimentos, que vinha aumentando, passou de 207 mil em 1970 para 234 mil em 1985 e diminuiu para 203 mil em 1995 (ver anexo E).

A questão que emerge pode ser assim colocada. Será que o processo de transformação em curso mina as bases das interpretações que consideravam a região um modelo de desenvolvimento mais equilibrado? Ou, de forma diferente, é possível, sem negar a existência de um processo de crise, buscar identificar elementos subjacentes ao processo de transformação que tanto pode levar ao aprofundamento dos problemas como à construção de novas soluções.

Uma primeira aproximação indica a necessidade de apresentar a problemática sócio-econômica e ambiental da região, a partir da evolução, nas últimas duas décadas, dos principais sistemas produtivos agrícolas e agroindustriais associados. Uma periodização histórica é necessária para contextualizar a emergência de uma crise na inserção socioeconômica de parte significativa da agricultura familiar, resultante de mudanças técnicas e organizacionais introduzidas pela agroindústria convencional dominante, como a intensificação da suinocultura especializada, sobretudo nos últimos 15 anos. Essa mudança leva à intensificação da escala e, por conseguinte, à concentração da produção e, seu par, a exclusão e crise de parte significativa da agricultura familiar do sistema de integração. Tal

---

<sup>20</sup> No início dos anos 80, a situação sócio-econômica do Oeste catarinense era vista como modelo de desenvolvimento já que teria ultrapassado os anos 70 sem maiores dificuldades. Enquanto outras regiões do Sul do Brasil, assim como boa parte do país, tinha sofrido fortes processos de êxodo rural, a região teria passado praticamente incólume à primeira fase da modernização agrícola. Os efeitos da modernização seriam sentidos mais tarde, particularmente nos anos 90, como será visto a seguir.

crise na inserção da agricultura familiar tem sido interpretada na literatura como uma crise regional, e é neste campo que são discutidas alternativas para sua superação.

Neste quadro nos propomos analisar uma outra perspectiva das transformações regionais. Sem deixar de enfatizar a problemática da crise, nosso argumento procura demonstrar como as transformações das redes das agroindústrias convencionais passam a dividir espaço com a emergência de novas redes e/ou reconfiguração das redes de agroindústrias familiares existentes. Desta forma, vamos procurar analisar o processo de mudança da região como o produto de um processo heterogêneo de transformação a partir do continuado movimento de estabilização de redes verticais, por um lado, e de construção de novas redes horizontais de desenvolvimento rural, por outro.

### **2.1.1 A região Oeste catarinense em números**

O estado de Santa Catarina possui diversas configurações socioeconômicas e culturais, resultantes de uma diferenciação dos seus recursos naturais, das formas de ocupação do território, da paisagem e de sua evolução histórica. Com uma superfície total de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, correspondendo a apenas 1,12 % do território brasileiro, e uma população de 5,1 milhões de pessoas, o estado de Santa Catarina, considerado um estado pequeno, vem ocupando o quinto lugar nas exportações. Em cada uma de suas principais regiões há uma forte concentração e especialização produtiva. Na região Sul predomina a indústria cerâmica, na região Norte a indústria eletro-metal-mecânica, na região do Vale do Itajaí a indústria têxtil-vestuário, na região do Planalto a indústria de celulose e papel, e, na do Oeste a indústria alimentar.

Apesar da diversificada economia, os dois principais segmentos industriais, ou seja, a indústria eletro-metal-mecânica e a indústria alimentar contribuíram em 1998 com mais de 59% do valor da transformação industrial catarinense, 31,20 e 27,9% respectivamente. É importante registrar ainda que a participação da indústria alimentar vem aumentando desde os anos 80, ocasião em que contribuía com 14,18 %, passando para 16,8 % em 1989 e 27,90 em 1998 (Campos et al 2002).

O estado destaca-se por ser o primeiro produtor nacional de carne suína, maçã, alho e mel, o segundo de carne de aves, além de importante produtor de leite, milho, feijão, cebola, arroz e fumo, entre outros. Na sua maior parte estes produtos são consumidos em outros

estados (carne suína, feijão, maçã, arroz, leite) ou são exportados (como é o caso da carne de aves e, em menor grau, carne suína, maçã, fumo).

Contudo, é, sobretudo, nos dados referentes ao mercado externo que o estado de Santa Catarina ganha relevância. Por exemplo, das cerca de 1.450 mil toneladas de carne de aves produzidas em 2001, apenas 15% foram consumidas no próprio estado, sendo que as restantes foram consumidas em âmbito nacional (35%) ou mesmo, exportadas para outros países (50%). Fato semelhante ocorre com a carne suína onde, das cerca de 650 mil toneladas produzidas em 2001, apenas 15% foram consumidas no próprio estado, sendo que as restantes foram consumidas no âmbito nacional (55%) ou mesmo internacional (30%) (Icepa 2002). Desde o final dos anos 70 o estado vem liderando as exportações de carnes de aves e suínos, o que o coloca em profunda relação com as oportunidades e ameaças do processo de globalização do sistema alimentar.

Como uma das seis mesorregiões que compõem o território de Santa Catarina, segundo o Ibge, a região Oeste tem se destacado em termos agrícolas e agroindustriais. Com apenas 25% da superfície estadual, produz cerca de 50% do valor bruto da produção agrícola. Constitui-se ainda numa região com uma capacidade de produção de alimentos bem superior à demanda regional e estadual. Segundo Silvestro et al (2000), o mercado regional, por exemplo, absorve apenas 2,8% da produção agroindustrial de suínos e 17% da produção de leite e derivados. Esta situação reflete a dependência do consumo externo que está ligado à dinâmica econômica nacional e internacional. Este contexto de integração da região ao mercado internacional, por sua vez, transforma este território num espaço emblemático para estudo das inter-relações entre as tendências globais e as mudanças locais. Ou ainda, de como se dá a transformação local em face de sua integração às dinâmicas gerais presentes no processo de globalização da agricultura e do sistema alimentar.

Esta concentração produtiva demarca ainda a região como um território eminentemente agrícola. Em outras palavras, sua economia é profundamente dependente das atividades agrícolas e agroindustriais, com poucas oportunidades de empregos em outros setores. Esta situação vem associada à presença ainda significativa da população rural que, segundo dados do censo de 1991, era de 50% e em 2000 chegava a 39 % da população total.

Em apenas algumas décadas construiu-se uma história de riqueza onde a região demarcou seu espaço no cenário econômico nacional e internacional, notadamente através da agropecuária e da agroindústria (Testa et al, 1996). A região abriga o maior complexo de

produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina, sendo o espaço privilegiado de atuação das grandes empresas agroalimentares. Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó tiveram origem nesta região ainda nos anos 1940 e, mais recentemente, foi constituída a Cooperativa Aurora (anos 70). A região se notabilizou por ser pioneira no estabelecimento de um bem sucedido sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar, constituindo-se em objeto de interesse teórico desde os anos 80 (SORJ et al, 1982; SORJ; WILKINSON, 1983; GRAZIANO DA SILVA et al, 1983; CAMPOS, 1987 e BELATTO, 1985)

Este forte dinamismo agroindustrial foi demarcando profundas transformações socioeconômicas e ambientais no espaço rural regional. Variações no espaço e no tempo foram uma constante ao longo das relações entre os diversos atores ligados diretamente às cadeias produtivas de suínos e aves – empresas agroalimentares e produção agrícola familiar - e entre estes e o estado, nos seus vários níveis, mas sempre no sentido de fortalecer a ampliação deste complexo de atividades ligadas à produção, transformação, distribuição e consumo de proteínas animais.

Até os anos 80 agroindústrias e agricultores familiares dirigiam sua atenção para as políticas de suporte da agricultura pelo Estado, especialmente, no âmbito nacional. A gestão do território regional estava sob forte influência dos interesses agroindustriais. E, de certa forma, os interesses setoriais dos grupos agroindustriais (ampliação da produção, do número de produtores integrados, e da política de crédito no estilo produtivista) convergiam aos requisitos para o desenvolvimento regional (adoção de inovações tecnológicas, ampliação da produção, do emprego com inclusão social e do crescimento econômico regional). Existia um processo de incorporação de suinocultores, com incremento subsequente na produção, juntamente com o alcance de novos mercados.

Nesta época, a produção agrícola familiar era uma policultura hierarquicamente subordinada a suinocultura. A unidade de produção familiar era diversificada, mas a integração externa (venda) era feita via atividade suinícola. A alimentação dos suínos era fornecida, primordialmente, através da produção de alimentos na propriedade (milho, soja, mandioca) e a subsistência da família era obtida das outras atividades do grupo familiar doméstico. No âmbito regional a economia era especializada, já que apenas cinco produtos (milho, soja, suínos, aves e fumo) eram responsáveis por 85% do valor bruto da produção. Usando a abordagem de Saraceno (1994), este período pode ser analisado como de diversificação interna e integração externa de parte da produção agrícola familiar.

### Quadro 3. Descrição geral da região Oeste catarinense

Recursos naturais	- Da área total de 27.484 km <sup>2</sup> a) 31,3 % da área são terras nobres para culturas anuais b) 25,7 % da área têm aptidão restrita para culturas anuais c) 41,5 % da área são considerados inaptas para culturas anuais. <sup>21</sup> d) 1,5 % da área é ocupada por rios, lâminas d'água e cidades.
População	- A população total no ano de 2000 era de 1,06 milhão de habitantes sendo que 646 mil vivem no meio urbano (61%) e 414 mil no meio rural (39%).
Agricultura	- A região Oeste produz mais de 50 % do VBP agrícola estadual. São cerca de 88 mil estabelecimentos rurais dentre os quais 95% de natureza familiar no ano de 1995/96. A estrutura agrária é permeada por pequenas áreas onde cerca de 95 % e 70 % dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 e 20 hectares respectivamente.
Indústria	- O <i>cluster</i> agroindustrial de carnes suínas e de aves é o maior do Brasil sendo também responsável pela maior parte das exportações e pela dinâmica econômica regional. Recentemente surgiram novas atividades como a indústria de leite além de um processo diversificação do setor industrial para o ramo metal mecânico e de móveis.
Emprego	- Cerca de 50 % da população economicamente ativa trabalha em atividades agropecuárias. Na atividade industrial os empregos estão no setor agroindustrial que é o de maior relevância na região.
Infraestrutura	- A região é servida por rodovias pavimentadas mas não possui uma ferrovia que lhe daria maiores possibilidades de escoar sua produção. Outra grande deficiência é a precária situação das estradas rurais o que dificulta sobremaneira o transporte de insumos e produtos agrícolas.
Educação	- Nos anos 90 o ensino superior passou por uma grande transformação com a constituição de duas universidades (UNOESC e CONTESTADO) o que possibilitou a ampliação e diversificação dos cursos de graduação e também pós-graduação.
Pesquisa agropecuária	- A região conta com um Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves da Embrapa e um Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar da Epagri.
Organizações sociais	- Uma forte organização dos agricultores familiares se expressa num conjunto de associações e sindicatos e movimento sociais. Destacam-se na região a Fetraf-Sul, o Movimento dos Sem Terra, além do Movimento das Mulheres Agricultoras, dos jovens e dos atingidos por Barragens..

**Fonte:** Testa et al (1996); Dorigon et al (2002); Censo Ibge, (1998, 2001), Mello et al (2002).

Uma outra caracterização da situação da agricultura familiar também é feita por (Wilkinson 1997:45): “O sistema agrícola pode ser bastante diversificado mas é basicamente caracterizado por três ou quatro atividades – produção de subsistência, produção tradicional

<sup>21</sup> Apesar da inadequação para cultivos anuais, o solo da região possui uma boa fertilidade natural, o que explica em parte os bons níveis de produtividade alcançados. Todavia, o uso do solo fora de sua capacidade de uso tem provocado problema ambiental, como a erosão, entre outros.

de mercado, grãos para pecuária e produção agroindustrial em sua maioria na base de contrato de semi-integração. A estrutura é hierárquica, com lugar de destaque dado a atividade agroindustrial, embora o equivalente da produção de subsistência, assim como os grãos para o mercado, possam, freqüentemente, representar maiores fontes de renda. Como uma aproximação pode ser dito que cada um dos três componentes – subsistência, produção de grãos tradicional e produção agroindustrial – tem peso equivalente na viabilidade da família agrícola”.

Até o início dos anos 80 pode-se afirmar que existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional. A maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo, através da produção de suínos cujo processo produtivo estava, em sua maior parte, sob seu controle. O agricultor gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores<sup>22</sup>. Os problemas ambientais com dejetos suínos não eram tão evidentes já que não eram tão concentrados.

O equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a ser quebrado a partir dos anos 80, como veremos a seguir.

### **2.1.2 Agricultura familiar, agroindústria e território: a clivagem dos anos 90.**

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos 80, prenuncia uma crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, com profundas repercussões no território regional. As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar caracterizada pela existência do sistema de produção de ciclo completo.

A produção de suínos está cada vez mais sob o signo do sistema de produção especializado, em que parte dos produtores cuida da criação dos leitões e parte cuida do processo de crescimento e terminação (engorda) dos animais. Mais recentemente vem sendo introduzida a separação das fases de crescimento e engorda. Este processo especializado tem levado ao aumento das escalas de produção e, conseqüentemente, à exclusão dos pequenos suinocultores da cadeia. Além disso, o agricultor que adere ao sistema especializado de

---

<sup>22</sup> Ver análise da mudança na forma de organização da produção familiar a partir de sua integração agroindustrial em Sorj & Wilkinson (1983).

produção de suínos perde autonomia no seu processo de trabalho e produção. O número de suínos a ser produzido passa a seguir a lógica da agroindústria, que estabelece padrões mínimos para pocilgas, máquinas e equipamentos. Os leitões, assim como a alimentação e os medicamentos, são de propriedade da agroindústria.

Com este processo, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 80, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares. De um total de cerca de 67 mil suinocultores no ano de 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 (Testa et al 1996). Para se ter uma idéia da relevância destes números basta dizer que a região Oeste Catarinense abrigava cerca de 80 mil agricultores, segundo o censo de 1980. Parte deste contingente migrou para a produção de leite, que experimentou um alto crescimento da produção e industrialização nos últimos 20 anos.

Neste período emergem os problemas ambientais, decorrentes da produção intensiva de suínos, que começam a ganhar relevância na mídia e na sociedade (Guivant 1998; Guivant e Miranda, 1999). Uma intervenção do Estado, via programa ambiental baseado numa nova linha de crédito, foi implementado em meados dos anos 90, visando minorar os problemas<sup>23</sup>. A implantação deste programa contudo teve fortes impactos sociais. Análises recentes têm apontado o uso do crédito com o intuito de, além de promover o manejo dos dejetos suínos, ampliar a concentração social e espacial da suinocultura. As estratégias das agroindústrias têm sido no sentido de uma re-distribuição espacial da produção de suínos onde a prioridade é dada ao suinocultor de maiores escalas e, ainda, localizado próximo às suas unidades industriais<sup>24</sup>.

No âmbito nacional, a política de crédito rural farto e subsidiado diminui seu ímpeto a partir do início dos anos 80, quando juros dos empréstimos agrícolas deixam de ser negativos. A emergência da dívida externa e as pressões inflacionárias passam a restringir a política de crédito. No âmbito regional esgota-se a tradicional forma horizontal de ampliar a fronteira agrícola e emerge uma crise nos fundamentos do desenvolvimento regional.

---

<sup>23</sup> Embora recente, o Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos financiado pelo BNDES foi visto como tendo uma “visão produtivista da suinocultura e uma visão tecnocrática da poluição” levando a resultados duvidosos quanto à problemática ambiental, além de ter causado efeitos sociais adversos (Guivant & Miranda, 1999).

<sup>24</sup> A Bacia do Rio Ariranha, que é formada por parte dos territórios de 5 municípios circunvizinhos a Seara e próximos a Concórdia, por exemplo, produziu entre 15 a 20% dos suínos de Santa Catarina em 2000 (Laus et al 2002). O município de Seara sedia a unidade de abate de suínos da Seara e desde meados dos anos 90 absorveu o abate da unidade de Itapiranga da mesma empresa. Já o município de Concórdia sedia a única unidade de abates de suínos da Sadia em Santa Catarina.

A política do setor público, via sistema oficial de assistência técnica e extensão rural, passa a priorizar estratégias distintas ou complementares da agroindústria para os suinocultores familiares. Agricultores integrados ao sistema agroindustrial ampliam sua organização, buscando incrementar sua participação no valor agregado da cadeia de produção. Este processo culmina, no final dos anos 80, com a constituição de sindicatos de avicultores e suinocultores.

Segundo Testa et al (1996), as principais causas da crise no desenvolvimento da região Oeste catarinense são: (i) a concentração expressiva da suinocultura. De 67 mil agricultores que tinham a suinocultura como principal atividade em 1980, restaram apenas 20 mil em 1995, (ii) a diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros, (iii) a redução da área cultivada com milho e soja (iv) e redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, especialmente milho e suínos. Estes fatores conjunturais são agravados por fatores estruturais como a grande distância dos centros consumidores, a escassez de terras nobres, que somam apenas um terço da área total da região, o esgotamento da fronteira agrícola, a estrutura fundiária pulverizada e a alta densidade demográfica rural.

### **2.1.3 As interpretações da crise na região Oeste catarinense**

A literatura especializada sobre a relação de integração pode ser dividida em duas interpretações. Uma abordagem tem enfatizado como este modelo de integração agroindustrial acaba transformando o produtor familiar em um trabalhador para o capital (Belatto 1985, Nazareth 1985), promovendo sua diferenciação interna (Campos 1987) ou inibindo um processo de desenvolvimento regional mais autônomo (Marshall 1988). Outra parte da literatura procura enfatizar as especificidades desta forma de articulação agricultura/indústria mostrando os condicionantes socioeconômicos (Sorj et al 1982), a autonomia relativa da produção familiar (Paulillo, 1990) assim como a diversidade de relações envolvendo a produção familiar integrada (Mior, 1992).

De uma maneira geral pode-se afirmar que os termos do debate colocam-se em torno do tipo de relações verticais que se estabeleciam entre dois atores instituintes da relação de integração agroindustrial, quais sejam, a produção familiar e as grandes agroindústrias. Discutia-se até que ponto os produtores familiares integrados eram subsumidos pela

---

integração ou ainda mantinham algum grau de autonomia. Os possíveis alcances espaciais do desenvolvimento da cadeia produtiva e seus impactos nos padrões de desenvolvimento rural e regional não eram objeto privilegiado do debate.

Esta tendência em enfatizar a relativa homogeneidade nas relações sociais do sistema de integração agroindustrial levava a homogeneizar também os padrões de desenvolvimento rural existentes na região. Assim, assumia-se que as perspectivas de desenvolvimento rural eram polarizadas entre os agricultores que conseguiram acompanhar os padrões tecnológicos e produtivos da integração e os que ficaram para trás. A possível existência de outras estratégias por parte da agricultura familiar, que não a da integração agroindustrial em carnes, era vista com reservas, e na prática, com poucas probabilidades de êxito<sup>25</sup>. A transformação do produtor de suínos integrado em um agroindustrial, mesmo que de pequeno porte, então, era impensável há dez anos.

É somente nos anos 90, com o aprofundamento da crise da agricultura brasileira e catarinense e, especialmente, da pequena agricultura familiar da região Oeste<sup>26</sup>, que a literatura começa a enfatizar a relação entre a crise da agricultura familiar e seus possíveis reflexos nos espaços socioeconômicos regionais<sup>27</sup>.

Entre os documentos que analisam a situação do Oeste catarinense e propõem estratégias alternativas destacam-se o produzido por um grupo de pesquisadores do CPPP (Epagri) “O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão”, o do Instituto Nomisma<sup>28</sup> e Amosc “Proposta para a Realização do Projeto Piloto para o desenvolvimento local na Região Oeste do Estado de Santa Catarina” e o da Embrapa “O *cluster* suinícola do Oeste de Santa Catarina”.

---

<sup>25</sup> Ver por exemplo a posição externalizada por Mario Lanznaster. Alternativas agroindustriais e as possibilidades de descentralização. In: I Fórum da Pequena Produção e Desenvolvimento Agroindustrial. Chapecó, (1991).

<sup>26</sup> É importante salientar que a crise da agricultura familiar no Oeste catarinense ocorre uma década após a crise deste tipo de agricultura em outros estados do Brasil, como o Paraná e Rio Grande do Sul. Neste estados, a modernização da agricultura entre meados dos anos 60 e meados dos anos 80 provocou um intenso processo de exclusão de agricultores das atividades agrícolas, principalmente nos espaços de cultivo da soja. Era comum, nos anos 80, dizer-se que a modernização era desigual, assim como os resultados perversos da mesma.

<sup>27</sup> É claro que, pelo menos do ponto de vista do senso comum, existia e ainda existe o discurso da importância da agricultura para desenvolvimento econômico dos pequenos municípios. “Se a agricultura vai bem, a cidade e, particularmente, o comércio vai bem e todo mundo vai bem” é o chavão que se repete na região.

<sup>28</sup> Instituto Italiano contratado pelo FDRI e AMOSC para realizar um estudo regional.

### **2.1.3.1 Crise regional como mudança da relação de integração da agricultura familiar com a agroindústria convencional**

Uma das análises da problemática regional foi feita por pesquisadores do Centro de Pesquisas para a Agricultura Familiar (CPPP/Epagri). De uma abordagem micro-econômica, os pesquisadores da área de socioeconomia e recursos naturais migraram para o estudo da dinâmica regional e sua relação com o sistema diversificado de produção, presente na agricultura familiar. No bojo desta evolução, surge o trabalho “O desenvolvimento sustentável de Oeste Catarinense: Proposta para discussão” de Testa et al (1996).

O trabalho traça um diagnóstico aprofundado da situação atual da agricultura familiar e sua relação com a crise econômica regional. Um dos dados mais representativos da situação regional era: “Da população total da região Oeste catarinense, de 1,1 milhão de habitantes, meio milhão vive no meio rural, e estima-se que cerca de 250 mil pessoas, das quais 80 mil economicamente ativas, podem ser excluídas da produção agrícola comercial”.

Este dado era ilustrado com o processo de êxodo rural e regional. Entre 1980 e 1991 o crescimento demográfico da região Oeste foi de apenas 1,2% a.a., enquanto o Estado de Santa Catarina cresceu a uma taxa de 2,1% a.a.<sup>29</sup>. A população rural decresceu a uma taxa de 1,14 aa e a população urbana cresceu a uma taxa de 4,18% aa. Desta forma, a população que era predominantemente rural em 1980 (63,47%) passa a ser urbana em 1991 (50,51%). Outros aspectos desta crise regional são identificados como a existência de um êxodo por parte dos jovens rurais. Além do envelhecimento da população rural, também estaria havendo um severo processo de masculinização. Num “viés de gênero”, as moças deixaram o campo antes e numa proporção bem maior que os rapazes. (Abramovay et al, 1998) Estes indicadores, aliados a outros, configurariam, na visão dos autores, uma crise socioeconômica regional. A partir da leitura da situação econômica regional e da crise da agricultura familiar o estudo procura fazer uma análise prospectiva da região sob os atuais padrões de desenvolvimento.

No âmbito regional, o trabalho teve uma grande repercussão sobre a sociedade, pois revelou com inúmeros dados a grave crise por que estava passando a economia, em especial, a vivenciada por parcela significativa da agricultura familiar.

As estimativas do estudo eram de que:

---

<sup>29</sup> É importante registrar que este crescimento menor ocorreu apesar da taxa média anual de natalidade ser maior no Oeste do que no estado de Santa Catarina.

(i) Apenas 36% dos cerca de 100 mil estabelecimentos agrícolas podem ser considerados viabilizados nas condições atuais (com Renda da Operação Agrícola – ROA<sup>30</sup> maior de US\$ 4.200,00 /família/ano, incluindo o auto-abastecimento).

(ii) Outros 36% estão em franca descapitalização (com ROA entre US\$ 2.400,00 e 4.200,00 /família/ano, mas que podem ser viabilizados se forem tomadas medidas intensivas e urgentes de apoio (crédito, assistência técnica, pesquisa de novas opções, etc.) visando adequação dos sistemas de produção.

(iii) Os demais 28% são constituídos de famílias em exclusão (ROA entre US\$ 1.000,00 e 2.400,00) ou estão na faixa de subsistência (com ROA de até US\$ 1.000,00). Acredita-se que a maioria deste grupo dificilmente poderá ser viabilizada somente na atividade agropecuária, mesmo com as medidas preconizadas.

A ênfase deste estudo foi a evolução dos sistemas diversificados de produção presentes na agricultura familiar *vis-à-vis* à integração agroindustrial, e a associada especialização e ampliação das escalas de operação. Haveria uma incompatibilidade crescente entre as estratégias de especialização e escala preconizadas para a produção familiar por parte da agroindústria, e a situação vivida pelos agricultores familiares e seus sistemas diversificados. Existiria, portanto, um ciclo não sustentável no desenvolvimento da agricultura familiar *vis-à-vis* à sua atual forma de inserção na economia regional.

Como processos configuradores deste ciclo são citados: (i) a dependência econômica da agropecuária, (ii) alta densidade demográfica rural, (iii) fronteira agrícola esgotada e escassez de terras nobres, (iv) estrutura agrícola pulverizada, (v) distância dos mercados consumidores (iv) queda de renda das atividades tradicionais, (vii) suinocultura expressiva e em concentração e (viii) ausência de políticas adequadas social e regionalmente.

Destes processos cabe destacar o de seleção, concentração e exclusão de produtores da produção de suínos. Segundo o estudo, dos cerca de 67 mil produtores agrícolas familiares da região que tinham na suinocultura uma importante fonte de renda, em 1980, restaram cerca de 30 mil, em 1990 e, aproximadamente 20 mil, em 1995. Em 2002 estimava-se que o número de suinocultores tenha diminuído para menos de 15 mil.

---

<sup>30</sup> ROA = Renda bruta, menos os custos variáveis efetivamente desembolsados, menos a depreciação e menos os demais desembolsos efetivos (impostos, taxas, energia, etc), excluídos os investimentos.

As propostas para a reversão deste ciclo de crise foram feitas de forma a contemplar os vários setores econômicos da região, no campo da produção agropecuária, na industrialização e no setor terciário.

Primeiramente, no que diz respeito ao setor agropecuário, a idéia era a de fortalecer a produção agrícola familiar de base diversificada através da:

- Intensificação tecnológica das atividades tradicionais como milho, feijão e soja
- Promoção da desconcentração da suinocultura com fortalecimento do sistema de ciclo completo
- Busca da diversificação das atividades agrícolas com a introdução de novas opções econômicas na produção agropecuária e também fora dela.

Para o setor industrial, especialmente o agroindustrial, a idéia básica era a de promover a desconcentração e descentralização das unidades industriais. O argumento usado era de que com isso haveria a possibilidade de mais agricultores familiares participarem como fornecedores de matéria-prima, já que estariam mais próximos das plantas de processamento e, com isso, diminuiriam os custos de logística (transporte de ração, animais e assistência técnica).

Paradoxalmente, como visto no capítulo anterior, a agroindústria convencional usou o argumento dos custos para adotar uma estratégia contrária à proposta preconizada por Testa et al. Ao invés de aproximar as plantas agroindustriais dos produtores de matéria-prima<sup>31</sup> selecionou os produtores próximos às suas maiores unidades industriais. Este processo foi possível graças à concentração da produção de aves (aumento da densidade do lote e do tamanho dos aviários) e da plena adoção da especialização na produção de suínos<sup>32</sup>. Neste processo houve também fechamento de pequenos abatedouros, como o de suínos do grupo Chapecó, de São Carlos, e o de Frederico Wesphalem – RS, da Sadia.

Paralelamente eram realizados outros estudos de âmbito nacional, como o do FAO/INCRA 1994. Neste, a agricultura brasileira foi dividida em patronal e familiar sendo

---

<sup>31</sup> Nos anos 90, a única grande agroindústria que construiu plantas agroindustriais foi a Cooperativa Central Oeste Catarinense. Embora tenha adotado uma estratégia de distribuição espacial de suas plantas em parceria com suas cooperativas filiadas, o tamanho de suas plantas continuou sendo grande. A de Chapecó para abate e industrialização de suínos, a de abate de aves em Quilombo e a de suínos em Joaçaba, todas construídas na última década. Além destas ainda possui uma planta para abate e industrialização de suínos em São Miguel d'Oeste e para sucos em Pinhalzinho.

esta última subdividida em três subtipos: consolidada, em transição e periférica, de acordo com critérios de inserção econômica. Este estudo, juntamente com o de Testa et al, foram também motivadores para a realização de uma série de estudos microrregionais e municipais que mostraram em detalhe as crescentes dificuldades da agricultura familiar, visando subsidiar a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola e rural.

A publicação e divulgação destes trabalhos, aliada às dificuldades crescentes da agricultura familiar e agroindústria regional, certamente influenciaram a tomada de posição dos atores regionais como: Instituições Públicas, Cooperativas Agropecuárias, Agroindústrias, Organizações de Agricultura Familiar e Associação de Municípios etc. Exemplo deste contexto é a atuação da Associação de Municípios do Oeste Catarinense (Amosc).

### **2.1.3.2 Crise regional associada à integração ao Mercosul e à globalização da economia**

O trabalho do Instituto Nomisma foi encomendado em 1996 pelo Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado a partir do envolvimento da Amosc no desenvolvimento regional. O trabalho “Proposta para a Realização do Projeto Piloto para o desenvolvimento local na Região Oeste do Estado de Santa Catarina” embora utilizando dados do trabalho de Testa et al, o estudo enfatizou outros aspectos da realidade regional.

Tal estudo evidencia a crise regional relacionando-a à abertura comercial do Brasil e à constituição do Mercosul e globalização da economia. Assim vista, a crise regional não derivaria da forma de inserção da agricultura familiar na agroindustrialização regional e das condições resultantes das estratégias das grandes agroindústrias convencionais, aspecto central na análise de Testa et al. No entanto, caberia ao trabalho explicar porque a crise regional iniciou ainda nos anos 80, quando o Mercosul e a abertura econômica ainda não estavam presentes.

Além dos aspectos já mencionados, é importante frisar outras diferenças entre o estudo realizado por Testa et al e o do Instituto Nomisma. O espaço geográfico de Intervenção proposto pelo Instituto Nomisma era a Região da Amosc enquanto o de Testa et al era a região Oeste catarinense. O estudo de Testa et al buscava subsidiar a discussão da sociedade Oestina visando a tomada de decisão dos agentes regionais na retomada de um projeto de

---

<sup>32</sup> No sistema especializado, a produção de leitões ficou relativamente distante e a terminação dos mesmos, próxima dos frigoríficos.

desenvolvimento. Enquanto isso, o Instituto Nomisma já apresentava um conjunto de projetos tendo em vista a discussão anterior da Amosc e do próprio FDRI. Diferentemente do Instituto Nomisma, o documento de Testa et al não tinha como referência explícita a experiência italiana de desenvolvimento regional. Por conta disso, variáveis como especialização produtiva não são tão destacadas quanto é possível evidenciar no trabalho do Nomisma.

Alinhadas com a experiência Italiana de abordagem do desenvolvimento, a partir de “baixo”, sob a ótica do distrito industrial, as propostas do instituto Nomisma estão centradas na promoção e auto-organização das forças locais em um pacto territorial, visando implementar projetos de desenvolvimento regional integrado.

Não é de estranhar que as propostas de desenvolvimento do Nomisma apresentem uma tendência de replicação do modelo italiano. Assim, colocam-se como objetivos i) aumentar a população de empresas, ii) aumentar a extensão (alcance) do mercado, iii) melhorar a competitividade das empresas e iv) manter um equilíbrio territorial entre o centro e a periferia.

Entre os projetos estratégicos propostos estão os de desenvolvimento agroindustrial (Consórcio de Valorização de Produtos, Disciplinares de Produção e Marca Guarda Chuva para produtos regionais), de desenvolvimento empresarial (Cooperativas de garantia de crédito e de constituição de associações empresariais) e os de apoio informacional (Constituição do Observatório Econômico).

Para os interesses de nosso estudo destacam-se os projetos de desenvolvimento agroindustrial que possuem importantes interfaces com outras propostas de agroindustrialização para a região, como a da Apaco e a do MST. Especificamente o projeto de constituição de uma marca Guarda Chuva, visando valorizar a produção agrícola e agroindustrial regional, é o que tem maiores interfaces com outros atores e será analisado com mais detalhe no capítulo 5.

### **2.1.3.3 Crise associada à saída das agroindústrias da região.**

O trabalho “O *cluster* suínico do Oeste de Santa Catarina”, elaborado por Santos Filho et al (1999), do Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e aves da Embrapa, também faz uma avaliação da situação atual e das perspectivas da suinocultura e do desenvolvimento da região Oeste nos anos 90.

O estudo do *cluster* mostra que a região está social e economicamente suportada na agroindústria de processamento de suínos e aves. Mostra também indicativos de uma possível reestruturação dessa agroindústria, implicando em graves incertezas e alto risco para a sustentabilidade do desenvolvimento da região. No centro destas incertezas estaria a possibilidade de ocorrência de um dos cenários apontados pelo estudo: i) estagnação econômica com expansão da agroindústria para o Centro Oeste, ii) crise com mudança da agroindústria para o Centro Oeste, iii) desenvolvimento de vantagens competitivas para atender nichos de mercado e iv) separação entre a avicultura e suinocultura.

Dos quatro cenários identificados, embora não construídos, em dois deles aparece a possibilidade da migração da agroindústria regional de suínos para a região Centro Oeste, o que colocaria sérias dificuldades para a região. Como estratégia de ação, propõe que a Embrapa Suínos e Aves de Concórdia lidere a elaboração destes cenários, juntamente com os outros agentes regionais visando identificar possíveis demandas para as diversas agências envolvidas com o *cluster*.

Os autores enfatizam ainda que não haveria por parte das grandes empresas um aproveitamento eficiente das condições modernas do *cluster*

Muito embora os fatos citados acima indiquem uma grande modernidade do setor, é importante enfatizar que conter, em um único cluster, todas as grandes empresas do mesmo ainda não se transformou em verdadeira vantagem competitiva da região. As empresas em geral, trabalham dissociadas umas das outras, não existindo assim alianças estratégicas entre as mesmas na busca de melhoria nos custos de produção e, conseqüentemente, na busca de verdadeiras vantagens competitivas que deveriam ser causadas pela concentração agroindustrial (SANTOS FILHO et al 1999: 142).

Esta afirmação nos indica que os autores, apesar de terem adotado a noção de *cluster*, não avançaram na qualificação de que tipo de *cluster* estariam se referindo. Como vimos, a literatura assume a existência de diferentes tipos de *clusters*. Existiria, portanto, uma interpretação de *cluster* convergente com a afirmação acima dos autores. Seria aquela que Schmitz (1997) afirma que existiria uma eficiência coletiva não planejada (acidental) advinda do efeito de proximidade. Este tipo de eficiência coletiva estaria presente em qualquer tipo de *cluster*, diferentemente da eficiência coletiva planejada (conscientemente perseguida) que só se manifestaria em determinados tipos de *clusters*, como o dos distritos industriais da Terceira Itália.

Ao colocar ênfase na cadeia produtiva e, especialmente, na hegemonia de alguns atores como as grandes agroindústrias, o trabalho acabou por negligenciar as transformações

que estavam ocorrendo na região. Dentre estas destacam-se, como veremos no capítulo 3, a evolução da especialização (novos frigoríficos, novas fábricas de rações, novas empresas na área de genética), assim como, o fortalecimento de setores paralelos como o setor metal mecânico de máquinas e equipamentos frigoríficos e aditivos.

A interpretação da possível migração das agroindústrias para o Centro Oeste transformou-se em senso comum no discurso regional desde o final dos anos 80. Todos os agentes das cadeias produtivas de suínos e de aves, assim como as instituições regionais, diagnosticavam a saída eminente das agroindústrias. Argumentos como a falta de milho e soja, os problemas ambientais, falta de uma política de incentivos à agroindústria, a descapitalização da agricultura familiar e a distância dos mercados consumidores eram argumentos utilizados em favor da migração para o Centro Oeste. Pelo contrário, aquela região seria o novo eldorado para a produção de aves e suínos. Produção crescente de grãos, políticas públicas de incentivos (FCO, SUDAM e dos governos estaduais) e agricultura empresarial moderna pronta para investir, entre outros, eram utilizados como argumento para a migração dos grupos para lá.

A possível transferência das agroindústrias para outros estados foi assim vista por dirigente de agroindústria:

As empresas, com a globalização da economia, estão perdendo um pouco o conceito de pátria, o conceito de Estado-mater e estão vivendo em um mercado globalizado, buscando resultados. E se esses resultados estão no Centro Oeste, no Nordeste, no Centro Sul, e se as empresas estão em busca disso, nós podemos, no caso específico da Perdigão, dizer muito a vontade, porque estamos fazendo um grande investimento no Estado e simultaneamente a dois grandes investimentos fora do Estado. ... Porque fomos para fora do Estado? Esgotou-se a capacidade de Santa Catarina de gerar matéria-prima (milho e soja). A concentração na região Sul das empresas agroindustriais transformou o estado do Paraná, que é o tradicional abastecedor de matéria-prima de Santa Catarina, em um mercado disputadíssimo e que sofre todas as influências das variações de safra. Além disso, é um programa com muita competitividade, com algumas vantagens bastante atraentes que proporcionaram o direcionamento desses investimentos para o Centro Oeste, onde se concentra uma grande fronteira agrícola e onde as empresas estão encontrando alguns benefícios (Ricardo Menezes, Diretor da Perdigão, Florianópolis, 29/01/1997)<sup>33</sup>.

A migração das agroindústrias para a região Centro Oeste foi explicada por um dirigente sindical dos avicultores

---

<sup>33</sup> Pronunciamento no 1º Encontro para Análise de Diagnóstico da Agroindústria Catarinense – Florianópolis, (1997).

O que, aliás, esta questão de fechamento das agroindústrias, era um processo muito claro, muito lógico, de convencimento da própria comunidade. A comunidade já estava convencida de que o ciclo de avicultura havia acabado para Santa Catarina. E aí aconteceram alguns fatos interessantes. Neste convencimento social e a sedução das agroindústrias pelos atrativos do Centro Oeste, principalmente pelas benesses financeiras e os empréstimos a longo prazo e a juros baratos, estava direcionando as atenções dos empresários para aquela região. Eles foram lá e as expectativas não corresponderam. E, ao mesmo tempo, que eles estavam seduzidos pelo Centro Oeste, ocorreu um movimento de base que nós modestamente começamos aqui dentro no sindicato fazer uma análise em função do depoimento dos diretores da Sadia de que se eles pudessem eles tirariam todo o parque industrial deles e no dia seguinte estavam no Centro Oeste (OI 29, Chapecó, 22/02/02)<sup>34</sup>.

Outros aspectos, como a implantação do Prodec Agroindustrial, em 1998, ajudam a explicar a continuidade da atuação estratégica das empresas no estado (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, 1997). Diferentemente dos outros dois estudos, este não propõe a construção de um futuro sustentável para a região do ponto de vista normativo mas, sim, uma adaptação ao cenário possível.

As interpretações da crise socioeconômica e ambiental regional indubitavelmente realçam diferentes dimensões associadas à mudança rural e agroindustrial em curso. O estudo de Testa et al destaca a incompatibilidade das estratégias setoriais das grandes agroindústrias com os sistemas diversificados de produção associados a agricultura familiar. O Instituto Nomisma enfatiza a inexorabilidade de ajuste da agroindústria ao novo ambiente concorrencial, fruto da abertura econômica e integração ao Mercosul. Por sua vez, o estudo do Cnpisa enfatiza a possível saída das agroindústrias da região.

Em comum, as três interpretações<sup>35</sup> também apresentam uma sobrevalorização da mudança regional a partir das forças externas, particularmente, da globalização, e podem, sucumbir a um determinismo. Nesta perspectiva analítica os trabalhos se alinham com a leitura feita pela posição da economia política da globalização da agricultura e do sistema alimentar. Nessa posição, haveria pouco ou nenhum espaço de manobra para os atores regionais agrícolas e agroindustriais.

Sem negar, contudo, as tendências homogeneizadoras das estratégias das agroindústrias convencionais, é importante reconhecer que a região Oeste vem passando por

---

<sup>34</sup> As siglas AF (Agricultor familiar), E (Empresário), OI (Organização e Instituição) e ET (Empresário e Técnico) são usadas para designar os tipos de atores entrevistados durante a pesquisa de campo. A lista completa dos tipos de atores assim como o local e a data de realização das entrevistas encontra-se no anexo 1.

um período de intensa reflexão acerca de sua situação atual e perspectivas futuras. Contudo, esta reflexividade dos atores e instituições regionais não tem tido o mesmo espaço nessas análises e estudos. A capacidade de agência, e interconexões entre várias escalas de atuação, não são enfatizadas pelos autores. Procurando contribuir com a superação desta lacuna, a partir da utilização da noção de redes para analisar a mudança regional, é que nosso trabalho procurar se construir.

Embora este processo de agudização da crise da agricultura familiar seja de maior evidência nas análises da situação regional, também vem ocorrendo na região, desde os anos 80, um processo de construção de alternativas de inserção da agricultura familiar excluída do processo de integração agroindustrial.

Assim, nos anos 90, testemunha-se um duplo movimento da região. Por um lado, ocorre o aprofundamento das trajetórias da grande agroindústria e por outro, um processo de constituição de estratégias mais autônomas de agroindustrialização promovidas por agentes ligados a agricultura familiar. As estratégias de agroindustrialização em curso, assim como, as principais características que assumem as redes que lhe dão sustentação, são brevemente apresentadas a seguir.

## **2.2 A mudança regional vista através das redes**

### **2.2.1 Estratégias das agroindustriais convencionais: especialização e escala na busca dos mercados globais**

As grandes empresas agroalimentares convencionais do complexo carne iniciaram sua atuação, ainda nos anos 40, como pequenos estabelecimentos comerciais operando com produtos agropecuários, especialmente milho, feijão e banha suína, provenientes dos excedentes produzidos pela agricultura familiar. Nos anos 40 e 50, de pequeno comércio passaram à etapa de abate de suínos e o respectivo processamento de carne suína que, em seguida, foi ocupando espaço no mercado nacional, como o de São Paulo, o estado mais industrializado do país.

Nos anos 70 iniciou-se a atividade de produção integrada de aves, com um rápido e contínuo crescimento, que incluiu as primeiras exportações, em meados daquela década. De uma atividade nova para as agroindústrias e também para a região, a produção de aves tornou-

---

<sup>35</sup> Estas diferentes leituras, por sua vez, são parte constituinte das mudanças protagonizadas por atores locais e

se o segmento mais dinâmico da economia regional. Profundamente ligada aos mercados nacionais e externos, hoje a cadeia de produção de aves catarinense disputa mercados internacionais com países como os Estados Unidos e França. Mesmo com todo este dinamismo, o alcance social na produção primária de frangos é pequeno quando comparado ao número de produtores de suínos e de leite<sup>36</sup>.

A reestruturação agroindustrial na região, desde os anos 90, pode ser vista como um corolário da primeira reestruturação industrial que ocorreu no final dos anos 70, quando uma série de pequenos frigoríficos foi adquirida pelas grandes empresas (Sadia, Perdigão, ...). De mais de duas dezenas de unidades, restaram meia dúzia de frigoríficos. A mesma estratégia foi implementada, incluindo frigoríficos, principalmente, nos outros estados do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). A aquisição de frigoríficos, por parte das grandes empresas convencionais, pode ser vista também como uma estratégia de concorrência por matéria-prima (suínos) e, em última instância, por produtores familiares de suínos<sup>37</sup>. Passada esta etapa, as grandes agroindústrias buscaram novas estratégias para enfrentar o aumento da competitividade do setor.

Pressionadas pela forte competição, empresas implementam estratégias que buscam alcançar melhores resultados com a mesma força de trabalho ou investem em inovações tecnológicas (Cooke et al, 1989). A Sadia, ainda no final dos anos 80, explicita seu modelo de unidade de produção agrícola para a região no documento denominado Projeto 21, como referência ao século vindouro. Frente à preocupação com a qualidade e a continuidade das fontes de abastecimento de sua matéria-prima (suínos e aves), o Projeto 21 preconizava o aumento da escala e a profissionalização, via especialização, dos produtores familiares integrados à agroindústria. Também priorizava produtores de suínos próximos às suas unidades fabris e estimava a diminuição de seu contingente de integrados para menos da metade, no início do presente século. Este projeto era um exemplo emblemático do que viria a acontecer no decorrer dos anos 90, como resultado da utilização desta estratégia por parte das

---

regionais no Oeste catarinense, como será visto nos capítulos 5 e 6.

<sup>36</sup> O pequeno alcance social da avicultura pode ser visto nos seguintes dados. Há cerca de nove mil agricultores que produzem aves no sistema integrado no Oeste de Santa Catarina. Segundo projeções de Wilkinson (1996), 30 mil produtores (com aviários de 1200 metros quadrados) seriam suficientes para produzir aves para todo o mercado interno brasileiro.

<sup>37</sup> A região Oeste catarinense, Sudoeste paranaense e Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul concentram a produção de suínos na agricultura de caráter familiar. Foram nestas regiões que as grandes agroindústrias adquiriram e/ou construíram plantas industriais.

outras agroindústrias. Na área de carnes, os outros grupos, com alguma diferença, também acompanharam a Sadia.

Em outros segmentos da produção regional vêm ocorrendo estratégias parecidas. No caso do fumo, empresas como a Souza Cruz também estabeleceram seu modelo de exploração agrícola para garantir o abastecimento da matéria-prima. A produção de leite, que está sendo a âncora da produção familiar excluída da atividade suinícola, estaria num período de transição, em que haveria uma disputa entre defensores da especialização com escala e os que defendem a produção de leite em unidades familiares de produção diversificada (Mello, 1998).

Paralelamente a essa estratégia de obtenção da matéria-prima, as grandes empresas implementaram outras ações ao longo da cadeia. A partir de sua base tecnológica e de mercado na área de carnes suínas e de aves, num processo de diversificação horizontal, migraram para o mercado mais amplo de proteínas animais, como foi o caso da carne bovina e peixe. Outra estratégia foi a de ampliar seu espaço de atuação ao longo de toda a cadeia, num típico processo de integração vertical, passando a produzir produtos semiprontos.

Pode-se, assim, afirmar que, de grandes empresas agroindustriais de primeiro processamento, as empresas do complexo carne transformaram-se em empresas alimentares de produtos finais. Um exemplo desta estratégia é que cerca de 85% da carne suína é industrializada. Ao produzir produtos prontos, estas empresas passaram a atuar numa estrutura competitiva em que a qualidade e a marca dos produtos, aliada à propaganda e ao marketing, são as principais armas concorrenciais (Mior 1992).

Mudanças no ambiente institucional resultante da abertura econômica, da desregulação da economia e da integração ao Mercosul, levam as grandes empresas agroindustriais de Santa Catarina a ocupar outros espaços do país e do Mercosul nos anos 90. Implantaram novas plantas industriais, assim como sistemas de integração na produção de aves e suínos nas regiões Centro Oeste e Sudeste brasileiras. Além disso, passaram a marcar presença através de parcerias e/ou escritórios comerciais na Argentina e na Europa.

Estas estratégias podem ser vistas como um claro processo de desterritorialização das empresas anteriormente focadas no Oeste Catarinense. Paradoxalmente, no entanto, é preciso reconhecer que também ocorreu um processo de re-territorialização por parte destas empresas. Sadia, Perdigão e Seara re-investiram em suas plantas agroindustriais na região Oeste

catarinense durante os anos 90. Modernizaram suas unidades visando adequá-las à exportação de produtos de maior valor agregado para novos mercados, como o da Europa.

Estas empresas verticalmente integradas (desde a produção de rações, passando pelo abate, processamento até a produção de produtos finais) e diversificadas horizontalmente (atuando em todos os tipos de carnes e proteínas animais) são os atores chave no processo de reestruturação agroindustrial em curso nos anos 90. A atuação dessas redes, assim como, os possíveis desdobramentos no contexto regional serão analisadas, no capítulo 3, a partir da noção de redes verticais de desenvolvimento rural.

### **2.2.2 Produção e agroindústria familiar: estratégias de diversificação regional**

Havia uma certa convergência de interesses entre a produção agrícola familiar e a agroindústria, particularmente significativa no que tange à necessidade de inovação tecnológica, nos anos 60 e 70, período em que as políticas públicas voltadas à geração e difusão de tecnologia eram convergentes com a ampliação da produção e da produtividade.

Em 1975 foi constituído no município de Concórdia (sede da Sadia) o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos da (Cnpsa-Embrapa), ampliado para Aves em 1978, demarcando um período de forte modernização da suinocultura e avicultura regionais. A substituição da ração produzida na propriedade, pela produção das próprias agroindústrias, é um exemplo desta modernização. Do lado da assistência técnica e extensão rural, foi o período da intervenção sob os auspícios do projeto suinocultura. Nesse, mais de 30 extensionistas do serviço público foram cedidos para a Associação Catarinense de Produtores Suínos (ACCS) visando a modernização da atividade via introdução de novas linhagens de suínos (Mior, 1992).

Esta convergência de interesses entre os três principais atores (agroindústrias, produção agrícola familiar e Estado) começa a mudar a partir do início dos anos 80. As agroindústrias, após implementar estratégias de aquisição dos pequenos frigoríficos, passam a concentrar a produção em unidades maiores, no caso da suinocultura, e também a investir em outros estados, como vimos anteriormente. O Estado, que tinha praticado uma política ativa de crédito rural, passa a restringi-lo, e a adotar taxas de juros positivas, respondendo às pressões macroeconômicas. Ainda nesse período acaba o projeto suinocultura, e o Serviço de Extensão Rural, através da Acaresc, passa a fomentar uma estratégia técnica e organizativa da produção de suínos alternativa à das agroindústrias. A estratégia técnica prioriza a difusão de

formas alternativas de alimentação de suínos com especial ênfase no uso de alimentos produzidos na propriedade.

Ao mesmo tempo a Acaresc inicia uma forte atuação na organização associativa da produção de suínos, sob a forma de “condomínios”. Por condomínio entende-se uma forma coletiva de produção de suínos, organizada em grupos de seis a dez agricultores. Os condomínios começam a produzir leitões em uma única unidade produtiva. Depois da fase de criação, os leitões passam à fase de terminação nas unidades individuais de cada um dos sócios. Vista como uma forma de racionalizar técnica e economicamente a produção de suínos, constituiu-se numa alternativa ao modelo tradicional de produção, com forte apoio do estado, crédito e suporte técnico-organizativo do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Acaresc). No fim dos anos 80 existiam cerca de 100 condomínios na região, congregando aproximadamente mil agricultores. Embora não concretizada a idéia inicial era avançar no processo organizativo para o abate e industrialização da carne de forma associativa. Nos anos 90 a idéia do Condomínio foi difundida para a produção de leiteira, mas sem, contudo, alcançar a mesma repercussão que teve na suinocultura. Foi uma experiência pioneira na organização da produção e dos suinocultores que teve influência positiva posterior sobre toda uma série de iniciativas associativas, por parte da agricultura familiar regional.

Do ponto de vista institucional, ocorrem mudanças também na forma de intervenção do setor público agrícola estadual que repercutiram na região Oeste. Em Chapecó, a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária constitui um Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades. A idéia chave deste centro era a busca de uma investigação agrônômica mais adequada para os sistemas de produção diversificados da pequena propriedade predominantes na região.

Os agricultores familiares passam a buscar atividades alternativas à produção de suínos, como foi o caso da produção leiteira. De uma atividade de subsistência, até os anos 70, a atividade leiteira teria se transformado na âncora da produção familiar diversificada que foi excluída da suinocultura. A região Oeste catarinense transforma-se na maior bacia leiteira do Estado de Santa Catarina e no Censo de 1995/96 já conta com mais agricultores vendendo leite do que suínos (ver tabela 1) Embora tenha havido todo um trabalho de fomento por parte de organizações públicas estaduais e das prefeituras municipais, a migração para o leite é uma demonstração da capacidade de re-conversão da produção familiar da região.

Já no final dos anos 80, também se consolidam na região associações e sindicatos de suinocultores e avicultores, mostrando um processo de amadurecimento organizativo da agricultura familiar integrada. Particularmente importante foi a constituição da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco- (Mior 1994).

**Tabela 1. Participação dos agricultores familiares da região Oeste catarinense na produção e comercialização de alguns produtos (1995)**

Produtos	Agricultores	
	Produtores	Vendedores
Milho	80.000	-
Leite	70.000	40.000
Suínos	65.000	32.000
Feijão	60.000	-
Fumo	18.000	18.000
Aves	9.000	9.000
Soja	8.575	-
Total da região Oeste	88.279	

**Fonte:** Censo Agropecuário do Ibge (1998).

Enquanto no início dos anos 90 o Cnpsa estava buscando desenvolver novas linhagens de aves visando competir no mercado convencional de pesquisas da área, no final da década passa a desenvolver pesquisas visando atender o mercado diferenciado para frango colonial/caipira. A mudança inclui, além do desenvolvimento de material genético mais adequado à produção em condições a campo, adequação de plantas para abate de frangos em pequena escala. Esta mudança mostra a existência de um novo contexto de inserção da pesquisa, agora mais próxima aos agricultores familiares<sup>38</sup>.

Com o aprofundamento da reestruturação industrial, agora sob o impacto da abertura da economia brasileira e da integração ao Mercosul, nos anos 90, novos atores buscam construir proposições estratégicas alternativas para a região. Sob um novo conceito aglutinador de “agricultura familiar”, a produção agrícola regional ganha mais legitimidade como forma de organização social e econômica. Conforme visto no capítulo 1, no esteio de um movimento de revalorização da agricultura familiar no âmbito brasileiro, uma série de

<sup>38</sup> Algumas experiências de agroindustrialização da agricultura familiar estão utilizando este frango como material genético.

documentos e trabalhos tenta constituir caminhos alternativos para fortalecer a agricultura familiar no Brasil (FAO/INCRA 1994; Veiga 1997; Graziano da Silva 1997a).

No âmbito nacional destacam-se “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável publicado pela FAO/INCRA 1994 e no âmbito regional “O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão” da Epagri (Testa et al 1996) e o “Plano Básico da Associação de Municípios do Oeste Catarinense” (Amosc 1995) e o Projeto Piloto para o desenvolvimento local na Região Oeste do Estado de Santa Catarina (Nomisma 1996).

Diferentemente das estratégias da agroindústria convencional, a postura dos novos agentes se baseia na diversificação da economia regional. Pode -se destacar a existência de três grupos diferentes de atores e estratégias na região: (i) a Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc); (ii) a Associação dos Pequenos Agricultores (Apaco) e, (iii) a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina.

Há diferenças significativas entre as estratégias destes grupos, que variam desde uma tentativa de replicar a experiência italiana de desenvolvimento rural (no caso da Amosc), passando por uma estratégia de inserção nos mercados de *commodities*, no caso do leite longa vida, pelo MST, até uma estratégia de desenvolvimento alternativa, dentro dos marcos da agroecologia (Apaco). A apresentação e análise detalhada dessas diferentes estratégias de inserção para a agricultura familiar, assim como sua repercussão regional, serão realizadas no capítulo 5.

### **2.2.3 A hegemonia agroindustrial e os espaços de manobra da agricultura familiar**

Face ao acima exposto, pode-se afirmar que o processo de reestruturação agroindustrial ou mudança rural em curso na região Oeste catarinense assume características complexas. É neste contexto que a abordagem da economia política da globalização pode não ser suficiente para a obtenção de respostas razoáveis à situação de transição regional em curso. De acordo com tal abordagem, o destino da agricultura e seus respectivos espaços rurais seriam determinados por processos macro como o da globalização da economia e do sistema alimentar. Da mesma forma, atribuir um alto nível de autonomia da agricultura e seus territórios rurais locais/regionais como reivindica a abordagem da re-localização e diversidade, pode nos fazer sucumbir ao utopismo.

De acordo com Marsden et al (1993), a mudança nos padrões de desenvolvimento rural somente poderá ser explicitada com um instrumental teórico-metodológico que permita a compreensão desta multifacetada realidade. Analisando a situação vivenciada pelo Reino Unido, os autores concluem que os elementos cruciais na formatação de um processo específico de desenvolvimento rural/local são os atores econômicos, o sistema de planejamento e regulação e as configurações políticas locais. Diferentemente do Reino Unido, o sistema de planejamento no Brasil é muito frágil. No caso do desenvolvimento rural, o principal instrumento de planejamento é o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, que começou a ser implementado nos anos 90. Entretanto, os agentes econômicos são muito influentes e tem uma atuação, direta ou indiretamente, preponderante no contexto de ampliação ou de restrição das opções de estratégias de desenvolvimento rural. Este aspecto é de particular importância quando olhamos para a região Oeste catarinense, dada a forte presença de poderosas empresas agroindustriais.

Como então caracterizar o processo de mudança rural no Brasil? Certamente, na maioria dos casos, a sua tendência tem sido a continuidade do esvaziamento social dos territórios rurais, dado, inclusive, o viés urbano das políticas públicas, como bem argumenta Veiga em vários trabalhos. Contudo, será que onde existe uma história de organização e participação social ativa da população local e rural pode-se esperar mudanças na direção do desenvolvimento rural sustentável?

No caso do Oeste catarinense, por um lado, as estratégias de grandes empresas agroindustriais como Sadia, Perdigão, Ceval, incentivam o aumento da escala e a especialização da produção de sua matéria-prima (carne suína e avícola) que leva a um processo de seleção, concentração e exclusão de produtores familiares. Por outro lado, as estratégias da Amosc, MST e Apaco buscam novas formas de inserção da agricultura familiar, mais ligadas à diversificação e à busca de qualidade diferenciada dos produtos, visando o desenvolvimento territorial.

No primeiro grupo existe maior homogeneidade tanto dos atores (poucos grupos agroindustriais) como nas estratégias de ação (integração vertical, economia de escala, mercados nacional e global). No segundo grupo há mais diversidade de agentes (públicos, privados e ONG's), como também de estratégias de ação (diversificação, integração regional, busca de qualidade diferenciada, associativismo e nichos de mercado, principalmente, local e regional). Quanto comparada à força dos atores ligados à agricultura familiar, a ação dos grupos agroindustriais convencionais pode ser vista como hegemônica no processo de

reestruturação rural. Todavia, nos anos 90, surge um fato novo que poderia contestar parcialmente esta hegemonia. Estamos nos referindo ao forte movimento nacional de apoio à agricultura familiar que levou à constituição do Pronaf, em 1995.

Esta intensa ação no âmbito regional seria um indicador da mudança nas relações entre os diversos níveis de regulação da política de desenvolvimento agrícola e rural no Brasil. Explorar o contexto da mudança agroindustrial na região Oeste catarinense exige, portanto, uma análise do inter-relacionamento entre as estratégias de ação destes agentes nas diversas escalas espaciais.

Seguindo novamente o argumento de Marsden (1999), de que na Europa a sociologia rural deveria ter um papel mais legislativo do que interpretativo, que teve desde os anos 80, poder-se-ia levantar a possibilidade de abordagens que permitam incorporar estratégias alternativas de desenvolvimento rural. Essas deveriam abarcar, no caso da região Oeste catarinense, desde a incorporação da produção familiar ao sistema agroindustrial convencional, até a construção de estratégias alternativas como a recuperação e fortalecimento da agroindústria artesanal, a busca de mercados de nicho e a produção orgânica, numa clara estratégia pós-fordista.

Na Europa e demais países desenvolvidos, a organização da produção e do consumo alimentar foram homogeneizadas pelo padrão fordista de acumulação e estão numa fase de transição para um padrão pós-fordista<sup>39</sup>. Considerando que a Europa teria alcançado um nível bastante alto de segurança alimentar (em termos quantitativos) o consumo padronizado de alimentos indiferenciados estaria perdendo espaço junto ao consumidor. Em seu lugar tem emergido um consumidor cada vez mais exigente que não se resumiria à dimensão da qualidade, presente na estratégia fordista do alimento padronizado.

Esse escopo para a região Oeste seria uma alternativa à situação atual de transição que vive o regime alimentar brasileiro, onde co-existem pré-fordismo, fordismo e pós-fordismo. Com efeito, na região sob análise, por exemplo, existem agroindústrias convencionais que estão ligadas ao mercado europeu de carnes (com a tendência pós-fordista) e, ao mesmo tempo, ao mercado brasileiro, que estaria em transição. Existe ainda uma série de agroindústrias de pequeno porte ligadas à produção de derivados de leite (queijos, iogurte,

---

<sup>39</sup> Aqui é importante assinalar que pelos menos dois significados foram dados ao termo fordismo. O primeiro deles, mais restrito, atribuído à forma estandardizada de organização da produção. O segundo atribui um caráter mais amplo ao termo, considerando além das dimensões técnico-produtivas, as dimensões sociais, políticas, particularmente, no caso da agricultura, o consumo alimentar.

requeijão) voltada para mercados de nicho (produtos coloniais e artesanais) mas também para o mercado tradicional de *commodities* como é o caso de queijo para pizzarias (Wilkinson & Mior 1999). Esta situação evidencia desde logo a co-existência de distintas formas de organização da produção e consumo alimentares na região.

A abordagem escolhida para a análise deve nos permitir entender esta diversidade na situação regional, assim como, possibilitar a inteligibilidade do processo complexo e heterogêneo de mudança rural em curso na região.

### **2.3 Padrões de desenvolvimento rural e a emergência de novas redes**

Diferentemente do padrão previsível dos anos dourados da modernização da agricultura, desde os anos 80 do último século assiste-se a um período de transição nos padrões de desenvolvimento agrícola e rural no Brasil, o que pode ser visualizado nos distintos modelos tecnológicos e suas associadas formas de regulação.

De um padrão tecnológico homogêneo, pelo menos como alvo a ser buscado, de acordo com os pressupostos da revolução verde, passa-se a reconhecer a existência de diferentes modelos de agricultura e agroindustrialização. Estes abrangem desde a continuação do padrão tecnológico produtivista, agora sob os auspícios da biotecnologia e agricultura de precisão, até formas alternativas de produção agrícola, como a produção orgânica, agroecológica e suas variantes.

Passa-se de uma regulação marcada pela forte intervenção Estatal para uma paisagem heterogênea, tanto no referente ao papel do Estado, quanto da importância e variedade de atores não-estatais. Embora, certamente, não deixando de atuar, especialmente nos países desenvolvidos, a ação do Estado tem se dirigido para esferas mais descentralizadas, como a dos espaços locais/regionais. Paralelo a isto, organizações privadas e não governamentais têm ampliado sua presença e importância na regulação do desenvolvimento agrícola e rural.

Enquanto o Estado diminui sua presença, mudando sua forma de atuação, o mesmo não pode ser dito dos atores agrícolas e, principalmente, no caso brasileiro, agroalimentares, que ampliam suas ações nas escalas espaciais. Na esteira dos processos de globalização da economia, a ação destes grupos agroalimentares tem se pautado por sua presença em diversas escalas espaciais, que permeia desde a produção agrícola junto ao agricultor (local), passa

pela etapa de processamento agroindustrial (regional) e se estende até a distribuição e consumo final dos alimentos (regional, nacional, global). A presença de grandes agentes da indústria agroalimentar nestas diversas escalas é possível pela sua condição de ação a distância.

Uma avaliação da ação destes grandes atores agroalimentares globais e suas redes verticais poderia nos levar a uma leitura determinista, que afirmaria as poucas oportunidades ou estratégias alternativas para os segmentos agrícolas fragilizados (agricultores familiares e suas organizações nos âmbitos local e regional) como bem enfatiza a abordagem da economia política da globalização. Argumenta-se que a evolução das cadeias agroalimentares tem sido de concentração de grandes empresas nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, há outras posições que tem afirmado a necessidade de observar como estas redes verticais de produção e consumo de alimentos enfrentam problemas em seu processo de expansão, sendo que os resultados de suas estratégias podem ser diversos e contestados (Whatmore & Thorne 1997).

Assim como torna-se necessário evitar o viés determinista presente naquelas abordagens, deve-se analisar como outras estratégias são assumidas por atores locais e regionais, num processo não necessariamente premeditado de construção de novas redes de desenvolvimento rural.

Uma importante contribuição para o entendimento da mudança rural na Europa foi apresentada por Ploeg et al (2000) no instigante artigo “Desenvolvimento rural: das políticas e práticas para a teoria”. Como o próprio título indica, há a necessidade de analisar os padrões emergentes de desenvolvimento rural a partir de outra perspectiva teórica. Para os autores, o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, multifacetado e multiator enraizado em tradições históricas. Em todos estes níveis aparece uma série de respostas ao paradigma anterior de modernização. Dentre os níveis são destacados pelos autores o das inter-relações globais entre agricultura e sociedade, o do novo modelo de desenvolvimento agrícola, o da propriedade individual do agricultor, o do espaço rural e seus atores sociais e econômicos e, finalmente, o nível das políticas e instituições.

A característica central do novo paradigma de desenvolvimento rural seria a de ser construído a partir de uma combinação do velho e do novo (Ploeg et al 2000) ou da imposição das novas redes sobre as estruturas socioeconômicas pré-existentes, como é apresentado por Murdoch (2000). Todavia, estas novas redes, em especial as ligadas ao processo de inovação e

aprendizagem, somente poderão emergir, se o velho, isto é, as estruturas herdadas, são flexíveis e suficientemente diversas.

Tal desenvolvimento rural implicaria a construção de novas redes, a revalorização e recombinação de recursos, a coordenação ou remodelação do social e do material e o uso renovado do capital ecológico, social e cultural (Ploeg et al 2000). Ainda, segundo os autores, este novo padrão de desenvolvimento rural não seria apenas a adição de novas atividades, especialmente não agrícolas, ao meio rural, mas sim a forma como evolui o padrão anterior de desenvolvimento da própria agricultura. Aqui os autores se diferenciam da posição que enfatiza as atividades não agrícolas para o desenvolvimento rural e, muitas vezes, negligencia a evolução da própria agricultura.

### **2.3.1 Novas agroindústrias como parte do processo de mudança nos padrões de desenvolvimento rural**

Uma das dimensões em que este novo padrão está sendo construído é através da criação, operação e evolução das novas cadeias agroalimentares (Marsden 1998). Ainda segundo o autor, estas cadeias podem ser consideradas como um dos exemplos da reconfiguração de recursos, relacionado com as várias formas que a qualidade dos alimentos pode abarcar, desde orgânicos, passando pelos de alta qualidade e alcançando os produtos específicos regionais.

A combinação do velho ou das estruturas socioeconômicas pré-existentes, contudo, pode assumir pelo menos duas formas. A primeira delas seria a possibilidade do inédito ser uma combinação de características do anterior modelo de agroindustrialização com novas estratégias de mercado, dado as recentes demandas dos consumidores. No caso da região Oeste catarinense o “novo” poderia ser o surgimento de outras formas de organização da produção agrícola e agroindustrial, mas ainda sob o paradigma das redes verticais. Um exemplo disto é o surgimento de pequenas e médias agroindústrias de suínos e aves com atuação nos espaços, involuntariamente abertos, pela agroindústria convencional. A segunda forma seria uma mudança mais profunda que poderia ser a emergência e difusão de novas formas de organização da produção associadas ao surgimento de novos atores. Neste, por exemplo, ocorreria a incorporação de elementos da cultura agrícola e alimentar de natureza artesanal que, inclusive, seria anterior à própria modernização da agricultura e agroindústria

regional. Um exemplo lapidar neste caso seria a constituição de agroindústrias associadas à agricultura familiar para a produção de derivados de cana-de-açúcar, como o açúcar mascavo, o melado e o melado batido, entre outros, que estariam identificados com a cultura alimentar do território.

O importante a assinalar aqui é que recursos menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber fazer local, são agora vistos como cruciais para a emergência de novas redes de produção e consumo alimentares. E, ainda, a consolidação destas novas redes repousa sobre a capacidade organizacional e institucional local que tem sido atribuída à evolução do capital social existente no território (OCDE, apud Murdoch, 2000; Marsden, 1999)

É neste contexto que Marsden et al (2000) identificam a existência de um paradoxo nos novos paradigmas de desenvolvimento rural. “Como podem clusters de iniciativas de desenvolvimento rural coletivamente ter um grande impacto espacial quando, são todas - por definição – dependentes de uma trajetória evolutiva singular?” Esta, por sua vez, indica que os novos padrões emergentes deverão ser espacialmente circunscritos.

Dentro desta perspectiva analítica, como sugere Marsden (1999), surgem novas rodadas de desenvolvimento desigual dos espaços rurais regionais. Diferentemente da leitura feita pelas abordagens da economia política do sistema alimentar, as forças da globalização, por exemplo, não estão levando a uma homogeneização dos espaços rurais/locais e regionais. Segundo o autor, trajetórias contraditórias estão emergindo no âmbito local, entre as quais, as que favorecem a homogeneização, bem como, as que aprofundam a diferenciação entre os espaços locais em face do processo de globalização do sistema alimentar.

Na inexistência de um padrão único de relacionamento das regiões com as mudanças das condições externas, particularmente aquelas resultantes do processo de globalização, tem-se como uma primeira implicação teórica-metodológica a necessidade de direcionar a pesquisa empírica para um espaço social específico. Embora existam outras unidades de análise<sup>40</sup> para investigar mudanças nos padrões de desenvolvimento rural, nossa opção é tomar a região. Acreditamos que este nível seria o adequado para analisar mudanças tanto nas redes convencionais de desenvolvimento rural como nas emergentes.

---

<sup>40</sup> Segundo Knickel & Renting (2000), existiriam quatro níveis de análise do desenvolvimento rural: a propriedade agrícola, família rural, região e, finalmente, o do relacionamento global entre agricultura e sociedade.

Analiticamente poderíamos assumir que na região Oeste existe um processo de estandarização da produção e dos mercados consumidores, promovido pela grande agroindústria convencional, assim como um processo de re-valorização da diversidade ecológica e sócio-cultural promovido por outros atores regionais.

Tradicionalmente a ação das empresas agroindustriais foi analisada a partir do enfoque da cadeia produtiva, seja ela de suínos, aves, leite, etc. Dentro deste enfoque, a ação das grandes empresas se pautou pela ocupação de espaços ao longo das etapas posteriores à da produção agrícola, sempre no intuito de se aproximar cada vez mais do consumidor final do produto (onde se presumia que estaria a possibilidade de maior apropriação do valor agregado). Em função deste afastamento da etapa agrícola da cadeia e, principalmente, do espaço rural, local e regional, ocorreria uma autonomização dos interesses agroindustriais dos agrícolas. Souza e Bush (1998), por exemplo, estudaram o desenvolvimento da produção da soja como uma rede sócio-técnica e não apenas como uma cadeia produtiva. É dentro desta perspectiva que Murdoch (2000) sugere a utilização da noção de rede vertical para estudar a dinâmica do desenvolvimento rural, tendo em vista a insuficiência da abordagem da cadeia produtiva.

De forma diferente, a ação de agentes públicos, ONG's e pequenas e médias empresas regionais, pautadas por um processo de potencialização das oportunidades de desenvolvimento rural através da ampliação da diversificação das atividades dentro do espaço rural e da economia rural, agrícola e não agrícola, dentro dos territórios regionais, pode ser vista e analisada pela noção de rede horizontal de desenvolvimento rural, também de Murdoch.

### **2.3.2 Agroindústrias e distintas formas de organização da produção e consumo**

Considerando que uma das propriedades das redes é a possibilidade de agir a distância, é importante assinalar que, por exemplo, as redes verticais podem atuar apoiando ou dificultando a ação das redes horizontais no território regional. Como se dá a relação entre estes dois tipos de redes no espaço regional? Para Marsden & Parrot (2000), a existência destes dois tipos de redes pode ser vista como competição entre duas diferentes formas de governança, quer seja a da lógica industrial e a ecológica. Tal competição poderia ser analisada em termos de produtos (orgânico ou regional *versus* convencional) ou de forma alternativa, em torno de diferentes modos de organização dentro das cadeias produtivas (governança), conforme proposto por Marsden & Parrot.

Os dois modos de organização interna das cadeias produtivas (redes) são construídos em torno de diferentes noções de qualidade, levando à emergência da competição pelo uso do termo 'qualidade'. Em cada um destes dois tipos de cadeias produtivas podemos observar o desenvolvimento de diferentes combinações entre 'natureza', 'região', 'qualidade' e 'valor' os quais, por sua vez, estabelecem o contexto para a regulação pública e privada das diferentes cadeias de produção.

Contudo, este dualismo no que tange à disputa em termos de qualidade deve ser visto com cuidado quando olhamos para o contexto da região Oeste. Por exemplo, a análise da agroindústria convencional evidencia a transição da mesma na busca de atendimento de padrões de regulação econômica e ambiental globalmente delimitados. Dada a inserção globalizada destas empresas, torna-se necessário a adequação aos padrões de qualidade exigidos pelos mercados externos de carnes e derivados.

A tentativa de construção de redes de agroindústrias artesanais, rumo a estratégias territoriais/horizontais de desenvolvimento rural, pode refletir uma tentativa de alcançar mercados locais e regionais, cujos critérios de qualidade percebidos e valorizados pelo consumidor ainda não estão consolidados.

A partir da contribuição de Murdoch (2000), podemos entender os padrões de desenvolvimento rural e regional no Oeste Catarinense como permeados por características heterogêneas, dada a presença simultânea das redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural. Tal heterogeneidade seria, ainda, o resultado das diferentes lógicas de construção das duas redes, associada com as combinações também diversas de recursos naturais e sociais, locais e não locais. É esta possibilidade, aberta pela abordagem das redes, que liga o rural e o não rural ou o local e o não local, que pode fazer a diferença. Ou melhor, evidencia-se que a análise da mudança rural como um efeito de redes pode ser frutífera na investigação da reestruturação rural na região Oeste catarinense.

Como ocorre e quais as principais características do processo de reconversão produtiva (mudança rural) de uma região anteriormente demarcada por padrões homogêneos de organização da produção agrícola e agroindustrial? Especificamente, como os recursos naturais e sociais da região Oeste catarinense são incorporados em novas redes (agroindústrias artesanais/coloniais/rurais de pequeno porte) dentro de uma região hegemonicamente delimitada pela evolução estandarizada das redes verticais das agroindústrias convencionais.? Quais são as principais características das redes que estão se construindo na região Oeste e,

especificamente, quais são as possíveis convergências, divergências, conflitos, enfim, interfaces, existentes entre os dois tipos de redes em evidência?

Ao assumir que a transformação da região Oeste catarinense pode ser investigada a partir da noção de redes, o trabalho busca a identificação das principais redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural existentes na região. Para efeitos de nossa pesquisa, definimos que as agroindústrias convencionais seriam analisadas a partir da noção de redes verticais de desenvolvimento rural, enquanto as agroindústrias familiares seriam analisadas através das redes horizontais de desenvolvimento rural.

No primeiro momento da pesquisa foi feito um levantamento de dados secundários que nos possibilitasse uma interpretação inicial acerca da existência de um processo de mudança regional. Neste momento a questão chave era a possível existência de uma clivagem na relação agricultura-agroindústria-território regional visualizada nas principais estratégias da grande agroindústria convencional.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2001 e setembro de 2002 utilizando duas estratégias diferenciadas. Junto às redes das agroindústrias convencionais a pesquisa foi realizada através de documentos e informações existentes em diversos meios, sem entrevistas diretas, portanto. Buscou-se dados e informações públicas, como as existentes nos *sites* das empresas, relatórios, jornais e revistas. E, ainda, durante a participação em seminários, quando estes agentes se pronunciavam.

De forma diferente, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agentes ligados às redes das agroindústrias artesanais. Além dos próprios agricultores, foram realizadas entrevistas com técnicos e dirigentes de Organizações Públicas e de Organizações Não Governamentais (ver anexo 1). Participação em eventos realizados na região, tanto os que diziam respeito mais diretamente à agroindústria convencional como a agroindústria familiar rural (ver anexo B). Exemplos destes eventos foram Exposições Agropecuárias e Industriais, Seminários, Palestras, Reuniões de Associações de Agricultores e de Agroindústrias Familiares, Agências de Desenvolvimento. Ao utilizar a estratégia de seguir os atores foi possível evidenciar sua atuação numa situação de interface, como a que ocorre nestas arenas concretas.

O acompanhamento dos eventos e a realização das entrevistas nos permitiram visualizar como os diversos atores presentes nos processos de agroindustrialização mobilizam

os recursos sociais visando alcançar os objetivos a que se propõem, assim como, a estabilização de sua rede.

## **2.4 Síntese e considerações finais**

No primeiro capítulo, a análise da literatura especializada sobre o desenvolvimento rural mostrou a necessidade de ir além da posição presente na abordagem da economia política da globalização, assim como, da posição da localização e diversidade da agricultura e do sistema alimentar. Evidenciou, ainda, a pertinência de sair da dicotomia da abordagem exógena e endógena incorporando a noção de redes de desenvolvimento rural.

Partindo destas evidências, buscamos analisar a problemática do desenvolvimento rural da região Oeste catarinense. A revisão da literatura que trata da mudança rural permitiu evidenciar que a mesma está permeada pela representação da crise regional, que estaria emergindo, sobretudo, a partir das forças externas, particularmente as associadas aos processos de globalização da agricultura. Vimos que estas leituras se alinham com a posição assumida pela abordagem da economia política da globalização da agricultura e do sistema alimentar. Desta perspectiva, estas leituras ignoram como processos subjacentes, associados à mudança regional, podem se constituir em espaços para negociações, assim como, formulação de novas estratégias (novas redes?)

Desta evidência, como parte do processo de mudança nos padrões de desenvolvimento rural e utilizando a noção de redes verticais e horizontais de Murdoch, procuramos evidenciar as principais transformações que vem se processando nas trajetórias de agroindustrialização.

Considerando que uma das características chave dos novos padrões de desenvolvimento rural é a de que os mesmos são construídos a partir da imposição de novas redes sobre as estruturas socioeconômicas pré-existentes (Murdoch), torna-se necessário investigar se o tipo de situação pré-existente favorece, dificulta ou é irrelevante para a mudança.

Da perspectiva das redes verticais de desenvolvimento rural foi possível evidenciar uma clara tendência de homogeneização técnico-produtiva da trajetória da agroindústria convencional. Padrões estandarizados de organização da produção, presentes na especialização produtiva, passaram a ser usados na produção e industrialização de suínos, a

exemplo da produção de aves. No entanto, os possíveis desdobramentos desta trajetória sobre o território regional, em especial na emergência das novas redes, somente poderão ser evidenciados a partir de uma análise mais detalhada do processo continuado de estabilização destas redes, o que será visto no capítulo 3.

Se, por um lado, o processo convencional de modernização agroindustrial avança sob as formas tradicionais de organização da produção, por outro, existem sistemas diversificados de produção onde o produtor manteria uma autonomia relativa no seu sistema produtivo. Parte significativa dos agricultores familiares excluídos da integração de suínos migrou para a produção de leite, que passa a constituir-se no produto chave na estratégia de reprodução da produção familiar da região. Aos agricultores que mantiveram a produção de suínos com base no ciclo completo, soma-se este contingente de agricultores tradicionais diversificados que, se presume, é uma importante fonte de capital humano, social e cultural para a construção de novas formas de organização da produção agrícola e agroindustrial.

A abrangência e a profundidade das estratégias de diversificação e construção de novas redes de agroindústrias na região Oeste repousam sobre a possibilidade de incorporar estes recursos em redes horizontais de produção e consumo de alimentos, visando atender as emergentes e diferenciadas demandas do consumidor.

Assim, recursos sociais e naturais locais e não locais, bem como, atores locais e externos, deverão ser mobilizados pelas distintas redes à medida que as novas trajetórias de agroindustrialização forem sendo implementadas. Como estes diferentes recursos locais e não locais são mobilizados pelas distintas redes, verticais e horizontais, que produzem e reproduzem o território regional, torna-se assim uma importante pista para investigar o processo de transformação rural.

### **CAPÍTULO 3 A AÇÃO A DISTÂNCIA DAS REDES DAS AGROINDÚSTRIAS CONVENCIONAIS, A RE-TERRITORIALIZAÇÃO DO *CLUSTER* CARNES E O SURGIMENTO DE NOVAS REDES NO OESTE CATARINENSE.**

O objetivo do capítulo é fazer uma análise histórica das estratégias de ação das grandes agroindústrias convencionais, com ênfase especial na década de 90, e seus possíveis desdobramentos sobre o contexto sócio-econômico e ambiental regional. Utilizando o instrumental oferecido pela noção de redes procura-se demonstrar o relacionamento dinâmico e conflituoso das agroindústrias convencionais com o território regional. Assumimos nesta análise que o tipo de relação que se dá entre as redes verticais e o território regional ou, ainda, mais especificamente, o tipo de relação entre as grandes agroindústrias convencionais e a agricultura familiar, não é suficientemente elucidado pela abordagem da economia política da globalização. A nossa intenção é demonstrar que a mudança no território regional (local), em face das pressões advindas das forças globais, é heterogênea, já que incorpora a um só tempo estandartização e diversificação nas formas de organização social da produção e consumo alimentares.

Na primeira parte serão identificadas as características principais do reposicionamento espacial das grandes agroindústrias convencionais, em face dos novos padrões regulatórios (normas ambientais e de qualidade exigidas pelos mercados externos) e do novo contexto regional. Será feita uma descrição dos principais movimentos das empresas, especialmente no

que tange à internalização e externalização de atividades, ocupações de novos espaços regionais (Centro Oeste) e mercados (externos e, principalmente, europeu). Assume-se nesta análise que as agroindústrias convencionais estão historicamente e hegemonicamente pautadas pelas estratégias de implantação de padrões tecnológicos mundialmente estandarizados, coerentes, portanto, com a noção de redes verticais de desenvolvimento rural. Assim, patamares de qualidade sanitária e de produto, exigida nos mercados externos, são progressivamente adotados como, por exemplo, nos processos de controle de segurança na produção de alimentos baseados no método APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

Na segunda parte do capítulo será apresentada a emergência dos novos agentes que estariam levando a um processo de especialização crescente. Unidades industriais para abate de animais fora de padrão (matrizes suínas) e fornecedores de serviços de frio e estocagem de produtos finais, são alguns destes processos. Além disso, houve o surgimento na região de um considerável número de empresas fornecedoras de insumos e serviços ligados à nutrição, sanidade e genética animal, assim como de um setor metal mecânico voltado a atender as necessidades da indústria de carnes. O funcionamento deste *cluster* começa a dar sinais de constituição de um novo tipo de rede, agora mais próxima à noção de rede horizontal de inovação e aprendizagem. Um exemplo deste processo é a obtenção da proteína funcional de carne, desenvolvida por empresa especializada de aditivos em parceria com empresa do ramo metal mecânico, que se deu fora do domínio hierárquico (vertical) das grandes agroindústrias.

Na terceira parte do capítulo será feita uma apresentação descritiva das perspectivas abertas pelo amadurecimento do *cluster* carnes em associação com as estratégias, especialmente as de desverticalização, das grandes empresas agroindustriais. A idéia é mostrar como a existência desses segmentos provedores de insumos, máquinas e serviços especializados estão incentivando a constituição de novas agroindústrias. Exemplos deste processo podem ser vistos na criação de uma agroindústria de aves em Ipumirim (ao lado de Concórdia) no ano de 1997 e, uma outra no município de Guatambu, ao lado de Chapecó, que está em fase de construção desde início de 2002. Somam-se a estes empreendimentos de porte médio um conjunto de pequenas unidades industriais de suínos e leite, no mesmo espaço das pequenas agroindústrias familiares rurais, nesses e em vários outros produtos.

### **3.1 As estratégias das agroindústrias convencionais.**

Nos anos 90, no Brasil, o contexto de atuação das empresas em carnes suínas e aves foi profundamente modificado. É nessa década que o país adota como políticas macro a desregulação da economia, a abertura econômica e a integração ao Mercosul como diretrizes de sua inserção internacional. Conforme argumentam Delgado et al (1996), este processo de integração acaba criando novos padrões de territorialização e desterritorialização das atividades econômicas que derivariam da distinta mobilidade do capital. Já Cooke (1996) argumenta que a despeito do desenvolvimento de redes globais de firmas e da globalização dos fatores de produção, a região está tornando-se um espaço econômico forte.

É neste contexto que são analisadas as estratégias de ação das empresas agroindustriais. As estratégias das empresas buscam dar respostas à sua inserção nas respectivas cadeias produtivas, nos mercados e nos espaços regionais, nacionais e internacionais de atuação. Longe de infinitas, as estratégias das empresas são limitadas pela estrutura competitiva da indústria nacional e pela abertura econômica internacional. Essa situação vai demarcar as opções estratégicas de crescimento e diversificação das firmas.

O processo de expansão das firmas ou grupos econômicos se dá de acordo com as seguintes estratégias: 1) pela ampliação da capacidade produtiva, 2) por investimentos em novas empresas ou negócios e 3) pela aquisição, fusão ou incorporação de firmas e 4) novas formas de associação ou cooperação (Vegro & Sato 1995). Surge assim uma primeira questão: quais são as formas mais utilizadas pelas agroindústrias convencionais no Oeste catarinense em seu processo de expansão? Este processo de expansão pode abranger dimensões distintas como a espacial, a técnico-produtiva e a de mercado. Com relação ao seu alcance espacial, por exemplo, existe um processo continuado de desterritorialização ao longo do tempo com a progressiva nacionalização e, mesmo, internacionalização das empresas, como pode ser visto na trajetória de crescimento da Sadia. Do ponto de vista técnico produtivo existe uma continuada busca por diversificação e sofisticação de produtos. Enquanto que em relação ao mercado existe uma busca crescente pelo mercado externo, como fonte de dinamismo.

#### **3.1.1 Do Oeste catarinense para o mundo<sup>41</sup>: a internacionalização da produção de carne**

A busca permanente das empresas agroindustriais de se fazer presente, seja produzindo, seja industrializando ou distribuindo alimentos de origem animal ao longo do território nacional foi uma das principais estratégias adotadas. Nos últimos anos o alvo foi a

---

<sup>41</sup> Em alusão à placa existente na saída da cidade de Concórdia *“Aqui se produz alimentos para o Brasil e para o mundo”*. Paradoxalmente, como veremos no capítulo 4, a partir dos anos 90, poder-se-ia dizer: *“aqui se produz alimentos para Concórdia”* já que a agroindústria familiar produz para este município.

internacionalização destas empresas<sup>42</sup>. O maior exemplo deste tipo de estratégia pode ser visto a partir da constituição do grupo Sadia. (quadro 4).

Criada em 1944, no município de Concórdia, a empresa Sadia, já em 1947, abriu uma filial distribuidora de produtos em São Paulo. Em 1953 foi a vez de abrir a segunda fábrica do Grupo, o Moinho da Lapa, também em São Paulo. No ano de 1952 a Sadia faz uma primeira inovação, ao passar a utilizar aviões fretados para levar lingüiça frescal e outros produtos para São Paulo, saindo do aeroporto de Joaçaba. Em 1955 é criada a Sadia transportes aéreos que mais tarde viria a ser a Transbrasil. Em 1958 começam a circular os primeiros caminhões frigoríficos que passaram a dominar o transporte de produtos frescos e/ou congelados até os principais centros consumidores (São Paulo e Rio de Janeiro).<sup>43</sup>

Ainda nos anos 60 ocorre a institucionalização mais formal da rede Sadia, com dois movimentos fundamentais. Pelo lado da obtenção da matéria-prima, foi a institucionalização do Departamento de Fomento Agropecuário que viria a ser o gérmen do atual sistema de integração agroindustrial. Na perspectiva do mercado consumidor houve a reestruturação do sistema de comercialização, com a adoção de venda direta através de uma central de distribuição (A Sadia Comercial). Naquela década ocorrem as primeiras exportações de carne suína e bovina.

Os anos 70 marcam o aprofundamento da estratégia de nacionalização do Grupo Sadia com o início do abate de bovinos em Vargem Grande MT (1976) e o início do abate de frangos em Toledo (Paraná). Essa mesma década marca a entrada no negócio soja, com a aquisição de uma fábrica de óleo em Joaçaba. Os anos 80 testemunham a consolidação da Sadia como uma empresa nacional, com a presença marcante através de unidades industriais operando nos estados do RS, SP, PR, RJ, MT, e pontos de distribuição em todo o país.

---

<sup>42</sup> De forma diferente, a agroindústria de leite foi alvo de empresas líderes transnacionais nos anos 90.

<sup>43</sup> Santos et al (1999) estima a existência de 2.300 caminhões frigoríficos na região Oeste de Santa Catarina.

**Quadro 4 - Evolução setorial, espacial e temporal do grupo Sadia.**

Décadas	40/50	60	70	80	90/10
Atividades					
Trigo	Moinho de trigo em Concórdia	Moinho na Lapa			Saída do ramo
Suínos	Frigorífico de suínos		Pesquisa em Genética Suínos e perus em SC		
Integração	Associação Rural em 1951	Constituição do Fomento Agropecuário 1961		Lançamento do Projeto 21 em 1988 visando reestruturar seu sistema de integração.	
Transporte	Aviões fretados e próprios (1952) Uso de caminhões (1958)	Caminhões	Terceirização		
Frango		Início abate em Concórdia. Abate 1 milhão de frangos (1961)	Primeiras exportações em 1975		O abate diário de frangos passa a ser de mais de um milhão.
Perus			Início abate perus em Chapecó-Peru temperado		Certificado ISO 9001-
Bovinos		Bovinos Paraná	Bovinos MT	Bovinos SP	Deixa abate de bovinos
Distribuição		Central de distribuição com venda direta		Trabalha com mais de 60 mil pontos de venda no país.	Os pontos de vendas chegam a 150 mil. Parceria com a Perdigão em 2001 para vendas no exterior.
Soja			Início com aquisição de indústria em SC	Mais aquisições de indústrias de soja	Saída de soja
Exportação			Aves	Exportações alcançam 100 milhões de dólares	Exportações alcançam Um milhão de dólares em 2001.
Industrialização	Embutidos e frescos (salames, linguiças, salsichas, mortadelas)	Hambúrguer Bovino	Hambúrguer suíno e almôndegas	Aquisição de Indústria de carnes no RJ	Congelados Linha Califórnia de perus Linhas 7 mares de Peixe Linha Todo Sabor Pizzas, Lasanhas Parceria para sorvetes
Consumidor				Serviço ao Consumidor	

**Fonte:** website [www.sadia.com.br](http://www.sadia.com.br) em 20/10/01. Elaboração do autor

Em 1998 a Sadia apresentou a propaganda o “S do nosso Brasil” dentro de uma estratégia de nacionalizar sua marca. Mas, ao mesmo tempo, operava-se um processo involuntário de desvinculação de suas raízes catarinenses e rurais aos olhos dos clientes e consumidores catarinenses. Aqui entra o relativo paradoxo da empresa global. Ao mesmo tempo que ela quer ser vista como global, precisa ser identificada com algum local ou localidade em particular. Isto se deve fundamentalmente a que o alimento local tem assumido cada vez mais um lugar de destaque para o consumidor como sendo de qualidade diferenciada e superior.

Se, nos anos 80, a estratégia das agroindústrias privilegiava a aquisição, fusão ou incorporação de firmas, nos anos 90, observa-se uma maior ênfase nas formas de associação e/ou cooperação, especialmente no tocante à busca de alcance de mercados internacionais. Um exemplo disso foi a criação da BRF Trading, resultante de uma parceria entre a Sadia e a Perdigão, visando explorar mercados europeus. Contudo, no final do ano 2002 a parceria foi desfeita.

Na década de 90, além da busca de internacionalização das grandes empresas agroindustriais, também assiste-se ao processo de re-entrada<sup>44</sup> de capital estrangeiro no ramo de carnes. Assim sendo, uma variabilidade de situações poderá ser encontrada.

Em poucas décadas, um conjunto de empresas com origem quase que contemporânea da colonização da região, passa a ocupar posições de liderança no mercado nacional de abate, processamento e industrialização de carnes. Como ocorreu o processo de crescimento das empresas agroindústrias do Oeste catarinense ao longo do tempo? Não resta dúvida que o processo de ocupação dos espaços econômicos regional, nacional e, agora, internacional, de parte da agroindústria convencional da região, foi e é digno de registro.

Usando a linguagem da teoria ator-rede, foi um processo bem sucedido de construção e estabilização de redes conectando espaços de produção e de consumo através de uma miríade de atores (produtores de insumos, agricultores, técnicos, trabalhadores industriais, engenheiros, motoristas de caminhão...) e intermediários (aviões, caminhões, câmaras frias, contratos de fornecimento de uma variada gama de produtos e insumos) dentro de uma estratégia de negociação permanente entre o actor-mundo e os outros atores e intermediários.

---

<sup>44</sup> Re-entrada porque até meados do século XX o setor de carnes bovinas no Brasil era dominado por empresas transnacionais. Aos poucos estas empresas foram sendo adquiridas por empresas nacionais dos setores de abate de suínos e aves e, mesmo, de outras do ramo bovino nacional. Ver análise deste processo em Mior (1992).

**Quadro 5: Processo histórico de aquisições na indústria de carnes suínas e de aves**

Grupo	Empresa adquirida	Área	Ano	Localidade
Sadia	Marciense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suíños/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba
	Damo	Industrializados	1980	Duque de Caxias (RJ)
		Suíños	1989	Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos	Suíños	1985	Três Passos (RS)
	Corcovado	Ração/soja	1985	Três Passos (RS)
	Sudanisa	Bovinos	1985	Barra do Garça (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina (SP)
		Bovinos	1989	Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suíños	1992	Ponta Grossa (PR)
		Bovinos	1992	Maringá (PR)
Perdigão	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suíños	1992	Ponta Grossa (PR)
		Industrializados		São Paulo
	Rezende	Aves/suíños	1999	Uberlândia (MG)
	Unifrico	Suíños	1977	Salto Veloso
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	Catanduva	Ração	1979	Catanduva
	Saulle Pagnocelli	Suíños	1980	Herval do Oeste
	Reunidas Ouro	Suíños	1980	Capinzal
	Suely	Ração	1984	Orleans, Içara, Jaguaruna Taió
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama (RS) Severiano de Almeida (RS) Aratiba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages
Ceval/Seara	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê (SP) Rio Claro (SP)
	Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)
	Extrafino	Óleo vegetal	1974	Chapecó
	Barriga-verde	Ração	1976	Chapecó
	Seara	Suíños	1980	Seara
	Frill	Aves	1980	Joaçaba
	Safrita	Aves/suíños	1981	Itapiranga (RS)
	Rio da Luz	Suíños	1983	Jaraguá do Sul
	Germani	Industrializados	1988	Paraná
	La Vilette	Suíños	1988	São Paulo
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Paraná
Chapecó	Swift	Suíños/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (MT)
	Bordon	Suíños/aves/bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
	Eliane	Suíños/aves	1995	Criciúma
	Fricar	Suíños	1982	São Carlos
	Amparo	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
Aurora	Prenda	Suíños	2000	Santa Rosa (RS)
	Marafon	Suíños	1969	Chapecó
	Pepery	Suíños	1982	São Miguel do Oeste
	São Gabriel	Suíños	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Goulart Filho (2001).

Como pode ser visto no quadro 5, deu-se uma divisão do espaço de mercado entre as agroindústrias no Centro Oeste brasileiro. A Sadia foi para o Mato Grosso, a Perdigão foi para Goiás e a Ceval para o Mato Grosso do Sul.

Essas redes começaram a ser tecidas ainda nos anos 40 do século passado, quando o alcance das mesmas era pequeno, envolvendo um também reduzido número de atores e intermediários. Nesta época o negócio era ligado ao produto da criação de suínos. Reduzidos eram os insumos, e poucos os produtos derivados do suíno. No início o produto principal da atividade era a banha de porco, excedente da produção familiar da região. Depois, o produto principal passou a ser o suíno, em que o frigorífico abatia e produzia uma série de derivados. A fabricação de salame e outros defumados era a estratégia para a conservação dos alimentos, visando o mercado distante, dada a incipiente tecnologia.

### 3.1.2 A re-estruturação da indústria de carnes suínas e aves nos anos 90.

Se do ponto de vista econômico os anos 80 foram considerados a década perdida, os anos 90 podem ser considerados os anos da reestruturação industrial no Brasil. Primeiramente teve lugar a abertura econômica, depois a integração econômica ao Mercosul e, finalmente, a entrada de investimentos estrangeiros no país. Além destas transformações, a década de 90 também apresentou como característica a diminuição continuada dos preços dos suínos, frangos, milho e soja, como pode ser visto na tabela 2. Ao mesmo tempo houve ampliação significativa da produção brasileira de carnes, quando comparada com a produção mundial (ver anexo F e G).

**Tabela 2. Índices reais de preços<sup>a</sup> de frango e suíno vivos e do milho praticados em Chapecó/SC, 1990-2000**

Anos	Frango (A)	Suíno (B)	Milho (C)	Frango/Milho (A/C)	Suíno/Milho (B/C)	Frango/Suíno (A/B)
1990	100	100	100	1	1	1
1991	92	74	98	0,94	0,79	1,24
1992	74	62	84	0,88	0,70	1,19
1993	82	68	85	0,96	0,80	1,21
1994	82	55	73	1,12	0,75	1,49
1995	70	50	57	1,23	0,88	1,40
1996	61	46	78	0,78	0,59	1,33
1997	59	53	57	1,04	0,93	1,11
1998	54	49	63	0,86	0,78	1,10
1999	53	47	65	0,82	0,72	1,13
2000	49	44	72	0,68	0,61	1,11

<sup>a</sup> Preços do mês de julho, deflacionados pelo IGP-DI.

**Fonte:** Balzon (2000) apud Nicolau et al (2001).

Num processo de internacionalização, a Sadia e a Perdigão estruturam filiais na Argentina e na Europa e, posteriormente, também constituem uma parceria criando a BRF Trading para fazer a comercialização da produção, principalmente para o mercado russo. Durante esse período (1994) também ocorre a transferência do controle acionário da Perdigão para Fundos de Pensão e outros grupos de investidores nacionais.

Acompanhando o processo mais geral de globalização da economia, o setor agroalimentar brasileiro passa por um intenso processo de reestruturação produtiva (quadro 6). Fusões, aquisições, incorporações, internacionalização e/ou desnacionalização das empresas agroindustriais foram a tônica dos anos 90.

Desde 1997, a partir de um processo de reestruturação interna, a holding Sadia, que reunia 30 empresas, funde-se numa só: a Sadia Concórdia S/A, com sede em Concórdia. Neste momento, a Sadia centra seu negócio na industrialização, contando com 11 plantas fabris e 19 filiais comerciais. Esse processo efetivou-se em julho de 1998, com estimativa de economizar US\$ 10 milhões anuais (Cruz, 2000). Assim, a Sadia S.A. fechou o ano de 1998 com seu melhor resultado econômico financeiro da última década. O lucro líquido atingiu R\$ 171,3 milhões, contra R\$ 71,2 milhões registrados em 1997 (Cruz 2000).

A unidade da Sadia de Chapecó, por exemplo, é totalmente remodelada visando abrigar processos de produção de industrializados voltados principalmente para exportação. Trata-se de produtos de maior valor agregado como, por exemplo, produtos industrializados a base de frango com destino a Europa.

A Perdigão avança no processo de internacionalização com a marca mundial Perdix lançada em 2001. Desde 2000 a Perdigão vinha operando na Inglaterra e em 2001 também passou a operar em Bologna com escritórios de negócios. Assim, as exportações para o continente europeu já representavam cerca de 30% do mercado externo da empresa. A partir de 2002 também introduz produtos junto a rede varejista, sendo a primeira delas a Iceland, da Inglaterra, e a Picard, na Itália. (Perdigão Hoje, 2002).

Já os grupos Chapecó e Ceval são desnacionalizados ao serem adquiridos por grupos argentinos. Em 1997 a Ceval é vendida para o Grupo Argentino Bunge e Borg da área de grãos. Com esta aquisição a parte de carnes volta a ser parte da empresa Seara, em 1998. O grupo Chapecó, após passar boa parte dos anos 90 em crise, é adquirido pelo grupo Macri, também argentino. Surpreendentemente, o Frigorífico Chapecó, quase fechado em 1998, nos anos seguintes reconquista posições no mercado. Contudo, a partir do final do ano 2002 entra novamente em crise. Já o grupo gaúcho Frangosul é adquirido pelo grupo francês Doux.

**Quadro 6: Reestruturação produtiva das grandes empresas da indústria de carnes de aves e suínos: principais ocorrências, 1990-99**

Anos	Principais ocorrências
1990	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Construção de uma fábrica de presunto em Concórdia/SC (Sadia)</li> <li>2. Aquisição de um abatedouro em Francisco Beltrão/PR (Sadia)</li> <li>3. Construção de fábrica de salsicha em Duque de Caxias/RJ (Sadia)</li> <li>4. Implantação da linha de produtos "Califórnia" na unidade de Concórdia/SC (Sadia)</li> <li>5. Ampliação da unidade frigorífica de Capinzal/SC (Perdigão)</li> <li>6. Ampliação da unidade frigorífica de Marau/RS (Perdigão)</li> <li>7. Investimento para duplicação da produção de margarinas (Ceval)</li> <li>8. Arrendamento do frigorífico Bordon para abate de bovinos em Dourados/MS (Ceval)</li> </ol>
1991	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação da linha de produtos de margarina e massas na unidade de Paranaguá/PR (Sadia)</li> <li>2. Implantação da linha de produtos de margarina e massas na unidade de Itapetininga/SP (Sadia)</li> <li>3. Abertura de escritórios de comercialização em Tóquio e Milão (Sadia)</li> <li>4. Construção de três unidades frigoríficas de armazenamento (SP, RJ e Brasília) (Ceval)</li> </ol>
1992	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aquisição de unidade de processamento de soja da Copasa/MT (Sadia)</li> <li>2. Aquisição de unidade de processamento de soja em Campo Grande/MS (Sadia)</li> <li>3. Implantação de processo de tipificação eletrônica de carcaças na unidade de Videira/SC (Perdigão)</li> <li>4. Investimentos na estrutura de distribuição (Ceval)</li> </ol>
1993	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação da 1ª base de distribuição no exterior (Argentina) em parceria com Granja Três Arroyos (Sadia)</li> <li>2. Conversão do frigorífico de Dourados/MS para abate de suínos (Ceval)</li> </ol>
1994	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Saída do negócio de soja com vendas de unidades (Sadia)</li> <li>2. Fechamento de três frigoríficos bovinos, com saída da atividade (Sadia)</li> <li>3. Vendas de três unidades de supermercados, um hotel e uma estação de rádio (Sadia)</li> <li>4. Investimentos na unidade de produção de suínos em Dourados/MS (Ceval)</li> <li>5. Invest. em reflorestamento em Mimoso do Oeste/BA, Rondonópolis/MT e Dourados/MS (Ceval)</li> </ol>
1995	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação de modernas estruturas de armazenamento e distribuição (Perdigão)</li> <li>2. Aquisição do sistema de criação e abate de suínos e aves da Agroeliane no sul de SC (Ceval)</li> <li>3. Aquisição da empresa processadora de soja Guipeba na Argentina (Ceval)</li> </ol>
1996	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Construção de abatedouro de Peru em Francisco Beltrão/PR (Sadia)</li> <li>2. Construção de planta de salames em Concórdia/SC (Sadia)</li> <li>3. Inauguração de novo centro de distribuição na Argentina (Sadia)</li> <li>4. Investimentos diversos de ampliação de fábricas (Perdigão)</li> <li>5. Início de construção de planta industrial em Rio Verde/GO (Perdigão)</li> <li>6. Início de construção de planta industrial em Patos de Minas/MG (Perdigão)</li> <li>7. Início da implantação de complexo produtivo no Nordeste do Brasil (Ceval)</li> <li>8. Ampliação do parque industrial da Guipeba Ceval S/A na Argentina (Ceval)</li> </ol>
1997	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Construção de planta de industrializados em Chapecó/SC (Sadia)</li> <li>2. Construção de planta de congelados em Várzea Grande/MS (Sadia)</li> <li>3. Investimentos diversos em ampliação de plantas industriais (Perdigão)</li> <li>4. Informatização do acompanhamento e controle na etapa de criação de animais (Perdigão)</li> <li>5. Investimento no terminal portuário de Itajaí/SC (Ceval)</li> <li>6. Início de operação da unidade de envasamento de óleo de soja de Ourinhos/SP (Ceval)</li> </ol>
1998	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Construção de fábrica de massas em Ponta Grossa/PR (Sadia)</li> <li>2. Investimentos para conclusão do complexo agroindustrial de Rio Verde/GO (Perdigão)</li> <li>3. Conclusão de unidades de distribuição diversas (Perdigão)</li> </ol>
1999	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aquisição da empresa Granja Rezende (MG) e investimento em sua capacidade produtiva (Sadia)</li> <li>2. Implantação de 21 novos centros de distribuição, totalizando 21 centros próprios e 10 de terceiros (Perdigão)</li> <li>3. Investimentos diversos em plantas industriais no sul do país (Perdigão)</li> <li>4. Implantação de fábricas de massas em Lages/SC (Perdigão)</li> </ol>

Fonte: Balzon (2000).

Diferentemente das outras grandes empresas da indústria de carnes, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, dona da marca Aurora, cresceu construindo plantas industriais como alternativa às aquisições. Foram duas plantas de abate de aves e três de suínos, nos anos 90. Em 2000 ocupava a terceira posição no abate de suínos no Brasil, bem próxima ao grupo Perdigão<sup>45</sup>, que estava em segundo enquanto a Sadia ocupava a primeira posição e a Seara a quarta. Hoje é a empresa líder no abate de suínos em Santa Catarina. A Aurora usa a sua rede para incorporar cooperativas do Rio Grande do Sul na produção de suínos e derivados, também usando sua marca.

Neste processo houve uma crescente entrada de grupos multinacionais do setor alimentar, que alcança a soma de 700 milhões de dólares, em 1993. O setor leiteiro foi o maior alvo de processos de aquisições e fusões, principalmente pela entrada de empresas transnacionais no setor. A Parmalat, no período de 1989 a 1994, adquiriu dezoito empresas de produtos lácteos. Duas outras empresas foram adquiridas no segmento de sucos de frutas e bebidas alcoólicas, além da diversificação para massas, com a aquisição de uma fábrica de biscoitos, totalizando mais de 200 milhões de dólares. A Parmalat, de um faturamento de 39 milhões de dólares em 1989, passou para 750 milhões em 1994 (30% do faturamento mundial da empresa).

#### **Quadro 7. Brasil: principais fusões e aquisições e parcerias em laticínios: 1986-1999**

COMPRADOR	EMPRESA ALVO
Bongrain (FRA)	Scandia, Campo Limpo, Ajurouca, Santa Rosa
Unilever (RU/HOL)	Laticínios Rex, Laticínios Luna, Kibon
Kraft-Suchard (EUA)	Santista (ARG)
Fleischmann Royal (EUA)	Avaré, Gumz
Grupo Vigor/Mansur (BRA)	Leco, MD Foods (DIN), Flor de Nata, Kelloggs (EUA)
Mastellone (ARG/FRA)	Naturalat
Batavo (BRA)	SanCor (ARG), Agromilk
Avipal (BRA)	CCGL
Parmalat (ITA)	Teixeira, Via Láctea, Alimba, Supremo, Alpha, Lavisa, Santa Helena, Gogó, Mococa (GO), Planalto, SPAM, Ouro Preto, Silvânia, Lacesa, Cilpe, Betânia, Cia. de Alimentos, Batavo (unidade láctea)
Mikalt (ARG)	Ivoti
Nestlé (SUI)	CCPL (1 unid.), Spam (4 unid.) Via Láctea Itasa Cia.
Royal Numico (HOL)	Mococa
Perez Companc (ARG)	Queijos Minas

**Fonte:** Martinelli (2000:41, apud Santos, 2001).

<sup>45</sup> Ver evolução da participação da Perdigão no abate de suínos no anexo J.

Acompanhando este processo de reestruturação produtiva, as grandes empresas também implementaram mudanças organizacionais significativas ao longo dos anos 90, como pode ser visto no quadro 8.

**Quadro 8: Reestruturação organizacional das grandes empresas da indústria de carnes de aves e suínos: principais ocorrências, 1990-99**

Anos	Ocorrências
1990	-
1991	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação de modelo de gestão na unidade de Chapecó/SC (Sadia)</li> <li>2. Parceria com frigorífico português para industrialização e comercialização de embutidos (Perdigão)</li> <li>3. Mudança da denominação de Ceval Agroindustrial para Ceval Alimentos S/A, buscando mudar sua imagem de empresa de <i>commodities</i> para empresa de alimentos (Ceval)</li> </ol>
1992	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação da empresa Sadia Agroavícola para a área de frangos (Sadia)</li> <li>2. Consolidação da diretriz estratégica como empresa de alimentos com mais de 40 mil postos de vendas no Brasil e embarques de produtos industrializados para o mercado externo (Ceval)</li> </ol>
1993	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação da empresa Lapa Alimentos em parceira com o grupo J.Macedo (Sadia)</li> <li>2. Saída do abate de bovinos (Ceval)</li> </ol>
1994	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Maior focalização com início de saída das áreas de soja e bovinos e de outros setores (supermercados, hotel e rádio) (Sadia)</li> <li>2. Transferência de controle acionário para fundos de pensão e outros grupos de investidores nacionais (Perdigão)</li> </ol>
1995	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação de nova filosofia voltada para investimentos em educação e treinamento (Sadia)</li> <li>2. Adoção de estratégia de expansão comercial modernizando estruturas de armazenamento e distribuição (Perdigão)</li> </ol>
1996	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação do programa TQS (qualidade total Sadia)</li> <li>2. Reestruturação societária com incorporação de empresas de grupo (Ceval)</li> <li>3. Parceria com a empresa Silopor de Portugal (Ceval)</li> <li>4. Joint venture com empresa da Índia (Ceval)</li> </ol>
1997	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Saída definitiva da área de bovinos (Sadia)</li> <li>2. Saída dos negócios de grãos e derivados (Sadia)</li> <li>3. Implantação de novo projeto na logística na área de distribuição de produtos (Sadia)</li> <li>4. Incorporação da Sadia Oeste pela Frigobrás S/A</li> <li>5. Incorporação da Sadia Trading e da Diasa Transportes Rodoviários pela Sadia Concórdia</li> <li>6. Incremento da terceirização em diversas etapas da cadeia produtiva (Sadia)</li> <li>7. Conclusão do processo de reestruturação societária com constituição da Perdigão Holding</li> <li>8. Aquisição da Ceval pela empresa Bunge Internacional, de capital argentino</li> </ol>
1998	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Constituição da Sadia S/A, incorporando Sadia Concórdia e Frigobrás</li> <li>2. Informatização de 19 centros de distribuição (Sadia)</li> <li>3. Realização de contrato de fornecimento de matrizes com Agrocere Pic e Dalland (Perdigão)</li> <li>4. Divisão da Ceval Alimentos em duas empresas: a Santista Alimentos (alimentos derivados da soja e outros) e Seara Alimentos (segmento de carnes)</li> </ol>
1999	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Certificação ambiental ISO 14001 da unidade frigorífica de Chapecó/SC (Sadia)</li> <li>2. Seara Alimentos S/A obtém registro de companhia aberta junto à CVM</li> </ol>

Fonte: Balzon (2000).

### 3.1.3 A re-territorialização da indústria de carnes

Após um período de progressiva desterritorialização da produção de carnes, assiste-se, a partir de meados dos anos 90, um processo de re-espacialização da estrutura produtiva da indústria de carnes suínas e de aves na região Sul do Brasil e, sobretudo, no Oeste catarinense. Por processo de desterritorialização entende-se a progressiva ampliação da ocupação de espaços nacionais e, mais recentemente, internacionais, de produção e mercado por parte das grandes empresas do complexo carne da região Oeste catarinense.

Já a re-espacialização inclui os seguintes movimentos: a) re-posicionamento das grandes agroindústrias convencionais na região Sul, visando aproveitar novas oportunidades de exportação de carnes, principalmente suínas, assim como a saída das atividades de abate de bovinos e de extração de óleos e grãos e, b) desenvolvimento de segmentos especializados no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a produção e industrialização de carnes na região Oeste.

O processo de re-espacialização, pode-se afirmar, faz parte de um movimento mais geral de re-posicionamento das empresas agroindustriais nos segmentos suíno e avícola brasileiros na região Sul. Este movimento, por sua vez, está influenciado pela pressão competitiva internacional, de um lado, e pela oportunidade ampliada do mercado externo, de outro (ver tabela 3).

Estes movimentos de re-espacialização estão associados com a existência de um processo de amadurecimento do *cluster* de atividades ligado direta ou indiretamente à produção, processamento e industrialização de carnes na região. Embora ainda não se possa chamar este *cluster* de um distrito industrial nos termos propostos pelos estudiosos italianos, pelo menos pode-se admitir que algumas de suas características começam a estar presentes. Podem ser citadas como evidências desta transformação mudanças nos níveis de integração vertical e o surgimento de pequenas empresas especializadas, em alguns dos segmentos da cadeia.

Cabe ressaltar neste processo que na primeira metade dos anos 90 a interpretação dominante sobre a situação regional apontava outra tendência. Com efeito, a percepção dominante dos atores regionais e dos estudos sobre a região enfatizava a existência de um

processo irreversível de crise nos fundamentos da economia e da identidade regional<sup>46</sup>. Aqui poder-se-ia argumentar uma das insuficiências da abordagem da globalização da agricultura e do sistema alimentar. As leituras da crise estavam ancoradas na visão homogeneizadora presente nesta posição e tiveram dificuldade em verificar processos contraditórios que emergem na relação entre o global e o local (região Oeste). Assim, embora as análises tenham identificado corretamente a existência de uma crise no sistema de integração agroindustrial (tido como o baluarte do desenvolvimento econômico regional), ignoraram processos territorializados de re-estruturação que também emergem da globalização do sistema alimentar. De uma homogeneização do local (região Oeste), como sobredeterminada pelo poder econômico das forças da globalização (grandes agroindústrias e suas redes) talvez o mais adequado fosse assumir um processo contraditório de transformação regional. O resultado não se resumiria na saída das agroindústrias da região nem tampouco na exclusão dos produtores familiares da integração, embora estes dois processos estejam presentes. Esta re-territorialização da agroindústria, contudo, não significa o fim da separação entre a produção de suínos e aves e a economia rural mais ampla. Esta separação continua sendo promovida pelas redes de agroindústrias convencionais de suínos e aves quando incentivam escalas crescentes de produção associadas com a dependência externa de insumos.

**Tabela 3. Participação regional na produção de milho, soja e de carnes de frango e suínos - Brasil, 1990-2000 (em %)**

Regiões	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>SUL</b>											
Milho	55,4	35,4	52,8	53,5	49,9	51,2	43,8	44,8	50,2	45,5	45,0
Soja	57,8	40,3	49,5	50,0	45,0	46,7	47,5	45,1	39,0	41,0	38,1
Frango	<b>45,0</b>	<b>45,3</b>	<b>45,3</b>	<b>47,0</b>	<b>45,9</b>	<b>48,5</b>	<b>49,1</b>	<b>50,0</b>	<b>50,8</b>	nd	Nd
Suínos	<b>40,2</b>	<b>40,9</b>	<b>42,3</b>	<b>44,1</b>	<b>44,6</b>	<b>45,2</b>	<b>44,9</b>	<b>45,2</b>	<b>45,5</b>	<b>45,9</b>	nd
<b>SUDESTE</b>											
Milho	24,4	34,2	26,9	25,9	21,8	22,3	22,7	24,0	25,4	24,4	22,7
Soja	8,5	13,4	9,4	9,3	10,0	9,3	9,3	9,5	8,3	8,9	8,0
Frango	29,9	29,9	30,5	29,1	29,7	29,0	29,4	29,9	29,8	nd	nd
Suínos	17,5	16,9	16,8	16,5	16,3	16,1	16,2	15,9	15,7	15,3	nd
<b>CENTRO-OESTE</b>											
Milho	15,0	19,8	15,1	15,3	17,2	17,4	21,4	21,1	19,7	20,6	19,7
Soja	32,7	43,6	38,5	37,6	41,0	38,9	38,6	38,2	32,9	44,4	47,2
Frango	3,8	3,9	3,8	5,1	5,4	5,2	5,7	5,7	6,1	nd	nd
Suínos	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5	8,2	8,1	8,3	8,5	8,8	nd
<b>NORTE-NORDESTE</b>											
Milho	5,2	10,6	5,2	5,3	11,1	9,1	12,1	10,1	6,4	9,4	12,4
Soja	1,0	2,7	2,6	3,1	4,0	5,1	4,6	7,2	19,8	5,7	6,6
Frango	21,3	20,9	20,4	18,8	18,6	17,2	15,8	14,4	13,3	nd	nd
Suínos	34,3	34,1	32,7	30,9	30,6	30,5	30,8	30,6	30,3	30,0	nd

**Fontes:** Balzon (2000)

<sup>46</sup> Ver análise específica das leituras da crise regional em Testa et al (1996), Nomisma (1996) e Santos Filho (1999), no capítulo 2.

### **3.1.4 As estratégias das agroindústrias convencionais e o surgimento de novos agentes no *cluster* carnes no Oeste catarinense**

#### **3.1.4.1 A busca de mercados globais**

A estratégia das grandes empresas convencionais foi e continua a busca dos mercados globais. Assim, elas se estruturam visando atender de forma competitiva o mercado de produtos alimentares. Nos termos de Storper (1997) este mercado seria estandarizado e genérico e, portanto, adequado à exploração da escala como princípio ordenador da cadeia de produção de carnes e derivados.

Desta forma interessa às empresas avançar no processo de desenvolvimento tecnológico, rumo a intensificação produtiva, onde o aumento da produtividade física é o objetivo maior a ser alcançado. Foi assim que a indústria de carnes suínas e de aves se estruturou ao longo das últimas décadas no Oeste de Santa Catarina e, posteriormente, em boa parte do Brasil. A indústria de aves e, em menor grau, a de suínos, testemunham a aplicação dos avanços científicos e tecnológicos visando o atendimento das premissas acima. A exploração desse mercado por parte das empresas agroindustriais vinha sendo conseguida de forma tranqüila durante o processo de massificação dos padrões alimentares associados ao padrão fordista de consumo no mundo.

O sucesso desta estratégia foi evidente, basta ver o alcance dos produtos alimentares de parte da agroindústria catarinense, que alcançou mercados desde o Chuí ao Oiapoc e, ainda, nos vários continentes. O frango que há três décadas, no Brasil, era um produto de pouca importância no consumo das famílias, hoje disputa o primeiro lugar com a carne bovina. Houve sem dúvida uma massificação do consumo desta proteína com a diminuição de seu custo.

A exportação de aves brasileira iniciou em 1975 e expandiu-se muito rapidamente passando de cerca de 3 (três) mil toneladas para cerca de 170 mil toneladas, em 1980. Durante os anos 80 as exportações situaram-se entre 200 e 300 mil toneladas. Na década seguinte as exportações dão um salto inicial para mais de 400 mil toneladas, em 1993, tem uma estabilização com pequena queda como efeito do Plano Real, em 1994 e 95, e depois voltam a recuperar-se, alcançando cerca de 1 (um) milhão de toneladas no ano 2000. No ano de 2001 mais um salto positivo das exportações, que ultrapassam de 1,3 milhão de toneladas, atingindo mais de 100 países.

Tabela 4. Evolução das exportações brasileiras de aves (inteiras, cortes e industrializadas) em toneladas\*.

Ano	Inteiro	Cortes	Produtos Industrializados	Total
1975	3.469	0	0	3.469
1976	19.636	0	0	19.636
1977	32.829	0	0	32.829
1978	50.805	0	0	50.805
1979	81.096	0	0	81.096
<b>1980</b>	<b>168.713</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>168.713</b>
1981	293.933	0	0	293.933
1982	301.793	0	0	301.793
1983	289.301	0	0	289.301
1984	255.689	31.805	-	287.494
1985	236.740	36.270	-	273.010
1986	180.459	44.193	-	224.652
1987	164.724	50.439	-	215.163
1988	164.302	72.000	-	236.302
1989	161.099	82.792	-	243.891
<b>1990</b>	<b>209.567</b>	<b>89.651</b>	<b>-</b>	<b>299.218</b>
1991	203.188	118.512	-	321.700
1992	232.114	139.605	-	371.719
1993	286.904	146.594	-	433.498
1994	279.523	201.906	-	481.429
1995	222.423	206.565	-	428.988
1996	294.738	274.057	-	568.795
1997	373.772	275.585	-	649.357
1998	384.500	247.343	4.035	635.878
1999	447.727	348.211	5.807	801.745
<b>2000</b>	<b>512.967</b>	<b>436.268</b>	<b>9.348</b>	<b>958.583</b>
2001	648.176	669.065	16.599	1.333.840
<b>Total</b>	<b>6.500.187</b>	<b>3.470.861</b>	<b>35.789</b>	<b>10.006.837</b>

\*Foram incluídas as exportações de perus a partir de 1998.

**Fonte:** Abef 1975-1999

Ministério da Agricultura 2000 e 2001 e industrializados de 1998 a 2001.

Este movimento ascendente das exportações, ocorrido desde 1975, denota também alguns períodos de mudanças significativas nos tipos de produtos e mercados alcançados.

A primeira grande mudança nas exportações de aves se deu a partir de 1984 quando, além de exportar frangos inteiros para o Oriente Médio, o Brasil passou a comercializar cortes especiais para o Japão. Mais do que uma mudança de país, este novo mercado significou uma profunda transformação nos atributos de qualidade do frango exportado. As exigências de

cunho religioso dos países árabes como a Arábia Saudita, principal importador de frangos inteiros do Brasil, são: (i) a linha de abate tem que ter direção voltada para Meca (cidade símbolo do mundo muçulmano); (ii) O peito do frango tem que estar virado para Meca; (iii) O frango não pode levar choque, apenas ser sangrado e, (iv) antes do sangramento de cada frango deve ser pronunciada a frase Deus é grande (Alá é grande) em árabe. As exigências do mercado Japonês de frangos em corte como: (i) apresentação do produto (corte preciso da parte do frango) que exige treinamento especial e que dificilmente pode ser feito por máquina. (ii) Uma legislação rígida com relação a resíduos de agrotóxicos ou produtos químicos.

A segunda grande mudança vem ocorrendo desde o final dos anos 90, quando o Brasil passa a conquistar o mercado europeu de cortes especiais e, principalmente, de produtos processados e/ou industrializados à base de carne de frango. Além da exigência em termos de qualidade de apresentação e ausência de resíduos de agrotóxicos, a União Européia também estabeleceu normas rígidas de controle da qualidade sanitária das aves, visando prevenir possível transmissão de doenças para o seu rebanho.

Este aumento dos patamares de exigência com relação à qualidade do produto exportado tem alguns desdobramentos sobre toda a cadeia produtiva de aves no Brasil<sup>47</sup>. A região Sul do Brasil e, especialmente o Estado de Santa Catarina, graças ao título de estado livre da febre aftosa sem vacinação<sup>48</sup>, ganha importância como espaços produtivos voltados à exportação.

A partir de 2000 o Brasil retoma as exportações de carnes suínas que estavam praticamente paralisadas desde o final dos anos 70. A Rússia passa a ser o destino de cerca de  $\frac{3}{4}$  da carne suína exportada em 2001. Em Santa Catarina, o estado líder na exportação de carne de aves e suínos, é onde se situam também as maiores empresas do setor (ver anexo H).

#### **3.1.4.2 O posicionamento em produtos de maior valor agregado**

Outra estratégia da indústria convencional foi de ampliar a agregação de valor à matéria-prima (carne de frango e suína). O processamento e, principalmente, a transformação industrial da carne suína era uma atividade constituinte da agroindústria de suínos. Aliás, a

---

<sup>47</sup> Outras cadeias produtivas também estão sentindo este impacto, como a de maçã, que implementa programa de produção integrada de maçã para satisfazer exigências de países importadores.

<sup>48</sup> Certificado obtido em 1997 que ampliou as oportunidades de comércio exterior de carnes.

agroindústria, ou o frigorífico de suínos, era chamada, no Sul do Brasil, de Fábrica de Salame e Banha até meados do século passado<sup>49</sup>.

A transformação da carne suína era uma atividade incorporada na cultura alimentar dos agricultores. Segundo Paula (1999), houve uma incorporação dos princípios produtivos do processo artesanal de produzir salame e banha por parte do capital agroindustrial. É claro que posteriormente estes processos foram transformados pela lógica industrial e se distanciaram profundamente dos originais.

De forma diferente, o processamento (produção de cortes) do frango e, posteriormente, a industrialização (produção de produtos prontos para consumo), foram atividades incorporadas pela agroindústria convencional. O importante é frisar, por exemplo, que os cortes de frangos foram introduzidos pela grande distribuição (supermercados) e, só posteriormente, pela agroindústria. Importa reter aqui que o processamento e, principalmente, a transformação da carne de aves ganha impulso nos anos 90, quando as agroindústrias lançam cada vez mais linhas de produtos prontos e semi-prontos à base de carne de frango. Mas não são quaisquer agroindústrias e sim as grandes empresas como a Sadia, Perdigão, Seara e, em menor grau, as outras agroindústrias (pequenas) que passam a buscar o status de indústrias alimentares.

De forma crescente, no decurso dos anos 90, as agroindústrias convencionais passaram a construir, ampliar e diversificar plantas para agregar cada vez mais valor à matéria-prima. A construção, pela Sadia, da fábrica de empanados toda automatizada, em Chapecó, também reflete a opção da empresa pelo investimento em novas tecnologias e pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado. A fábrica de empanados entrou em funcionamento em maio de 1997, e em setembro do mesmo ano a empresa implementou três turnos de trabalho com 250 funcionários, produzindo 700 toneladas/mês de *nuggets* (presunto, queijo e

---

<sup>49</sup> Este processo foi interpretado assim por um ex-diretor industrial de frigorífico do Oeste Catarinense “Eu quando comecei a trabalhar na agroindústria, em 1973, não era chamada agroindústria. Era Fabrica de salame e banha. Se fabricava banha. As duas coisas que hoje não interessa, por que? Porque a banha depois do advento do óleo de soja, caiu na desgraça total. Foi o primeiro trabalho que eu fiz. Eu tive o privilégio de trabalhar com o Seu Plínio De Nês. Ele me ensinou: se nós matarmos 250 suínos, teremos 250 caixas de banha. Era uma caixa de 30 kgs de banha por suíno. E o salame, todo mundo produzia salame no sistema mais artesanal do mundo, onde era controlado pela natureza. Só que naquele tempo a inflação era praticamente zero. Um salame que demorava de repente 60 dias para fazer e dava 35% de quebra. Mas era o único jeito de vender um produto industrializado. Você desidratava ele e não tinha necessidade de temperatura para conservação. Então nasceu como fábrica de salame e de banha. Hoje não é que o salame não interessa. Em primeiro lugar não se faz mais salame como antigamente pois hoje tem a cultura que em poucos dias se faz salame. Hoje não é salame” ... Hoje um porco de 100 kg que dava 30 kg de banha, só dá 5. Mas não é porque ele só dá cinco. Mas não porque ele só dá cinco, mas porque a gordura dele é transformada em outros produtos”. (ET 33,Chapecó, 02/03/02)

crocante), tortinha, empadinha e coxinha. Grande parte dessa produção destina-se ao mercado externo (Cruz, 2000).

**Tabela 5. De onde vem o faturamento do Grupo Sadia?**

Atividade	1980 (%) *	1989 (%) **	2001 ***
Suínos	30	6,7	7
Aves	20	31,3	37
Rações	19	7,4	Nd
Complexo Soja	15	16,6	Nd
Industrializados	nd	22,1	46
Outros	16	15,9	10

**Fontes:** \* Revista Exame de 02/07/80

\*\* Sadia. Publicados na Folha de São Paulo de 03/05/90

\*\*\* Sadia. Dados relativos ao período de janeiro a junho de 2001. Gazeta Mercantil 10/09/01

A Seara, após um período de instabilidade, volta a investir e, paradoxalmente,<sup>50</sup> na região Oeste de Santa Catarina. A empresa busca se posicionar nos mercados externos e de maior valor agregado e destinou boa parte dos 50 milhões de reais investidos em 2001 numa nova indústria de termoprocessados de aves no Município de Itapiranga<sup>51</sup>. Nesta pretende abater 240 mil aves/dia, em 2003, com a implantação do terceiro turno. Paradoxalmente, porque Itapiranga está localizada a mais de 700 km do porto de Itajaí, onde a Empresa possui um terminal privado de exportação. Poderia ter investido nas unidades de Jaraguá do Sul e Forquilha que ficam no litoral e próximas do porto de Itajaí. No município de Seara a empresa passou a concentrar a produção de suínos. Os investimentos tornam a Seara a empresa brasileira mais voltada às exportações, que somam mais de 60% da sua receita em 2001, contra 46 % em 2000. Em 2002 possui 9 unidades industriais (7 de aves e duas de suínos) e um total de cerca de 10 mil funcionários.

A Perdígão, embora esteja envolvida, desde meados dos anos 90, com a implementação de um mega projeto agroindustrial em Rio Verde (Goiás) para abate e industrialização de suínos e aves, também passou a re-investir na industrialização de carnes no Oeste Catarinense. Grande parte dos investimentos vem sendo destinada a ampliar a capacidade de industrialização, visando principalmente o mercado externo.

<sup>50</sup> Paradoxalmente porque, como vimos, existia nos anos 90 um temor na região de que a Seara iria fechar a unidade de Itapiranga. De fato fechou a unidade de abate de suínos, que foi transferida para o município de Seara. Contudo, a indústria de aves foi ampliada, voltando-se à exportação.

<sup>51</sup> Dados [www.seara.com.br](http://www.seara.com.br) em 10/07/02

No conjunto, as estratégias das três maiores empresas indicam um claro processo de re-territorialização da indústria de carnes suínas e aves na região sul do Brasil. Esta re-territorialização está também sendo fortalecida pela ampliação das oportunidades de exportação de carnes de aves e, principalmente, de suínos, que ocorreu a partir do ano de 2000. Uma análise dos dados da tabela 3 vem confirmar que, pelo menos até o final da década de 90, o foco da produção de suínos e aves ainda estava concentrado na região Sul.

Este movimento da agroindústria convencional líder leva à complexificação do ambiente competitivo das cadeias produtivas de suínos e aves. Uma leitura apressada poderia indicar que a industrialização seria a condição *sine qua non* para entrar na atividade industrial de suínos e aves. No entanto, uma análise mais acurada passa a identificar a existência de uma certa divisão de trabalho entre as grandes empresas e as outras, geralmente pequenas e médias. Enquanto aquelas passam a se dedicar a produtos mais elaborados, as outras se dedicam a explorar mercados de *commodities*, como o frango inteiro e cortes, carcaça e cortes de carne suína.

Historicamente, é bom ressaltar que a indústria alimentar da região, ou nasceu grande (frigoríficos de aves), ou se tornou grande (frigoríficos de suínos), o que acabou configurando um contexto *sui generis* na estrutura industrial. Como foi ressaltado por Paula (1999), a indústria alimentar tem incluído como componente importante de sua dinâmica a existência de pequenas e médias plantas industriais convivendo no mesmo ambiente das grandes, explorando brechas de mercado para determinados produtos em nível regional. Somente nos anos 90, com o re-surgimento de pequenos e médios frigoríficos de aves e suínos, é que esta máxima começa a se fazer sentir também na região Oeste catarinense.

### **3.1.4.3 A desverticalização na indústria de carnes**

Ao longo das últimas décadas foi possível evidenciar uma crescente internalização das atividades ligadas à produção de carnes e derivados por parte das grandes agroindústrias. Assim foi com as atividades de melhoramento genético (de suínos e perus da Sadia, do Chester da Perdigão) fábrica de rações e, implementação da parceria, por todas as empresas, na forma de obtenção de matéria-prima. Embora este processo tenha sido amplamente dominante, também existiram processos de externalização de atividades, nos anos 70, como foi o caso do transporte de produtos por caminhões terceirizados.

Contudo, é somente nos anos 90 que tem lugar um processo mais intenso de externalização e/ou terceirização de atividades. No início da década foram as atividades de prestação de serviços de manutenção elétrica, mecânica, alimentação e vigilância; a partir de meados da década são atividades ligadas diretamente ao negócio das agroindústrias, como foi o caso de abate de bovinos e de grãos. Mas é no final dos anos 90 que o processo ganha mais força, com a terceirização de atividades de abate de suínos fora de padrão (matrizes suínas), contratação de serviços de congelamento e estocagem de produtos carnes.

Este movimento por parte da agroindústria convencional está de acordo com umas das tendências dominantes na organização industrial, que pode ser representado pela existência de uma firma como rede, conforme argumentado por Dicken and Thrift (1992). Segundo estes autores, as firmas deveriam ser vistas com vastas e complexas redes de relações de poder. Em suas palavras: uma forma particularmente frutífera de conceptualizar a organização de sistemas e cadeias de produção é como um conjunto complexo de redes de inter-relacionamentos entre firmas, as quais têm diferentes graus de poder e influencia (p. 285-286).

As duas principais formas de relacionamento de redes de interfirmas são identificadas como subcontratação e alianças estratégicas. A subcontratação é a mais tradicional prática, envolvendo geralmente uma grande firma que externaliza para pequenas firmas parte de seus processos produtivos. Dicken and Thrift identificam uma nova forma organizacional, a organização em rede verticalmente desagregada, na qual quase todas as funções da cadeia de produção, com exceção daquelas de coordenação e controle, são contratadas de firmas independentes nas quais o produto final é vendido sob a marca da companhia líder.

Dicken and Thrift alertam contra o perigo de estabelecer que todas as grandes firmas estariam procedendo ao longo de um mesmo caminho de desenvolvimento. Há uma variedade de formas organizacionais em que muitas delas podem ser híbridas de redes e hierarquias.

O melhor exemplo deste processo de constituição de uma empresa em rede é o que vem demonstrando a Sadia, em algumas de suas estratégias. A primeira ocorreu com a venda de um frigorífico de bovinos em Barra do Garças (MT), em 1997, quando a empresa compradora se transformou em parceira no fornecimento de matéria-prima (carne bovina) para industrialização. Já em Santa Catarina, a Sadia e a Perdigão passam a adquirir carcaça de suínos de outros frigoríficos (através de contratos) para industrialização.

Este processo de construção de redes está associado à desintegração vertical e ao amadurecimento do *cluster* de atividades ligado à produção e industrialização de carnes na região Oeste Catarinense. O movimento de externalização de atividades favorece o desenvolvimento de novas empresas. O surgimento e posterior amadurecimento do *cluster* de suínos e aves na região pode, também, ser visto, como uma consequência imprevista da ação da agroindústria convencional.

Este tipo de abordagem nos remete para a seguinte pergunta: como caracterizar os tipos de empresas a que estamos nos referindo no Oeste catarinense? Ou melhor, que tipo de rede estaria se constituindo? Estaríamos testemunhando a emergência de um tipo de empresa baseada em redes de inovação e aprendizagem típicas das redes horizontais nos termos de Murdoch (2000)?

Em primeiro lugar é fundamental ressaltar que o *cluster* existente na região, pelo menos em sua fase atual, se distancia em muito da noção de *cluster* difundida pelos pesquisadores italianos a partir dos estudos desenvolvidos nos anos 80 na Terceira Itália. Diferentemente de lá, aqui não são pequenas e médias empresas e, sim, grandes empresas que dominam o cenário socioeconômico.

Todavia, isso não quer dizer que na região Oeste catarinense não possa estar se configurando um tipo de aglomeração industrial com algumas características de um cluster, como foi trabalhado na literatura quando da flexibilização da noção de distrito industrial italiano visto no primeiro capítulo. É inegável que ao longo do processo de sua constituição, as empresas agroindustriais promoveram inovações como: a implantação do sistema de integração industrial, ainda nos anos 60, pela Sadia; transporte aéreo de produtos até São Paulo nos anos 50; Perus e pesquisa em melhoramento genético nos anos 70 e 80. A Perdigão desenvolveu o Chester, buscando imitar a estratégia adotada pela Sadia no caso do peru. A dúvida está em saber se estas iniciativas são suficientes para considerar as empresas como inovadoras.

As estratégias acima também podem ser analisadas como resultado da ação hierárquica interna das empresas, e não de um ambiente institucional inovativo fruto da colaboração entre empresas do *cluster*. Outra situação bem diferente é com relação às inovações que ocorrem durante os anos 90. Com efeito, estas empresas estão de alguma forma influenciando o processo de inovação e aprendizagem como naquele que resultou no desenvolvimento da

Proteína Funcional de Carne (PFC) e de novas máquinas e equipamentos (máquinas para evisceração de aves, para produzir carne mecanicamente separada etc.).

Uma característica comum é que as inovações se dão fora da hierarquia das grandes agroindústrias e são protagonizadas por pequenas e médias empresas. Todavia, os agentes que protagonizaram estas inovações foram enfáticos ao assinalar que a proximidade da grande agroindústria foi um fator decisivo para o sucesso daquelas. Convém ressaltar que parte considerável dos técnicos que no final dos anos 90 são empresários, já trabalhou nas grandes agroindústrias e ainda mantém relacionamento próximo com elas<sup>52</sup>.

Estas constatações nos permitem assumir que a região Oeste não seria um espaço puro de atuação de redes verticais de desenvolvimento rural dado pela presença das grandes agroindústrias convencionais cada vez mais sintonizadas com padrões, mundialmente estandardizados, de produção agrícola e agroalimentar. Existiria espaço para o desenvolvimento de inovações dentro de processos de aprendizagem sem, no entanto, que isso signifique o fim da influência hierárquica da grande empresa agroindustrial em rede, como é o caso da Sadia. As evidências acima permitem afirmar que o *cluster* em construção na região oeste é um dos resultados imprevistos do processo de desverticalização promovido pela grande agroindústria convencional.

Consideramos que as relações de cooperação entre as pequenas empresas somente se desenvolvem num nível adequado quando são mediadas por um catalisador externo (Pyke, citado por Helsing (1999)). No passado recente, a produção familiar foi articulada pela agroindústria, que se constituiu no mediador fundamental para a sua inserção socioeconômica. A partir da década de 80 parte desta produção familiar excluída da integração está sem um mediador para sua re-inserção econômica e social. Novas alternativas são buscadas, como foi o caso do fumo e o leite, nos anos 80. Depois, desde meados dos 90, podemos mencionar os processos de agroindustrialização na agricultura familiar que abarcam uma ampla gama de produtos, produtores, agentes, e os de inserção nos novos nichos de mercado, como os produtos orgânicos e/ou agroecológicos. A análise específica destes processos será feita no capítulo 5.

---

<sup>52</sup> Outra inovação importante é a parceria da Embrapa com a Cooperativa Central Oeste Catarinense para o desenvolvimento do Suíno Light. Igualmente desenvolvem tecnologia de cama sobreposta como um sistema alternativo de produção de suínos e, ao mesmo tempo, de diminuição dos problemas ambientais. Enquanto estas inovações ainda se dão no campo da agroindústria convencional dominante, outras tecnologias que vem se desenvolvendo na Embrapa estão apoiando a agroindústria familiar, como é o caso do lançamento do Frango Colonial.

### **3.2 Os novos agentes do *cluster* de carnes no Oeste catarinense.**

O processo dominante até o final dos anos 80 nas cadeias de aves e suínos foi a internalização de atividades por parte da grande agroindústria convencional, deixando pouco espaço para o desenvolvimento de novos agentes no próprio setor de abate de suínos e aves e no processamento de carnes. Desta forma também se tornava difícil a existência de novas relações com o espaço socioeconômico regional.

Este cenário muda significativamente durante os anos 90. As grandes empresas entram em processo de reestruturação interna utilizando programas de qualidade total e reengenharia que tem como resultado a externalização de algumas atividades antes abrigadas nas hierarquias internas das empresas. Inicialmente, estas são etapas assessórias da produção de carnes e derivados como: serviços de transporte, manutenção mecânica e elétrica, construção civil, funilaria, refeição, higiene e limpeza, vigilância, advocacia e informática. Somente a partir de meados da década de 90 é que os processos de externalização abrangem a atividade principal de algumas dessas empresas, como o abate de bovinos e as áreas de soja e trigo.

#### **3.2.1 Constituição e consolidação do setor metal mecânico**

A terceirização dos serviços de manutenção mecânica e elétrica por parte das agroindústrias viria a fortalecer um segmento importante da economia regional, qual seja, o setor metal-mecânico. Assim, de fornecedores de serviços de assistência técnica, estas pequenas empresas passaram a produzir pequenas máquinas e equipamentos para a indústria frigorífica. Deste processo de aprendizagem pelo fazer (“learning by doing”) passaram a desenvolver novas máquinas, chegando ao patenteamento de várias delas.

Segundo o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Chapecó<sup>53</sup> (Simec) o setor metal-mecânico é destaque da economia regional tendo um PIB anual de 500 milhões de reais em um universo de mil empresas, onde seriam gerados 15 mil empregos diretos. Entre os diversos segmentos do setor destaca-se o que dá suporte à agroindústria regional de carnes e derivados. Através deste segmento o setor já está presente em mercados externos da América Latina, Central, África do Sul e Ásia exportando máquinas e equipamentos para abate, processamento e industrialização de carnes.

---

<sup>53</sup> O Simec foi constituído em 1988 e tem abrangência em 38 municípios, não contemplando, portanto, a totalidade da região Oeste.

Um diagnóstico realizado pelo Sebrae (1999) identificou algumas características principais deste segmento, que divide-se em 5 setores: (i) peças e serviços para veículos automotores; (ii) tecnologia de refrigeração; (iii) equipamentos, peças e serviços para a indústria em geral; (iv) equipamentos, peças e serviços para a agricultura e, (v) aberturas, cercas e calhas. Dentro deste universo foram entrevistadas cerca de 400 empresas da região e dentre as principais evidências destacam-se:

O desenvolvimento e atualização tecnológica, assim como o nível de especialização existente nos cinco segmentos, é muito diferenciado. Por exemplo, dentro do segmento equipamentos, peças e serviços para a indústria em geral, evidenciou-se uma orientação muito genérica, com a exceção das empresas de equipamentos agroindustriais, frigoríficos e rações. Neste segmento existe uma especialização crescente, com incremento do número de empresas, o que pode levar à formação de redes de empresas. Presentes aí também empresas orientadas ao setor madeireiro/moveleiro<sup>54</sup> o qual vem tendo também um forte desenvolvimento na região.

O segmento Tecnologia de Refrigeração tem como foco a assistência técnica (77% das empresas), possui o maior faturamento médio dos cinco segmentos, assim como maior número médio de funcionários. Cabe ressaltar que apenas 35% das atividades de prestação de serviço destas empresas estão concentradas na região Oeste. As demais 65% estão distribuídas pelos estados das regiões Sudeste e Centro – Oeste, mostrando a vocação regional para a expansão dos mercados, da mesma forma que as agroindústrias vêm fazendo. Este dado pode ser tomado como uma evidência de que a região vem se tornando um pólo de prestação de serviço de refrigeração, principalmente automotiva.

Do universo das empresas dos cinco segmentos, as que têm mais história são as do segmento máquinas, equipamentos e peças para a agricultura, em que 67% das empresas têm mais de dez anos. No geral as empresas são jovens, já que 64% delas tem menos de 10 anos, 18% menos de três anos e, somente 22 % têm mais de 15 anos de atividades.

Ainda segundo o diagnóstico, o setor metal mecânico da região teria como problemas comuns a baixa qualificação da mão-de-obra, assim como a existência de poucos contratos de

---

<sup>54</sup> Da mesma forma que o setor metal mecânico realiza a Mercoagro, o setor moveleiro vem realizando a Mercomóveis (Feira Mercosul de Indústrias de móveis) desde 1998. A evolução da Feira, desde sua primeira edição, pode ser vista nos números a seguir: 1ª ano 1998: 15 mil visitantes, 33 expositores e US\$ 3,6 milhões em negócios; 2ª Ano 2000: 15 mil compradores, 70 expositores e R\$ 40 milhões em negócios e, 3ª Ano 2002: 100 expositores, 80 milhões em negócios (estimativa).

cooperação entre as empresas. Somente 19% das empresas entrevistadas declararam possuir acordos consolidados com outras empresas, o que dá uma idéia do baixo nível de cooperação.

Como exemplo de ação visando ampliar a cooperação horizontal, o Simec vem estruturando um projeto próprio de capacitação profissional. A idéia é construir parceria com a Escola de Formação Profissional Tupi, que é de Joinville, para instalar unidade em Chapecó.

O setor metal-mecânico ganha impulso com a realização da Efapi, que na versão do ano 1994 abriga pela primeira vez uma “Mostra de Máquinas e Equipamentos Frigoríficos”. Dado o sucesso dessa primeira iniciativa, segmentos empresariais de Chapecó organizam em 1996 a primeira Mercoagro (Feira Internacional de Processamento e Industrialização da Carne) que passaria a se repetir a cada dois anos. Em 2002 realizou-se a IV edição, quando todos os recordes de expositores, público e negócios foram superados.

De abrangência internacional, a Mercoagro cresce de importância e ao longo de suas realizações denota o aumento de participação de expositores da própria região Oeste, como pode ser visto nas tabelas 6 e 7.

**Tabela 6. Evolução da origem dos expositores ao longo das edições da Mercoagro**

<b>Expositores (nº)</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>
Chapecó	22	33
Região Oeste (Excluindo Chapecó)	3	11
Santa Catarina (Excluindo Oeste)	10	17
Região Sul do Brasil (Excluindo SC)	17	44
Brasil (Excluindo Região Sul)	84	136
Exterior	12	9
Total de Expositores	148	206

**Fonte:** Revista Nacional da Carne 1998 e 2002.

**Tabela 7. Evolução do número de expositores, volume de negócios e visitantes da Mercoagro.**

<b>Indicador</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>
Expositores (nº)	400	600
Stands (nº)	200	300
Volume de negócios (R\$)	80 milhões	100 milhões
Visitantes (nº)	25 mil	25 mil
Participantes no Seminário (nº)		

**Fonte:** Revista Nacional da Carne 2000 e 2002.

A realização da Mercoagro no centro da produção e industrialização de carnes suínas e aves da Região (Chapecó) vem fortalecer as atividades ligadas ao *cluster*. Num raio de 300 km existiriam mais de 60 grandes plantas de abate, computadas as de suínos, aves e bovinos. A realização nesse local possibilita a aproximação entre usuários e projetistas de máquinas e equipamentos, entre engenheiros e operadores, entre gerentes e mecânicos que operam diariamente estas máquinas. A aproximação permitiria o intercâmbio de experiências e a melhoria do fluxo de informações e, por conseguinte, o aprimoramento dos respectivos processos industriais<sup>55</sup>.

### **3.2.2 Surgimento da indústria de aditivos**

Assim como o setor de máquinas e equipamentos, vem desenvolvendo-se também na região a indústria de aditivos e conservantes para a produção de alimentos industrializados. Uma das novas empresas é a Allimentus Engenharia Ltda, constituída em 1995, por um Engenheiro de Alimentos, ex-funcionário do frigorífico Chapecó. A empresa foi a responsável por uma grande inovação no ano de 2001, ao desenvolver o processo para obtenção da Proteína Funcional de Carne - PFC (ver box 2).

---

<sup>55</sup> Este processo foi assim analisado por dirigente da Mercoagro. “O primeiro impacto que nós criamos com isso aí foi que a nossa região tinha que ir para a feira de Frankfurt que é a maior [feira] do mundo deste gênero. Quem que ia? O dono da empresa mais um diretor ou outro. O que nós pensamos? Nós olhamos primeiro a oportunidade de um número bem maior de pessoas participarem da feira. Do operador da máquina, do mecânico da máquina. Então as empresas deste raio as 69 empresas mandavam os seus ônibus, de Vam e de Combi, vinham, participavam e tinham a oportunidade de discutir a tecnologia com os fabricantes. Este intercâmbio foi fantástico. Este foi o motivo desta feira por que qual seria outro motivo de se fazer esta feira em Chapecó? Não tínhamos aeroporto e não temos até hoje em condições. Não tínhamos hotéis, estamos no fim de mundo, longe de tudo. Qual seria a justificativa? Que é o único lugar do mundo que tem esta característica de concentração tão grande e um número maior de pessoas. Porque não pensa que eles vêm aqui só para vender as máquinas. Eles vêm aqui também para criar a máquina. O técnico, o encarregado do setor vai lá discutir com os mecânicos. Mas olha se fosse feito assim eu acho que ... O intercâmbio de informações entre a realidade do dia a dia e a tecnologia é muito importante” (ET 33,Chapecó, 03/02/02).

## **Box 2. A construção da rede para a obtenção da Proteína Funcional de Carne (PFC).**

### **O que é?**

A proteína funcional de carne é basicamente um hidrolisado protéico de carne produzido a partir de enzimas industriais, como as produzidas pela Novozymnes (empresa norueguesa). A tecnologia do processo é conhecida há muitos anos, onde as enzimas são usadas para extração de proteínas de carne, sendo que os lipídeos e outros materiais indesejáveis são separados e removidos.

A obtenção da PFC se dá a partir dos subprodutos cárneos como retalhos e a carne mecanicamente separada (CMS). Posteriormente por processos de hidrólise e uso de enzimas obtém-se a PFC. Esta pode ser adicionada a salmoura tendo como resultado uma melhor qualidade global da carne nos parâmetros de aroma, sabor e aparência. É usado como substituto da proteína de soja nos embutidos a base de carne.

### **A inovação**

A inovação foi basicamente um processo de obtenção da PFC economicamente viável. De um US\$ 1,1 milhão na Dinamarca o custo diminuiu para cerca de R\$ 200 mil reais em Chapecó. Embora com apoio da Novozyme (Empresa Dinamarquesa com a qual possui parceria) proprietária das enzimas utilizadas no processo de obtenção da proteína, teve importância fundamental a cooperação técnica da Empresa Allimentus com a Empresa Nord Equipamentos do ramo metal mecânico de Chapecó. Esta desenvolveu as máquinas e os equipamentos para a Allimentus.

### **Antecedentes**

O proprietário da Allimentus era engenheiro de Alimentos do Frigorífico Chapecó até 1995. Saiu para constituir sua empresa de aditivos e tratamentos de efluentes.

Os proprietários da Nord Equipamentos trabalhavam na parte de manutenção mecânica e elétrica no frigorífico Sadia de Chapecó.

Foi assim que acabaram formando uma parceria para o desenvolvimento de equipamentos necessários para o processo de produção da PFC.

Além da proximidade física (Chapecoenses) houve a ativação de vínculos mais próximos (relações sociais) para a produção da cooperação. Ambos participam do mesmo grupo social fora do espaço de trabalho.

### **Prêmio recebido**

O processo de produção da PFC recebeu o prêmio “Fi Awards” durante a Food Ingredients South América em agosto de 2001 em São Paulo.

### **Nova parceria**

Já está em operação uma Planta Piloto Industrial para produção da PFC no município de Vargeão – SC como forma de ampliar os testes e usos desta proteína na produção de alimentos. Assim, a Allimentus e a Nord Equipamentos, através de sua nova empresa NordBiochen, fortalecem sua parceria nesta nova planta industrial. A empresa lançou durante a Mercoagro 2002 realizada em Chapecó quatro novos produtos derivados da PFC a saber: Allimeat ELS para embutidos; Allimeat IJC para Injetados, Nutrimeat para condimentos e Nutrifiber para carne e derivados.

**Fonte:** Pommer & Rodrigues (2001)

Gazeta Mercantil Santa Catarina (3/10/01)

Entrevista com diretor Allimentus em 24/10/01

Na busca de valorizar ainda mais sub-produtos do abate e processamento de carnes é desenvolvido um processo para aproveitamento de sub-produto da carne mecanicamente separada (CMS). Da produção de cortes de frango (peito com e sem osso, coxa, sobrecoxa, coxinha da asa etc.) resta um produto de baixo valor, que é a carcaça do frango com restos de carne, entre outras partes. Esta carcaça de frango passa pela máquina de desossa<sup>56</sup> que produz a carne mecanicamente separada (CMS). Também podem ser usadas partes nobres do frango (peito com osso, coxa, sobrecoxa etc.) assim como as menos nobres (pernas, asas, pescoço e cabeça etc.).

No entanto, a cabeça não é utilizada, porque o olho deixa a CMS escura, o que deprecia seu valor. Na Europa, este processo está regulamentado de tal forma que a empresa não pode utilizar o cérebro dos animais, numa forma de diminuir o risco de contaminações como a da doença da vaca louca<sup>57</sup>. A CMS é utilizada na produção de mortadelas, apesuntados, lingüiças, salsichas, entre outros produtos derivados de carne que basicamente são comercializados no mercado interno<sup>58</sup>.

Aqui fica patente a disputa que envolve o termo qualidade no setor alimentar. A agroindústria convencional e toda a sua rede têm como estratégia básica de sua atuação a valorização máxima, em termos econômicos, dos produtos e subprodutos por ela processados. Por exemplo, a questão dos riscos alimentares<sup>59</sup> envolvidos com a produção da CMS passa despercebida pela ampla maioria dos consumidores. Enquanto isso, a agroindústria familiar, que procura produzir produtos diferenciados, é muitas vezes acusada de não cumprir a legislação sanitária que está basicamente centrada na higiene.

### **3.2.3 A diversificação da indústria de rações**

Nos anos 80, a indústria autônoma de rações foi praticamente excluída do mercado de rações para animais devido a internalização da produção pela agroindústria de suínos e aves.

---

<sup>56</sup> A máquina de fazer a CMS era inicialmente importada. Agora duas empresas da região Oeste a produzem. De quatro mil kgs por hora, a capacidade de processamento baixa para 250 kg/hora, em máquina lançada na Mercoagro 2002. A máquina, que inicialmente foi projetada para carne suína, já foi adaptada para produzir CMS de bovinos, suínos e peixes.

<sup>57</sup> Segundo informação pessoal de Klaus Pommer, da Novozymes (Dinamarca), a regulamentação na Europa é recente. No Brasil, este processo ainda não está regulamentado.

<sup>58</sup> Recentemente a CMS passou a ser um produto bastante procurado devido a exportação para o mercado russo. O preço que estava em R\$ 0,70 passou a R\$ 1,10 ao kg. Informação obtida junto a técnico de indústria metal-mecânica durante a Mercoagro, em setembro de 2002.

<sup>59</sup> Para uma análise sociológica dos riscos alimentares ver Guivant (1998a e b, 2001 e 2002).

Este processo de substituição da especialização pela integração vertical, segundo Ortega (1988), teria se dado, principalmente, pela existência de um processo de miniaturização dos equipamentos, como o computador, o que teria diminuído a escala economicamente viável. Este processo teria ainda impedido o que ocorreu na França. Segundo Altmann (1997) naquele país a agroindústria nasceu da indústria de rações e não o inverso, como no Brasil. Nos últimos anos, o fortalecimento deste segmento produtor de rações na região é um dos fatores que está apoiando o surgimento de novos sistemas de integração, como veremos neste capítulo.

Na região de Chapecó instalaram-se a Nutrom Alimentos, a Vitamix e a Guabi. Além destas existiriam na região aproximadamente três dezenas de representações de outras indústrias de rações. A instalação de indústrias ligadas a nutrição animal para a fabricação de concentrados, núcleos, premix e a associada atividade de assistência técnica a suinocultores, e mesmo, a outras agroindústrias, estariam incentivando o surgimento de novas redes de produção integrada de suínos.

#### **3.2.4 Os novos frigoríficos de abate de suínos**

Como evidência do processo de especialização e desintegração vertical que vem ocorrendo na região está a constituição de novos frigoríficos para abate de suínos. São plantas especializadas para abate de animais fora de padrão, como as matrizes e reprodutores suínos. O primeiro deles foi constituído em Chapecó seguido por outro em Xanxerê, em 2002. Enquanto o de Chapecó está direcionado para prestar serviço de abate para a Cooperativa Central Oeste Catarinense, o de Xanxerê está direcionado para a agroindústria Seara. Ambos contam com Serviço de Inspeção Federal que é uma condição para a carcaça ser utilizada nas plantas das grandes agroindústrias. Outro frigorífico estava sendo construído em Videira em 2002, já com parceria estabelecida com o grupo Perdigão, para abater animais e fornecer a carcaça de suínos.

#### **3.2.5 Prestadores de serviços de frio**

Duas empresas foram constituídas em Chapecó durante os últimos anos visando exclusivamente a prestação de serviços na área de congelamento e estocagem de carnes de suínos e aves. Estas, junto com os abatedouros acima citados, são dois bons exemplos de um processo crescente de especialização e desintegração vertical que está existindo na região.

### 3.2.6 O desenvolvimento da Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC)

O ensino superior na região Oeste é relativamente recente, já que se iniciou nos anos 70 com algumas instituições locais isoladas, como a FUNDESTE em Chapecó, a FUOC de Joaçaba e a FEMARP de Videira<sup>60</sup>. O conjunto das faculdades oferecia até 1992 apenas 12 cursos de graduação<sup>61</sup> e com pouca ênfase no suporte direto às atividades econômicas regionais. Estes cursos estavam localizados nos vários *campi* da Universidade (Videira, Chapecó, Xanxerê, São Miguel D'oeste) quase que exclusivamente no período noturno sem, portanto, evidenciar uma vida universitária além das salas de aula.

Somente a partir dos anos 90 a região ganhou uma Universidade Regional (UNOESC) e passou a ter um suporte maior nas suas principais atividades econômicas. Participaram da construção da Unoesc as fundações de ensino superior de Chapecó, Videira e Joaçaba, assim como seus *campi*. A partir desta data foram criados cursos com maior proximidade às atividades econômicas regionais, como o curso de Agronomia, em 1993, Ciências Agrícolas, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia em Processos Industriais, Gestão e Comunicação Empresarial, entre outros.

Em nível de pós-graduação dezenas de cursos foram realizados, dentre os quais destacam-se: Administração Rural (3 cursos), Suinocultura, Avicultura, Bovinocultura de Leite, Administração de Recursos Humanos e Gestão Empresarial (gestão da qualidade e produtividade, contabilidade, desenvolvimento gerencial, recursos humanos), Engenharia da Produção e Engenharia de Manutenção Industrial. Grande parte dos alunos destes cursos são funcionários administrativos e/ou técnicos que trabalham nas agroindústrias da região. Além destes cursos de pós-graduação, a Unoesc tem promovido outros nas áreas das Ciências Sociais e da Educação e tem viabilizado alguns cursos de mestrado.

As transformações que vem sendo protagonizadas pela UNOESC estão relacionadas com a evolução socioeconômica regional. Ao estar submetida ao processo de abertura e globalização, a economia regional complexifica-se e passa a exigir um novo patamar de conhecimento e capacitação profissionais. É preciso destacar ainda que não se trata apenas de agregar novos conhecimentos externos e, sim, de fazer uma certa síntese com o conhecimento local acumulado. O desafio posto era o de internalizar um conhecimento genérico exógeno

---

<sup>60</sup> Outra importante Universidade existente na região é a do Contestado. Todavia, a mesma tem uma atuação parcial no Oeste através do campus de Concórdia. Sua atuação mais forte se dá na região do Planalto catarinense com os Campi de Caçador, Campos Novos e Mafra.

<sup>61</sup> Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Econômicas, Direito, Educação Artística, Artes Plásticas, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Serviço Social.

com o conhecimento histórico mais ou menos tácito acumulado por décadas de agroindustrialização.

É importante ressaltar que a existência de um conjunto de quase 50 cursos de graduação envolvendo aproximadamente 12 mil alunos e 1500 alunos na pós-graduação, no ano de 1999, é um indicador da importância da Unoesc<sup>62</sup> para a geração e difusão de conhecimento na região. Isso deve estar contribuindo para aumentar a reflexividade acerca da problemática regional, seus entraves e potencialidades, assim como suas perspectivas futuras de desenvolvimento.

### **3.2.7 Outras empresas prestadoras de serviços**

Além dos segmentos citados acima, outros foram se constituindo, como é o caso do setor de prestação de serviços de assistência técnica em várias áreas. Na área de produção agrícola existiriam, nos anos 90, cerca de 1800 técnicos ligados a agricultura, entre agrônomos, veterinários e técnicos de nível médios. Destes, cerca de 1200 são do setor privado.

Todos estes novos agentes do *cluster* de carnes passam a enriquecer o já existente parque industrial, assim como as agências regulatórias (sistemas de organização e representação dos agentes ligados aos setores de carnes).

### **3.3 A desverticalização da agroindústria convencional, o amadurecimento do *cluster* carnes e a emergência de novas redes de desenvolvimento rural**

O movimento de desverticalização protagonizado pela agroindústria convencional, em associação com o amadurecimento do *cluster* carnes, vem levando a uma maior complexificação no funcionamento das respectivas cadeias produtivas de suínos e aves, e tem provocado mudanças na forma de governança regional. Em primeiro lugar, a coordenação da cadeia não se resume mais à hierarquia interna das grandes empresas. A gestão eficiente da cadeia produtiva passa a exigir maiores níveis de cooperação vertical e horizontal, nos termos propostos por Schmitz (1997).

---

<sup>62</sup> O Campus de Chapecó desligou-se da UNOESC e constituiu a Universidade de Chapecó–Unochapecó, em 2002.

Em segundo lugar, esta complexificação dá margem à constituição de novos relacionamentos não só entre suinocultores e agroindústrias que pressupõe algum tipo de cooperação vertical. Passam a existir novas relações, por exemplo, entre suinocultores produtores de reprodutores e aqueles que produzem leitões e entre estes e os terminadores.

É neste processo de complexificação do tecido social regional que vão se forjando novos interesses que se manifestam na construção de novos mercados para produtos e serviços ligados ao *cluster* carnes. Na linguagem dos economistas italianos, existiria um processo de ampliação da especialização na região, associado ao surgimento de novas empresas prestadoras de serviços ou até produtoras de bens ligados à industrialização da carne. Assim, o amadurecimento do *cluster* carnes na região favorece o desenvolvimento de novas redes de produção de matéria-prima, abate e industrialização de carnes.

### **3.3.1 Os novos sistemas de integração na suinocultura**

Denominamos novos sistemas de integração aos agentes econômicos que surgem ocupando parte do espaço tradicional das agroindústrias e cooperativas na integração de produtores rurais. Grandes suinocultores, produtores de reprodutores (machos e matrizes), comerciantes, e outros, aqui denominados de integradores independentes, nos anos 90, passam a intensificar a produção de suínos através da integração de pequenos suinocultores geralmente excluídos da integração convencional. Estes sistemas de integração fornecem matrizes suínas, ração, concentrado e/ou recursos financeiros para os pequenos suinocultores produzir leitões ou animais terminados. Parte destes leitões são comercializados fora do estado completando a rede com frigoríficos de São Paulo e Minas Gerais e parte são terminados na própria região e comercializados junto às agroindústrias convencionais do Estado de Santa Catarina (box 3).

O que explicaria o surgimento e ampliação deste tipo de sistema no berço da integração agroindustrial? Este tipo de sistema/rede é fortalecido pelo relacionamento existente entre os atores. Enquanto na grande agroindústria convencional existiria um processo crescente de impessoalidade nas relações com o produtor familiar integrado, o contrário parece ocorrer na relação de integração independente. Aqui o pequeno suinocultor se dirige ao parceiro da integração (Integrador independente) e com ele pode negociar detalhes do contrato e do processo produtivo e até empréstimo financeiro. Na agroindústria convencional, o produtor torna-se apenas um número e não tem a quem recorrer na empresa quando necessita de empréstimo, e, por isto, acaba tendo que recorrer aos bancos.

### **Box 3. Integração Grasel: uma nova rede de organização da produção de suínos.**

#### **Histórico**

A integração Grasel existe na região Extremo-Oeste de Santa Catarina desde o início dos anos 90. No entanto, o que deu grande impulso ao sistema foi a saída da Seara do abate de suínos em Itapiranga em meados dos anos 90, o que deixou vários suinocultores em situação difícil.

#### **Inovações do sistema**

Operando no município de São João do Oeste, este integrador independente até adotou as placas de identificação. Embora utilizada pela agroindústria convencional, a inovação aqui foi a instituição pelo Sr. Grasel de uma espécie de concurso para escolher o melhor modelo de placa para identificação na entrada da propriedade do suinocultor.

Outra inovação é a de que o Sr. Grasel possui uma pequena indústria de leite e fornece o soro para a engorda de suínos, o que melhora a conversão alimentar dos animais e diminui o custo de produção dos suínos.

#### **Números do sistema**

Ao todo o sistema contava 81 pequenos suinocultores com aproximadamente 1700 matrizes na fase de produção de leitões e cerca de 11 mil suínos na fase de terminação.

**Fonte:** Informações fornecidas por técnico de indústria de rações que presta assistência técnica ao sistema

Estimativas dão conta da existência de aproximadamente 50 integrações independentes no ano de 2002. Com isso teríamos que este sistema de integração alcança cerca de 35 mil matrizes, o que corresponderia a cerca de 10% do total de matrizes alojado no estado de Santa Catarina naquele ano.

Evidência dessa impessoalidade no tratamento dos agricultores familiares integrados por parte da agroindústria originou uma das fortes reivindicações dos avicultores integrados da Sadia em Concórdia, no ano de 2001. Após uma mobilização histórica dos integrados, uma das reivindicações atendidas foi a de que quando da entrega do lote de frangos os produtores pudessem ter um contato com a empresa. Neste contato passaram a ser apresentados os resultados do lote de frangos a cada um dos avicultores. Anteriormente o avicultor somente recebia pagamento.

Por um lado, nos momentos bons da suinocultura, não faltam mercados alternativos para venda de suínos fora das agroindústrias. Por outro, o poder de mercado destes parceiros (comerciantes) acaba por dar a eles um certo poder de negociação na hora da comercialização com as agroindústrias da região ou mesmo fora dela. Presume-se que a menor parte deste preço maior recebido pelo suíno acabe nas mãos dos pequenos suinocultores, e a maior, para

os integradores independentes. Todavia, em momentos de crise da suinocultura, a agroindústria convencional prioriza seus integrados diretos e o mercado alternativo reduz-se, o que coloca problemas de continuidade do sistema.

Uma questão que impacta o funcionamento deste tipo de produção de suínos é a alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a venda de suínos para outros estados. Quanto maior é a taxa, mais difícil é a saída de suínos do Estado. Este é um dos pontos de litígio entre os grandes integradores independentes e as agroindústrias convencionais<sup>63</sup>.

### **3.3.2 As pequenas e médias agroindústrias emergentes**

Paralelamente ao processo de externalização de atividades das grandes agroindústrias convencionais e ao amadurecimento do *cluster* carnes, outras redes estão se configurando na região, como as novas empresas frigoríficas de pequeno e médio porte para o abate e industrialização de suínos e abate e processamento de aves.

As pequenas empresas, chamadas de indústrias artesanais de suínos nos anos 70, que praticamente desapareceram nos anos 80, ressurgem nos anos 90. Embora em número menor, também foram constituídas plantas para abate e processamento de aves. O maior exemplo desta última é a unidade de Ipumirim, que iniciou suas operações no ano de 1997 após acordo firmado para transferência dos integrados da Sadia e Ceval. (ver box 4). Mudanças nas estratégias das grandes empresas, e na política pública, com a descentralização dos serviços de inspeção animal, aparecem como fatores associados à emergência destas novas empresas.

Que outros fatores estariam impulsionando a constituição destas novas redes? Se pelo lado do mercado existe um espaço involuntariamente aberto pela grande agroindústria convencional, pelo lado dos requerimentos da produção também existe toda uma rede de fornecedores especializados de produtos, insumos e matérias primas necessários à produção e industrialização de suínos e aves.

---

<sup>63</sup> Em 2002, face a crise da suinocultura, um acordo entre o governo do estado e as lideranças de suinocultores permitiu a diminuição da alíquota de ICMS na comercialização de suínos (leitões e terminados) para outros estados.

#### **Box 4. A Agrofrango como exemplo de reconfiguração de rede\*.**

A empresa Agrofrango foi constituída em meados dos anos 90 e tem sua capacidade de abate para cerca de 60 mil aves/dia. Iniciou em 1998 com 8 mil aves dia. Produz *commodities* (segundo o seu próprio diretor). Busca otimizar o atendimento da demanda do mercado com o máximo de eficiência produtiva em campo (rendimento da produção de frango).

#### **Insumos e matérias-primas**

Produz ração própria adquirindo milho e outros ingredientes para a formulação. Ao adquirir premix de indústrias de rações também obtém assistência técnica para a fábrica de rações e a produção de frangos. Adquire pintos de um dia no mercado.

#### **Produtos:**

Produz frangos inteiros (30%) e em cortes (70%) configurando um mix de produtos: frango inteiro, coxa, sobrecoxa, peito, filé de peito, asa, coxinha do meio, fígado, moela, coração e Carne Mecanicamente Separada (CMS). Não faz industrialização e comercializa a CMS para outras indústrias de frangos.

A automatização (Evisceração das aves) só começou a ocorrer no ano de 2001 com a aquisição de máquina em Chapecó.

Em 2002 foi a vez da implantação do processo para a produção da carne mecanicamente separada (CMS). Adquiriu o equipamento de uma segunda empresa que a está produzindo na região.

#### **Principais eventos na constituição da rede**

A Agrofrango é uma das empresas da família (holding) que também atua com produção de erva-mate, beneficiamento de madeira e fabricação de esquadrias (portas e aberturas).

Produzia frango de maneira independente nos anos 80 e comercializava para o Frigorífico Ideal existente em Marau – RS (hoje Perdigão)

Depois montou um sistema próprio de integração de suínos que em 1995 chegou a ter cerca de 10000 animais em terminação em parceria com agricultores do município de Ipumirim.

Negociou a passagem dos produtores de suínos para o sistema de integração da Sadia, mas ficou com a fábrica de rações.

A partir de 1996 montou o projeto do frigorífico de frangos que começou a operar em 1998.

Em 1997 negociou a passagem dos avicultores do município pertencentes ao sistema de integração da Sadia e da Ceval para a Agrofrango.

O gerente industrial tinha trabalhado na empresa Seara.

Características dos produtores integrados. A grande maioria possui aviários de 50 metros, considerados de tamanho pequeno.

Em meados dos anos 90 as grandes agroindústrias da região iniciaram um processo de re-espacialização de seus integrados vis-a-vis suas plantas industriais. Um troca-troca de avicultores entre as agroindústrias vem ocorrendo desde aquela época.

Esta série de antecedentes evidencia a construção e reconstrução continuada de uma rede por parte da Agrofrango. Condicionantes como a existência de um cluster de fornecimento de máquinas e equipamentos frigoríficos, fornecedores especializados de ração, pintos de um dia, entre outros serviços, foram importantes. Além da ação pró-ativa da agrofrango, há que se ressaltar os aspectos contingentes do processo de construção do frigorífico, como foi o caso da existência de uma estratégia de logística das grandes agroindústrias de excluir, deixar ou trocar os avicultores mais distantes de sua unidade de abate. Em 2002 a Agrofrango contava com cerca de 200 avicultores integrados. O tamanho dos aviários está assim distribuído: 100 de 50 metros, 20 de 75 metros e 50 de 100 metros.

\* **Fonte:** Entrevista com diretor presidente da empresa (E 16, Ipumirim, 05/06/02)

Com o processo de concentração promovido pela agroindústria líder existe uma oferta enorme de capacidade produtiva. Além dos suinocultores e avicultores, temos toda a rede de fornecedores de pintos de um dia, ração, medicamentos, equipamentos para aviários e pocilgas, de reprodutores e matrizes suínas, de assistência técnica etc. Também existem na região empresas de consultoria técnica para elaboração de projetos agroindustriais e, ainda, acompanhamento de toda a cadeia produtiva. Fornecedores de máquinas e equipamentos frigoríficos para abate e processamento de aves e suínos, de câmaras frias, de embalagens, de aditivos e conservantes, de caminhões para transporte de pintos, ração, frangos e produtos congelados, prestadores de serviços de assistência técnica na área de mecânica, frio, eletricidade etc.

Como pode-se ver, o amadurecimento do *cluster* na região vem exercendo uma influência positiva na estruturação e funcionamento destas pequenas e médias agroindústrias. Os efeitos de aglomeração começam a fazer a diferença. A proximidade espacial e, portanto, a rapidez na prestação de serviços de qualidade e a possibilidade de um fluxo de informações continuado influenciam positivamente na performance destes novos empreendimentos.

Esta facilidade de acesso a produtos e serviços necessários para a produção e abate de frangos foi vista como importante por médios industriais [...] mas tem a questão da confiabilidade. Confiabilidade e manutenção, é mais prático. Chapecó, voce liga e tudo bem. O frigorífico não pode parar. As vezes você liga para Chapecó e o pessoal vem correndo trazer a peça (E 16, Ipumirim, 05/06/02).

Pode-se assim concluir que o amadurecimento do *cluster* carnes tem uma forte influência no surgimento destas novas agroindústrias de pequeno e médio porte.

### **3.3.3 A reconfiguração das pequenas agroindústrias familiares rurais**

Como será visto no capítulo 5, um forte processo de reconfiguração das atividades de processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores familiares teve lugar durante os anos 90. O processamento de alimentos que se restringia à cozinha das agricultoras passa a ser valorizado como importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias rurais.

Será que essa reconfiguração da agroindústria familiar rural poderia também estar associada ao amadurecimento do *cluster* carnes? Uma primeira análise indica que não existiria uma vinculação forte, haja vista que uma das maiores dificuldades encontradas para a

viabilização das pequenas unidades de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, por parte dos agricultores familiares, foi a inadequação dos equipamentos em função da escala. Da mesma forma que os equipamentos, outros insumos e serviços preconizados para a agroindústria convencional vem tendo impactos contraditórios sobre a agroindústria familiar. Existiria uma espécie de incomensurabilidade entre as duas formas de ordenar a produção e consumo de alimentos. Estamos utilizando aqui a noção desenvolvida por Kuhn (1997). A possível co-existência dessas diferentes formas de ordenar a produção será analisada no capítulo 6.

Contudo, este amadurecimento do *cluster* carnes cria um novo ambiente organizacional e institucional mais favorável ao surgimento de novas iniciativas de industrialização. Como parte da construção deste ambiente favorável às iniciativas de agroindustrialização de base familiar é necessário agregar a influência das novas políticas públicas de desenvolvimento rural e de regulação da produção agroindustrial que surgem nos anos 90. No contexto da descentralização surgem novas oportunidades para a formulação de políticas de apoio a agricultura e agroindústria familiar nos âmbitos estadual e municipal, associadas à ampliação da participação da sociedade. Uma apresentação e a análise das principais políticas dirigidas à promoção de iniciativas de agroindustrialização na agricultura familiar serão realizadas no capítulo 4.

### **3.4 Síntese e Considerações finais.**

Neste capítulo procuramos mostrar as principais transformações que vem ocorrendo no território do Oeste catarinense tendo em vista o movimento continuado de expansão das redes verticais associado às estratégias espaciais, produtivas e de mercado das grandes agroindústrias convencionais. Esta expansão das redes se dá basicamente pela re-espacialização dos investimentos das grandes empresas em outras regiões do país. Ao mesmo tempo, como um paradoxo, as evidências encontradas durante nossa pesquisa permitem constatar um processo de internalização de todo um conjunto de atividades que passaram a constituir novos segmentos industriais ligados ao *cluster* carnes na região.

A estratégia de seguir os atores permitiu evidenciar processos de re-territorialização da produção de carnes no sul do Brasil, assim como de re-fortalecimento da região Oeste como pólo exportador de carnes suínas e de aves. Diferentemente das leituras que previam o esvaziamento agroindustrial da região, pôde-se verificar processos contraditórios de re-

estruturação das grandes empresas agroindustriais com a implantação de estratégias espaciais diferenciadas. Ao mesmo tempo em que as empresas investiram na região Centro Oeste, também re-investiram adequando e modernizando suas plantas industriais para a exportação na região Sul e, especialmente, na região Oeste catarinense.

Do ponto de vista do amadurecimento do *cluster* destacou-se o surgimento de novos agentes, assim como processos de especialização associados à desverticalização das agroindústrias convencionais. Da terceirização de serviços, ocorrida no início dos anos 90, passa-se a visualizar a constituição de novas indústrias ligadas ao fornecimento de máquinas, equipamentos, embalagens, rações, ingredientes para a produção e industrialização de carnes suínas e de aves. Novas oportunidades de adensamento do *cluster* carnes foram sendo apropriadas pelo setor metal-mecânico voltado ao atendimento das necessidades agroindustriais regionais.

A re-territorialização da produção de carnes protagonizada pela grande agroindústria convencional e o amadurecimento do *cluster* carnes são processos que transformaram o ambiente organizacional e institucional local. Novas configurações produtivas são estabelecidas, que vão desde a ampliação e fortalecimento das redes convencionais das agroindústrias convencionais, até o surgimento de novas redes de agroindústrias.

Além das redes incipientes de inovação de aprendizagem dentro do ramo metal mecânico e de aditivos, surgem novas redes de agroindústrias que passam a forjar novas relações com o território regional. Desde pequenas e médias agroindústrias, que buscam ocupar espaços de mercado involuntariamente abertos pela forma de atuação das grandes agroindústrias convencionais, agroindústrias integradas àquelas, até chegar a emergência das agroindústrias familiares rurais.

Antes de analisar a emergência das novas agroindústrias familiares rurais, contudo, é necessário apresentar o papel desempenhado pelas políticas públicas que será alvo de nossa análise no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 O CENÁRIO DOS ANOS 90: MUDANÇAS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR**

Conforme foi visto no capítulo 3 testemunhou-se nos anos 90 uma profunda transformação na forma de operar das redes verticais de desenvolvimento rural com importantes desdobramentos sobre a dinâmica socioeconômica regional. Neste contexto são constituídas novas redes de empresas no entorno das cadeias produtiva de suínos e aves que atravessam a economia agrícola e agroindustrial. Embora não reste dúvida de que a agroindústria familiar rural se constitui num desdobramento deste processo de transformação, torna-se importante assinalar o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas neste período.

Nos anos 90 tem lugar uma importante mudança nos padrões de regulação da agricultura brasileira, com reflexos heterogêneos nas distintas cadeias produtivas e nos diferentes padrões regionais de desenvolvimento rural. A região Oeste, que já atravessava um processo de re-estruturação agroindustrial, passa a conviver com mais um desafio, sua re-inserção face aos desafios da integração ao Mercosul e à abertura da economia brasileira. As dificuldades da agricultura familiar cresceram, ao mesmo tempo em que se fortalece a

mobilização social de segmentos ligados ao campo brasileiro, especialmente, o da agricultura familiar, o que levou à formulação de novas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Nosso objetivo neste capítulo é fazer um mapeamento das políticas públicas que vem tendo repercussão sobre o desenvolvimento de novas formas de inserção da agricultura familiar, sobretudo, na estratégia de agregação de valor à produção agropecuária.

Num primeiro momento será apresentada uma síntese das mudanças nas políticas públicas federais, com uma breve apresentação do Pronaf, assim como da descentralização da regulação. Num segundo momento serão apresentadas as políticas estaduais, como o programa de profissionalização, o programa de agregação de valor e a nova legislação sanitária.

Finalizando o capítulo será introduzida uma discussão acerca de uma nova forma de regulação do desenvolvimento agrícola e rural que consideramos estar em processo de construção, com a participação crescente de atores locais e regionais.

#### **4.1 As novas políticas agrícolas e de desenvolvimento rural no Brasil**

As políticas públicas para o campo vêm passando por um processo de transformação, associado com a necessidade de alinhamento às novas demandas sociais que estão emergindo no contexto dos anos 90. Ao mesmo tempo em que a agricultura passa a conviver com a abertura da economia e a desregulação, a política pública brasileira voltada ao campo, começa a dar seus primeiros sinais de diferenciação, com políticas dedicadas a tratar das questões ambientais, de desenvolvimento rural, e da produção agrícola. Especificamente, pode-se destacar a implementação de programas de apoio à agricultura familiar<sup>64</sup> (Pronaf), e, mais recentemente, programas de apoio à agroindustrialização de base familiar rural (Desenvolver) que serão analisadas, de forma sintética, a seguir.

Segundo Gasques & Villa Verde (1997), as políticas agrícolas e seus principais componentes podem ser assim classificadas: Grupo 1 – Melhoria da produtividade e da competitividade, Grupo 2 – Suporte ao Setor Agrícola, Grupo 3 – Política Fundiária: Grupo 4

---

<sup>64</sup> Embora já tenha havido políticas específicas para o pequeno produtor rural anteriormente, estas nunca tinham tido um alcance nacional como o Pronaf. Existiam alguns programas de apoio ao pequeno produtor do Nordeste e assim por diante.

– Políticas Regionais Programas/Projetos de Desenvolvimento Rural: e Grupo 5 – Política de Produtos.

Até os anos 90, apenas dentro do grupo das políticas regionais existia algum espaço para ações mais abrangentes voltadas ao desenvolvimento do meio rural. Além do pouco espaço para ações voltadas ao meio rural, o seu montante sempre foi pequeno face aos outros tipos de políticas. O volume de recursos alocados para cada um dos cinco grupos de políticas foi decrescente na ordem da listagem (Gasques & Villa Verde, 1997:201). Dito de outra forma, as políticas agrícolas eram formuladas de forma descendente restando pouco espaço de manobra para os agentes regionais e locais participarem efetivamente da formulação de programas e projetos de seu interesse.

A formulação e implementação deste conjunto de políticas dava-se basicamente no âmbito do governo federal. Segundo Lamounier (1994), o governo federal e seus ministérios da Fazenda e, com menor poder, da Agricultura, passaram a ter que discutir as políticas com o Congresso Nacional (câmara de agricultura e a bancada ruralista), com os grupos de interesses ligados às agroindústrias e com o aumento do poder das associações representativas dos produtores rurais. Ainda, segundo o autor, os pequenos agricultores (representados pela Contag) e os consumidores continuavam ausentes da definição destas políticas.

Embora a ênfase da política agrícola brasileira ainda seja o apoio ao modelo produtivista ou de desenvolvimento agrícola - através de incentivos ao aumento da produtividade e da competitividade agrícola - está havendo uma clivagem da mesma, na medida em que se passa a implementar, a partir de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – Pronaf. Os consumidores continuam ausentes, mas a Agricultura Familiar passa a ser um interlocutor importante na implementação desta política. Além disso, o programa propõe uma explícita descentralização, com aumento da influência dos espaços estaduais, regionais e locais na elaboração e execução de políticas agrícolas. Estas e outras características colocam o Pronaf como algo novo dentro do conjunto de políticas agrícolas elaboradas e implementadas nas últimas décadas.

#### **4.1.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**

A constituição do Pronaf é, em grande medida, um desdobramento de uma série de fatores, como a evolução do pensamento acadêmico, das ações em curso no âmbito do

movimento sindical de trabalhadores rurais e do governo federal. No movimento sindical de trabalhadores rurais, protagonizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - existe desde a década de 80 uma intensa discussão acerca de um novo eixo de luta, centrado na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural.

Pressionado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e tendo o documento da FAO/INCRA (1994) como base, o Ministério da Agricultura cria, em 1995, a Secretaria de Desenvolvimento Rural que, posteriormente, articula a criação do Pronaf.<sup>65</sup> Este contexto de construção acaba demarcando algumas características diferenciadoras do programa quando comparado com as políticas agrícolas tradicionalmente existentes.

O Pronaf tem por objetivo geral propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (Governo Federal, 1996).

O Pronaf tem como objetivos específicos:

- a) Ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
- b) Viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural.
- c) Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.
- d) Elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão;
- e) Favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Para atingir estes objetivos, o programa tem as seguintes linhas de atuação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da agricultura familiar; capacitação e profissionalização de agricultores familiares. Em 1999 é adicionada mais uma linha, a Pronaf Agregar. Embora todas as linhas de atuação tenham importância, algumas delas tem um maior impacto no território local/regional.

---

<sup>65</sup> A construção da Secretaria de Desenvolvimento Rural, bem como do Pronaf, não foi tranquila no Ministério da Agricultura. Na prática pôde-se visualizar conflitos com as outras políticas, como a agrícola, voltada preferencialmente para o agribusiness - centrado na agricultura patronal - no contexto da abertura econômica e desregulamentação dos mercados. Em 1999 o Pronaf é repassado para o Ministério da Reforma Agrária.

Destacam-se a negociação de políticas públicas com órgãos setoriais e o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, que será objeto de discussão mais adiante. Especialmente nestas duas últimas linhas de atuação, o Pronaf preconiza o protagonismo dos agricultores familiares. Neste sentido, os Conselhos Municipais, Estaduais e Federal do Pronaf, criados pelo programa, seriam o lócus privilegiado deste protagonismo. Esta diretriz sinaliza para uma mudança substancial na forma de governança das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural no Brasil.

#### **4.1.1.1 O Pronaf – Agroindústria: Uma primeira tentativa de construção de rede**

Inicialmente o Pronaf não previa o financiamento de atividades de agregação de valor dentro de suas linhas de atuação. Segundo Schmidt (2000), foi somente com o desenvolvimento do debate acerca da importância da agroindústria como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, que a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (SDR) instituiu o Pronaf Agroindústria, em 1999. O programa preconizava a formação de conglomerados de agroindústrias, no espaço supramunicipal, interligado com uma unidade central de apoio gerencial, que deveria ser o eixo do processo de desenvolvimento rural sustentável. Pois favorece e apóia:

1) a organização associativa dos estabelecimentos de agricultores familiares para produção secundária no mesmo espaço rural da produção primária ; 2) a formação de conglomerados de agroindústrias em escala mínima de processamento, com padrão de qualidade, garantindo na sua totalidade a escala demandada pelo mercado ; 3) a ação de marketing, de comercialização e de distribuição que terá sua escala viabilizada pelo conglomerado e rateada entre as agroindústrias (SILVA, 1998).

Para o então Secretário da SDR,

o avanço do programa está na visão microrregional do processo de desenvolvimento, na atuação exclusiva com formas organizadas de produtores, na visão integral do agronegócio e na integração da linha de crédito com o apoio de infra-estrutura econômica e ações de legislação, pesquisa, capacitação, assistência técnica contratada pelos produtores e um sistema de informações em rede (SILVA, 1998).

Para dar início a este programa, por solicitação da SDR, são elaborados dois projetos pilotos<sup>66</sup> em Santa Catarina: “O Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense” e o “Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, no Sul do Estado”.

---

<sup>66</sup> A elaboração de um terceiro projeto foi iniciada na região do Alto Vale do Rio Itajaí mas não chegou a ser concluída.

O “Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense” se propõe a apoiar e potencializar as iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas por órgãos públicos, por outras instituições e pelos agricultores, constituindo-se na prática numa importante proposta de desenvolvimento regional. Abrangendo 23 municípios, previa a instalação de 52 empreendimentos associativos, envolvendo diretamente 481 famílias de agricultores. O projeto visava a geração no meio rural de 620 postos de trabalho e o valor total a ser financiado é de R\$ 3.057.672,70 (Epagri, Desenvolver e Apaco, 1999).

“O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede”, com abrangência microrregional, envolve sete municípios das encostas da Serra Geral, no Litoral Sul de Santa Catarina e é articulado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). A matéria-prima será produzida dentro dos princípios da agroecologia, envolvendo 211 famílias, e será processada em 53 unidades de processamento e transformação. O projeto gerará 490 postos de trabalho e o valor total do empreendimento é de R\$ 2.512.618,61 (AGRECO - CEPAGRO, 1998)

Com a finalidade de prestar serviços de assistência técnica, marketing e comercialização através de pessoal próprio e altamente qualificado, as redes de agroindústrias dos dois projetos deveriam contar com Unidades Centrais de Apoio e Gerência – UCAG – criadas, mantidas e administradas pelos próprios agricultores familiares. Posteriormente, como será visto no capítulo 5, a UCAG, proposta nesse projeto, é transformada em Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (Ucaf), pela Apaco, no ano de 1999, passando a apoiar as agroindústrias familiares grupais constituintes da respectiva associação.

Apesar de autoridades nacionais e estaduais terem lançado o projeto ainda no primeiro semestre de 1999, a efetiva liberação dos recursos para as agroindústrias não se deu dentro dos marcos do Pronaf-Agroindústria e, sim, dentro da linha AGREGAR (Programa de Financiamento operacionalizado pelo Banco do Brasil).

Mudanças ocorridas naquele ano no Ministério da Agricultura e a transferência do Pronaf para o Ministério do Desenvolvimento Agrário levaram a dificuldades na normatização do Pronaf - Agroindústria. Passando por uma série de mudanças, o Pronaf - Agroindústria é descaracterizado, perdendo parte da estrutura e da filosofia que lhe haviam sido conferidas na origem. Os recursos a fundo perdido, previstos para a área de infra-

estrutura e o apoio técnico, deixam de existir. Além disso, há uma clara demonstração de falta de interesse, especialmente pelos agentes financeiros, em implementar na prática a linha PRONAF -Agroindústria. Assim, os projetos de agregação de valor se diluem nas linhas de crédito para investimento, passando, na sua maioria, ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar). Esse foi também o caso dos dois projetos pilotos de Santa Catarina (Schmidt 2000).

A diferença entre Pronaf Agroindústria e o Agregar é que esta última linha de financiamento não tem uma concepção de trabalho em rede, financiando agroindústrias isoladas. Assim exige a análise econômica de cada propriedade isoladamente e não apenas da agroindústria como propunha o Pronaf Agroindústria. Os pequenos produtores mais fragilizados acabaram sendo excluídos do grupo (Dorigon et al 2000).

#### **4.1.1.2 A implementação do Pronaf Infraestrutura**

O Pronaf se propõe a ser um instrumento de passagem de um processo de formulação de política agrícola e desenvolvimento rural centralizado (no estilo “top-down” ou exógeno) para uma intervenção que se deseja mais próxima de uma abordagem descentralizada (no estilo “bottom-up” ou endógeno). A linha de atuação do Pronaf “financiamento de infraestrutura e serviços” abrange o apoio financeiro e técnico sem reembolso aos municípios rurais pobres que tenham grande concentração de agricultores familiares para a implantação, ampliação, modernização, racionalização, modernização e realocação de infraestrutura e serviços necessários, visando dinamizar o setor produtivo e assegurar a sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Para se credenciar a este financiamento os municípios devem elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) dentro de uma abordagem “bottom-up” e participativa. É preconizado que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) se transformem num espaço privilegiado de atuação dos agricultores familiares e suas organizações visando a formulação de políticas de desenvolvimento rural. É neste espaço que deverá ser construído um projeto de desenvolvimento rural do qual será extraído o Plano de Trabalho que contemple os itens de infra-estrutura a serem financiados pelo Pronaf.

Dos 293 municípios catarinenses, 57 estão sendo atendidos, sendo 42 da região Oeste. Destes 17 pertencem a região da Amosc, o que evidencia a importância do programa para a

microrregião, assim como a predominância de municípios rurais onde prevalece a agricultura familiar.

De 1997 até 2001, aproximadamente R\$ 29 milhões provenientes do Pronaf e R\$ 4,5 milhões da contrapartida dos 57 municípios financiados, foram aplicados<sup>67</sup>. Embora exista uma diversidade de itens financiados, destacam-se o de melhorias no abastecimento de água, no montante de R\$ 5,5 milhões, máquinas e equipamentos para patrulhas agrícolas, no valor de 8,2 milhões, e em empreendimentos agroindustriais, de R\$ 8,7 milhões. Estes três tipos de investimentos utilizaram cerca de 75% dos recursos do Pronaf infra-estrutura aplicados no estado.

Dos recursos aplicados em empreendimentos agroindustriais<sup>68</sup> destacam-se: Casas coloniais e feiras livres (31) secadores de grãos (65) resfriadores de leite (163), agroindústrias de cana-de-açúcar (25) entre outras. Pode-se também observar que a maior parte dos itens financiados refere-se a equipamentos necessários para agroindústrias e não agroindústrias completas.

Destarte o apoio que esta linha de financiamento vem prestando no fortalecimento de estratégias de verticalização na agricultura familiar, é importante considerar que em muitos casos existiu e ainda existe dificuldade na operacionalização destes empreendimentos por parte dos beneficiários (BRITO 2002).

Segundo avaliação realizada pelo Icepta (2002), as dificuldades de operacionalização estariam relacionadas com a inconsistência de projeto, falta de assistência técnica, deficiente organização dos agricultores, falta de capital de giro, não legalização dos empreendimentos, não incorporação do saber-fazer local.

Enquanto as estratégias das grandes agroindústrias e dos outros atores do Oeste catarinense buscam assumir um caráter regional, o Pronaf assume um caráter local (município). Com efeito, no Brasil 'local' virou sinônimo de município. Esta estratégia pode ser vista como uma aposta na possibilidade do local (neste caso, o município) ser um agente nos termos de Cox & Mair (1991).

Em princípio não poderíamos ver problema nisso. Contudo, para todo tipo de atuação

---

<sup>67</sup> Dados do relatório O Pronaf e a agricultura familiar Catarinense. Icepta, Florianópolis 2002, 59 p.

<sup>68</sup> Os equipamentos agroindustriais financiados pelo Pronaf são cedidos na forma de comodato para uso dos agricultores familiares em suas agroindústrias.

pública ou privada o local de intervenção passou a ser visto como necessariamente o espaço social demarcado pelos municípios e seus limites políticos, geográficos e administrativos. Aqui se pode assumir como válida a premissa de Elander et al (1991), segundo a qual, não é para todo tipo de questão/problema/objetivo que a escala de localidade é a mais adequada. Dito de outra forma, para algumas coisas a localidade é a escala mais adequada, enquanto que para outras ela não faz diferença.

Mas será que todos os atores envolvidos no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rurais têm os mesmos interesses? A avaliação realizada pelo Icepta (2002) conclui um pouco nesta direção ao afirmar que ainda existem muitas perguntas sem respostas: como resolver os conflitos existentes? Como alinhar interesses pessoais ou institucionais aos da comunidade? Será que não existem atores locais ligados a atores externos em redes sociais mais amplas, o que lhes daria um poder adicional para influenciar nas decisões estratégicas do PMDR?

Por outro lado, será que não se estaria superavaliando a capacidade dos atores locais e menosprezando a influência das agências e atores não locais sobre os atores locais? (Keane 1997 p. 416). Ou ainda, segundo Lowe et al 1998, as abordagens bottom-up podem incorrer numa das duas seguintes fraquezas: (i) as estratégias de desenvolvimento rural são dominadas por poderosos atores locais (cuja força pode vir de sua participação com atores não locais) ou (ii) as estratégias de desenvolvimento rural podem ser dominadas pela apatia.

Novamente a conclusão da avaliação confirma a necessidade de repensar a unidade territorial para planejamento do desenvolvimento rural. Considerar o município, segundo Icepta (2002), como unidade de planejamento territorial, dificulta o conhecimento de fatores fundamentais para o desenvolvimento, tais como a capacidade de produção, tamanho e localização do mercado, entre outros.

#### **4.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina**

É importante destacar que em décadas anteriores a de 90, o estado de Santa Catarina demonstrou preocupação com a adequação de suas políticas de apoio à agricultura familiar. Quer seja na pesquisa agrícola, quer seja na assistência técnica e extensão rural, políticas foram formuladas visando adequar seu apoio aos agricultores. Como exemplo, pode-se citar a constituição no início dos anos 80 do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP) visando dirigir a pesquisa e a difusão tecnológica para a situação específica da pequena

propriedade agrícola da região<sup>69</sup>. Como desdobramento desta foi formada uma equipe de pesquisadores (CPPP) e extensionistas (Acaresc) para estudar os sistemas diversificados de produção presentes na agricultura familiar regional.

Nos anos 90, em um processo de amadurecimento institucional, sobretudo de pesquisadores da área de socioeconomia e recursos naturais, ocorrem mudanças substanciais no enfoque de pesquisa. De uma abordagem micro-econômico, migrou para o estudo da dinâmica socioeconômica regional e sua relação com o sistema diversificado de produção presente na agricultura familiar. No bojo desta evolução, surge o trabalho de Testa et al “O desenvolvimento sustentável de Oeste Catarinense: Proposta para discussão”.

É importante assinalar uma outra característica importante do apoio ou, melhor, da insuficiência deste suporte, no caso da assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. Importante de registro aqui é o alinhamento da política de pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural do estado de Santa Catarina com as diretrizes do governo federal, condizentes com o processo de desregulação da economia e diminuição da participação do Estado dentro do modelo neoliberal, ainda no início da década.

Neste processo as empresas de pesquisa e extensão rural do estado são aglutinadas somente numa, a Epagri, em 1991. Esta passa a ser a responsável pela política de pesquisa agropecuária e a difusão de tecnologia (profissionalização) deixando a assistência técnica e a extensão rural para os municípios. Assim, a Epagri diminui sua presença junto aos agricultores, já que passou de 3600 funcionários em 1991 para menos de 2000 no final dos anos 90. Somente em 2002 a Epagri volta a contratar técnicos para o serviço de pesquisa agropecuária, e, principalmente, de assistência técnica e extensão rural nas dezenas de municípios sem este serviço.

Considerando a abertura econômica que expôs os produtos catarinenses e, em especial, os agricultores familiares à competição com produtores do Mercosul e de outros países, uma das respostas do governo do estado de Santa Catarina foi a adoção de um programa de capacitação de agricultores. Na falta de uma política clara de reconversão produtiva e de apoio aos agricultores familiares, o programa de profissionalização de produtores rurais da Epagri acabou sendo alçado à condição de programa de reconversão.

---

<sup>69</sup> Acompanhando a evolução ocorrida no debate pequena propriedade versus agricultura familiar, em 2002 o CPPP da Epagri transforma-se em CEPAF (Centro de Pesquisas para a Agricultura Familiar).

#### 4.2.1 Programa Catarinense de Profissionalização dos Produtores Rurais

O programa de profissionalização envolve entre outros aspectos a existência de uma bem montada infraestrutura de apoio, como os Centros de Treinamentos da Epagri distribuídos nas diversas regiões do Estado. Somados aos oito existentes, nos anos 90, foram construídos os centros de treinamento de Campos Novos, Concórdia, Itajaí e, em 2002, o de Tubarão. Esta notável infra-estrutura demonstra a importância dada para a capacitação de agricultores no estado<sup>70</sup>. Embora as implicações deste programa extrapolem o Oeste catarinense, o mesmo vem tendo uma importância fundamental no surgimento, evolução e consolidação da agroindústria familiar rural nesta região. Pode-se até afirmar que o formato da agroindústria familiar rural se deu dentro do programa, com o nome de indústria artesanal de alimentos.

É preciso enfatizar que inicialmente o programa de capacitação era restrito a cursos de mecanização agrícola, em apenas um Centro de Treinamento (Videira) e em parceria entre a então Acaresc e a Fundação GTZ. A criação do programa de capacitação de produtores rurais se deu com a Lei numero 8.194, de 18 de dezembro de 1990, regulamentada em 1991.

A origem da profissionalização de agricultores remonta aos anos 80, quando o trabalho das extensionistas sociais da então Acaresc, junto as mulheres agricultoras, era voltado para a alimentação da família.

A partir de 1980 começou-se a entrar nessa parte de industrialização de alimentos, a gente chamava de conserva de alimentos, conserva de compotas e armazenamento de alimentos, mas era tudo para subsistência familiar. Mesmo a parte de frutas a gente fazia para a subsistência da família, na entressafra, nas verduras a mesma coisa, se tivesse um verão muito forte, verdura para consumir, alguns temperos verdes, inclusive, a gente fazia pastas para conservação para consumo da família naquele período que não tivesse produção. A gente começou realmente com o intuito de melhorar a alimentação familiar e consumir o ano todo alguns produtos que são de safra. ...A questão era única e exclusivamente a alimentação da família. Na época, inclusive, algumas comunidades não tinham energia elétrica. Então o frio a gente não conhecia na época para trabalhar com eles nesse sistema. Então essa parte era de fazer as conservas (OI 25, Chapecó, 25/04/02).

Os cursos de indústria artesanal de leite e de carne suína, dentro do Programa de Profissionalização, iniciaram em 1990 e ganharam expansão continuada ao longo da década.

---

<sup>70</sup> Quando comparada a estados maiores que Santa Catarina, essa diferença é ainda mais importante. Por exemplo, a Emater do Rio Grande do Sul tinha apenas um Centro de Treinamento em meados dos anos 90, que era utilizado exclusivamente para capacitação de seus técnicos. Posteriormente foram construídos outros.

Profissionalização em si ela foi uma parte de indústria artesanal de alimentos ela foi criada, mas também voltada para a melhoria da alimentação familiar. O objetivo inicial era a melhoria da alimentação familiar. Entao aquilo que eles faziam e mais um pouco para poder melhorar a alimentação familiar, com possíveis vendas do excedente. Entao, não era objetivo principal a comercialização, mas já começava nesse período que foi em 1992 a se pensar na comercialização do excedente (OI 25, Chapecó, 25/04/02).

Este depoimento demarca a evolução histórica do programa de capacitação de agricultores da Epagri. Inicialmente a capacitação dos agricultores era feita nas próprias propriedades dos agricultores, isto é, na cozinha das agricultoras. Depois passou a ser nos centros de treinamentos da Acaresc mas ainda sem a preocupação formal da produção para venda. Mesmo no início dos anos 90, quando o Programa de profissionalização dos agricultores foi implantado, o objetivo era a melhoria da alimentação da família.

A preocupação com a comercialização somente veio ocorrer no ano de 1994, no Centro de Treinamento de Chapecó. Durante os cursos de profissionalização, a vigilância sanitária participava orientando sobre a legislação para a comercialização. A atividade de capacitação dos agricultores passou de uma etapa que visava a conservação do alimento, para uma etapa de produção de excedente para a comercialização, até a etapa atual, de agroindústria voltada ao mercado (Ver figura 5, imagens de cursos de profissionalização).

O programa de profissionalização de produtores iniciou na indústria artesanal com dois cursos, em 1990 (processamento de leite e de carne suína), passou a ter oito em 1995 e em 2000 já ofertava 18 tipos de cursos para os agricultores familiares. O número de agricultores treinados na indústria artesanal passou de 270, em 1990, para 2.150 em 1995, e 2.340 em 2000. Dentre os cursos destaca-se os de processamento de leite, com 407 cursos e 5.306 agricultores capacitados, e processamento de carne suína, com 448 cursos e 5.707 agricultores treinados. Ver evolução do número de cursos até 1997 na tabela 8.

Uma série de constatações pode ser feita acerca dos dados da tabela 8. Em primeiro lugar, chama a atenção a evolução rápida do tipo e do número de cursos oferecidos. Passou de cinco em 1990, para 68 em 2000, com destaque aos cursos na área de agroindústria artesanal.



Curso de capacitação de agricultores familiares em derivados de carne suína



Curso de capacitação de agricultores familiares em derivados de leite



Curso de capacitação em derivados de cana-de-açúcar

**Figura 5. Imagens de Cursos de Profissionalização de Agricultores em Centros de Treinamento da Epagri.**

Especificamente uma comparação entre a capacitação em processamento de leite e carne suína revela: (i) uma maior proporção de produtores capacitados em processamento de carne suína do que na produção da matéria-prima (suinocultura), (ii) uma menor proporção de produtores profissionalizados em processamento de leite do que em produção de leite. Isto demonstra a diferença relativa entre a atividade de produção e a de processamento pelos produtores, o que pode ser indicativo de deficiência de capacitação, de um lado (processamento de carne suína) ou de capacitação suficiente, de outro (produção de suínos).

A área de agroindústria artesanal cresce em importância no programa de profissionalização da Epagri. Dos 68 cursos profissionalizantes oferecidos pelo programa, 18 (26%) são de agroindústria artesanal, área bastante procurada pelos agricultores para capacitação, concentrando cerca de 40% deles.

A evolução do programa na região Oeste também merece destaque. Na tabela 9 pode-se ver a evolução da profissionalização na região, comparada com a do estado, de 1988 a 1997. Não está disponível a desagregação dos anos de 1990 a 2000. Um dado que particularmente faz falta é o da evolução do curso de processamento de cana-de-açúcar, que iniciou em 1998. Todavia, como o único centro de treinamento que oferece este curso está localizado em São Miguel d'Oeste, é de se esperar que a vasta maioria dos agricultores seja desta região.

É visível a grande participação dos agricultores oestinos em cursos de capacitação, quando comparada com agricultores de outras regiões do estado de Santa Catarina. Em suinocultura, a participação chega a 83%, em processamento de leite 50%, em processamento de suínos 36% e em Administração Rural 53%.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup>Outras instituições também estão promovendo capacitação de agricultores no Estado de Santa Catarina. O SENAR, por exemplo, vem, desde meados dos anos 90, promovendo vários cursos de capacitação no meio rural. A grande diferença é que a única instituição a ter unidades didáticas especialmente construídas para a realização de cursos é a Epagri. Na área da indústria artesanal, por exemplo, a Epagri é praticamente a única a oferecer cursos. Há, ainda, a unidade do SENAI em Chapecó, mas que está mais voltada à capacitação de trabalhadores para a grande indústria de alimentos.

**Tabela 8. Evolução do número de cursos, número de agricultores treinados na indústria artesanal pelo programa de profissionalização na Epagri**

Anos	1.990		1.991		1.992		1.993		1.994		1.995		1.996		1.997		1.998		1.999		2.000		TOTAL		
	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	
CURSOS/TREINANDOS																									
Docinhos											1	12	4	71			2	28	4	64	9	169	<b>20</b>	<b>344</b>	
Panificação I e II								8	120	14	205	17	274	23	375	26	390	29	492	31	495	<b>148</b>	<b>2351</b>		
Proces.de Frutas e Hortaliças			2	35	3	45	20	268	29	402	35	481	44	557	47	615	31	401	30	465	28	399	<b>269</b>	<b>3668</b>	
Proces.Lã Ovelha: (três cursos)							2	22	9	109	15	150	26	257	17	147	9	93	9	97	3	31	<b>90</b>	<b>906</b>	
Processamento de Carne Ovina														1	10	3	37	2	28	-	-	<b>6</b>	<b>75</b>		
Processamento de Carne de Aves																		2	20	7	122	<b>9</b>	<b>142</b>		
Processamento de Carne de Peixe								2	26	4	37	9	106	8	83	14	212	13	210	15	211	<b>65</b>	<b>885</b>		
Processamento de Carne Suína ( I e II)	12	142	24	264	38	476	54	666	48	618	49	670	59	794	51	638	47	585	38	493	28	359	<b>448</b>	<b>5705</b>	
Processamento de Leite (I e II)	12	128	31	389	48	603	51	671	46	561	48	695	41	572	40	528	34	434	32	417	23	328	<b>406</b>	<b>5326</b>	
Prod. e Proces. de Cana-de-Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	26	4	80	11	217	17	304	11	186	<b>44</b>	<b>813</b>	
Produção Artesanal de Vinho																		1	27	3	40	<b>4</b>	<b>67</b>		
<b>Sub total Ind. Artesanal (18 tipos)</b>	<b>24</b>	<b>270</b>	<b>57</b>	<b>688</b>	<b>89</b>	<b>1124</b>	<b>127</b>	<b>1627</b>	<b>142</b>	<b>1836</b>	<b>166</b>	<b>2250</b>	<b>201</b>	<b>2657</b>	<b>191</b>	<b>2476</b>	<b>177</b>	<b>2397</b>	<b>177</b>	<b>2617</b>	<b>158</b>	<b>2340</b>	<b>1.509</b>	<b>20282</b>	
Outros cursos técnicos (58 tipos)*	31	310	36	503	127	1718	245	3565	265	3937	283	4402	274	4025	296	4374	272	3993	307	4876	327	5141	<b>2463</b>	<b>36992</b>	
<b>Total de cursos ministrados</b>	<b>55</b>	<b>580</b>	<b>93</b>	<b>1191</b>	<b>216</b>	<b>2842</b>	<b>372</b>	<b>5192</b>	<b>407</b>	<b>5773</b>	<b>449</b>	<b>6652</b>	<b>475</b>	<b>6682</b>	<b>487</b>	<b>6850</b>	<b>449</b>	<b>6390</b>	<b>484</b>	<b>7493</b>	<b>485</b>	<b>7481</b>	<b>3972</b>	<b>57274</b>	
Part. % da Indústria artesanal / total	44	47	61	58	41	40	34	31	35	32	37	34	42	40	39	36	39	38	37	35	33	31	<b>38</b>	<b>35</b>	

\* Nestes 58 tipos estão incluídos cursos técnicos de lavouras, criações, mecanização, administração rural, conservação do solo, fruticultura, agroecologia etc.

**Fonte:** Epagri (1998). Tabulação do Autor

**Tabela 9. Evolução da profissionalização de agricultores da região Oeste na agroindústria artesanal de Santa Catarina – 1988 –1997**

Curso	Região – SC		Total - Oeste		Total - SC		% Oeste/SC	
	Cursos	Agricultores	Cursos	Agricultores	Cursos	Agricultores	Cursos	Agricultores
Administração Rural	118	1813	247	3395	47,8	53,4		
Gado Leiteiro I	102	1851	284	4480	35,9	41,3		
Gado Leiteiro II	112	1780-	-	-				
Processamento de Leite	89	942	312	4089	28,5	23,0		
Processamento de Leite II	2	29	5	58	40,0	50,0		
Suínocultura Leitões	5	95-	-	-				
Suínocultura	51	890	69	1071	73,9	83,1		
Suínocultura II	49	739-	-	-				
Processamento de Suínos I	93	1155	249	3248	37,3	35,6		
Processamento de Suínos II	34	371	86	1020	39,5	36,4		
Indústria Peixe	4	40	23	252	17,4	15,9		
Artesanato Lã	19	294	161	1510	11,8			
Processamento de Ovinos	1	10	1	10	100,0			
Indústria de Frutas e hortaliças	40	480	180	2403	22,2	20,0		
Panificação	21	336	66	1045	31,8	32,2		
Total	212	2686	766	9488	-	-		

**Fonte:** Profissionalização de produtores rurais - 10 Anos. Epagri, 1998.

O processo evolutivo da natureza da indústria artesanal na Epagri vai dar os contornos de alguns limites que a agroindústria familiar vem enfrentado. Apesar do esforço da Epagri com o desenvolvimento do programa de capacitação na área de indústria artesanal, vem se testemunhando algumas ambigüidades do mesmo.

Eu achava que fazendo curso na Epagri era suficiente. Eu tinha essa visão também. Na prática, depois lá junto com o agricultor tentando processar um volume maior, já não funcionou tão bem como quando se produz um vidro ou dois vidros. Porque no curso se trabalha com painéis pequenas, coisas pequenas. Para ser viável numa agroindústria você tem que trabalhar num volume maior e diminuir o custo de produção. Principalmente conserva. A indústria que nós temos aqui que faz produtos nessa área não consegue competir com as grandes indústrias. O nosso produto ainda é original (OI 25, Concórdia, 05/06/02).

Este depoimento indica que as características peculiares do processamento de alimentos visando à produção de conservas ainda estão presentes na agroindústria familiar. Até onde vão os contornos artesanais que podem ser explorados como qualidade diferencial da agroindústria familiar no mercado? Qual a relação entre a tecnologia e a escala viável?

Estas ambigüidades, assim como a possibilidade de construção de um diferencial, mostra a existência de importantes interfaces com a rede das agroindústrias convencionais, como será visto no capítulo 6.

#### **4.2.2 O projeto da Epagri de agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar**

Até o início dos anos 90, o foco do trabalho da Epagri no que tange à agroindústria artesanal, junto aos agricultores, era a melhoria da alimentação da família, sob a responsabilidade das extensionistas sociais. Somente em meados da década é que começam a ocorrer mudanças internas na Epagri com o início de processos de reestruturação institucional, capitaneados por processos de construção de cenários e planejamento estratégico que irão nortear a constituição de novas linhas de atuação.

No ano de 1996 são redefinidas a missão institucional, os objetivos gerais e as linhas de atuação da Epagri, e dentro dessas, aparece a agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar. A partir daí estrutura-se um projeto claro de atuação da Epagri junto aos agricultores familiares visando a agregação de valor<sup>72</sup>. Os engenheiros agrônomos com ou sem especialização na área da indústria alimentar e engenheiros de alimentos são incorporados ao projeto e passam a atuar no fomento e apoio técnico e organizacional aos agricultores.

Em 1997 constitui-se o Projeto “Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal” como um dos 11 projetos prioritários da empresa. Estrutura-se com uma equipe estadual do projeto para execução de ações em todas as regiões do estado. Uma das ações desenvolvidas foi em parceria com o Cepagro<sup>73</sup>, UFSC e Embrapa visando avaliar o potencial da indústria de pequeno porte no estado de Santa Catarina. Apesar

---

<sup>72</sup> Houve uma iniciativa anterior com a criação do “Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte” (PROIND), em 1996, cujo objetivo era “apoiar financeira e tecnicamente os empreendimentos de reconversão dos pequenos agricultores para atividades geradoras de empregos e renda no meio rural”. Inicialmente o programa era voltado ao fornecimento de crédito e depois avançou para um apoio integral ao desenvolvimento das agroindústrias. Nenhuma agroindústria foi constituída.

<sup>73</sup> O Cepagro, desde 1994, vem atuando juntamente com outras ONG's e organizações de agricultores no fomento de agroindústrias de pequeno porte, especialmente micro-usinas de leite no estado de Santa Catarina. Na região Oeste esta parceria era feita com a APACO.

de terem sido levantadas 1.116 agroindústrias de pequeno porte no estado, o próprio estudo admite que o número é subestimado e não contempla a totalidade das unidades existentes.

É neste momento também que outros programas públicos de apoio à agroindustrialização do tipo familiar são implementados. Em 1999, o governo Estadual, estrutura o apoio a este tipo de empreendimento através do Programa de Apoio ao Agronegócio Catarinense - PPAC. Pela primeira vez os recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural são destinados para financiar agroindústrias familiares rurais<sup>74</sup>. O PPAC tem por objetivo incentivar o agronegócio para agregar renda à atividade dos produtores rurais e pescadores, apoiando a formação de redes de microempresas e empreendimentos associados a grupos de produtores ou cooperativas, para produção, processamento, distribuição, marketing e acesso aos mercados de produtos agrícolas e alimentos, como carnes, laticínios, frutas, hortigranjeiros, peixes, moluscos, entre outros (<http://www.agricultura.sc.gov.br/>).

Em 2002 o PPAC estrutura-se visando alcançar a meta de 800 pequenos empreendimentos e 3200 beneficiados. Para isso cria o Mutirão interinstitucional de viabilização do pequeno agronegócio familiar catarinense. Segundo o próprio documento de lançamento, trata-se de um *acordo de querer fazer*. Constitui um “fluxograma de apoio integrado aos projetos de agregação de valor” que começa com o agricultor, passa pelos escritórios municipais da Epagri e Cidasc, depois pelas Comissões Executivas Regionais, chega a equipe técnica estadual e, finalmente, ao grupo gestor. Cabe aqui registrar a composição e a respectiva importância dada às Comissões Executivas Regionais. São formadas por organizações públicas estaduais, municipais ligadas ao apoio técnico, de crédito, fiscalização sanitária e ambiental e fiscal, assim como das organizações de produtores, tendo por objetivos: Aprovar ou rejeitar os projetos propostos; enquadrar os projetos aprovados nas linhas de crédito existentes; agilizar a tramitação dos projetos; dar suporte técnico e operacional na elaboração de projetos, financiamento, legalização dos empreendimentos e dos produtos e acompanhar o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos.

---

<sup>74</sup> Indubitavelmente a possibilidade de financiamento de agroindústrias familiares pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) significou um grande apoio à constituição da agroindústria familiar. Todavia, é importante ressaltar as ambigüidades presentes no próprio governo estadual. Em 2002, ao mesmo tempo em que deixa de financiar projetos de agregação de valor na agroindústria familiar (boa parte deles dentro da produção agroecológica), justificando falta de recursos, libera R\$ 815 mil para a construção da indústria de fertilizantes das Cooperativas do estado (Gazeta Mercantil Sul 4/06/02).

No final do ano de 2002 a Epagri estava assistindo tecnicamente aproximadamente 1200 empreendimentos de agregação de valor no Estado. Destes cerca de 400 estavam localizados na região Oeste Catarinense.

A presença de entidades das diversas escalas de intervenção do poder público aliada à participação das representações dos agricultores, evidencia um processo de mudança nas formas de regulação da atividade de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos. De uma regulação setorial por competência de cada órgão, por exemplo, na inspeção sanitária, para uma visão multisetorial que procura integrar outras dimensões como a ambiental, a fiscal e a de apoio técnico e creditício.

#### **4.2.3 Criação de programa de fomento estadual**

Por iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em março de 1998 foi criada a Lei Estadual nº 10.731, regulamentada pelo decreto 3.526, que institui o programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena agroindústria Familiar e Pesqueira – Propagro que, entre outras coisas, prevê estímulos financeiros para a criação deste tipo de agroindústrias.<sup>75</sup>

Os principais pontos desta Lei estão no repasse à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural das obrigações de estabelecer início, meio e fim no apoio aos projetos da agregação de valor, desde a produção até o mercado. Transforma ainda o FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural) em instrumento financiador, e as empresas vinculadas em executoras dos projetos, através de parcerias com ONGs e Prefeituras.

Outro importante aspecto da Lei é a criação do Selo de Qualidade “Sabor Colonial”<sup>76</sup> para as empresas que atendam às questões legais, tributárias, ambientais e sanitárias e também as isenta de taxas públicas estaduais. Para ter acesso a todos estes benefícios, os agricultores (proprietários dos empreendimentos) deverão se enquadrar dentro dos critérios de agricultor familiar adotados pelo Pronaf.

---

<sup>75</sup> Paralelamente a este programa também foi lançado pelo governo do estado de Santa Catarina o Prodec Agroindustrial, voltado à grande agroindústria convencional. A constituição deste programa ilustra a força da agroindústria convencional com seus *lobbies* perante o governo estadual.

<sup>76</sup> Uma das principais redes de desenvolvimento rural em construção na região Oeste vem utilizando o Selo Sabor Colonial como uma marca guarda chuva para sua rede de agroindústrias (ver capítulo 5).

### **4.3 A nova divisão de trabalho entre as distintas esferas do estado e entre este e a sociedade.**

Acompanhando o processo de descentralização política e administrativa que ocorreu no Brasil durante os anos 90, a agricultura<sup>77</sup>, o abastecimento alimentar e a sua regulação passam a ser atribuição crescente de estados e municípios. Juntamente com a qualidade sanitária dos alimentos, outras dimensões da regulação da produção e consumo de alimentos processados foram alvos de processo de divisão de trabalho entre as diversas escalas de intervenção pública.

Neste bojo ocorre a municipalização da vigilância sanitária, a criação de serviços estaduais e municipais de inspeção de produtos de origem animal, criação de uma legislação específica para agroindústrias artesanais, assim como novos projetos de apoio a estabelecimentos de pequeno porte. Neste último caso o que chama atenção além do pequeno tamanho, é que a iniciativa passa a ser dividida com a sociedade, como é o caso do programa Desenvolver.

#### **4.3.1 Municipalização da Vigilância Sanitária**

Inicialmente, a partir da promulgação da constituição de 1988, ocorre a descentralização da Saúde, através da implantação do Sistema Único de Saúde. Com esta descentralização, os estados e, principalmente, os municípios, passam a ser responsáveis também pela vigilância sanitária. Ao repassar a atribuição da vigilância sanitária aos municípios sem os serviços correspondentes de inspeção sanitária no âmbito municipal, criou-se um vazio, na avaliação de técnicos do setor. “Havia um vácuo. Se nós temos que fiscalizar: Que não pode vender produto não inspecionado no município, e nós não temos produto inspecionado no município”... (OI 26, Chapecó, 26/02/02)

Cabe assinalar que Chapecó foi um dos municípios pioneiros na implantação do Serviço de Inspeção Municipal em produtos de origem animal, em 1993. Foi nesse movimento que muitos municípios da região passaram a estruturar o Serviço Municipal de Inspeção de produtos de Origem animal (SIM). Mesmo assim, a maioria deles não tem o serviço estruturado. Há uma experiência em que três municípios vizinhos cotizaram os custos da inspeção veterinária, e essa pode se mostrar uma alternativa.

### **4.3.2 Constituição do serviço de inspeção estadual para produtos de origem animal**

A constituição do SIE em Santa Catarina se deu em 1994, também em decorrência da descentralização que ocorreu no Brasil. Segundo Prezotto 1999, embora tivesse havido a descentralização da Inspeção Federal (SIF) para Estadual - SIE, não houve avanços no sentido de flexibilizar as exigências adequando-as às características da pequena agroindústria familiar. Esta legislação tanto federal como estadual foi qualificada como convencional e adequada às grandes estruturas agroindustriais e, na sua maior parte, voltada a produtos de exportação. Autores como Meneguetti (2000) e Prezotto (2002), têm argumentado que a mesma tem provocado o aumento da informalidade que ela deveria coibir.

### **4.3.3 Criação de uma legislação específica para a agroindústria artesanal**

Foi esta avaliação que levou a um forte movimento para a reformulação da legislação estadual do SIE de Santa Catarina. Assim, foi criada a Lei No. 16.610 de 01 de dezembro de 1997 e regulamentada pelo decreto no. 3100 de 20 de julho de 1998. A Lei “Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal” utiliza dois critérios para a classificar a agroindústria em artesanal. O principal critério é o da pequena escala de produção. As características tradicionais e culturais regionais do respectivo produto constituem o outro critério.

No quesito escala, o enquadramento do estabelecimento artesanal é feito pelo volume de matéria-prima processada. Por exemplo, no caso de carnes, o limite superior para enquadramento é de 2500 kg por mês de embutidos, de leite é de 25 mil litros por mês e de cana-de-açúcar é de 25 mil kg por ano. Quando o empreendimento é grupal, o limite passa a ser cinco vezes o volume individual.

Esta nova legislação demarca um novo patamar de relacionamento entre o estado e a forma de construção de políticas públicas. No bojo deste processo de criação de uma nova lei, atores sociais (agricultores, agroindustriais, técnicos de inspeção, sindicatos e ONG's...) com diferentes interesses e trajetórias envolveram-se na discussão e elaboração da nova legislação estadual.

---

<sup>77</sup> Para uma análise do processo de municipalização da agricultura em Santa Catarina ver Gregolin (2000).

A nova lei foi considerada um avanço pelas instituições e organizações de agricultores empenhadas na constituição da mesma, na medida em que permite uma certa diferenciação da agroindústria artesanal quando comparada com a agroindústria convencional. Contudo, a restrição de que os estabelecimentos com Serviços de Inspeção Estadual (SIE), continuam limitados a comercializar seus produtos dentro do respectivo estado, assim como os que têm Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao respectivo município, ainda não foi eliminada.

Esta parece ser uma das questões cruciais para o desenvolvimento e ampliação do mercado para a agroindústria familiar que ainda não foi equacionada. Projetos de lei estão em tramitação no congresso nacional e tem provocado polêmica. A Sadia, por exemplo, tem se manifestado contrária à eliminação destes limites. “[...] Nem estados, nem municípios contam com pessoal especializado para esse trabalho. Isso colocaria em risco a saúde pública pela falta de estrutura ou por decisões políticas” (Felipe Luz – Diretor institucional da Sadia. Diário Catarinense, 30/11/02).

#### **4.3.4 A gestão tripartite de um projeto de apoio à agroindústria artesanal: A experiência do Programa Desenvolver.**

O Programa de desenvolvimento da agricultura familiar catarinense pela verticalização da produção – Desenvolver, constituído em 1998, tinha por objetivo

*a criação e/ou consolidação de unidades de beneficiamento/transformação da produção oriunda da agricultura familiar por meio de assessoramento técnico e geração e difusão de tecnologias apropriadas, visando contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no estado de Santa Catarina (PROGRAMA DESENVOLVER, 1998).*

Tendo por base o programa Prove de Brasília, o Desenvolver foi uma iniciativa de organizações não governamentais, prefeituras municipais e outras organizações públicas de Santa Catarina, através da Fundação de Ciência e Tecnologia, e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A idéia básica era apoiar tecnicamente os agricultores familiares nas mais diversas áreas ligadas à agroindustrialização como produção, processamento, comercialização e marketing. Considerando a necessidade de pessoal qualificado nas mais diversas áreas, o programa foi buscar apoio no CNPq através do Programa de Apoio a Tecnologias Apropriadas (PTA).

O Desenvolver permitiu a contratação de pessoal técnico qualificado nas áreas de infraestrutura, extensão rural, controle de qualidade, marketing e comercialização. Do CNPq foram obtidas bolsas de estudo e em contrapartida, as instituições parceiras de Santa Catarina garantiriam as condições de trabalho da equipe de bolsistas.

Passou a atuar nas regiões Oeste, Litoral Norte e Litoral Sul de Santa Catarina, abrangendo 32 municípios. A idéia era apoiar as ações já existentes dentro da estratégia de verticalização da produção da agricultura familiar. Seus objetivos eram a implantação de 141 novas e reestruturação de 212 indústrias rurais de pequeno porte, gerar 760 ocupações no meio rural, assim como estimular a criação do Serviço de Inspeção Municipal nos municípios abrangidos. Após três anos de execução os resultados do projeto alcançaram 141 unidades, sendo que destas, 109 implantadas e 32 adequadas (Relatório, dez 2001).

Para a região Oeste, a meta era implantar 69 agroindústrias e adequar mais 30, totalizando 99 empreendimentos. Após três anos foram implantadas 56 novas agroindústrias e apenas duas foram adequadas.

Ainda segundo o relatório do programa, a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos e matérias primas melhorou significativamente após a instalação das agroindústrias. Na região Oeste, a situação passou de 7,4 % superior a três salários mínimos para 48% após a implantação da agroindústria. E de 37% entre um e três salários mínimos para 51,9 % após a implantação do programa.

Outra dimensão importante que foi analisada pelo relatório foi a do desenvolvimento tecnológico nesses empreendimentos de pequeno porte. Em face da inadequação da equipamentos para a pequena escala de operação foi percebida uma grande capacidade de adaptação da tecnologia (máquinas e equipamentos) pelos agricultores. Mais de 30 máquinas e equipamentos foram desenvolvidos e/ou adaptados (Relatório, dez 2001). Estas evidências colaboram, por outro lado, com a idéia de que estariam se gestando redes de inovação e aprendizagem junto a este segmento da agroindústria familiar.

Segundo Schmidt (2000), o grande salto do Desenvolver foi na sua capacidade de articular ações de apoio à agroindústria de pequeno porte, permitindo a troca de experiências, a socialização de informações e a organização dos agricultores, reforçando sua capacidade de superar as dificuldades que se apresentavam.

O projeto desenvolveu-se de 1998 até 2001, sendo que em finais deste último ano foi elaborada uma proposta de continuação para o mesmo. Destarte esta iniciativa, até final do

ano 2002, a proposta enviada para o CNPq não teve continuidade.

#### **4.4 Síntese e Considerações finais**

O mapeamento das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da agroindústria familiar evidenciou a existência de um processo de mudança na regulação do desenvolvimento rural. As políticas públicas estão caminhando para abordagens mais endógenas de desenvolvimento rural. Desde o âmbito federal, passando pelo governo estadual estão iniciativas de desenvolvimento que potencializem a agricultura familiar, a partir de abordagens mais participativas.

Vimos também que a medida que são implementadas estas iniciativas também evidencia-se a existência de fragilidades destas abordagens. Conforme avaliação realizada do Pronaf, visualizam-se dificuldades como a de que existiriam interesses pessoais e institucionais não convergentes com as necessidades da comunidade. Esta avaliação, por outro lado, é condizente com o que parte da literatura especializada tem afirmado acerca da dificuldade da localidade agir em uníssono como um agente. Com efeito, o mais adequado seria, a nosso ver, sair de visões parciais da localidade como agente e ver como o local é produzido e re-produzido por diversas redes sociais.

De todo modo, a existência de políticas públicas específicas, voltadas à agricultura e agroindústria familiar, possibilitou mudanças no ambiente institucional. Este novo ambiente vem contribuindo para uma maior legitimação de novas formas de organização da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos presentes nas redes de agroindústrias familiares.

A possível existência de uma nova divisão de trabalho entre as diversas esferas do estado, assim como, entre este e a sociedade, é um indicativo dessa mudança. A nova legislação sanitária para produtos artesanais no estado de Santa Catarina e a implementação do programa de apoio a agroindústria familiar (Desenvolver) situam-se entre as principais evidências dessa nova fase na relação entre o estado, em seus vários níveis, e a sociedade.

## **CAPÍTULO 5 AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS E O SURGIMENTO DE NOVAS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

O processo de re-espacialização das grandes agroindústrias convencionais teve importantes desdobramentos no território regional. Do ponto de vista do amadurecimento do *cluster* destacaram-se novos agentes, assim como processos de especialização associados à desverticalização das agroindústrias convencionais. Novas configurações produtivas são estabelecidas, desde a ampliação e fortalecimento das redes verticais das agroindústrias convencionais até o surgimento de novas redes de agroindústrias.

Associado a isso e ao processo de descentralização, a região Oeste vem testemunhando a emergência de agentes regionais buscando a constituição de novas redes, abarcando, principalmente, processos de agroindustrialização na agricultura familiar. O surgimento de novos programas (Profissionalização, Desenvolver, ...), políticas de apoio à agricultura familiar (Pronaf) e a revisão da legislação (criação de lei da agroindústria artesanal) está correlacionado à construção de um novo ambiente institucional e organizacional dos empreendimentos de agregação de valor dos agricultores familiares. Neste novo contexto, pode-se evidenciar a existência de um processo crescente de legitimação da agroindustrialização de base familiar, haja vista que a região era reconhecida como espaço hegemônico de atuação da grande agroindústria convencional.

O presente capítulo tem por objetivo analisar como se processa a emergência e evolução de novas redes de desenvolvimento rural a partir do surgimento de agroindústrias familiares rurais. Na primeira parte do capítulo, a análise focalizará como se dá a ação dos agricultores familiares na re-constituição de suas redes de relações históricas com o território local/regional. A reconstituição do processo de construção social das redes será feita através da análise das entrevistas realizadas com os agricultores familiares que estão operando empreendimentos agroindustriais rurais. Especial ênfase será dada na forma como os agricultores mobilizam recursos sociais e naturais internos e externos no processo de construção das agroindústrias.

Na segunda parte será introduzida uma discussão acerca da dimensão qualidade como um elemento constitutivo do processo de legitimação da estratégia de agroindustrialização por parte da agricultura familiar. Quais as distintas interpretações acerca da dimensão qualidade, existentes entre os agricultores familiares e como elas aparecem na incipiente disputa pelo uso do termo com a agroindústria convencional, são alguns dos elementos que serão analisados através das entrevistas realizadas.

Na terceira parte se explicitará o processo de emergência e consolidação de novos agentes regionais associando-o à construção de novas redes de agroindústrias. Especificamente, analisar-se-á como a inserção da agricultura familiar aparece na estratégia de agroindustrialização proposta pelos seguintes agentes: Amosc (Instituto Saga), das Organizações Não Governamentais (Apaco) e do Movimento dos Sem terra (CooperOeste). Ao mobilizar recursos sociais e naturais locais e externos, esses atores estão introduzindo novas convenções de qualidade na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, levando à complexificação do funcionamento das redes sociais associadas à agricultura e agroindústria familiar. Em síntese, a idéia é mostrar, através da noção das redes sócio-técnicas, como os vários atores sociais mobilizam recursos sociais endógenos e exógenos na introdução de novos atributos de qualidade às agroindústrias familiares .

### **5.1 A construção e evolução das agroindústrias familiares rurais**

Embora a discussão e a legitimidade de estratégias de agroindustrialização rural somente tivesse lugar a partir dos anos 90, o processamento de alimentos na região Oeste catarinense tem uma importante participação na trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar. A idéia é recuperar este processo como parte constituinte da própria lógica da

agricultura familiar, a qual vem embasando a constituição da chamada agroindústria familiar rural<sup>78</sup>.

Estamos aqui assumindo que agroindústria familiar rural não se resume ao processamento de alimentos e matérias primas. Embora o processamento faça parte de toda agroindústria familiar rural, esta é mais abrangente e possui características que a distinguem.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo.

Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorra geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico. A atividade artesanal de transformação de alimentos, sobretudo da mulher agricultora, evidencia ainda a existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares de uma determinada região.

Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar rural tais como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como da mão-de-obra da família. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

### **5.1.1 Breve contextualização da importância do processamento de alimentos para a agricultura familiar**

A atividade de processamento e transformação de produtos no meio rural é parte integrante da lógica de funcionamento da agricultura familiar que na região Oeste vem desde sua colonização, ou seja, no início do século 20. Obviamente, neste período de quase um século, a importância desta atividade na estrutura de funcionamento da unidade de produção agrícola familiar foi mudando.

---

<sup>78</sup> Os termos agroindústria familiar e/ou rural, agroindústria ou indústria artesanal e/ou colonial, agroindústria e/ou indústria rural de pequeno porte, embora possam ser alvo de diferentes interpretações, são utilizados como sinônimos no decorrer deste trabalho.

Até os anos 30 esta fase era marcada pela produção de subsistência, onde a transformação e beneficiamento dos produtos visava, sobretudo, satisfazer as necessidades de consumo da família. A partir daí aprofunda-se o processo de produção, transformação e comercialização de produtos, que no caso da suinocultura, se materializa no produto banha. A lógica era produzir suínos, consumir parte da carne fresca e a parte maturada, através da produção de salame e/ou através de sua conservação, usando a própria banha do suíno. No entanto, dado que o suíno era do tipo banha, ainda sobrava parte dela para comercialização. Era o produto que tinha mercado devido à possibilidade de conservar-se sem refrigeração. Da fase artesanal, a produção de banha e salame passa a ser crescentemente transformada em atividade industrial, com a constituição dos primeiros frigoríficos (fábricas de banha e salame). Surge na região<sup>79</sup> a Perdigão S.A Indústria e Comércio em 1940, a Comercial e Industrial Pagnocelli em 1942, e a Sadia, em 1944.

Após mais de meio século de existência, os frigoríficos e agroindústrias convencionais tiveram uma forte influência sobre a produção artesanal de alimentos da região. Embora diferenciada por produto, a estratégia de transformação industrial de alimentos teve profundas repercussões sobre a chamada indústria de transformação rural, que ainda continua importante em Santa Catarina.<sup>80</sup>

A tabela 10 nos dá uma idéia da diversidade de produtos, da quantidade produzida e vendida, do número de produtores envolvidos e do valor dessa indústria. Mais de 80% do valor da produção da indústria rural de Santa Catarina foi produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, o que denota a importância desta atividade para a agricultura familiar. No caso do processamento do leite, dos 59 mil produtores de queijo e requeijão, havia, em 1995, mais de 21 mil que comercializavam estes derivados.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> O primeiro frigorífico do estado de Santa Catarina foi constituído na região do Vale do Itajaí ainda no século 19. Era a Companhia Jensen Agricultura Indústria e Comércio S.A, em 1872 (Altmann, 1997).

<sup>80</sup> Ibge (1998). Informação para a imprensa.

<sup>81</sup> O Ibge não divulgou o número de agricultores que comercializavam produtos por região, o que impede a análise quantitativa da participação do Oeste na comercialização da produção da indústria rural no estado de Santa Catarina. Mesmo assim, pode-se afirmar que a participação da indústria rural dos agricultores familiares ainda é muito grande na região Oeste.

**Tabela 10: Produtos transformados ou beneficiados nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (1995).**

Produto transformado ou beneficiado	Produtores N°	Quantidade Produzida (t)	Produtores que vendem No.	Quantidade Vendida (t)	Valor da Produção (mil R\$)	Participação no VBP (%)
Carne verde de bovinos	80.802	21.743	2.579	4.412	32.037	27,5
Carne verde de suínos	108.451	22.233	1.815	3.204	26.175	22,5
Embutidos (lingüiça/salame ..)	20.398	2.002	483	659	5.996	5,1
Banha	94.760	9.119	2.176	578	6.144	5,3
Queijo/requeijão	59.741	13.837	21.376	8.918	33.021	28,4
Manteiga	15.864	557	2.049	201	1.040	0,9
Farinha de mandioca	3.918	11.115	786	8.978	3.660	3,1
Melado	12.172	4.076	891	2.714	2.745	2,4
Arroz em grão	32.946	9.046	170	1.334	3.095	2,7
Fumo (em rolo ou em corda)	821	718	585	588	1.507	1,3
Fubá de milho	17.058	3.183	81	228	1.034	0,9
Vinho de uva	2.672	2.591	220	1.291	1.535	1,3
Total	-	100.220	33.211	33.105	116.454	100,0

**Fonte:** Censo Agropecuário do Ibge 1995/96

A evolução desses processos artesanais de produção de alimentos pelos agricultores pode ser descrita a partir da apresentação dos dados dos Censos agropecuários. Para os objetivos deste trabalho nos interessa sobretudo o que vem ocorrendo com os produtos leite, suínos e cana-de-acúcar. A análise da evolução por produto indica a dinâmica distinta entre os derivados de leite (queijo e requeijão), embutidos de suínos (salame e lingüiça) e de cana-de-acúcar (melado). Embora todos os produtos tenham apresentado um aumento do número de produtores entre as décadas de 70 e 80 e, todos eles tivessem um decréscimo entre a década de 80 e 90, as trajetórias apresentam características distintas. A evolução da importância da fabricação e, principalmente, da comercialização destes produtos para os agricultores pode nos ajudar a evidenciar as respectivas transformações nas trajetórias de industrialização.

Outro dado importante que distingue as cadeias de suínos e de leite, além do número de produtores, é a participação da produção de queijo e requeijão colonial no total de queijos do estado quando comparado a de embutidos de suínos. Em 1995 a produção de queijo e requeijão nas propriedades rurais do estado alcançou 13 mil toneladas, o que praticamente equivale ao total de queijo produzido pela agroindústria convencional (Wilkinson e Mior, 1999). No processamento de carne suína, pelo contrário, a produção de embutidos nas propriedades rurais, de 2 mil toneladas, é insignificante perto da produção industrial.

**Tabela 11. Evolução do processamento de leite (queijo, requeijão), carne suína (salames e lingüiças) e cana-de-açúcar (melado) nos estabelecimentos rurais de Santa Catarina.**

Anos	1975				1985				1995/96			
	Região Oeste		Santa Catarina		Região Oeste		Santa Catarina		Região Oeste		Santa Catarina	
	produtores N°	Qtde. (t)	N° prod.	Qtde (t)	N° prod.	Qtde (t)	N° prod.	Qtde (t)	N° prod.	Qtde (t)	N° prod.	Qtde (t)
Produto												
Queijo/requeijão	26.439	4.171	36.615	5.804	41.404	7.381	63.428	11.674	33.730	6.149	59.741	13.837
Embutidos (Salame, lingüiça)	35.012	2.472	46.624	3.023	41.339	2.439	53.816	2.985	17.298	1.433	20.398	2.002
Melado	9.414	1.544	10.332	5.714	18.727	5.101	20.004	8.632	11.431	1.719	12.172	4.076

**Fonte:** Censos Agropecuários – tabulação do Autor

A análise da evolução da indústria de transformação rural de alguns produtos, ao longo das últimas décadas, pode ajudar a ilustrar a importância desta atividade para o conjunto da agricultura familiar. Os dados da tabela 11 atestam a participação desta atividade na região Oeste quando comparada com o estado de Santa Catarina. Por exemplo, na fabricação de queijo e requeijão, em 1995 a região possuía mais de 56% dos produtores, enquanto que nos embutidos mais de 84%, e no melado mais de 93%.

O significativo na região Oeste nesse aspecto é a cadeia de suínos, em que o número de agricultores que produziam embutidos aumentou de 35 mil em 1975 para 41 mil em 1985 e depois diminuiu para 17 mil, em 1995. Os números refletem o impacto crescente da industrialização convencional sobre a região. Já no caso do leite, a redução do número de produtores de queijo e requeijão da década de 80 para a de 90 foi pequena (de 41 mil para 33 mil) e o volume da produção diminuiu pouco (de 7 para 6 mil toneladas).

**Tabela 12. Distribuição do número de produtores e da produção de melado em algumas microrregiões e municípios do Oeste Catarinense (1995/96)**

Microrregião	Município	Informantes	Melado	
			Produzida (t)	Vendida (t)
São Miguel d'oeste	18 municípios	5.833	883	126
	Itapiranga	920	115	41
	São João do Oeste	760	127	16
	Iporã do Oeste	739	92	7
	São José do Cedro	558	56	4
	Guaraciaba	453	104	1
	Tunápolis	453	88	8
	Romelândia	407	38	4
	Outros Municípios	1543	263	45
Chapecó	30 municípios	4.993	579	72
	Palmitos	901	108	17
	São Carlos	714	95	13
	Cunha Porá	547	67	9
	Campo Ere	461	52	3
	Saudades	435	59	7
	Maravilha	390	37	5
	Outros municípios	1.545	161	18
Concórdia	13 municípios	306	20	2
Joaçaba	24 municípios	210	29	13
Xanxerê	14 municípios	89	8	2
Oeste Catarinense	100	11.431	1.519	214
Santa Catarina	293	12.172	4.076	2.714

**Fonte:** Censo Agropecuário do Ibge (1998)

No caso do processamento da cana-de-açúcar o dado que chama a atenção é a sua concentração espacial em que mais de 90% dos produtores de melado estão localizados na região Oeste, especificamente nas microrregiões de Chapecó e São Miguel d'oeste (Ver tabela 12). Concentram-se ali, 10.826 dos 11.431 produtores de melado existentes no estado, sendo que 13 municípios concentram 7.738 produtores, ou seja, 2/3 dos produtores oestinos. Dois deles, Itapiranga e Palmitos, possuem mais de 900 produtores de melado. O dado evidencia, além da situação edafoclimática para cultivo da cana-de-açúcar, uma identificação cultural e étnica associada à produção do melado. Os municípios são os que abrigam agricultores de origem germânica que apreciam a produção e consumo do melado, sobretudo, o batido.

São estas experiências de transformação de produtos, envolvendo milhares de agricultores familiares, que se constituem na raiz das chamadas agroindústrias rurais na região e no estado, a partir dos anos 90. Nesse processo, a agroindústria familiar rural teve que vencer pré-conceitos para se firmar como forma alternativa de organização da produção, processamento e industrialização de alimentos na região.<sup>82</sup>

As experiências não tinham visibilidade social ou socioeconômica nem perante o aparato estatal e de políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural até os anos 90. Aliás, a visibilidade<sup>83</sup> vem com os aspectos negativos de sua existência, nas inúmeras vezes em que é vista como atividade clandestina por não possuir serviços de inspeção para produto de origem animal (leite e derivados, carne suína e embutidos,...) e/ou legalização perante as dimensões fiscal e ambiental dos produtos de origem vegetal (melado, sucos, ....).

Após esta breve visão agregada da evolução do processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores familiares torna-se necessário investigar os processos sociais subjacentes à transformação desta atividade em agroindústria familiar rural.

### **5.1.2 Agroindústrias familiares rurais e seu “enraizamento” nas redes sociais**

A análise da emergência e evolução de agroindústrias rurais que será feita aqui se centrará na abordagem da “construção social dos mercados” dada as características predominantes deste tipo de empreendimento, tais como: agentes econômicos de pequeno

---

<sup>82</sup> Não só a agroindústria familiar rural sofreu este pré-conceito. Dirigente da agroindústria de aves de Ipumirim de porte médio, como vimos no capítulo 3, também vivenciou isso.

<sup>83</sup> Esta visibilidade ganha importância na medida em que se discutem alternativas para legalizar estas atividades.

tamanho, proximidade espacial entre a produção e consumo e a relação mais direta entre os diversos agentes intervenientes das respectivas redes sociais.

A construção dos mercados se contrapõe à idéia da existência de mercado “*a priori*”, como algo exterior à sociedade e às suas relações sociais constitutivas. Conforme ensina Polanyi (1980:59) “Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados; em termos ligeiramente técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado”. Contrariando esta visão de mercado, Polanyi foi quem primeiro apresentou o conceito de *embeddedness* (enraizamento social da economia) e que foi, posteriormente, desenvolvido por Granovetter (1995), como base para fundação da sociologia econômica. Uma discussão acerca da contribuição de Granovetter será feita com base na análise de Wilkinson (2001)

Em sua tese de doutorado, *Getting a Job*, Granovetter (1974) definiu a metodologia dos estudos da dinâmica dos mercados vistos como extrapolações de redes sociais. Em outros três artigos estabeleceu os conceitos da nova sociologia econômica. No primeiro deles “*Economic Action and Social Structure – The problem of Embeddedness*” (1985) desenvolve o conceito de enraizamento. O segundo “*Economic Institutions as Social Constructions*” (1991) desenvolve o conceito de redes sociais situando-as na tradição mais ampla do construtivismo social. No terceiro artigo “*The Strength of Weak Ties*, (1982) introduz o conceito novo em relação às redes sociais ao destacar o papel chave de atores situados nos pontos de interligação entre diferentes redes.

Para Polanyi, enquanto a ação econômica nas sociedades tradicionais ficou totalmente enraizada na conduta social, na sociedade moderna se caracterizaria pelo fenômeno do desenraizamento. Na economia dominada pelo utilitarismo de Adam Smith, o homem é visto como tendo sido sempre motivado pelo cálculo instrumental nas suas transações econômicas. Já Granovetter se diferencia destas duas posições da ação econômica que ele chama de *super* e *sub* socializadas, respectivamente. Num extremo o homem é visto como sendo inteiramente dominado pelas normas e regras que ele internaliza. No outro extremo, haveria um padrão de comportamento ahistórico com o agente econômico sempre imune às determinações sociais. As duas posições excluiriam a influência do tempo presente no comportamento econômico.

Para Wilkinson, Granovetter teria se oposto, tanto ao ahistoricismo da economia quanto ao evolucionismo implícito no modelo enraizamento/desenraizamento ao afirmar que nem a economia tradicional foi totalmente desprovida do cálculo nem a economia moderna

isenta de ingerência social. Para Granovetter, o homem sempre, em maior ou menor grau, elaborou seus cálculos econômicos a partir de sua inserção em redes sociais. Isto significa afirmar que a ação econômica é uma ação socialmente situada. Assim, a natureza destas redes sociais e a posição do ator nestas redes deveriam ser os pontos de partida para a análise da vida econômica.

O desenvolvimento da noção de redes sociais foi feito por Granovetter a partir de uma pesquisa sobre o mercado de emprego. Realizou a pesquisa em Boston (EUA) buscando investigar a origem dos empregos profissionais. Mais de 30% dos entrevistados, que chegou a 43% no caso dos bem remunerados, não tinham procurado o emprego onde se encontravam. Já para 35% destes, os empregos teriam sido criados para eles. Para 56% dos profissionais entrevistados, os empregos foram conseguidos através de contatos pessoais. A partir destas evidências, Granovetter conclui que o que caracterizaria a busca de emprego através de meios formais (SINE no Brasil) seria a falta de inserção em redes sociais<sup>84</sup>.

A noção de enraizamento, conforme argumenta Wilkinson (2001), leva ao questionamento: em que dimensão a economia se encontra enraizada? Os fenômenos econômicos podem estar enraizados nas dimensões política, social, científica e cultural. É nesta perspectiva que acreditamos que a noção de redes sociais pode ser útil para estudar a construção social dos mercados. Nessa dimensão são forjadas as relações sociais que configuram, de forma crescente ou não, mercados para produtos alimentares originários das estruturas sociais da agricultura familiar.

A construção de agroindústrias familiares rurais na região Oeste catarinense igualmente pode ser vista a partir de um processo de criação, evolução e estabilização de redes sociais, ligando os espaços de produção aos de consumo alimentar. Uma parte do processo de constituição dessas redes se dá no seio da família rural e de sua unidade de produção agropecuária. Recursos humanos (mão-de-obra, conhecimentos tácitos, *know how* para processar produtos, para comercializar etc.), produtivos (matérias primas, instalações e equipamentos etc.) e financeiros (poupança interna) são mobilizados para a constituição de uma agroindústria visando agregar valores à sua produção.

Se a agroindústria é organizada por uma família individual, um dos passos decisivos é a busca de uma forma de concretizar a agregação de valor através do processo de

---

<sup>84</sup> Um estudo realizado na França nos anos 90 teria chegado a conclusões similares (Steiner 1999, apud Wilkinson 2001).

comercialização, que pode ser feito por alguém da própria família, através das feiras livres municipais ou outras formas de venda direta. Neste caso, normalmente a pessoa que é a responsável pela comercialização é também a que mais se identifica com a tarefa. Habilidades como a negociação, o relacionamento interpessoal e o marketing são características fundamentais para o sucesso desta função. Este perfil foi assim visto por um técnico da Epagri.

[...] o cara que está entrando [na agregação de valor] é aquele agricultor que tem um gostinho a mais, vamos colocar, “o brique<sup>85</sup>”, pelo comércio. É aquele que tem o dom de comercialização, que gosta de fazer o comércio. Em muitos casos não é o agricultor que tem esta percepção, é a mulher. (OI 25, Chapecó, 26/02/02)

Esse é um primeiro exemplo de re-significação que ocorre no âmbito da organização das agroindústrias familiares rurais. No passado não muito distante a tendência do agricultor para o comércio “brique” era vista com um aspecto negativo para o bom exercício da profissão de agricultor na medida em que priorizaria a esfera da comercialização (do negócio) em detrimento da esfera da produção (trabalho). Considerando a comercialização condição *sine qua non* da realização da produção da agroindústria, a característica pessoal do “brique” está sendo re-valorizada na região. Segundo o mesmo técnico, freqüentemente a habilidade para o “brique” também se manifestaria na mulher agricultora.

Mas não é somente na hora da comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo. A esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação. Conforme enfatizou Guivant (2001a), a estratégia de agregação de valor freqüentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras, emergem as fontes de renda que passam a ter fundamental importância para a agricultura familiar. Esta re-divisão interna de trabalho da família rural se transforma num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar. Ainda neste capítulo voltaremos a analisar em detalhe o processo através do qual tarefas de produção de matéria-prima, seu processamento e transformação, redefinem espaços de atuação e significação entre os diferentes membros da família rural.

---

<sup>85</sup> “*Brique*” na região Oeste significa capacidade e/ou competência para a atividade comercial, ou seja, comprar, e principalmente, vender.

Nos aspectos ligados à comercialização, freqüentemente também ocorre o seguinte. Se as opções da feira<sup>86</sup> e da venda direta<sup>87</sup> não existem, ou se elas são insuficientes para o escoamento de toda a produção da agroindústria, torna-se necessário dar mais um passo, qual seja, o de buscar um ponto de venda através da rede formal de comercialização (ver figura 6 produtor familiar em relação direta com consumidor). Mini e pequenos mercados, padarias, bares, restaurantes, enfim, uma série de atores são mobilizados para a concretização da rede que ligue as etapas da produção da matéria-prima, sua transformação, distribuição e consumo final. A mobilização destes atores econômicos, contudo, é filtrada pelo tipo de relação social que se estabelece entre os mesmos, ou seja, pelas redes sociais. Considerando que parte considerável da produção destes empreendimentos é escoada nos respectivos territórios locais, é de se esperar que algum tipo de relação social mais próxima (vizinhança, parentesco e outros laços sociais...) possa facilitar a troca econômica entre produtor e consumidor, entre produtor e pequeno comerciante. É aqui que ganha relevância o conceito de enraizamento da ação econômica formulado por Granovetter.

Antes da consolidação de uma agroindústria grupal (diversas famílias rurais, com algum grau de parentesco ou não) há a mobilização de recursos sociais (imersos nas relações sociais envolvendo, amizade, parentesco, confiança, reciprocidade, enfim, diversas formas de manifestação do capital social) que estão heterogeneamente presentes nas comunidades rurais. Assim, histórias de ação coletiva na comunidade rural podem ser de crucial importância para a efetivação do empreendimento associativo. Como exemplo emblemático de ações coletivas pode ser citado o caso dos condomínios de suinocultura e armazenagem (constituídos ainda nos anos 80), fortemente apoiados pelo poder público através do serviço de extensão rural executado pela Acaresc<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Chapecó é um dos municípios onde a aposta nas feiras envolvendo agricultores familiares, poder público local, Ong's, Universidade e associação de produtores e consumidores é mais evidente. Em 1997 eram apenas oito feirantes. Em 2000 este número passou a 247 em diversas feiras no centro da cidade e nos bairros com um movimento estimado de cerca de 120 mil reais mensais (Agroecologia e Agricultura familiar 2000). Embora em número crescente, ainda são poucos os municípios do Oeste catarinense que tem uma feira (Ver anexo).

<sup>87</sup> É aquela venda realizada de casa em casa pelos agricultores familiares. Algumas destas redes de fornecimento de alimentos por agricultores já ocorrem há mais de 40 anos e foram reconstituídas e re-fortalecidas após a legalização das agroindústrias familiares rurais (ver agroindústria de leite do município de Concórdia).

<sup>88</sup> O estado de Santa Catarina chegou a abrigar mais de uma centena de condomínios suinícolas, sendo que a quase totalidade desses na região Oeste.



Agricultor familiar em sua pequena agroindústria grupal de derivados de leite



Agricultor familiar em relação direta com o consumidor em feira livre de Chapecó

**Figura 6. Imagens de dois distintos espaços de atuação de um grupo de agricultores familiares que possui agroindústria de leite. “Produtos Malagutti”, Chapecó ligada a Rede UCAF.**

**Fonte:** Epagri

Os recursos mobilizados pelos agricultores são os mais diversos e abrangem, desde os internos das famílias e propriedades rurais, (matérias primas, competências familiares recursos financeiros etc.), até os externos presentes ou possíveis de mobilizar nos espaços locais e regionais (serviços de apoio técnico, de apoio à comercialização como os das redes, crédito, conhecimento, insumos, mercados etc.).

Tradicionalmente os agricultores familiares foram muito eficientes na busca ou mobilização de recursos internos das propriedades, visando adequar-se ou atender às exigências para a sua inserção socioeconômica como produtores de matérias primas destinadas às agroindústrias na região oeste. Um típico exemplo disso pôde ser visto quando o sistema de produção da agricultura familiar era baseado nos recursos internos da propriedade, na produção de suínos a partir de outros insumos produzidos na propriedade, como o milho, a mandioca e outros alimentos. Hoje esta estratégia não é mais vista como adequada pela grande agroindústria convencional, já que ela vem forçando a externalização das fontes de abastecimento de milho da propriedade ao promover a especialização associada ao aumento da escala.

A constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto *colonial*) promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência (valor de uso) da família rural, para consumo na entressafra, o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar. O comentário de uma extensionista social da Epagri é ilustrativo sobre como era vista a produção de alimentos transformados nas propriedades, até o início dos anos 90. “A partir de 1980 se começou a entrar nessa fase de industrialização de alimentos, a gente chamava de conserva de alimentos, conserva de compotas e armazenamento de alimentos, mas era tudo para subsistência familiar” (OI 25, Chapecó, 25/04/02).

A extensionista trabalhava com capacitação de agricultoras no período analisado. Da mesma forma outros extensionistas da então Acaresc e, principalmente, técnicos (agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários), assim como outras autoridades do setor agrícola, tinham esta visão. O trabalho feminino era considerado uma atividade menor tanto no caso das

mulheres agricultoras que trabalhavam com a subsistência da família como das extensionistas sociais<sup>89</sup> que trabalhavam com a família rural e não com as atividades formadoras de renda.

Além da valorização da matéria-prima que é por ele produzida, o agricultor familiar vai precisar mobilizar outros recursos, como por exemplo, atores sociais dentro das redes mais amplas em que ele participa.

Esta evolução do produto colonial pode ser vista como um dos casos típicos de revalorização e recombinação de recursos rurais na linha de argumentação de Ploeg et al (2000). Segundo estes autores, a reconfiguração de recursos se constitui numa das características chave no surgimento dos novos padrões de desenvolvimento rural.

Sob o apelo de produto colonial, hoje pode-se visualizar um mosaico de iniciativas que buscam dar respostas aos desafios de promover mudanças nos padrões de agroindustrialização e de desenvolvimento rural no Oeste catarinense. De um lugar mais passivo, de produtor de matéria-prima crescentemente transformada em insumo industrial (Goodman et al 1990) ou produtor especializado preso a mercados distantes (Fuller 1990, apud Marsden 1999), o agricultor familiar agora busca re-valorizar a sua matéria-prima como um dos componentes fundamentais de sua estratégia de re-inserção econômica e social (pequeno empreendedor).

Como são constituídas estas redes e quais os recursos que os agricultores familiares mobilizam visando superar os obstáculos que se apresentam para a concretização das agroindústrias familiares são questões que serão objeto de análise, a partir das entrevistas realizadas.

### **5.1.3 O protagonismo dos agricultores e a constituição da agroindústria familiar**

#### **5.1.3.1 A reflexividade dos agricultores em relação à agroindústria convencional**

A origem e evolução das agroindústrias familiares pode ser vista como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interagem quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias. A reflexividade dos agricultores em relação à experiência da integração com a agroindústria

---

<sup>89</sup> Uma das evidências do pouco valor dado às extensionistas sociais é que as mesmas não tinham direito a usar o automóvel para suas atividades técnicas. Sempre dependiam de “carona” dos extensionistas rurais. Felizmente isto está mudando e hoje há uma crescente valorização do trabalho das mesmas.

convencional é uma situação sempre presente. É ela que informa e se transforma em ponto de passagem quando da decisão e ação dos agricultores na constituição da agroindústria.

A seguir pode-se ver um conjunto de depoimentos que evidenciam as várias dimensões em que a integração com a agroindústria torna-se reflexivamente recorrente para os agricultores familiares no processo de constituição de sua unidade agroindustrial.

O que a gente percebia na integração que hoje a gente está discutindo. Na integração, ele, o agricultor praticamente não é mais dono daquilo que ele tem, ele não é mais dono daquilo que ele produz. Porque está lá o técnico, [...] eu vi a lista de exigências do aviário, é de espantar o que eles fazem com o agricultor...O agricultor não precisa das grandes agroindústrias, na verdade quem precisa do agricultor são elas... Então por isso a gente começou a se organizar para tentar buscar esta independência, para a gente poder fazer com aquilo que a gente gostaria de fazer com as nossas pernas, embora com um monte de dificuldade. Mas para nós manter a nossa autonomia e fazer da nossa produção.... Esta atividade que a gente vem fazendo ela gera muito mais renda do que a integração. Nós temos a unidade pequena a capacidade dela é de 600 litros por dia mas atualmente estamos tocando com 300 litros dia nem chega bem nisso (AF 9, Quilombo, 3/04/02).

Nós tínhamos aviário e nós praticamente só enriquecemos as empresas, para nós nunca sobrou nada. Então a gente resolveu partir para isso (produção de ovos). Só que a gente encontra dificuldade grande na frente. A gente acredita que aos poucos vamos conseguir vencer e estamos aí. Eu acredito que nós organizados vamos vencer. Nós somos em três famílias, temos porcos, temos um pouco de vacas de leite e um pouco de roça (AF 13, Coronel Freitas, 26/02/02,).

Voltar a criar suínos como antes a gente já tinha aquela experiência e não queria mais. Olha só pela carcaça<sup>90</sup>. A indústria ela te dá 10% mas na realidade isso aí não dá tanto. É uma mentira porque na realidade o suíno chega lá enxuto, de jejum é tirado tudo, e aí vão medir a carcaça e vão dar tanto. Mas se vender ele vivo, como a gente era acostumada a vender, você ganhando preço base dá mais 16% (AF 6, Chapecó, 01/04/02).

Os depoimentos tornam evidente que os aspectos negativos da experiência na integração se constituem em elementos centrais da decisão dos agricultores para a construção de sua própria agroindústria. Falta de autonomia na hora da compra (insumos) e venda dos produtos (suíno), altos investimentos em instalações, são apontados como as principais questões de conflito junto ao sistema de integração.

---

<sup>90</sup> Aqui o entrevistado faz referência ao método de pagamento utilizado pelas agroindústrias segundo o qual animais com maior qualidade de carne (mais carne magra) recebem um melhor preço pelo suíno.

Contudo, de forma diferente, no depoimento a seguir a experiência da integração foi um dos aspectos que, indiretamente, pesou positivamente na decisão favorável à construção de uma agroindústria pelo agricultor familiar.

Na época a gente fez contas. A gente via se eu vendesse o porco ia ganhar tanto, assim industrializando deu tanto a mais. A gente fazia até um trabalho de administração com um cara da Sadia, também, né. A gente levava tudo controlado. As entradas e saídas. Até hoje a gente faz toda a semana tudo o que está saindo e o que está entrando. E volta e meia a gente faz o levantamento da semana, gastos principais, e vê o que sobra na semana (AF 6, Chapecó, 01/04/02).

Esta rotina de anotar gastos principais da propriedade agrícola está, neste caso, relacionada com a integração agroindustrial que a família tinha com a Sadia. A atividade de administração rural era uma das principais ações previstas dentro do Projeto 21 da Sadia, que foi lançado em 1988, e apresentava uma nova forma de relacionamento da empresa com os agricultores familiares dentro de uma visão sistêmica da propriedade agrícola. Entre outras diretrizes, o Projeto preconizava uma diversificação da propriedade como forma de estabilidade econômica das famílias integradas<sup>91</sup>.

Assim, paradoxalmente, a atividade de administração rural que a Sadia vinha desenvolvendo também contribuiu para o agricultor deixar de ser suinocultor integrado da mesma e passar a abater animais e industrializar a carne.

Outro elemento que chama atenção neste caso é novamente o papel desempenhado pela mulher agricultora que, por ter a oportunidade de estudar até o nível secundário, anotava os gastos e receitas e assim contribuía para a gestão da unidade de produção agropecuária. Além deste aporte de conhecimento e competência, a mulher também contribuiu com a decisão de constituir uma agroindústria, na medida em que queria uma atividade que deixasse o final de semana livre para poder descansar e/ou viajar.

No outro extremo, até para quem nunca foi integrado, a possibilidade de integração era uma opção desejada.

---

<sup>91</sup> Ao longo dos anos 90 as bases que propunham a diversificação do projeto 21 foram abandonadas e a especialização produtiva, especialmente na suinocultura, começou a ganhar força. Para uma análise mais detalhada do Projeto 21 ver Mior (1992).

Estamos criando porcos, mas não para a agroindústria. Podemos usar o soro<sup>92</sup>. É interessante agregar valor a isso [soro]. O galinheiro [aviário] era um sonho meu, era um sonho de nós termos um galinheiro e nunca deu. Graças a Deus que não tivemos dinheiro para colocar. Botar um galinheiro e viver dia e noite lá dentro e [...] sufocado, se tem tanta alternativa, a cidade [Chapecó] cresce...(AF 7, Chapecó, 01/03/02).

Por isso que décadas de relações sociais configuradas dentro da integração agroindustrial na região se constituem em referências obrigatórias para a reflexão dos agricultores familiares quer tenham ou não, sido integrados.

### **5.1.3.2 A comercialização como “bicho papão” para o agricultor familiar**

Um aspecto associado com a intensificação da integração agroindustrial na região é o da crescente diminuição das relações dos agricultores familiares com outros agentes econômicos. Conforme salientado por Maluf (2002), à medida que o agricultor familiar vai se especializando e ampliando as escalas de produção de um determinado produto, ele vai deixando de cultivar/criar outros e, assim, diminui seus vínculos com o mercado de insumos e de produtos. Com efeito, o agricultor familiar integrado no sistema de parceria da avicultura e/ou da suinocultura<sup>93</sup> passa a não mais desempenhar a tarefa de comercialização, nem de insumos (providos pela agroindústria), e nem de produtos (realizada também pela agroindústria convencional).

Outro problema com a integração é que voce não vai mais negociar, não vai lá e vende os porcos. Assim também acontece com os insumos que vão para a casa dele... então isso tira um pouco do agricultor aquela coisa dele fazer os negócios dele. Entao a dependência é muito grande, não negocia, controla tudo (AF 9, Quilombo, 03/04/02).

Agora, não é fácil a gente sair de um cara que produz e vende a matéria-prima para os outros transformar, e você passar a transformar e comercializar. Porque você tem que se acostumar a anotar tudo e o agricultor ... E agora como comerciante você tem que anotar tudo ... É o oposto de você ver o caminhão pegar o teu porco e você sair com teu salame e carne. É totalmente diferente você trabalhar com donos de mercado, com donos de mercearia, são contatos que a gente não tinha. Acho que nessa linha de agroindústria é uma possibilidade muito boa que se tem... Eu digo para o senhor hoje é mais difícil produzir do que vender (AF 3, Coronel Freitas, 03/04/02).

---

<sup>92</sup> Sub-produto do processo de transformação do leite em queijo. Quando utilizado na alimentação de suíno contribui significativamente na conversão alimentar dos animais durante a fase de engorda.

<sup>93</sup> No contrato que se estabelece no sistema de parceria o agricultor é chamado de parceiro criador e a agroindústria de parceira proprietária. O agricultor entra com a instalação, os equipamentos, a energia elétrica, a água e possíveis fontes de calor (aves) e a mão-de-obra. Já a agroindústria entra com os leitões, os pintinhos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica. Quando os leitões ou as aves estiverem no tamanho ideal para abate a agroindústria busca o lote e paga ao agricultor uma porcentagem do lote em função de determinados índices de produtividade.

Inicialmente os agricultores familiares também estavam apreensivos com a etapa de comercialização da produção.

O grande bicho papão que era colocado para nós era a questão da venda. Para nós, por exemplo, vinha a Apaco, o Sindicato, [o mercado] era o grande bicho papão. Eu acho que eles tinham razão mas se você tinha um produto de boa qualidade eu não vejo como bicho papão. A situação econômica do país e você vê o poder aquisitivo do consumidor depende do salário, depende de trabalho. Então dificuldade de venda existe (AF 7, Chapecó, 01/03/02).

Matava um porco por semana ia lá colocava o salame no porta mala (do carro) ia lá e voltava para casa e tinha que pendurar na barra. Porque você não tinha nome e então a gente conseguia colocar o produto onde a gente tinha um conhecido amigo, fora disso foi difícil começar. Hoje tem clientes da gente que na época (cinco anos atrás) a gente visitou e foram grosso. Eu trabalho com fulano e não quero nem saber. Fechavam as portas diretamente (AF 7, Chapecó, 01/04/02).

Nós tínhamos a marca mas tinha as outras que dominavam o mercado. Hoje mesmo a gente tem os clientes todos ao redor do centro da cidade nos bairros e o próximo passo é chegar nos quatro maiores [supermercados] da cidade. Se eles querem que venham procurar nós não vamos atrás. Hoje eu não vou. E uma dificuldade que a gente teve de início foi não ter dinheiro para giro (capital de giro). Nós não tínhamos nada. O que nós tínhamos [capital] foi para construir. Acabou o nosso dinheiro, ficamos devendo. A gente comprou a prazo. O suíno a gente comprava no início para pagar depois que vendia. O dinheiro tinha que comprar, pagar as contas e foi embora. E assim foi indo devagar (AF7 Idem).

Ao mesmo tempo em que a atividade propicia autoestima e confiança, coloca os produtores sob teste de persistência, de convicção.

O colono sempre era bom produtor sabia produzir as coisas mas não sabia comercializar. A nossa sorte foi assim, a gente começou carneando um porco, dois porcos por semana e foi indo ganhando um mercado, dois e três. Que é um aprendizado. No início a comparação era entre o valor do suíno e o que eu ganhava vendendo o porco ou vendendo ele transformado (AF 1, Saudades, 28/02/02).

Uma das maiores dificuldades sempre foi vender. É um jogo muito complicado lá na frente no mercado... O mercado é sempre complicado porque você vai ter que vender duas vezes. Você tem que vender para o mercado e do mercado para o consumidor. Já no restaurante não, você vendeu. Você sabe como é que é, se não gostou você sabe que não pega mais (AF 4, Quilombo, 06/04/02).

Nestes depoimentos aparece a estratégia, até agora dominante, dos agricultores familiares direcionarem sua produção para o mercado consumidor local-regional. A outra alternativa seria a busca de mercados extra-regionais ou mesmo nacionais. Uma agroindústria, por exemplo, tentou individualmente entrar no mercado de Florianópolis com produtos à base de carne suína e não teve o sucesso esperado. Nas palavras do agricultor familiar

Em Florianópolis eu esbarrei na quantidade. Lá são quantias. Eu acabei indo com uma carga de caminhão para um supermercado só. Eu calculava uma carga por semana que eu mandava lá que era o que eu podia fazer... Eles queriam um produto congelado e eu só tinha câmara de resfriamento entao eu teria que investir mais na câmara de congelamento. Eles também precisavam embalagem a vácuo, diferente da que eu tinha e eu teria que investir muito. Lá o preço é maior. Só que na parte de lingüiça eu concorria com as grandes empresas (AF 4, Quilombo, 06/04/02).

Este mesmo empreendimento agroindustrial teve um forte apoio de um primo que tinha um pequeno supermercado em Bairro de Chapecó. Aqui entra também o argumento das redes sociais de Granovetter. Não é apenas porque concorria com as grandes mas também porque em Florianópolis a relação econômica não estava ancorada na rede social de parentesco e/ou amizade como na região Oeste.

### **5.1.3.3 A legalização dos empreendimentos agroindustriais**

A transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural vem sendo vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações.

Por exemplo, quando os agricultores passam a produzir produtos com algum nível maior de processamento, beneficiamento e/ou transformação não podem mais usar a nota de produtor rural para comercializar<sup>94</sup>. Neste momento passam a enfrentar o desafio de construir alternativas, entre as quais a constituição de cooperativas, associações, condomínios e microempresas. Cada uma destas opções tem suas peculiaridades que facilitam e/ou

---

<sup>94</sup> A grande maioria dos produtos transformados como carnes suínas e derivados, leite e derivados, derivados de cana-de-açúcar necessitam nota. A exceção é feita para ovos em que a nota de produtor rural é permitida para comercialização.

dificultam a concretização do processo de consolidação da agroindústria familiar.

A constituição de cooperativas, embora seja uma boa opção, esbarra em algumas dificuldades como: (i) A legislação cooperativista existente que exige um número mínimo de sócios muito alto para constituição (20 sócios), (ii) existe uma certa dificuldade cultural por parte dos agricultores familiares no que diz respeito às cooperativas, dada a sua experiência negativa com as grandes cooperativas e, (iii) a cobrança de imposto de renda dos cooperados, conforme portaria 123 de 1999, da Secretaria da Receita Federal.

A forma de microempresa tem implicações importantes sobre a identidade do agricultor familiar. No momento que o agricultor passa a constituir uma microempresa, ele legalmente deixa de ser agricultor para várias esferas jurídicas. Para a previdência social ele perde sua condição de segurado especial do INSS e, com isso, perde também sua aposentadoria como trabalhador rural. Esta situação implica mudanças importantes nas representações dos agricultores. A questão que eles se colocam é: Para eu e minha família continuarmos a ser agricultores (agora também processando alimentos) eu tenho que virar microempresário. Será que vale a pena? Será que não é um custo muito grande?

A microempresa está no meu nome. Isto nós usamos porque nós conseguimos fazer um monte de coisas que os outros não conseguiram como a própria embalagem, na hora de largar na Cidasc<sup>95</sup>, eles exigem a pessoa jurídica. Na hora que nós começamos a trabalhar com industrializados nós registramos a microempresa. Nós vendíamos direto ao consumidor. Só usa a microempresa para a venda. Na hora que você produz e industrializa você não é mais microempresa. O abatedouro usa a empresa. Foi cedida a empresa para o abatedouro. Os outros sócios continuam como agricultor. O único que não é sou eu. Hoje eu não consigo ser sócio de cooperativa. Tem que ter bloco separado, renda separada, tem um monte de pepino que o pessoal (outros sócios) nem sabe (AF 1, Saudades, 28/02/02).

Não é fácil. Hoje eu não admito ser chamado de empresário. Eu me considero agricultor eu posso ter uma empresa, mas minha origem é agricultor. O cara dizia tu não é agricultor. Pode ser no papel, mas meu pensamento é agricultor e a origem é agricultor. Eu nunca quero sentar na mesa dos empresários eu sempre assino embaixo como agricultor. Eu pago INSS, mas minha esposa é agricultora (idem).

---

<sup>95</sup> Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Empresa da Secretaria da Agricultura e Política Rural responsável pela inspeção sanitária de produtos de origem animal através do Serviço de Inspeção Estadual.

Considerando o conjunto das experiências vivenciadas com a integração agroindustrial, a dificuldade com a comercialização e a legalização dos empreendimentos de agregação de valor, os agricultores familiares têm mostrado uma capacidade pró-ativa muito grande.

Este conjunto de capacidades está presente, sobretudo, na busca de superação destas dificuldades, o que pode ser evidenciado no modo como cada agricultor familiar mobiliza sua rede de relações sociais visando viabilizar seu empreendimento.

#### **5.1.4 A ativação de diversos recursos sociais na constituição das agroindústrias**

Tomada a decisão de constituir uma agroindústria, vem a tona uma série de desafios como o de mobilizar recursos internos e/ou externos à unidade de produção familiar, visando à concretização do projeto.

Internamente na família rural e sua unidade de produção agropecuária a rede familiar vai mobilizar recursos como a busca e/ou constituição de competências técnicas para a operação da nova unidade de processamento agroindustrial. Externamente a rede familiar rural vai buscar nas redes sociais mais amplas mobilizar atores na construção do mercado para seus produtos.

##### **5.1.4.1 A mobilização dos diferentes recursos no interior da família**

Uma das coisas que chama atenção nas agroindústrias familiares é a forma de organização e a divisão de tarefas de acordo com a competência e satisfação de cada membro do grupo familiar no trabalho, nas diversas esferas da produção e transformação do alimento. A concretização de empreendimentos de agregação de valor junto à agricultura familiar passa pela mobilização de diferentes competências dos distintos membros da família ou famílias de agricultores envolvidos. Da mesma forma que o trabalho agrícola exige múltiplas habilidades do trabalhador, a atividade de processamento e industrialização de alimentos também o exige. E agora, para além da atividade produtiva, como a comercialização. Num mesmo grupo há os que se adequam mais às atividades da produção e os que preferem a atividade de industrialização e comercialização, como veremos a seguir.

Isso foi uma coisa complicada para mim porque eu nunca gostava de fazer cobrança. E hoje você tem que chegar e não olhar na cara do cliente e tu tem que morder nos dentes e nem olhar o que é o correto... As vezes é o contrário que a gente pregava. Como tem cliente bom tem cliente que quer teu fígado então você tem que passar o cassete de cima em baixo e isso foi a coisa mais natural que acontece cobrar um cara. Numa época eu não cobrava ninguém. Na inseminação eu perdia dinheiro por causa disso (AF 1, Saudades, 28/02/02).

Ele tem gosto. Se eu é para ir lá matar o porco eu não mato. Eu não trabalho no abatedouro. Se dependesse de mim o abatedouro não funcionava. Para mim ele gosta. O porco está se esperneando para morrer e ele e o Almir dão risada. Eu não, eu já não gosto (AF 1 Irmão, Saudades, 28/02/02).

Outra dimensão importante é a presença marcante das mulheres agricultoras no processo de constituição e operação das agroindústrias familiares. Não se trata de uma questão menor de emprego da mão-de-obra marginal, como assinalam os defensores da lógica de funcionamento da economia camponesa, embora isto esteja presente. Trata-se de reconhecer competências e conhecimentos técnicos, geralmente tácitos e organizacionais de grande importância para o bom êxito do empreendimento de agregação de valor.

...já era de tradição da família e uma coisa que vem ...de muitos anos. Já se tinha essa história de vender. ...No início nós começamos com venda direta. Nós vendemos desde 1974 na cidade [Chapecó]. A finada mãe fazia um queijo envelhecido que ficava um, dois ou três anos e tinha sempre lá umas 150 ou 200 formas deste tipo de queijo curado, colocava na graspa<sup>96</sup> [Grapa] de vinho e produzia o que seria o queijo parmesão de hoje. Queijo duro. Ela sempre teve este gosto de trabalhar com o queijo envelhecido e também o queijo normal o colonial que ela fazia fresquinho, levava na cidade e vendia (AF 9, Chapecó, 01/03/02).

Pelo menos o que tenho observado para a coisa funcionar, funcionar que eu digo em todos os sentidos tem que ter o homem e a mulher junto e eu acho que nós da empresa estamos pecando bastante. Porque no meio rural estão se unindo homens e mulheres e nós na empresa estamos querendo separar. A coisa só vai funcionar na agroindústria artesanal com o homem e a mulher junto porque a percepção da mulher é uma, é nos detalhes e do homem é no geral. Então os dois são um conjunto. A gente vê na parte de carnes que são homens trabalhando que em termos de higiene não é fácil. Porque o homem não foi criado dessa maneira apesar que nós mulheres que criamos os homens mas nós que começamos o machismo e começa por aí (OI 27, Técnica, Chapecó, 25/04/02).

Associado ao processo de mobilizar os recursos internos à família e propriedade rural, a rede familiar reativa também um conjunto de recursos sociais do território local/regional. Por exemplo, na construção do mercado para os produtos da agroindústria familiar é preciso mobilizar entre as redes sociais mais amplas as de parentesco, amizade e dos movimentos sociais em que participa.

---

<sup>96</sup> Sub produto da fabricação artesanal de vinho que é utilizado, também artesanalmente, para curar e conservar o queijo.

### 5.1.4.2 A mobilização dos recursos sociais do território

Uma dimensão em que agroindústria convencional e a artesanal se distanciam é na forma de relacionamento com os espaços local e regional. Enquanto a primeira se autonomiza ou se desenraiza dos espaços locais regionais, tendo em vista sua inserção no mercado globalizado, a última se constitui justamente a partir de sua inserção nas redes sociais dos territórios locais e regionais.

#### A rede familiar

A mobilização de familiares como um primeiro passo.

Aí nós tivemos problemas de saúde e tivemos que vender leite uma temporada para a cooperativa. Só que na época tinha três tipos de leite para a cooperativa e ganhava 14, 12 e 8 centavos ao litro. 14 centavos era do leite cota, 12 era do extra-cota e 8 era do excesso. E daí nós começamos a fazer o queijo novamente mas a minha mãe já tinha falecido. Foi aí que tivemos que recuperar a venda direta. O pai é que era o motorista e nos indicava onde a mãe vendia queijo de casa em casa (AF 9, Chapecó, 01/03/02).

Eu digo que ele é um produto artesanal. Eu tenho meu primo ele tem um supermercado em Chapecó e ele diz: “assim é nós que fizemos. Fomos nós que fizemos lá. Não, é meu primo lá que tem uma fabriquinha assim, assim”.. Este fim de semana ele vendeu 120 kg de lingüiça. Desde que a gente começou fazer aqui clandestinamente ele sempre vendeu nosso produto. Tem gente que chega lá e insiste... É o início e fim de mês. Tem flutuação lá também e entra outros fornecedores lá de salame também (AF 4, Quilombo11/10/01).

Outra rede que é mobilizada é a dos amigos.

#### A rede de amigos

Nossa primeira produção na metade de 93 foi no inverno (junho ou julho) era 5 kg de lingüicinha por dia. Isso a gente produziu e achou que era uma grande coisa o que na verdade era. E daí fomos vender e conseguimos vender dois quilos e aí foi uma festa produzimos cinco e vendemos 2. E aí fomos indo. Cada semana se aumentava um pouco...A próxima venda a gente teve uma festinha de amigos. Teve um encontro da família dos Schuh e eles fazem todos os anos. O cara já tinha experimentado aqui e fez o pedido. Na festa tinha dois açougueiros que fazem parte daquela família e assim a gente começou a vender no comércio. E daí foi indo através de contato direto com o consumidor, festa, promoção, amigos. Os maiores propagandistas foram os amigos (AF 1, Saudades, 28/02/02)

A primeira venda eu fiz as vezes para consumo em casa e aí tinha os parentes que moram na cidade (tios e padrinhos da esposa) e eles sempre falavam mas vocês tem que começar a fazer aquilo ali e vender. Nós começamos a fazer um pouco e cada vez um pouco mais e surgiram aquelas feiras. Aquelas feiras livres e permanentes e a prefeitura estava procurando alguém para fazer isso. Para dizer bem a verdade nós fazia 10 ou 15 kgs de lingüiça por semana para vender. Era pouco e vendia de casa em casa nos parentes e depois nos amigos e depois nas pessoas que a gente conhecia e a coisa foi se espalhando. Ele faz uma coisa boa. Mulher um e outro berrava na estrada.

“Eu também quero o seu produto”. Depois com o tempo quando eu ia para a cidade o pessoal me atacava. Você tem ainda produto para vender (AF 5, São João d’oeste, 13/05/02).

Outras redes sociais são mobilizadas para a construção de mercado.

### **A rede dos movimentos sociais**

Nós participamos de vários movimentos como o dos grupos 4S e, depois, por não concordar, passamos para o grupo de jovens e aí vários movimentos, e percebemos a integração que explorava nós pra caramba. Nós éramos uns escravos na própria propriedade, com o que nós não concordávamos nunca. Desde 1993 a gente percebeu que produzir o porco, a própria matéria-prima e não industrializar nós sempre éramos explorados em tudo leite, suínos e milho. Então a gente começava a pensar em formas de sair daquela, pelo menos em parte, daquela história de tu produz e não poder fazer preço na hora da venda. A gente nunca admitia isso. Aí pensamos em formas alternativas e apareceu a oportunidade de fazer curso, principalmente, sobre a industrialização de carne suína [Epagri-Chapecó] que era o nosso forte desde a época do Pai. Então a gente fez o curso e em cima disso começou a praticar o curso. Aí começamos a industrializar (AF 1, Saudades, 28/02/02).

Foi de boca em boca na roda de amigos. É o pessoal da própria linha política. A gente sentava, reunia os companheiros que tem uma amizade e ajudaram eles foram os avais. Com a atuação no grupo de jovens foi feita amizade em todas as comunidades hoje não só aqui no município como em vários municípios que a gente atuava na pastoral. Onde você chega você encontra pessoal, até em Chapecó. Então tem centenas de pessoas que a gente conhece hoje e vem desde aquela vez (AF 1, Saudades, 28/01/02).

Não eram quaisquer amigos os mobilizados pelo agricultor acima, mas, sim, redes que a família vinha construindo dentro dos movimentos sociais da região e, especialmente, o de jovens. Aqui novamente aparece a força dos laços fracos, de Granovetter.

Nossa história é uma história longa. São 46 anos de existência. Ela começou simplesmente de porta em porta 46 anos atrás. Venda de produto direto o leite in natura. A primeira foi de cavalo, depois foi com charrete com roda de madeira e de ferro e depois charrete com roda de pneu, depois foi com jipe, depois foi com o Fiorino e aí entramos na legalização da empresa que há dois anos está na legalidade. E agora estamos com furgões térmicos”... Eu tinha 5 anos e ia junto com um tio meu e depois quando eu completei 7 aninhos eu comecei a entregar sozinho e não desapeava do cavalo eu chegava na frente da casa eu chamava e a pessoa vinha pegar o leite e eu entregava o litro de leite. A gente começou com quatro clientes depois foi para 10 e assim foi multiplicando 50, 60 e nós chegamos a entregar com jipe que era leite “in natura” a ter 250 clientes... Hoje a empresa continua entregando de porta em porta fora dos mercados ela deve ter aproximadamente 1400 clientes... O nosso trabalho continua o mesmo. Nós conseguimos trabalhando. Nós paramos na rua e atende quase toda a rua, paramos na outra rua e atende quase toda a rua. E são bairros diferenciados. Um caminhão atende um bairro naquele momento do dia e no outro dia outro bairro. O centro é todo o dia e tem bairros que um dia sim e dia não. E tem bairro uma vez a cada três dias (AF 10, Concórdia, 05/06/02).

Uma análise deste conjunto de depoimentos com relação à mobilização das redes de parentesco, de amigos e sociais mais amplas evidencia a existência de uma série de mecanismos de que a agricultura familiar lança mão na concretização de seus objetivos, quais sejam, o de através da re-ativação de vínculos sociais, constituir mercado para os produtos de seu empreendimento de agregação de valor.

## **5.2 Distintas percepções de qualidade na constituição das agroindústrias familiares**

A última década testemunha uma crescente importância das questões de qualidade na produção agroalimentar devido a fatores como o incremento da competição internacional, a liberalização do comércio, mudança na preferência e preocupações dos consumidores, industrialização da cadeia agroalimentar associada com a expansão do consumo de massa e, por outro lado, pelas contra iniciativas de produtores agrícolas ou suas organizações, para criar circuitos de qualidade especial sob seu próprio controle.

Qualidade é uma velha e recorrente questão no setor agroalimentar. Ela envolve ao menos aspectos nutricionais, higiênicos, organolépticos e simbólicos. Outras dimensões da qualidade referem-se à diferenciação de produto, produção de externalidades e serviços relacionados com a distribuição e uso. Qualidade não é somente uma noção heterogênea, mas também contingente, já que sua importância e tratamento variam de acordo com produtos, atividades, países e períodos (Ploeg e Frouws 1999).

É neste processo que a qualidade passa a ser uma noção disputada. As novas noções de qualidade relacionam produtores agrícolas com consumidores, contrastando com a freqüentemente considerada superior qualidade fornecida por grandes empresas alimentares. A idéia agora é investigar como os agricultores familiares estão vendo a construção de uma outra qualidade no caso dos alimentos processados e industrializados. Através de visitas às unidades agroindustriais e da realização de entrevistas com agricultores foi possível identificar uma diversidade de posições acerca do significado do termo qualidade.

Entre as percepções de qualidade do alimento processado, as que mais se destacam são: a associação com o controle da qualidade da matéria-prima, do padrão técnico específico de produção de matéria-prima, do sabor do produto, da diferenciação da agroindústria convencional, entre outras.

### 5.2.1 Qualidade associada ao controle da produção da matéria-prima

Como não poderia deixar de ser, dado que a agroindústria é apenas uma extensão da atividade de produção agrícola, a valorização da matéria-prima é uma dimensão muito lembrada.

Primeiro é a qualidade da matéria-prima, a gente tem um investimento alto em cima da matéria-prima. A gente investe nos melhores machos, na genética do leitão, na própria terminação e no abate e na seriedade de industrializar o produto e nos ingredientes. A gente não usa subproduto nenhum. Carne suína mesmo, não tem nada de usar um subproduto ou alguma coisa e isso graças a Deus, se eu te contar que não voltou nenhum kg desde aquela época o pessoal não acredita. Nós conseguimos fazer um produto padrão que... (AF 1, Saudades 28/01/02, grifo nosso).

A expressão “com carne suína mesmo” ilustra muito bem a busca da diferenciação do produto quando comparado com o da agroindústria convencional. Aqui já aparece a disputa pelo termo qualidade. Como vimos no capítulo 3, a agroindústria convencional vem utilizando cada vez mais sub-produtos na produção de embutidos à base de carne. Ao mesmo tempo os agricultores familiares continuam utilizando o mesmo padrão tecnológico na produção da matéria-prima, como pode-se ver a seguir.

Nós temos a inseminação artificial com os melhores machos do mercado porque nós sabemos. Aquele torresmo lá é de 12 suínos. A banha não passou de 2 latas. Nós temos 80% dos animais da Agrocere. O macho tem 0,5 de gordura. Ele veio lá de Minas Gerais. O macho veio com ar condicionado de Minas, água e tudo controlado. Em Irani tem uma quarentena e neste período o mesmo caminhão faz a distribuição na região. Nós temos um macho que fizemos a inseminação. Os vendedores passam e distribuem. Sei lá se nós estamos no topo porque sempre deve ter alguém na frente como tem alguém atrás. Nós estamos tentando chegar estar junto lá na ponta. Isso é uma vantagem que não podemos ser tão independentes. Hoje porque a gente está vendendo para a Aurora [Cooperativa Central Oeste Catarinense] e eles estão dando assistência para nós. Tem veterinário técnico que te visita. Senão a gente tinha que ter tudo, ter veterinário (AF 1, Saudades, 28/02/02).

Como analisar este relativo paradoxo do agricultor estar participando de várias redes? Ao continuar na rede das agroindústrias convencionais (Cooperativa Central Oeste Catarinense) o produtor vem se beneficiando de alguns serviços, assim como das inovações tecnológicas. O conceito de Granovetter da força dos laços fracos ilumina muito bem a análise desta situação. Também aqui pode-se evidenciar a estratégia de cautela dos agricultores familiares de continuar nas redes convencionais e, ao mesmo tempo, construir novas redes.

A questão da higiene é muito importante, é fundamental. Mas qualidade vem da vaca. Desde o trato da vaca, talvez o tratamento da doença, a alimentação e aí vem a questão da higiene na hora da ordenha. Não tem como melhorar a qualidade na indústria. Tem que ter pasto de qualidade, alimentação de qualidade. Tudo tem que ter cuidado. Se o leite tiver resíduo não adianta você caprichar aqui na nossa indústria. Não adianta ter cuidado de higiene aqui se na hora da ordenha não tem. .. Com pouca quantidade você consegue fazer um produto de qualidade. Você tem tempo de manusear ele você tem tempo de cuidar dele em tudo. Quanto você tem grande quantidade você não consegue controlar a qualidade, tudo é ligeiro. ..Enquanto as outras empresas desnatam, fazem subprodutos, nós não estamos fazemos nenhum. O carro chefe nosso é o queijo. Não se tem ricota, não se tem nata, não se tem iogurte, não se tem nada. Então se mantém todas as qualidades no queijo. O queijo é puro, não se mistura nada, ele é integral (AF 7, Chapecó, 01/03/02).

A quantia de conservante que a gente coloca é a mínima coisa. A carne é purinha não tem mistura não tem nada... Muitas vezes o próprio pessoal que vem fazer a vigilância [inspeção sanitária]aí dos porcos diz: porque vocês não aproveitam isso, miudeza, coisurada? Dizem que os outros abatedouros aproveitam tudo e nós estamos jogando fora um monte de coisa, fígado, pulmão branco e outras miudezas porque tem gente que faz os produtos e não come. Faz para vender para os outros. Nós não, aquilo que nós produzimos nós comemos. O salame aqui em casa a gente compra outras marcas para a gente vê. A gente só cheira e é bem desconfiada. O nosso a gente come, por isso que a gente acha que é bom (AF 6 Agricultora, Chapecó, 01/04/02).

Uma outra dimensão em que aparece a valorização da matéria-prima é quando ela é vista como um produto diferenciado já que produzido sob outro sistema de produção, como o orgânico.

A matéria-prima daqui a gente pode assinar em baixo, a gente pode falar e dar todas as garantias. Agora quando vem de fora você não pode porque a gente está naquela linha de produção de um produto de conversão de convencional para agroecológica. Então essa é que é a nossa diferença também. Então a gente está mais de meio caminho andado e dá para trás ou parar, fica ruim, né?Então a gente está querendo fazer isso aí para que posteriormente a gente consiga dá a palavra, ser honesto andar de cabeça erguida com a questão do produto de qualidade, um produto agroecológico. Por exemplo, na produção nossa de leite não se dá ração pronta é só a base de pasto. E a gente tem usado a homeopatia para tratar da mastite e dos bernes e carrapatos. Eu acho que a matéria-prima é fundamental. Mas nós também estamos com a linha orgânica e não se usa quase nada de antibiótico e usa a homeopatia e isto tudo demora. Por exemplo, quando dá problema de mastite. Para você resolver sem usar antibiótico ele demora talvez mais (AF 6, Chapecó, 01/03/02).

Eu acho que é porque tem essa onda que tem aí do produto ecológico. Porque esse aí é um produto natural. A gente não tem o certificado da ecovida ainda porque a gente não pediu ainda. Só que, por exemplo, onde a gente plantou este produto nunca foi usado veneno. E não se usa veneno mais já faz sete ou oito anos que não se usa mais veneno. Então para nós seria um produto ecológico. Só que o consumidor ainda não sabe. Mas ele já está botando na cabeça que aquele açúcar branco lá tem um monte de coisa para passar por isso aí. Tanto é que a televisão esta passando que certos adoçantes que tem, provoca isso, provoca aquilo, então todo mundo está querendo o nosso produto aqui [açúcar] (AF 12, Itá, 04/06/02).

### 5.2.2 Qualidade associada ao gosto e à tradição do colonial

Aqui pode-se evidenciar o enraizamento cultural da agroindústria colonial da região. É no aspecto do gosto, sabor e tradição colonial que produtor e consumidor constroem uma identidade. Manifesta-se no compartilhar do mesmo tipo de gosto com relação ao “não gosto” de comida apimentada (no caso lingüiça) ou no queijo com gosto tradicional de leite não pasteurizado.

É um produto diferenciado porque é um dos únicos produtos industrializados que tem inspeção, que é registrado e que a formulação é própria. Todos os ingredientes que a gente usa são formulados na propriedade. A gente usa uma proporção do abatedouro de ingredientes adquiridos. A gente mudou parte da formulação da Epagri, tirou a pimenta porque o pessoal daqui é antipimenta e essas coisas. Tiramos pimenta porque a rejeição foi muito grande. Nós no início fazia dois tipos de produto lingüicinha com e sem pimenta. A gente misturava e dava rolo. Antes que nós tínhamos embalagem (AF 1, Saudades, 28/02/02).

O meu produto tem aceitação no mercado porque é o seguinte. Eu como e gosto. O que eu estou fazendo é o que eu gosto. É aquilo que eu coloco na boca eu digo: este está bom. Este está faltando um pouquinho de sal esse aqui precisa algo a mais. Acho que o pessoal acaba se adaptando bem. O pessoal acaba reclamando da pimenta, o pessoal reclama da proteína de soja vê que tem corante dentro da lingüiça e na minha isso não acontece. Não tem isso. Eu acho que é isso posso estar enganado porque ainda não fiz uma pesquisa (AF 4, Quilombo, 06/04/02).

Ele tem que ter um paladar bom tem que ter um gostinho muito bom e tem que ter carne sem muita gordura e talvez a apresentação, que não estoure na hora de assar, tem muita gente que diz que quando começa a assar é uma coisa e depois ela some. A qualidade que nós temos é a de buscar nicho de mercado que a agroindústria não atinge, a grande agroindústria. A agroindústria não consegue fazer para um município um sabor e para outro município outro produto. Ela tem que atingir um estado, uma região, e nós temos que chegar no fraco deles para conseguir competir com eles nesse ponto. Por isso que o meu produto entrou no mercado (Idem - Quilombo).

Eu acredito que toda a pessoa ela tem um passado, um costume de uma comida tradicional que ela já comeu na casa da avó, que ela comeu na casa do tio, ou ela é oriunda da propriedade agrícola. A maioria das pessoas são oriundas da propriedade agrícola, vieram da terra e eu acredito que na hora em que ele for provar este queijo, acredito eu, ele sentiu que alguma coisa tradicional correspondia a esse produto (AF 10, Concórdia, 05/06/02).

### 5.2.3 Qualidade associada às demandas dos consumidores

Se, tradicionalmente, pode-se associar o desenvolvimento da agroindústria colonial com o seu enraizamento social e cultural, há também, crescentemente, um movimento de

valorização de aspectos ligados à demanda do consumidor urbano, num processo mais amplo de construção social do mercado para produtos agroalimentares. Do apelo para o gosto colonial do produto artesanal, na avaliação do próprio produtor, para a adequação ao gosto do consumidor, que pode já não ser o mesmo do agricultor familiar.

A evidência deste processo de mudança pode ser vista nos depoimentos a seguir.

Qualidade é o que o consumidor quer comprar e consumir. Receita não tem. Qualidade da matéria-prima aliada a cuidados no processo de fabricação, manter um determinado padrão. Eu faço a mistura manual da massa de salame e lingüiça. Eu não uso misturadora mecânica de massa. Também uso tripa comum que é identificado com produto colonial (E 18, Chapecó, 01/03/02).

Embora o depoimento busque atribuir um papel singular ao consumidor que estaria ditando o conceito de qualidade do produto (no caso a lingüiça e o salame colonial) o próprio diretor proprietário faz questão de agregar a necessidade de continuar utilizando alguns atributos da produção artesanal, como a mistura manual da massa que dará origem à lingüiça colonial.

Eu acho que é porque sempre tem no mercado este produto. Outros na safra fazem e depois param. A gente não, faz o ano inteiro. A gente tem produto fresquinho. Produto que sempre está na prateleira. Eu acho que ajuda muito... Eu acho que é um produto que eu faço aqui que é 100% natural e isso eu acho que considera também, ele não tem mistura e nem nada. E qualidade é o mercado que vai dizer se é de qualidade ou não. E está vendendo, deve ser de qualidade, não? As vezes você faz um produto que acha que é de qualidade mas não vende. Voce tem que fazer de acordo com o que o mercado quer. E se vende bem é de qualidade, eu acho pelo menos” (E 20, Itapiranga 13/05/02, grifo nosso).

Na verdade assim hoje a gente, o salame, na verdade é o que o consumidor prefere. No início até a gente, pela falta de conhecimento, manteve o salame colonial com uma cura. Só que a gente não se deu bem porque o consumidor não quer o produto curado. Então hoje se trabalha com um produto defumado mas é um produto mais fresco na faixa de cinco a sete dias. Alguns preferem salame fresco. Porque a gente vende para lanchonete e restaurantes então eles pedem para fazer uma janta típica italiana ou uma coisa assim. Um salame que foi feito ontem passou pelo processo de defumação e hoje já foi porque o cara quer este salame e nós vamos ter que fornecer o que ele quer. Nos demais fica em cinco a sete dias o tipo italiano porque o consumidor quer um salame, e o mercado quer isso (E 19, Concórdia, 02/06/02).

Nesse último depoimento aparece mais claramente um dos aspectos controversos do processo de construção da agroindústria artesanal. Ao mesmo tempo em que ela tem flexibilidade em oferecer um produto apreciado pelo consumidor (salame fresco) ela acaba “descaracterizando” o próprio produto salame.

### 5.2.4 Qualidade associada à diferença da agroindústria convencional

Entre outros elementos de qualidade valorizados pelos depoimentos destaca-se a busca de um diferencial quando comparado à agroindústria convencional. Esta talvez seja a dimensão mais presente no processo de construção das novas trajetórias de agroindustrialização. Nos depoimentos abaixo são enfatizadas algumas dimensões da produção diferenciada da agroindústria convencional.

A quantidade. Com pouca quantidade voce consegue fazer um produto de qualidade. Voce tem tempo de manusear ele voce tem tempo de cuidar dele tem tudo. Quanto você tem grande quantidade voce não consegue controlar a qualidade, tudo é ligeiro... A quantidade de gordura. Enquanto as outras empresas desnatam fazem subprodutos nós não estamos fazemos nenhum. O carro chefe nosso é o queijo. Não se tem ricota, não se tem nata, não se tem iogurte, não se tem nada. Então se mantém todas as qualidades no queijo. O queijo é puro, não se mistura nada ele é integral (AF 7, Chapecó, 01/03/02).

Aqui neste depoimento aparece claramente a questão da quantidade de produto produzida como diferencial para a produção do artesanal.

A questão da pasteurização que nós fazemos aqui, o processo de pasteurização lenta. Mas ninguém queria mais o queijo. Mudava totalmente. O consumidor dizia se for comer polenta com polenta nós temos em casa. E aí foi voltado atrás e não foi mais pasteurizado. Na gente aí também surgiu a consciência de que se deveria de repente trabalhar mais a questão do leite para não ter o perigo de bactéria e estas coisas no queijo. Mas agora não sei, agora a gente vai ter a experiência da pasteurização rápida e de repente não muda o sabor (Idem, Chapecó).

Além da quantidade, a dimensão tecnológica, ou melhor, do processo industrial ou não, utilizado na transformação da matéria-prima. Aqui fica claro que o processo tipicamente industrial, qual seja, a pasteurização, é questionado pela agroindústria artesanal.

A qualidade que nós temos é a de buscar nicho de mercado que a grande agroindústria não atinge. A agroindústria não consegue fazer para um município um sabor e para outro município outro sabor. Ela tem que atingir um estado, uma região e nós temos que chegar no fraco deles para conseguir competir com eles nesse ponto. Por isso que o meu produto entrou no mercado. Até há pouco tempo eu recebi proposta do distribuidor da Seara para pegar o nosso produto. Mas ele falou de no mínimo 3 mil kg lingüiça por semana. Aí já extrapola e fica difícil para mim (AF 04, Quilombo, 06/04/02 ).

A análise dos depoimentos evidenciou a existência de diversas interpretações acerca da dimensão qualidade na trajetória de constituição da agroindústria familiar. Ênfases na qualidade da matéria-prima, na adequação ao gosto do consumidor, na diferenciação da agroindústria convencional, entre outras qualificações, são utilizadas pelos agricultores familiares para se distinguir no mercado. A evidência é de que este primeiro passo foi importante para a concretização de centenas de experiências de agroindustrialização na região oeste, mas também fica claro de que no futuro, avanços substanciais, rumo ao aprofundamento da produção artesanal de produtos, serão uma condição *sine qua non* para o sucesso destes empreendimentos. A manifestação de um técnico acerca da dimensão qualidade é ilustrativa a este respeito.

Ela [qualidade] está com o conceito do produtor, do rural, se aproveitando do nicho de mercado, do momento que é de produto meio de moda e isso facilita. A hora que isso for massivo e o consumidor começar a pensar no processo de produção daquele produto... Mas é muito importante essa fase do processo. Então é muito importante e é preciso ele sentir que ele está sendo respeitado por isso. Quando ele se fortalecer e esse produtor, essa família, essa comunidade, este grupo está passando por um processo de mudança. Se ele também, e a realidade está permitindo que o produto tal qual ele está produzindo hoje tenha aceitação, e esteja sendo valorizado e isso é bom. Eu acredito que num processo mais massivo isso vai começar a ser questionado, vai ser pressionado, mas aí ele é sujeito no processo. É isso que processualmente, metodologicamente, tem que garantir é que ele não se perca como sujeito no processo (OI 21, Chapecó, 26/04/02).

Como podemos ver há, portanto, a necessidade de assegurar um processo continuado de busca de diferenciação junto a este novo *cluster* de pequenos empreendimentos visando promover a transição para uma produção de qualidade específica. Esta necessidade também já foi percebida por alguns agentes regionais que estão apoiando a construção de redes de agroindústrias familiares visando a entrada em mercados diferenciados.

### **5.2.5 Os novos desafios da qualidade na agroindústria familiar**

Como vimos, do ponto de vista da tecnologia de produção o processo de diferenciação da agroindústria familiar rural frente à agroindústria convencional está em construção, embora sendo objeto de algumas tensões. O que parece mais evidente é que a agroindústria familiar rural tem uma relação mais próxima com os consumidores (feiras livres), comerciantes (pequenos varejo) e com os mercados institucionais (merenda escolar). Seria esta relação mais próxima com o território local uma de suas primordiais bases de seu desenvolvimento recente.

A mobilização dos recursos sociais e naturais locais, se constitui numa das características básicas das novas redes de agroindústrias familiares que estão surgindo na região. Agora, sob a égide da produção artesanal, ganham evidência características antes ofuscadas pela produção convencional. O cuidado com a produção da matéria-prima e no seu processamento, o acompanhamento pessoal de todo o processo, e o contato direto com o consumidor, denotam o surgimento e difusão de uma nova forma de ordenar a produção e consumo de alimentos. Analisando o surgimento de uma nova rede (cadeia) de leite orgânico na Holanda, Ploeg & Frouws (1999), argumentam que este seria um mundo muito diferente da padronizada cadeia de lácteos. Ainda, segundo os autores, a construção de relações permitindo mais margem de manobra para os agricultores orgânicos seria dificilmente concebível dentro dessa estrutura. Talvez aqui esteja um dos principais diferenciais, mesmo que em construção, das redes das agroindústrias familiares.

Estas redes sociais são formadas basicamente por agricultores familiares (agora também proprietários de uma pequena unidade de beneficiamento e transformação), pequenos varejistas e os consumidores locais. Outros agentes contudo, estão crescentemente sendo incorporados nas redes como fornecedores de matérias primas, insumos, máquinas, equipamentos e embalagens.

A partir de meados dos anos 90, contudo, estas agroindústrias e suas redes sociais passam a conviver com outro ambiente organizacional e institucional. Do ponto de vista da regulação da atividade de processamento e comercialização de alimentos, como foi visto no capítulo 4, ocorre o processo de descentralização e ampliação da fiscalização dos aspectos sanitários, fiscais e ambientais de operação dos empreendimentos agroindustriais. Por exemplo, a inspeção sanitária de produtos de origem animal passa também a ser feita pelos estados e municípios, assim como a vigilância sanitária dos alimentos e medicamentos. Do ponto de vista da agricultura familiar a região consolida sua trajetória organizativa constituindo novos agentes. Destacam-se o fortalecimento da Apaco, a constituição da Federação da Agricultura Familiar de Santa Catarina, cujo principal território de atuação é a região Oeste, e que em 2001 é transformada em Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), a Constituição de Cooperativas de Reforma Agrária e a Marca Terra Viva. Outros atores regionais como a Amosc, num processo de internalização da problemática regional, assume posturas pró-ativas na construção e implementação de novas estratégias de desenvolvimento.

Estes novos atores regionais passam assim a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial cuja principal linha de atuação é a agroindustrialização de base familiar. É neste período que a trajetória da agroindústria familiar rural passa por importantes desdobramentos. Além da mobilização das redes sociais, os agricultores familiares deram mais um passo ampliando a complexidade dos seus empreendimentos. Construíram formas de organização em rede das agroindústrias para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. Visando entrar no mercado de produtos de qualidade diferenciada, surgem experiências de uso de marcas e selos coletivos como a Sabor Colonial (Apaco), Terra Viva (MST) e Castália (Amosc). Como se dá a constituição destes atores regionais e como são construídas as distintas estratégias de desenvolvimento e agroindustrialização regional são algumas das questões que serão abordadas a seguir. Quais as características destas novas redes de produção e consumo de alimentos? Estariam estas redes sociais transformando-se em redes sócio-técnicas? Que tipo de convenção de qualidade estaria sendo construída?

### **5.3 Novos agentes, agroindústrias e redes horizontais de desenvolvimento rural**

Como vimos no capítulo 3, o reposicionamento das grandes agroindústrias não significou a mudança da estratégia de concentração da produção associada à exclusão de produtores familiares de suínos do sistema de integração agroindustrial. Contudo, um dos significados mais perverso desta exclusão e pouco explorado pela literatura, foi a restrição de vínculos<sup>97</sup> para chegar ao mercado de insumos, tecnologia e conhecimento e de produtos (enfim redes) para a re-inserção socioeconômica da agricultura familiar. Conforme enfatiza Maluf (2002), a medida que o agricultor se integra, diminuem os seus vínculos com outros agentes, outras redes, e caso os vínculos com a integração sejam rompidos, sua re-inserção socioeconômica, estará seriamente comprometida<sup>98</sup>. Sem a rede das agroindústrias convencionais, o produtor excluído torna-se refém do vazio. É neste vácuo que são costuradas novas redes pelos atores regionais.

---

<sup>97</sup> Além dos agricultores já estabelecidos, os jovens rurais também estão sofrendo o estreitamento de suas relações sociais, como foi constatado por Silvestro et al (2000).

<sup>98</sup> Maluf (2002), faz uma interessante análise da evolução dos diferentes vínculos que a agricultura familiar cria como parte de sua estratégia reprodutiva.

É no contexto de transformação regional que novos atores sociais constituem-se. Além dos agentes mais ligados aos desdobramentos das redes verticais, vistos no capítulo 3, destacam-se os novos atores ligados à agricultura familiar. Para os objetivos deste trabalho ressalta-se a emergência e consolidação da Apaco, da Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária e o re-posicionamento da Amosc através do Instituto Saga.

A estratégia de agroindustrialização na agricultura familiar vem sendo implementada por uma diversidade de agentes e instituições regionais, articuladas em várias redes ligando, sobretudo, espaços locais e regionais, assim como, diversos estratos de agricultores familiares. Embora existam outros agentes importantes como as Prefeituras Municipais, Epagri<sup>99</sup>, ONG's, Sebrae, Senar, Fetaesc e Faesc, entre outras, promovendo formas de agroindustrialização na região, nossa análise restringe-se às que são promovidas pelo Instituto Saga/Amosc, Apaco e Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária (CooperOeste).

Estas organizações representam iniciativas com mais visibilidade e estão experimentando propostas de uso coletivo de uma marca e/ou selo de qualidade, como uma de suas características fundamentais no processo de constituição das respectivas redes. São três diferentes propostas que representam, também, diferentes visões da melhor forma de inserção socioeconômica dos agricultores familiares no mercado de produtos agrícolas e agroindustriais. De uma maneira geral as estratégias dos três grupos de atores, acima descritas, podem ser incluídas dentro do escopo das redes horizontais de desenvolvimento rural. Uma síntese desta diversidade pode ser vista nos quadros 9 e 10. A seguir será apresentada uma análise do processo de constituição desses novos atores regionais, assim como suas propostas de agroindustrialização para a agricultura familiar.

### **5.3.1 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco).**

A Associação dos Pequenos Agricultores da região Oeste Catarinense, entidade sem fins lucrativos, foi fundada em 1989, com sede em Chapecó e base de atuação em toda a região Oeste. O surgimento da Apaco deve ser situado dentro de um movimento social mais amplo denominado por Prim (1996) de “Movimento de Cooperação Agrícola (MCA)”

---

<sup>99</sup> Mesmo tendo um papel primordial na promoção da agroindustrialização da agricultura familiar na região, a Epagri não se propõe a constituir uma rede com marca própria.

abrangendo o Movimento das Barragens, o Movimento dos Sem Terra (MST) o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o novo sindicalismo rural.

Destarte a força deste movimento social, a autora também destaca a experiência de agricultura de grupo existente na região e que seria a base social mais ampla de sustentação do processo de constituição da Apaco. Ainda, segundo Prim (1996), a agricultura de grupo na região Oeste nasceu sob duas vertentes: A atuação pioneira da Acaresc<sup>100</sup> na constituição dos condomínios de suinocultura, de armazenagem e de máquinas agrícolas e a influência dos grupos de reflexão das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) criados pela Igreja progressista.

Nos anos 80 já existiam grupos de agricultores com experiências semicoletivas, como o uso de máquinas, a compra de insumos, a produção de suínos e a armazenagem, atividades conjuntas que ocorriam isoladamente em diversos municípios da Região. Deste tipo de experiências, indubitavelmente, o que teve maior repercussão foi o condomínio de suinocultura. O programa iniciou com a constituição do primeiro condomínio, em 1981, no Município de Coronel Freitas e, dez anos depois, a região Oeste contava com 98 dos 101 condomínios existentes em Santa Catarina, envolvendo 824 agricultores (Buchmann, 1992).

Dentre os eventos que antecederem a constituição da Apaco é importante resgatar dois seminários realizados em Chapecó. O Iº Encontro Regional de Agricultura Alternativa da Região Oeste em 1989, parte de um movimento mais amplo, que em nível nacional tem seu ponto de confluência no EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), movimento liderado pelas Associações de Engenheiros Agrônomos e por estudantes de agronomia.

Os temas debatidos no encontro foram a relação entre a agricultura alternativa, a crise brasileira (cultural, histórica, social e tecnológica) e a realidade agrícola do Oeste catarinense. As entidades promotoras do Encontro foram a AEASC (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Santa Catarina) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O Encontro contou com a participação de 160 pessoas representantes de 41 entidades regionais, ligadas às diversas esferas relacionadas à agricultura da região Oeste Catarinense.

---

<sup>100</sup> É importante salientar que a atuação da Acaresc não se restringiu ao trabalho de organização dos agricultores nestas atividades. Existia no início dos anos 80 o Programa de Organização do Produtor que abrangia desde os condomínios, grupos para compra e venda conjunta, até formação para ampliar a participação dos agricultores na gestão das cooperativas através dos Comitês Eucativos.

A necessidade de promover e estimular os grupos de cooperação agrícola como forma de resistência e estruturação econômica para a luta política aparece como a primeira deliberação do encontro.

Alguns meses depois, cumprindo os encaminhamentos do ERAA, organizou-se o Seminário Regional de Grupos de Cooperação Agrícola, cujo objetivo era especificamente discutir a agricultura de grupo e buscar uma forma de organizá-la. Esse encontro em Chapecó foi chamado de Iº Seminário Oeste Catarinense de Cooperação Agrícola e teve como tema central “A Cooperação Agrícola e o Projeto da Classe Trabalhadora”. Participaram do Seminário os representantes dos grupos de cooperação e os sindicatos.

No que tange à Associação Regional de Grupos, ficou deliberada a sua criação e organizada uma comissão para formular a proposta de estatuto e convocar a assembléia de fundação, o que ocorreu dois meses depois, surgindo assim a Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense).

Segundo seu estatuto social a entidade tem por objetivo

Ser um fórum de discussão política dos problemas relacionados com a pequena produção familiar e com grupos de Cooperação Agrícola; prestar assessoria técnica, política e administrativa aos grupos de cooperação agrícola associados; coordenar as atividades de comercialização conjunta dos grupos de cooperação agrícola associados.

De uma atuação centrada na busca de melhoria de renda na etapa de comercialização da produção da agricultura familiar e no apoio a formas coletivas de trabalho, tem evoluído para formas mais amplas de cooperação entre os seus associados. De uma atuação baseada na promoção de uma agricultura alternativa passou a adotar a agroecologia como modelo para a intervenção junto a agricultura familiar da região.

Sua atuação prioritária durante os primeiros anos de existência foi na esfera da comercialização agrícola. Passou a fomentar a organização de grupos para a aquisição e venda em conjunto de insumos e produtos utilizados e/ou produzidos pela agricultura familiar. Depois seus dirigentes perceberam que era necessário ampliar o escopo de sua atuação para dar conta da esfera da produção da agricultura familiar, seus problemas e suas potencialidades.

Esta experiência inicial foi importante para a entidade avançar e ampliar seu trabalho através da estruturação de programas mais abrangentes de intervenção. Assim, a partir de meados dos anos 90, passou a enfatizar a busca do desenvolvimento regional sustentável, através dos sete programas: gestão agrícola, tecnologias alternativas, cooperativismo de crédito, comercialização, assistência técnica, formação e comunicação e agroindustrialização (Apaco, 1995).

Do programa tecnologias alternativas destacam-se a produção de suínos ao ar livre e a produção de leite à base de pasto que, com o seu desenvolvimento posterior, transformam-se na base da própria agroindustrialização associativa. Especificamente, a Apaco passou a atuar a partir de seu congresso de 1994 através do Programa Agroindustrialização Familiar Associativa. O programa busca criar produtos diferenciados, com qualidade e baixo custo; abrir canais de comercialização, buscando nichos de mercado, e agregar valor aos produtos agrícolas. Assim passaram a ser apoiadas unidades de processamento e industrialização de queijo, embutidos, moinho colonial, entre outras.

Intervenções subseqüentes na região foram consolidando a atuação da Apaco na estratégia de agroindustrialização associativa. Destas destaca-se sua participação na formulação e implementação do Programa Desenvolver, em 1997, e a parceria na constituição do Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense – Pronaf Agroindústria, com liderança da Epagri, em 1998. Como desdobramento desta série de iniciativas no campo da agroindustrialização é criada a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense - Ucaf.

### **5.3.1.1 A Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense -Ucaf**

A Ucaf é uma entidade civil sem fins lucrativos organizada em forma de associação, criada em 16 de novembro de 1999. Pode ser vista como um desdobramento da trajetória histórica de organização da Apaco em que a participação de outros órgãos, como a Epagri, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais através da FETRAF-SUL, o Programa Pronaf Agroindústria e o programa Desenvolver, foram fundamentais. Tem como finalidade

apoiar os agricultores familiares organizados em grupos e proprietários de pequenas agroindústrias. Tem como objetivos unir forças para a prestação de serviços ligados às áreas de produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização, buscando oferecer um produto com qualidade, procedência e legalização (Ucaf, 2001).

A Ucaf tem a propriedade da marca coletiva “Sabor Colonial” que pode ser usada pelos produtores familiares como um selo de qualidade, visando diferenciar seu produto no mercado. Juntamente com esta marca, a Ucaf fornece o Código de Barras que é exigido por alguns supermercados para a efetivação do processo de comercialização.

A forma organizacional proposta começa na comunidade rural, com os grupos de famílias de agricultores que têm alguma forma de cooperação, passa pela implantação de um processo de agregação de valor (agroindústria) e utiliza uma estrutura jurídica da cooperativa para a legalização do empreendimento,<sup>101</sup> e chega à Ucaf (Ver figura 7). Neste tipo de organização há um processo claro de descentralização e de promoção do protagonismo dos agricultores familiares que são responsáveis pelo processo de produção da matéria-prima, seu processamento e industrialização, assim como, sua comercialização. À Ucaf cabe apoiar estes processos e para isso conta com técnicos da área de produção, transformação e marketing.

Em agosto de 2002 estavam organizadas, em torno da Ucaf, cinco cooperativas de agricultores familiares, com atuação em 15 municípios da região Oeste e envolvendo 157 famílias. São aproximadamente 30 agroindústrias familiares grupais que processam 15 diferentes tipos de matérias primas de origem vegetal e animal. Os principais produtos processados e/ou industrializados são os suínos, com oito grupos, o leite, com cinco, e a cana-de-açúcar, com dois grupos (Ver figura 8 distribuição espacial destas experiências dentro da rede das agroindústrias familiares associativas-Ucaf).

O primeiro coordenador da Ucaf também era o presidente da Apaco. Assim como os grupos de agricultores que possuem agroindústrias filiadas a Ucaf são praticamente os mesmos que historicamente faziam parte da Apaco.

---

<sup>101</sup> Para o agricultor ter acesso ao Serviço de Inspeção Sanitária dos produtos de origem animal ele precisa ter um CNPJ que pode ser obtido através de cooperativa, microempresa e/ou associação.



Figura 7. Representação esquemática da forma de organização da rede UCAF das agroindústrias familiares

Fonte: UCAF (2001).



A Apaco está, desde o início, envolvida com a agregação de valores na agricultura familiar. Esta é uma bandeira que a Apaco sempre defendeu e está nos programas desde sua constituição. Esta era uma meta. O agricultor deveria agregar valor a produção plantando, colhendo, evitando de vender, com que ele faça que a produção deles seja transformada em carne, alguma coisa nesse sentido. Produzir o milho e vender o milho cada vez ficou mais difícil e foi aí que a gente começou a agregar valor à produção dele. Mas como fazer? Aí teve uma experiência no início com a agroindústria mesmo mas sempre foi encontrado muitas dificuldades na questão da legislação que foi um dos maiores problemas, no reconhecimento desta pequena indústria, fazer com que ela seja viável ou não (OI 21, Chapecó, 26/04/02).

A Apaco surgiu porque de certa forma os agricultores já são excluídos, vamos dizer assim de todo o processo de integração que tem aí que seleciona e exclui os agricultores. E também, os agricultores produzem a matéria-prima, depois que ela está pronta entregam para as grandes agroindústrias que industrializam e acabam agregando valor em cima. Um produto que o agricultor deixou prontinho, deixou a matéria-prima pronta, e é a agroindústria que agrega valor (OI 21, Chapecó, 26/04/02).

Para a rede Ucaf, há evidências de que as agroindústrias dos agricultores familiares são, em boa medida, o resultado de um processo de reconfiguração das redes constituídas pelos grupos de cooperação nas comunidades já existentes. O contato e posterior realização de nossas entrevistas com agricultores familiares que construíram agroindústrias coletivas evidenciaram muito claramente este processo de transformação dos grupos. Por exemplo, um grupo que tinha a experiência de aquisição e uso de máquinas e equipamentos acabou originando um novo grupo, agora para abater e industrializar suínos. É importante também assinalar que, inicialmente, o grupo de máquinas teve forte apoio do serviço público de extensão rural realizado pela então Acaresc. Outro grupo teve a experiência de produção coletiva de semente de milho e migrou para o ramo de embutidos de carne suína (Ver figura 9 imagens de dois grupos de agricultores que processam produtos a base de carne suína).

Do ponto de vista organizativo não resta dúvida que a rede Ucaf aposta sua estratégia na cooperação agrícola, isto é, na organização grupal dos agricultores familiares para constituição de agroindústrias coletivas. Do ponto de vista da qualidade dos produtos das agroindústrias familiares, a aposta é na produção agroecológica. Como veremos mais adiante, esta estratégia diferencia-se da preconizada por outras redes de agricultores familiares.



Abatedouro Coxilha e parte do grupo de seis famílias (Saudades)



Frigorífico Sem Fronteiras (Ipumirim). Grupo de nove famílias



**Figura 9. Imagens de duas agroindústrias familiares grupais de suínos integrantes da Rede UCAF (UCAF).**

Além do enraizamento social da Apaco e seus grupos de cooperação, como garantia da estabilização da rede, a Ucaf lança mão de um intermediário, qual seja, um Termo de Adesão<sup>102</sup> dos grupos (ver exemplo no anexo I). Neste estão determinadas as competências de cada uma das partes no processo de utilização da rede. O grupo tem um custo de dois por cento do valor do financiamento para a construção da unidade agroindustrial para ter acesso à série de serviços prestada pela Ucaf.

De parte da Ucaf destaca-se a sua responsabilidade em prestar serviços de apoio aos grupos de agricultores como os de: comercialização, campanhas de marketing, qualidade e padronização de produtos, capacitação agroecológica, uso da marca coletiva Sabor Colonial. Já o grupo associado deverá respeitar os princípios de trabalho que regem a Ucaf, como: o modo de fabricação artesanal da produção agroindustrial, ser enquadrado como agricultor familiar conforme classificação do Pronaf, produzir de forma agroecológica, estar de acordo com a legislação sanitária e tributária em vigor, ter a responsabilidade de produtor transformador, vendedor, até a apresentação final dos produtos, processar no mínimo 80% de matéria-prima própria do grupo, entre outros.

Um dos critérios que chama atenção é o que ressalta para as duas partes a necessidade de respeitar o princípio da solidariedade, da cooperação, da democracia e da transparência nas relações internas do grupo e do mesmo para com a Ucaf. Este critério é um dos que faz a diferença entre o modo de ordenar a rede na Ucaf e no Instituto Saga. A rede Ucaf, por outro lado, se insere num conjunto maior de iniciativas que visa o fortalecimento da agricultura familiar através de experiências alternativas de produção e comercialização (Um quadro geral destas redes de comercialização pode ser visto na figura 10).

---

<sup>102</sup> Este termo de adesão equivale ao Contrato Particular de Cessão de Marcas da rede da Amosc/Instituto Saga. Uma avaliação de suas similaridades será feita mais adiante.

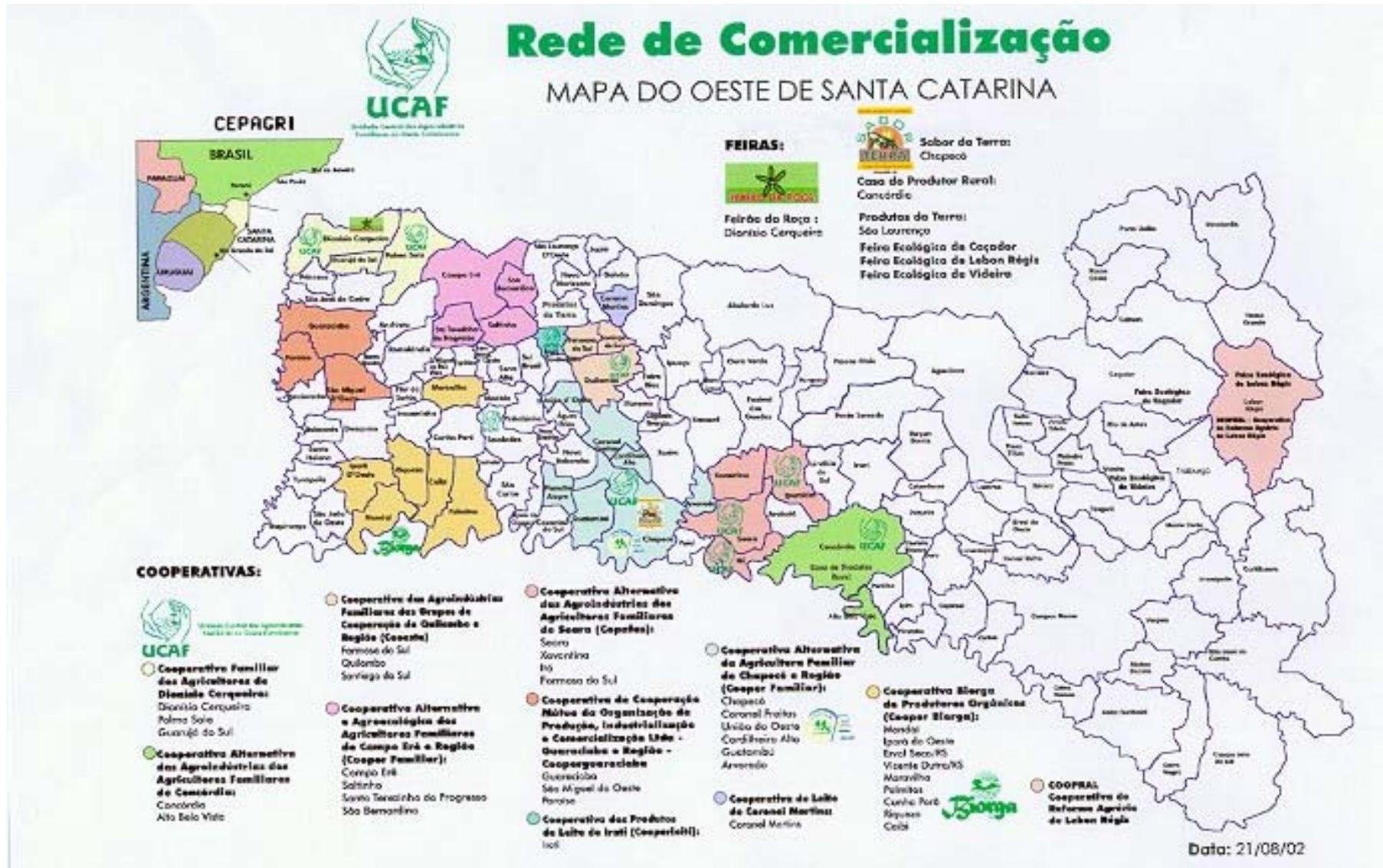


Figura 10. Distribuição espacial das redes de comercialização no Oeste Catarinense (UCAF/APACO).

### 5.3.2 Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc).

A Associação de Municípios do Oeste catarinense (Amosc) torna-se exemplo de transformação institucional visando dar conta do novo contexto socioeconômico, político e institucional dos anos 90. Criada para representar os interesses dos municípios perante outros órgãos do sistema federativo (Estado e União), a Amosc passou a incorporar outras atribuições, como foi o caso do assessoramento técnico aos municípios, através da prestação de serviços na área jurídica, da construção civil e contabilidade. Organizou o primeiro Fórum de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina, em 1996, assim como, constituiu a primeira agência de desenvolvimento (Instituto Saga)<sup>103</sup>.

A evolução do território da Amosc sofreu algumas alterações desde sua criação, em 1968. Passou de 34 municípios, abrangendo de Chapecó até o Extremo Oeste, divisa com a Argentina, para 23 em 1971, 16 em 1978, 30 em 1990 e 20 municípios em 1995 (Amosc, 1995). Como veremos mais adiante, existe muita diferença entre atuar como instituição única no fornecimento de serviços aos municípios e a tarefa de aglutinar municípios, instituições regionais, associações empresariais e ONG's, todos com variadas posições políticas e interesses diversos no planejamento do desenvolvimento regional.

No entanto, diferentemente das outras cinco associações (do início dos anos 90) que faziam parte do território da assim denominada região Oeste catarinense, a Amosc não se furtou a assumir um papel de liderança no enfrentamento da tarefa de gerir um processo de planejamento regional. Difícil por natureza, a tarefa do planejamento neste caso torna-se um grande desafio em função da crise sócio-ambiental que se configurava na última década.

A Amosc, pelo seu forte desempenho durante a década de 90, vem se destacando entre as 21 Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina<sup>104</sup>. De provedor de serviços para os municípios, passou a ter um papel proeminente na análise da problemática regional, seus problemas e suas perspectivas. À medida que seu desempenho foi aumentando passou a ganhar apoio de segmentos regionais importantes como as Associações Comerciais e as Prefeituras.

---

<sup>103</sup> A base territorial do Instituto Saga para a ser toda a região Oeste Catarinense em 2001.

<sup>104</sup> Ver análise do associativismo municipal nos anos 90 em Santa Catarina e o papel de destaque desempenhado pela Amosc em Marques (2001).

No início do processo a Amosc apenas estava respondendo a uma demanda do Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a elaboração do PBDR em 1993. O convênio para repasse de recursos financeiros não se efetivou, o que levou a assumir com recursos próprios a elaboração do Plano.

O referido plano foi elaborado em duas etapas, sendo a primeira de levantamento de dados básicos sobre a região. Na segunda, a partir do levantamento dos condicionantes, deficiências e potencialidades de cada município, foi elaborado o PBDR propriamente dito que foi apresentado num seminário regional em 1995. Temendo a possibilidade do projeto ficar no papel, a equipe técnica que coordenou a elaboração do PBDR, propôs a constituição de um Fórum.

### **5.3.2.1 O Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI)**

Na evolução do processo de elaboração do PBDR, os técnicos da Amosc perceberam a necessidade de envolver mais a sociedade e buscaram a constituição do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI)<sup>105</sup>. Criado em 1995, este é um órgão de articulação e formulação das políticas regionais de desenvolvimento que envolve o poder público local da área de abrangência, a iniciativa privada, universidade, órgãos estaduais e federais sediados na região, instituições financeiras, industriais, comerciais e não governamentais, cooperativas e entidades representativas de empregadores e empregados.

Como resultado desta estruturação, o fórum passou a ser de aproximadamente 100 pessoas, o que dificultava sobremaneira a operacionalização dos trabalhos. Surgiu assim a idéia do comitê executivo formado por um número menor de instituições regionais.

### **5.3.2.2 Contratação do Instituto Nomisma**

Por sua vez, do comitê executivo surgiu a necessidade de buscar apoio do Instituto Nomisma para re-trabalhar o PBDR e assim produzir algumas propostas de desenvolvimento regional. Segundo avaliação de técnico da Amosc, o Nomisma fez uma análise qualitativa do

---

<sup>105</sup> É importante frisar que a experiência pioneira de constituição do FDRI na região da Amosc serviu de referência para a constituição do Foruncat (Fórum Catarinense de Desenvolvimento). Este, por sua vez, vem promovendo a constituição de outros fóruns nas diversas associações de municípios do Estado de Santa Catarina.

que existia, do Plano Básico e algumas entrevistas com entidades regionais e agroindústrias. Daí surgiram as propostas de desenvolvimento regional, como a da Marca Guarda Chuva, Consórcio de Valorização dos Produtos, Observatório Econômico, entre outras.

Para o técnico da Amosc, foi neste momento que começaram as dificuldades de implementação. A existência do PBDR, assim como a institucionalização do FDRI e o documento elaborado pelo Instituto Nomisma “Projeto piloto para o desenvolvimento local na região Oeste do Estado de Santa Catarina”. não foram suficientes para deslançar sua operacionalização. Um dos poucos projetos implementados foi o que previa o desenvolvimento do agronegócio com base na promoção de atividades de agregação de valor.

A tentativa da Amosc, através dos mecanismos de Planejamento do Desenvolvimento Regional, expõe a dificuldade de uma determinada localidade (território da) atuar como um agente. Num instigante artigo, chamado “From localised social structures to localities as agents”, Cox & Mair (1991), defendem a possibilidade de uma dada localidade atuar como um agente no processo de desenvolvimento. Como vimos no capítulo 1, esta abordagem foi muito questionada por Marsden et al (1993), já que segundo eles, os interesses da localidade são muito distintos e, portanto, a possibilidade dos atores agirem em uníssono é muito difícil.

### **5.3.2.3 A constituição do Instituto Saga**

Dada esta dificuldade, isto é, a não implementação dos projetos sob responsabilidade de instituições, no ritmo desejado, a Amosc e o Fórum Regional constituíram um braço executivo. O Instituto Saga foi criado em 1998 para ser braço operacional do Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Integrado da Região Oeste catarinense<sup>106</sup>. Entre outros objetivos estão previstos: Integrar as instituições públicas e privadas; Organizar o planejamento e execução de ações de desenvolvimento da microrregião; Incentivar e participar do desenvolvimento de atividades econômicas, financeiras, técnico-científicas, agropecuárias e agroindustriais; Atuar para a instrumentalização e programação das políticas econômicas e sociais da microrregião; Instituir e participar de organismos e sociedades que tenham por objetivo o desenvolvimento da microrregião e favorecer a realização de atividades econômicas em associação com os diversos organismos e instituições nacionais e internacionais. O Instituto visa a promoção dos serviços de assistência técnica;

---

<sup>106</sup> A exemplo do Fórum, a constituição do Instituto Saga também tornou-se referência para a criação de Agências de Desenvolvimento Regional no estado de Santa Catarina. Ao todo existiam 14 Fóruns Regionais em 2001 e outras duas agências.

desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica; estudos de viabilidade econômica e de mercado; a inovação e abertura de serviços financeiros às empresas; a promoção e implementação de incubadoras e condomínios empresariais; e desenvolver a qualidade do sistema econômico da microrregião Oeste de Santa Catarina; Firmar convênios; contratos, acordos, associações públicas e privadas que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento da microrregião Oeste de Santa Catarina (Instituto Saga, 2001).

Para a consecução dos objetivos, o Instituto Saga instituiu projetos prioritários, assim como as instituições responsáveis por sua execução (Folder Instituto Saga). Os projetos estão sob a coordenação do Instituto Saga e a execução está a cargo de outras instituições regionais signatárias do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado. Os projetos prioritários são: 1) Consórcio de Tutela de Valorização dos Produtos Agrícolas (Cidasc); 2) Marca Guarda Chuva dos Produtos Agrícolas (Epagri); 3) Observatório Econômico (Unoesc); 4) Desenvolvimento das Associações Empresariais (AMMPEME); 5) Estudo de Mecanismos de Incentivos Empresariais (Amosc).

Apesar de bem estruturados, inclusive com a atribuição de responsabilidades, somente alguns projetos estão tendo êxito. Um deles foi a implementação da marca guarda chuva regional para produtos agrícolas que inicialmente estava sob responsabilidade da Epagri e passou para o próprio Instituto Saga, após a constituição deste<sup>107</sup>.

Na busca de implementação da marca Guarda Chuva Regional o Instituto Saga passa a replicar a experiência italiana dos Consórcios de Valorização de Produtos, onde o caso mais notável é o do queijo Parmegiano Reggiano. Para isso elabora as Disciplinares de Produção, documento técnico que normatiza a forma como deve ser produzida a matéria-prima e seu respectivo processamento e/ou transformação industrial.

Até o ano de 2002, o Instituto Saga, com o apoio de técnicos da Epagri e Cidasc da região, tinha elaborado as disciplinares de produção do feijão, do pepino, da cana-de-açúcar para produção do melado e açúcar mascavo e da carne suína para produção do salame.

Paralelamente, vem também oferecendo serviços como o Código de Barras e a respectiva Marca Castália, de propriedade do Instituto, para utilização dos agricultores e/ou agroindústrias. A utilização deste serviço é normatizada pelo “Contrato Particular de Cessão de Marcas” estabelecido entre o Instituto Saga e a agroindústria. Em 2002 existiam duas agroindústrias de cana-de-açúcar e duas de pepino utilizando a marca e o respectivo código de

---

<sup>107</sup> Na parceria a Epagri cede um técnico e a Cidasc o local e a infraestrutura da sede do Instituto Saga.

barras mediante o pagamento de uma taxa (ver na figura 11 imagens de agroindústria de cana).

Diferentemente da Ucaf, o Instituto Saga não tem priorizado a produção agroecológica, centrando sua atenção para as disciplinares de produção que seriam vistas como sinalizadoras de qualidade superior dos produtos. Juntamente com o cumprimento das disciplinares de produção do respectivo produto/matéria-prima, o agroindustrial tem que cumprir itens para poder usufruir da marca Castália. Entre estes destacam-se possuir boas práticas de fabricação (BPF) e sistema APPCC, uma técnica que busca garantir a segurança dos alimentos e está crescentemente sendo incorporada pelas grandes empresas dentro da lógica industrial de regulação da qualidade dos alimentos. É um dos sistemas exigidos pelos países importadores de carnes da União Européia.

A dimensão técnica parece ser a chave para o entendimento da lógica da rede do Instituto Saga, da mesma forma que a questão social para a rede Ucaf. Por exemplo, para o Instituto Saga a cessão da marca não se restringe aos agricultores familiares assim como não exige a organização grupal para a constituição da agroindústria.

Outra dimensão em que aparece a diferença é com relação à trajetória. A Amosc inicia com o Planejamento do Desenvolvimento Regional e chega ao projeto concreto de apoio à agroindústria como estratégia de re-inserção da agricultura familiar. A Apaco começou com a agricultura familiar, passou pela agroindústria grupal e agora está trilhando o caminho do desenvolvimento territorial. Com financiamento do BNDES e parceria com outras ONG's e Prefeituras municipais, vem desenvolvendo um projeto em seis municípios da região.

É importante ainda destacar que a abrangência do Instituto Saga foi ampliada da microrregião da Amosc para toda a região Oeste catarinense. Esta mudança deveu-se ao envolvimento do Instituto no processo de constituição da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Desta forma a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> A criação desta região teve origem na elaboração, em 1997, do Plano de Desenvolvimento Sustentável da área da Bacia do Rio Uruguai, apresentada ao Ministério do Planejamento e Orçamento.



Vista parcial da indústria de cana-de-açúcar



Início do processamento da cana-de-açúcar



Agricultor acompanhando o processamento



Agricultor mostra produto final embalado

**Figura 11. Imagens da agroindústria de cana-de-açúcar “ Derivados de Cana Zwirter” (Pinhalzinho), que utiliza a Marca Castália do Instituto SAGA (Epagri).**

As instituições executoras de um programa de intervenção neste espaço são respectivamente o Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul (Credenor- RS), do Instituto de Desenvolvimento Regional (Instituto Saga) e da Agência Regional de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (Agencia – PR). Visando consolidar este novo território já foram realizados seminários regionais nos três estados, constituídos Fóruns e implementados os primeiros projetos, com recursos federais. Neste foram incluídas ações de capacitação para o turismo rural e a constituição de pequenas agroindústrias familiares, basicamente na produção de leite e derivados.

Esse território é fruto de uma nova concepção de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Regional que agora busca identificar espaços de intervenção dentro das cinco grandes macrorregiões brasileiras. A ampliação do espaço de atuação do Instituto Saga, associada à constituição da Mesorregião evidencia assim a importância crescente da problemática do desenvolvimento regional nas várias escalas espaciais de intervenção do estado e das políticas públicas. Por outro lado denota a necessidade de se pensar novos mecanismos de participação dos territórios regionais insuficientemente representados pelo município e estado federado.

### **5.3.3 Cooperativas dos Assentamentos de Reforma Agrária (CooperOeste)**

#### **5.3.3.1 Cooperativa central de reforma agrária de Santa Catarina.**

O Movimento dos Sem Terra (MST) constituiu em 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab)<sup>109</sup> que articula desde o nível nacional até os assentamentos a produção e a comercialização dos produtos da reforma agrária. Em Santa Catarina foi constituída a Cooperativa Central de Reforma Agrária proprietária da marca Terra Viva. Apesar da existência dessa Cooperativa, os assentamentos continuavam com uma organização mais informal, via grupos de cooperação agrícola e associações. Somente em 1997 foi constituída em São Miguel d'Oeste a Cooperativa Regional Oeste da Reforma Agrária (CooperOeste). Além desta, os assentados também constituíram uma das duas Cooperativas de Crédito dos assentamentos do Brasil.

---

<sup>109</sup> Estão filiadas à Concrab, nove Cooperativas Centrais Estaduais (CCA), 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), 32 Cooperativas Regionais de Prestação de Serviços (CPS) e duas Cooperativas de Crédito. Ao todo são mais de 13 mil agricultores filiados ao sistema (Vilela & Wilkinson, 2002).

Os assentamentos de reforma agrária localizados em vários municípios da região do Extremo Oeste vêm passando por um rico processo de aprendizagem. Inicialmente, quando da instalação dos assentamentos, em 1985, teve lugar toda uma discussão sobre a forma de exploração a ser fomentada nos assentamentos, se individual e/ou coletiva. Havia um consenso que a forma convencional de organização, através das cooperativas agropecuárias, deveria ser evitada.

Foi aí que surgiu a idéia da organização informal das associações de agricultores. Além da associação passou-se a fomentar também os condomínios de suínos e de armazenagem, assim como, o de máquinas e equipamentos para utilização conjunta pelos agricultores.

Em relação aos condomínios a avaliação que se tinha na época era que produtor de suíno que produzir com quatro, cinco ou seis matrizes está fora. Temos que fazer o que? Fazer condomínios. Só que na verdade isso também não resistiu. Só aqui no Extremo Oeste nós temos sete ou oito condomínios de suínos que estão parados. Estão parados da mesma forma que estão parados aqueles chiqueiros que foram feitos individualmente. .. Foi o projeto de suinocultura que faliu. O que nos faz refletir. Tinha uma infraestrutura montada a partir do financiamento do Procera<sup>110</sup> que era produção de grãos baseada na suinocultura. Nós íamos plantar feijão que ia ser uma renda familiar mas principalmente, nos ia plantar milho que ia ser transformado em carne através da produção de suínos. Este projeto faliu. E aí foi para o pau o armazém (OI 23, São Miguel d' oeste, 05/04/02).

Contudo, a aposta, ainda no final dos anos 80, no projeto histórico da agricultura familiar da região, baseado na produção de milho e agregação de valor via criação de suínos, não logrou êxito tendo em vista os condicionantes externos, como vimos na estratégia da agroindústria convencional, no capítulo 3. O projeto dos condomínios de suínos e de armazenagem não foi suficiente para a viabilização das famílias assentadas. Assim foi construído o projeto leite.

### **5.3.3.2 A primeira iniciativa: processamento de leite e fabricação de queijo**

O primeiro empreendimento agroindustrial dos assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina foi uma unidade de processamento de leite e fabricação de queijo, no município de São Miguel d'Oeste, constituída em 1996. Protagonizado pela Associação 25 de maio dos agricultores assentados, o empreendimento apresenta como inovação a participação de agricultores não assentados como sócios da unidade industrial. Esta inovação

---

<sup>110</sup> Procera é o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária que visava suprir necessidade de custeio e investimento dos agricultores assentados.

organizacional permitiu uma ampliação da área de influência do movimento dos sem terra, assim como uma maior visibilidade no município.

Os recursos para implantação do empreendimento vieram da linha de financiamento do FAT do Banco do Brasil. Embora os agricultores assentados tivessem acesso aos recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, os de fora não tinham este acesso.

A unidade industrial operou informalmente durante um ano e depois de ter obtido o Serviço de Inspeção estadual (SIE) está atuando com o Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2002 recebia cerca de seis mil litros diários de leite, que na sua maior parte, era pasteurizado e vendido como leite tipo C. Apenas uma pequena parte é transformado em queijo. A Associação 25 de Maio, que é a proprietária da indústria, tem 39 associados, sendo que destes, 16 são agricultores familiares das comunidades rurais externas ao assentamento.

Outras duas unidades industriais de leite foram constituídas nos assentamentos da região nos municípios de Anchieta e de São José do Cedro, também sob a forma jurídica de Associação Sem Fins Lucrativos. Já no assentamento no município de Dionísio Cerqueira foi constituída uma unidade industrial de abate de frangos. A diferença é que nesta a forma organizacional escolhida foi a cooperativa.

Estas primeiras experiências agroindustriais foram as que deram suporte ao maior passo dado pela organização do Movimento dos Sem Terra, que foi a constituição da indústria de leite longa vida.

### **5.3.3.3 A grande indústria de leite**

A produção de leite esterilizado UHT<sup>111</sup> teve início com a constituição de uma unidade industrial de grande porte pela Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária, no município de São Miguel d'Oeste, em 1998. A capacidade da indústria em 2002 era de cem mil litros de leite por dia, mas operava com ociosidade. Embora situada no Extremo Oeste, a indústria

---

<sup>111</sup> Paradoxalmente, o leite UHT (Ultra High Temperature) é chamado de longa vida. No entanto, o mesmo também é chamado de leite esterilizado já que é processado a temperaturas de 142 a 145° C pelo período de dois a quatro segundos, o que acaba eliminando quase todos os microorganismos do leite. O leite pasteurizado tipos A, B e C, é processado à temperatura de 72 a 75° C por dois a quatro segundos. É importante destacar que desde o início o chamado leite longa vida vinha desfrutando de uma boa aceitação e sendo visto como de qualidade superior. Todavia, a qualidade do mesmo vem crescentemente sendo questionada. O tratamento a altas temperaturas está sendo visto pelos consumidores como um processo técnico que estaria desnaturalizando o leite, assim como, ofuscando problemas de qualidade do produto ao longo da cadeia.

também recebe leite dos assentamentos de outros municípios da região incluindo os de Abelardo Luz e Passos Maia que se situam há mais de 200 quilômetros da mesma.

A Cooperativa Regional de Reforma Agrária (CooperOeste) que construiu a indústria com faturamento mensal de 1,6 milhões de reais, foi responsável, em 2001, pela segunda maior arrecadação de impostos do município de São Miguel d'Oeste, perdendo apenas para o frigorífico de suínos da Cooperativa Central Oeste Catarinense. A CooperOeste tem 400 associados, 1300 agricultores integrados (a grande maioria de fora dos assentamentos) e gera 40 empregos diretos (AN Economia, 9/06/02).

Uma das características diferenciais desta forma de organização da agroindústria dos assentamentos de reforma agrária é que existe uma separação da etapa da produção da matéria-prima que é feita pelo agricultor assentado na sua propriedade, e a etapa de processamento industrial e distribuição, sob controle da Cooperativa. Assim, se configuram duas formas de gestão da produção, sendo uma individual e uma coletiva.

Difere frontalmente da forma de organização defendida e implementada pela Apaco e Ucaf. Nesta, a agroindústria é internalizada na propriedade do agricultor ou grupos de agricultores, sendo que a gestão da produção de leite, assim como sua industrialização e distribuição, são feitas de forma integrada pelas próprias famílias.

Outra diferença que chama atenção é a produção da *commodity* leite esterilizado, que é um produto indiferenciado e típico de grandes empresas multinacionais. A tecnologia embutida nas máquinas e equipamentos para o processamento deste leite é toda importada. A embalagem também é fornecida por empresa multinacional e seu custo aproxima-se a um terço do preço do litro de leite ao consumidor. Neste sentido pouca margem de manobra resta à região e aos agricultores no sentido de um processo de inovação e aprendizagem típico das redes horizontais de desenvolvimento rural. Ao optar pelo produto leite longa vida, a CooperOeste entra num mercado cuja lógica de produção está associada à escala e à competição via preços. Neste sentido a estratégia do leite esterilizado aproxima-se ao funcionamento de uma rede vertical. Nesta o funcionamento da rede dependeria de sua capacidade e da região acompanhar as inovações tecnológicas mundialmente estandarizadas.

A estratégia da CooperOeste de construir a grande indústria de leite vem provocando grandes discussões entre os diversos movimentos sociais ligados à agricultura familiar da região. Atores ligados à rede Ucaf, por exemplo, que apostam numa estratégia totalmente

distinta, vêm a constituição de grandes agroindústrias convencionais com reservas, já que podem repetir o exemplo das cooperativas tradicionais que em pouco se diferenciam delas.

Já atores ligados a CooperOeste têm argumentado que a produção do leite esterilizado é adequada a região, que tem uma capacidade de consumo muito pequena e está muito distante dos maiores centros consumidores. A produção do leite esterilizado favoreceria o seu transporte a longas distâncias. Contudo, este tipo de produto exige o aumento continuado da produção, o que não seria plausível nos limites produtivos dos assentamentos. A busca de aumentar o suprimento de leite junto a agricultores fora dos assentamentos se constitui no principal desafio enfrentado pela CooperOeste. Além disso, outras estratégias são implementadas, como a prestação de serviços de processamento de leite esterilizado para outras empresas de leite da região. Neste leque de estratégias também firmou parceria com a Cooperativa Uruguaia Conaprole (5º maior laticínio da América Latina) para processar e envasar 15 mil litros de leite esterilizado por dia em 2002.

Obviamente a constituição desta rede pelos assentamentos também nos dá uma idéia da grande capacidade de iniciativa destes agricultores que foi fortalecida pela atuação do estado via política de financiamento. Contudo, apesar de ter entrado na grande indústria de leite longa vida, produto cujo mercado extrapola a região e o estado de Santa Catarina, os assentamentos da região continuam com a estratégia de produção de leite pasteurizado integral tipo C, queijo e outros produtos mais voltados ao mercado local (Ver figura 12, imagens das plantas industriais ligadas à CooperOeste)

A produção de leite longa vida e a de leite tipo C são duas estratégias de inserção dos assentamentos nas distintas redes de produção e comercialização de leite e denotam também movimentos simultâneos de enraizamento e desenraizamento social local. Estas distintas estratégias são agora analisadas a partir da abordagem das redes sócio-técnicas.

#### **5.3.4 Agroindústrias como redes sócio-técnicas**

A presença de novos atores regionais e suas estratégias de agroindustrialização são a dimensão mais visível do surgimento de novas redes de desenvolvimento rural e regional. Embora ocorra convergência na estratégia geral de agregação de valor, através do processamento e industrialização da matéria-prima, existe também diferença significativa entre as propostas que vem sendo implementadas pelos diversos atores (ver quadros 9 e 10).



**Figura 12. Plantas agroindustriais de Associações de Agricultores Assentados, CooperOeste e outras formas de organização que vêm utilizando a Marca Terra Viva.**

Fonte: Folder Terra Viva.

Desde sua fundação, a idéia da Apaco era a construção de um modelo alternativo de produção agrícola e agroindustrial, assim como de desenvolvimento rural. Inicialmente seu foco era a ampliação da organização de Grupos de Cooperação Agrícola (GCA), quer na fase de produção de matérias primas, quer na fase de processamento mas, principalmente, de - comercialização. Mais tarde abraçou a causa da agroecologia que procurava, além da mudança no padrão tecnológico da produção, uma nova relação com o consumidor. Como outras organizações de agricultores do estado de Santa Catarina, a Apaco e a rede Ucaf tem fomentado uma relação direta entre os agricultores e consumidores. O apelo deste tipo de produção procura combinar a imagem do produto (agroecológico) com consumo ético (produtor familiar local). Seria uma particular relação dos atributos de qualidade ligados aos aspectos sociais e espaciais nos termos de Marsden et Parrot (2000).

O Instituto Saga/Amosc, influenciado pelas propostas de Instituto Nomisma, começou a pautar sua atuação numa tentativa de replicar a experiência de Terceira Itália. Entre as estratégias, a mais importante, sem dúvida, é a de procurar implementar os Consórcios Regionais de Valorização de Produtos Agrícolas, tão característicos daquela região Italiana. A idéia é valorizar a produção regional através da construção de uma marca guarda-chuva para alguns produtos típicos regionais (estratégia baseada em atributos de qualidade superior do produto). Para isso constitui disciplinas de produção associando o cumprimento desta a obtenção de produtos de qualidade superior. O instituto SAGA como ator-rede, vem ainda utilizando como intermediário o Contrato Particular de Cessão de Marcas.

A CooperOeste constitui-se numa tentativa de potencializar a consolidação dos assentamentos de reforma agrária da região a partir da inserção dos agricultores familiares em diversas formas de organização da produção e industrialização do leite. Diferentemente das outras duas formas de agroindustrialização, esta, embora utilize uma mesma marca (Terra Viva) para todos os produtos, tem como característica marcante a separação dos processos de gestão e da produção da etapa da matéria-prima e a do processamento e comercialização. Isto fica evidente no caso da indústria de leite longa vida, em que centenas de produtores familiares fornecem leite para ser processado em uma única grande planta industrial que é administrada pela direção da cooperativa. Embora a indústria de leite longa vida seja a estratégia dominante da CooperOeste, é importante assinalar que nos assentamentos da região ainda existem plantas de processamento de leite tipo C operadas por Associações de Produtores e destinadas ao mercado local e regional.

**Quadro 09 - Redes de agroindústrias familiares existentes no Oeste Catarinense e suas principais características**

<b>Características Redes</b>	<b>Instituição Promotora/ Ator-mundo</b>	<b>Principais Parceiros</b>	<b>Principais Municípios</b>	<b>Principais recursos mobilizados pela rede</b>	<b>Marca dos produtos</b>	<b>Nº de agroindústrias filiadas/existentes</b>
Ucaf	Apaco	Fetraf-Sul Orgãos financiadores Prefeituras Outras ONG's (Terra Nova) Unoesc, CCA/UFSC Rede Ecovida	Chapecó Seara Quilombo Coronel Freitas Ipumirim ...	Outros movimentos sociais ligados a agricultura familiar	Sabor Colonial	<b>30</b>
Instituto Saga	Amosc/FDRI	Epagri Unoesc/Unochapecó Cidasc Prefeituras Senai Sebrae	Pinhalzinho Quilombo São Carlos	Outras organizações públicas e o conhecimento técnico	Castália	<b>4</b>
Cooperativa Central Oeste de Reforma Agrária (CooperOeste)	Movimento dos Sem Terra	Comissão Pastoral da Terra INCRA Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Ministério do Desenvolvimento Agrário	São Miguel d' oeste, Dionísio Cerqueira, Abelardo Luz, Anchieta ...	Organização do MST, Crédito do Procera, Pronaf, ...	Terra Viva	<b>6</b>

**Fonte:** Autor a partir da pesquisa de campo.

**Quatro 10 – Características das agroindústrias familiares no Oeste Catarinense**

<b>Características</b>	<b>Forma de organização</b>	<b>Principais Produtos</b>	<b>Atributos de qualidade explorados</b>	<b>Mercado/ alcance prioritário</b>	<b>Tipo de estabelecimento/ forma de comercialização</b>
<b>Agroindústrias</b>					
Ligadas à Ucaf	Grupal. Grupos de cooperação na comunidade rural e um sistema de cooperativas e filiais	Produtos de origem animal e vegetal - leite e derivados - carnes e embutidos - cana-de-açúcar - outros	Produto colonial, artesanal, dentro da Legislação Estadual, agroecológico e da agricultura familiar.	Local e Regional	Venda direta, feiras livres municipais, pequenos mercados e, agora, está buscando o <i>Fair Trade</i> para alguns produtos (suco de laranja orgânico).
Ligadas ao Instituto Saga	Individual e, em menor grau, grupal.	Produtos de origem Vegetal Conservas – pepino açúcar mascavo, melado ...	Produto que segue as Disciplinares de Produção do Instituto SAGA (recomendações técnicas)	Regional, Estadual e Nacional	Pequenos e médios supermercados
Cooperativa Central de Reforma Agrária	Individual na produção e coletiva na agroindústria	Produtos de origem animal - leite UTH, leite pasteurizado queijo	Produto <i>Commodity</i> incorporando a Imagem da Reforma Agrária .	Local, Estadual e Nacional	Pequenos e médios supermercados

**Fonte:** Autor a partir da pesquisa de campo.

Outras pequenas iniciativas familiares, como processamento de doces, mais próximas ao funcionamento da rede Ucaf, também completam o cenário de operação da rede CooperOeste utilizando a Marca Terra Viva (Ver em figuras 13 e 14 imagens da rede Ucaf e da rede CooperOeste quanto ao uso da Marca e Selo de qualidade dos produtos). A CooperOeste vem usando a marca (Terra Viva) para todos os produtos e em todas as suas unidades industriais funcionando inclusive como um selo de qualidade. Já as agroindústrias familiares ligadas à rede Ucaf têm utilizado, além de sua marca individual, o selo coletivo (Sabor Colonial)<sup>112</sup>.

As três iniciativas podem ser vistas como tentativas de construção de diferentes convenções de qualidade dentro da abordagem da teoria das convenções. Os três atores-mundo (Apaco, Instituto Saga e CooperOeste), na linguagem das redes sócio-técnicas, vêm mobilizando diferentes recursos sociais e naturais locais e não locais na constituição de suas respectivas redes de agroindustrialização.

A CooperOeste, ao entrar na estratégia do leite longa vida, construiu uma grande indústria que passa agora a condicionar toda a estratégia da rede. Agora é o intermediário (na linguagem da TAR), isto é, a grande planta industrial que passa a subordinar toda a lógica de organização da CooperOeste. Esta passou a ter que ampliar o número de fornecedores de leite de fora do assentamento, assim como, promover parcerias com grandes empresas para utilizar todo o potencial da rede. Do ponto de vista do mercado consumidor, esta rede se beneficia da convenção de qualidade da *commodity* leite longa vida dada pela tecnologia de produção industrial estandarizada. Aliado a isso, a CooperOeste, como ator-mundo, busca agregar mais um apelo à sua Marca Terra Viva, que é a associação a produto da reforma agrária, o que aparece em todas as suas estratégias de mercado. No folder de divulgação, na espera pelo atendimento ao telefone, associação dos produtos Terra Viva com a luta pela Reforma Agrária, soma-se a imagem de produto regional.

Contudo, é na relação à montante da indústria que a rede CooperOeste enfrenta o seu maior desafio. Embora junto aos agricultores assentados a Cooperativa tenha maior facilidade na negociação das condições para o fornecimento do leite para processamento, a quantidade de produto é muito pequena. A média inicial por produtor assentado era de 10 litros por dia, e em 2002 chegou a 30, o que a direção da cooperativa considera pouco. Junto aos agricultores

---

<sup>112</sup> Este selo é utilizado na cores verde, para produtos de origem vegetal, branca para derivados de leite e vermelha para derivados de carne. O Selo Sabor Colonial também se transformou numa marca que foi lançada em Chapecó, durante a realização da I Feira da Agroindústria Familiar, como parte da EFAP 2001.

# Terra Viva

**Os produtos Terra Viva da Reforma Agrária de Santa Catarina vem destacando-se no comércio devido a enorme dedicação ao alto padrão de controle de qualidade total da produção.**

**Qualidade que vem do departamento técnico próprio, com profissionais especializados, prestando assistência técnica gratuita, selecionando a matéria-prima através de um rigoroso método, produzindo com alta tecnologia, higiene e competência, possibilitando o controle total de cada etapa da produção.**

**Com uma administração voltada a seus clientes, garante a oferta de uma mesa farta com grande variedade de produtos de alta qualidade.**

Figura 13. Produtos dos assentamentos que utilizam a marca Terra Viva.

Fonte: CooperOeste.

**UCAF**

Figura 14. Marcas individuais das agroindústrias familiares e Selo “Sabor Colonial” da Unidade Central das Agroindústrias Familiares Associativas  
Fonte: UCAF (2001).

familiares de fora do assentamento a concorrência por matéria-prima leite é grande, principalmente junto aos que produzem maior quantidade. Assim, a estabilização da rede da CooperOeste está continuamente passando pela ampliação de seu alcance fora dos limites dos assentamentos. Aqui os desafios são reconhecidos pelos dirigentes.

A nossa relação com os agricultores vem se dando no dia a dia e no concreto. Qual é o nosso desafio hoje com os pequenos agricultores [de fora do assentamento] e que a gente não está conseguindo? Como é que a gente vai conseguir mudar essa relação comercial que a gente tem com os agricultores, para uma relação política, digamos, de associado, por exemplo?. Como é que nós vamos chegar a tal nível de compreensão política e organização que os agricultores possam ser não simplesmente fornecedores de matéria-prima mas ser associados da cooperativa? Esse é o nosso grande desafio do momento. Qual é a estratégia? ... A gente tem que ter claro o seguinte: A CooperOeste não é um movimento social. É uma empresa cooperativa que tem que dar conta do recado em relação à produção. Ela pode ter uma posição de ser a favor dos agricultores. Agora quem vai fazer a luta política é o MST e o MPA... (OI 23, São Miguel d'Oeste, 05/04/2002)

Como pode-se evidenciar, a rede CooperOeste está inserida numa rede maior do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A constituição da rede CooperOeste e sua trajetória de agroindustrialização do leite incorporam, portanto, elementos sociais locais e não locais.

Esta incorporação de elementos exógenos à região também vem ocorrendo na rede Ucaf ligada à agricultura familiar. Nesta, por exemplo, a convenção de qualidade para entrar no mercado, dentro dos marcos da agroecologia, além dos recursos sociais e naturais locais dentro da rede Ucaf, mobiliza uma outra rede para a certificação de produtos. Estamos nos referindo à constituição da Rede Ecovida de Agroecologia. “É um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações de assessoria, pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento e o consumo de alimentos ecológicos” (Folder Ecovida). A rede estrutura-se a partir de 18 núcleos regionais, dos quais quatro na região Oeste Catarinense. Diferentemente de outros selos de qualidade, a Rede Ecovida utiliza a Certificação participativa. É um sistema solidário de geração de credibilidade, uma atividade em rede que articula agricultores e consumidores. Na rede os núcleos são os responsáveis por conduzir suas ações e o processo de certificação, desde que sigam os princípios e normas gerais de produção e processamento. Cada núcleo possui uma “comissão de ética”, que mais que cumprir a função de fiscais, atuam como promotores do processo de intercâmbio entre os membros dos núcleos (Folder Ecovida).

De forma diferente, a convenção de qualidade do Instituto Saga é dada pelo estabelecimento das Disciplinas de Produção. Estas foram produzidas por técnicos a partir

do seu conhecimento, com pouca participação dos agricultores. O reconhecimento da importância dessa convenção de qualidade foi assim visto por um dos técnicos do Instituto Saga.

Tem tecnologia neste processo. Tem disciplinares de produção que na hora que o produtor seguir todas estas disciplinares ele obtém um produto de qualidade. A grande indústria tem uma tecnologia só que no caso da indústria é padronizada ... É claro que o controle de qualidade industrial é muito mais sofisticado. Mas a gente quer com aquela visão de que o pequeno agricultor possa fazer. O pequeno agricultor não tem condições de fazer processo industrial do início ao fim (OI 22, Chapecó, 10/10/02).

Aqui aparece com nitidez a ênfase na tecnologia como estratégia de produção de qualidade diferenciada. Através das disciplinares de produção, de conteúdo eminentemente técnico, o Instituto SAGA acredita na possibilidade de constituir produtos de qualidade superior. O risco, ao nosso ver, está na crença de que a tecnologia possa ser separada dos processos sociais que estão ligados à produção de uma qualidade diferenciada. Murdoch (2000) tem argumentado que inovações no sistema alimentar estão associadas com a capacidade das regiões incorporarem aspectos naturais e sociais nos novos processos técnico-produtivos.

As diferentes tentativas de entrar na produção de produtos de qualidade diferenciada por parte dos três atores evidencia o conteúdo híbrido destas redes de agroindústrias. O estabelecimento de selos com regras, códigos, contratos e exigências se inscreve numa tentativa de construção social mais ampla da qualidade dos produtos. Assim, a rede social estaria sendo estendida e com isso o mercado distante poderia ser alcançado. Naturalmente, como veremos no próximo capítulo, esta extensão da rede pode levar a inesperadas aproximações com as redes das agroindústrias convencionais.

Embora o número de agroindústrias familiares filiadas às três respectivas redes seja ainda pequeno quando comparado com o número total de agroindústrias familiares da região, a sua existência sinaliza uma crescente mobilização social do território regional em torno de uma nova convenção de qualidade. Estamos aqui nos referindo à Teoria das Convenções (TC), originária na França, que se apresenta como válida para a realização de estudos do sistema alimentar. A TC vê a atividade produtiva como uma forma de ação coletiva e, da mesma forma que a TAR, também aborda de forma simétrica a ação social e os objetos naturais e focaliza como ambos são alinhados nos processo de construção de redes sócio-técnicas (Wilkinson 1997).

No desenvolvimento desta abordagem destacam-se as seguintes convenções: (Thevenot 1998, apud Murdoch et al (2000).

- 1) Convenções comerciais: incluem avaliações de preço e a qualidade comercial dos bens;
- 2) Convenções domésticas: são em grande parte baseadas na confiança e envolve bens que podem ser ligados a lugares e tradicionais formas de produção;
- 3) Convenções industriais: os bens são avaliados de acordo com padrões de eficiência e confiabilidade;
- 4) Convenções públicas: o reconhecimento que os consumidores dão às marcas e embalagens;
- 5) Convenções cívicas: refere-se ao valor de certos bens em termos de seus benefícios gerais para a sociedade.

As pesquisas acerca da TC em torno do sistema alimentar estariam focalizadas, segundo Wilkinson 1997, em como estas convenções são arranjadas pelos atores em contextos variados e em como elas são usadas em diferentes noções de qualidade. Já Murdoch et al (2000) entende que essa teoria poderia também ser usada para explicar diferentes formas de ação coletiva dentro das cadeias alimentares, de tal modo que ela torne possível avaliar disputas em torno de qualidade em termos dos principais conjuntos de convenções que possam ser empregados.

Ao ligar a TAR à teoria das convenções, Murdoch et al argumentam ser possível considerar a construção de redes econômicas e as várias formas nas quais as convenções vêm a ser forjadas em espaços de produção heterogêneos. Por exemplo, alguns autores ligam o valor comercial e ao reconhecimento público (qualidade ligada à marca) típico dos mercados dominados pelo modo industrial de qualidade idêntica. Outros ligam valores domésticos à características ecológicas locais (caso dos produtos de origem controlada, principalmente franceses e italianos).

Essa abordagem seria útil para o entendimento das diferentes formas de ação coletiva nas três redes acima analisadas. A CooperOeste, por exemplo, se vale de uma combinação de convenção industrial de qualidade (Leite Longa Vida) com a convenção cívica, quando faz apelo a produto da reforma agrária ou, mesmo, regional.

Com base nestas convenções, Murdoch et al 2000 agregam mais uma: a ecológica. Ao adicionar a noção de uma convenção ecológica aos padrões existentes de produção, poderíamos chegar a um sistema alimentar próximo à natureza e não contra ela. Utilizam esta nova convenção para analisar o caso do Iogurte orgânico no Reino Unido. O sucesso de uma rede de produção de Iogurte orgânico, segundo os autores, estaria relacionado com a qualidade do produto (possui um certificado de qualidade ecológica dado por uma instituição credenciada), com a expansão da produção sem comprometer a qualidade e com a forte imagem no país. Para conseguir este relativo sucesso, os autores argumentam que a rede teve que aliar a convenção ecológica e cívica com algum grau de convenção industrial e comercial

típico das tradicionais redes de *commodities*. Este desenraizamento parcial da rede foi uma condição necessária para a ampliação e consolidação da mesma.

Finalizando, os autores argumentam que para ter sucesso neste tipo de alimentos de qualidade, os produtores devem ir além da produção e consumo local e combinar um processo complexo de enraizamento e desenraizamento. Os extremos podem levar ao fracasso, dado que confiança está claramente ligada a algum grau de enraizamento natural e local.

As três redes da região Oeste catarinense, que estão experimentando processos de transição para alimentos de qualidade diferenciada, podem ser vistas, assim, como tentativas de construção de convenções.

#### **5.4 Síntese e considerações finais**

A apresentação, análise e interpretação das entrevistas realizadas com os agricultores permitiram evidenciar a importância da ativação de vínculos sociais na origem e evolução dos empreendimentos de agregação de valor na agricultura familiar. A mobilização destes recursos sociais permitiu à agroindústria familiar dar conta de uma série de desafios, dentre os quais, destaca-se a construção de mercado para seus produtos coloniais/artesanais. O que ficou mais evidente é que a agroindústria familiar rural tem uma relação mais próxima com os consumidores (feiras livres) e comerciantes (pequeno varejo). Seria este enraizamento nos territórios locais uma de suas primordiais bases de seu recente desenvolvimento. Nesta perspectiva a agroindústria familiar estaria re-aproximando a agricultura dos espaços rurais. Diferentemente da agroindústria convencional que cada vez mais se distancia deles.

Na segunda parte do capítulo procurou-se investigar como a noção de qualidade aparece no processo de constituição e legitimação social da agroindústria familiar. Evidenciou-se uma diversidade de significados dados à qualidade pelos protagonistas de processos de agroindustrialização. Assim, a qualidade dos produtos da agroindústria familiar foi associada ao controle da matéria-prima, ao gosto e à tradição dos produtos coloniais, ao padrão tecnológico diferenciado de produção, assim como à diferenciação da agroindústria convencional.

Na terceira foi identificado e analisado o processo de constituição de novos agentes associados à promoção de novas formas de agroindustrialização na região. Primeiramente, foi tomado o caso da Apaco que privilegiou a construção de uma rede de agricultores familiares dentro da proposta alternativa alinhada com a agroecologia. Já a Amosc, através do Instituto

Saga, optou pela constituição de sua rede, seguindo o exemplo da Terceira Itália, qual seja, o da produção de Consórcio para Valorização de Produtos Regionais, através das Disciplinas de Produção. Procurou mobilizar um grande e heterogêneo número de agentes em torno de uma proposta técnica de desenvolvimento regional. Já a Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária buscou inicialmente inserir os agricultores familiares no processamento de leite e queijo coloniais e, posteriormente, também, através da produção da *commodity* leite longa vida. Como vimos, essas três diferentes perspectivas podem também ser representadas como redes sócio-técnicas.

Uma característica comum nesta busca de estabelecer uma nova convenção de qualidade nestas três redes sócio-técnicas se entrecruza com a ampliação do alcance das mesmas. Os atores-mundo passam a mobilizar recursos sociais não locais. A Ucaf mobiliza outros atores sociais, como a Rede Ecovida de Agroecologia, que tem como território de atuação a Região Sul do Brasil. O Instituto SAGA amplia sua base de atuação para toda a região Oeste Catarinense, e a CooperOeste passa a mobilizar outros movimentos sociais como o MPA e a CPT. A mobilização de recursos naturais, sociais locais e não locais por parte destas distintas redes se constitui assim numa evidência de que o processo de mudança rural na região incorpora elementos endógenos mas, crescentemente, também, exógenos.

Todavia, novos desafios estão se impondo para o desenvolvimento e consolidação da agroindústria familiar rural na região. Há uma influência do *cluster* ligado à agroindústria convencional que pode vir a minar as características coloniais/artesanais do produto da agroindústria familiar e, com isso, comprometer sua trajetória de crescimento. Há ainda, como veremos no próximo capítulo, possibilidade de entrada da agroindústria convencional no mercado dos produtos coloniais. Esta perspectiva denotaria uma incipiente disputa por qualidade entre as duas distintas redes.

Estas novas redes de agroindústrias familiares, por nós chamadas de horizontais, estão anunciando um modo diferente de ordenar a produção e consumo de alimentos. O quanto este novo modo de ordenar as redes de produção e consumo de alimentos se distancia ou diverge do padrão convencional de agroindustrialização, presente nas redes verticais, será a questão abordada no capítulo 6.

## **CAPÍTULO 6 A TRAMA E A DINÂMICA DAS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

O objetivo deste capítulo é identificar e analisar as interfaces, conflitos e convergências existentes entre as diversas redes de agroindústrias, sobretudo em suas relações com o território regional. Na primeira parte será apresentado o quadro contendo os diversos tipos de agroindústrias e sua forma de relacionamento com o território regional, como resultado da co-evolução das distintas redes de desenvolvimento rural. A partir deste quadro será feita uma análise mais detalhada das trajetórias recentes dos dois principais tipos de rede que estão interagindo na região Oeste catarinense.

Na segunda parte do capítulo buscar-se-á identificar algumas interfaces existentes entre as trajetórias das redes convencionais e as da agroindústria familiar. Especificamente a idéia é analisar como o processo continuado de estabilização das distintas redes acaba produzindo encontros (nós) inesperados entre as mais distintas trajetórias de agroindustrialização da região.

Na terceira serão apresentados alguns elementos que estariam produzindo uma clivagem entre as redes de agroindústrias convencionais e as familiares emergentes. Estamos nos referindo às diferentes formas de regulação existentes no interior destas redes.

## 6.1 Trajetórias de agroindustrialização no Oeste Catarinense

A análise da evolução, nos últimos anos, da articulação entre as estruturas agrícolas e agroindustriais no Oeste catarinense evidencia a existência de um processo de profunda mudança. O padrão desta mudança varia, entre outros aspectos, com os tipos de produtos e matérias primas processados, com o alcance da rede que liga a produção e consumo alimentar e a forma de relacionamento desta última com o território regional. Assume-se que à medida que estes padrões de articulação se diferenciam, também ocorre mudança, espacial e temporalmente, nos respectivos padrões de desenvolvimento rural.

Segundo Wilkinson (1997), existem dois tipos clássicos de articulação agroindustrial. O primeiro e mais tradicional é aquele em que a agroindústria representa uma simples extensão da atividade agrícola incorporada na propriedade rural. O segundo é aquele em que a agroindústria representa uma intervenção externa na agricultura para adequá-la a novas oportunidades de mercado. Embora podendo se originar no primeiro, a articulação do segundo tipo vem predominando no desenvolvimento do setor alimentar desde o início do processo denominado de industrialização da agricultura.

O visível predomínio do segundo tipo de articulação agroindustrial, durante o século 20, deixou a impressão de que haveria uma irreversibilidade nos padrões de agroindustrialização. A transformação do produto agrícola seria crescentemente um insumo industrial e, portanto, sujeito a lógica de escala, padronização e regularidade do processo industrial, deixando pouco espaço para uma agroindustrialização em bases artesanais.

Na região Oeste catarinense pode-se evidenciar a evolução histórica destes padrões de articulação agroindustrial. Enquanto a articulação entre a agricultura e a agroindústria, na cadeia de suínos, evoluiu do primeiro para o segundo tipo, a de aves, já começou com características do segundo tipo. As duas vêm modificando o cenário de re-inserção socioeconômica da agricultura familiar integrada à medida que vão re-definindo de forma continuada sua inserção internacional. Hegemônica econômica, social, política e culturalmente, a integração agroindustrial na cadeia de carnes é também a mais convencional na região. Concentra o maior pólo de produção, processamento, industrialização e distribuição de carnes e derivados de suínos e aves do Brasil e América Latina.

Da mesma forma que o padrão tecnológico da produção agrícola, resultante do processo de modernização da agricultura no caminho de sua industrialização, o padrão de

articulação agricultura-agroindústria vem sofrendo questionamentos. Desde a última década do século XX, a perspectiva da agroindustrialização do primeiro tipo, a partir da agricultura, especialmente a de caráter familiar, tem se fortalecido. Aqui, ao contrário da grande agroindústria, as características agrícolas, naturais, artesanais e coloniais dos processos e produtos são valorizadas.

É claro que estes padrões não são puros, já que dentro deles há uma grande diversidade de situações. Na cadeia de suínos, por exemplo, há uma crescente presença de estabelecimentos familiares rurais no abate e, principalmente, processamento de carne suína. Embora de menor alcance, o mesmo vem ocorrendo com a avicultura.

A cadeia de leite, apesar do predomínio crescente do segundo tipo de agroindustrialização, ainda apresenta formas características de agroindustrialização a partir da agricultura, sobretudo, de caráter familiar<sup>113</sup>. A cana-de-açúcar tem um perfil de agroindustrialização do primeiro tipo, com incipiente organização de um sistema do segundo tipo.

Alguns autores argumentam que os padrões de desenvolvimento da agricultura poderiam estar criando uma tendência de bifurcação entre o papel do agricultor como um produtor especializado preso a mercados distantes (agricultor integrado a grande agroindústria), e o papel do agricultor como um pequeno empreendedor rural (Agricultor como industrial) (Fuller 1990, apud Marsden 1999). Será esta a situação do agricultor familiar do Oeste catarinense?

No quadro 11 pode-se ver a existência de diferentes tipos de agroindústrias como resultado de um processo de mudança rural e regional associado à ação de distintas redes de produção e consumo de alimentos. Do ponto de vista analítico poderíamos assumir a existência de dois tipos de agroindústrias, sendo que parte significativa destas estariam numa situação transitória, ora pendendo para a agroindústria convencional, ora a familiar rural.

---

<sup>113</sup> O número de produtores que produzem e também processam e/ou industrializam leite na região Oeste passou de 26.429 em 1975, para 41.404 em 1985, e 33.730 em 1995. Ver tabela 11.

**Quadro 11. Síntese dos tipos de agroindústrias, principais características e suas redes associadas no Oeste Catarinense.**

Tipo de agroindústria	Estrutura Social Predominante	Forma e condições de emergência da rede	Tipo de governança e/ou lógicas de organização	Tipo de redes associadas	Exemplos (cadeias e produtos) e impactos
I - Grande agroindústria convencional	1. Conglomerados Agroindustriais Privados.	Trajatória histórica da agroindustrialização ligada a dinâmica dos mercados nacional e globalizado.	- Ligada a lógica da produtividade com dominância cada vez maior de capitais industriais e transnacionais. - Especialização, escala e qualidade associadas à produção de alimentos padronizáveis, de baixo custo e alcance global.	Redes verticais puras ligadas a padrões estandardizados de eficiência e competitividade industrial globalizada.	- Sadia Perdigão, Seara e Chapecó. (Suínos, aves e leite)  - Poucas empresas (menos de meia dúzia) mas com forte impacto econômico na região.
	2. Conglomerado agroindustrial Cooperativo com diversidade de atores presentes.	Trajatória histórica das Cooperativas Agropecuárias Singulares e sua ligação a Cooperativa Central Oeste Catarinense.	Lógica que segue a trajetória da agroindústria privada regional com alguma oscilação na relação com os espaços microrregionais onde atuam as cooperativas filiadas.	Assume hegemonicamente as características das redes verticais.	- Cooperativa Central Aurora e filiadas com atuação na agroindústria de suínos e aves. - Uma única rede, mas, com grande impacto socioeconômico regional.
II - Pequena e Média agroindústria convencional emergente.	Empresário privado de origem urbana ou rural, regional ou local.	- oportunidades dadas pelo amadurecimento do <i>cluster</i> - espaços não ocupados pela agroindústria convencional	Oscila entre a lógica da produtividade industrial e a lógica natural, local e ecológica.	Há agroindústrias mais próximas às redes verticais e outras próximas a redes horizontais	- Abatedouros de suínos e aves e laticínios regionais. - Ainda pequeno com poucas empresas.
III- Agroindústria Rural de pequeno porte e/ou artesanal emergente e/ou reconfigurada.	1. Agricultores familiares com empreendimentos individuais e/ou coletivos.	- Espontânea: competências artesanais da agroindústria colonial existente nas comunidades rurais - Promovida por: . Políticas públicas (Pronaf) . Agências públicas (Epagri, Amosc) . Prefeituras Municipais . ONG's . MST	- Ligada a lógica da produção agrícola/ natural/ ecológica da matéria-prima.  - Predomínio de relações de confiança e reciprocidade na produção de alimentos com apelo local/regional e qualidade diferenciadas.  - Predomínio de relações diretas (produtor e consumidor).	Formas organizacionais em transição para redes horizontais ligadas a padrões locais/ regionais flexíveis de inovação e aprendizagem.	- Agroindústria de leite, suínos, cana-de-açúcar, frutas e hortaliças, mel, ovos etc com fortes laços com a comunidade local.  - Impacto social grande com centenas de pequenas agroindústrias, mas econômico regional ainda pequeno.

**Fonte:** Autor a partir da pesquisa de campo.

## **6.1.1 Uma tipologia das agroindústrias**

### **6.1.1.1 Conglomerados agroindustriais convencionais**

Na forma convencional de agroindustrialização, segundo os estudiosos do sistema alimentar, haveria a tendência para a concentração em estruturas econômicas cada vez maiores ocupando os diversos espaços e setores da cadeia produtiva. Neste sentido pode-se visualizar a presença destes grupos desde a produção de insumos (rações animais), atividades na área de geração e adaptação de tecnologias, em especial na área de melhoramento genético (matrizes suínas e, em menor grau, de aves); abate, processamento e industrialização de carne de aves e suínos; produção e distribuição de alimentos finais.

Um subconjunto destas redes verticais seria o formado pelo conglomerado agroindustrial representado pelo setor cooperativo<sup>114</sup>. Estas cooperativas constroem uma rede própria de produção, processamento, industrialização e distribuição de carne suína e de aves. Embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais nos marcos das cooperativas filiadas, sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização. Evidentemente as escalas preconizadas pelo sistema agroindustrial cooperativo são menores que as da agroindústria convencional.

Profundamente ligada à dinâmica dos circuitos globalizados de produção e consumo, esta forma de articulação corresponderia a uma típica rede vertical de desenvolvimento rural nos termos de Murdoch (2000). Exemplos destas trajetórias podem ser vistos na internacionalização de empresas como a Sadia, Chapecó, Seara, Perdigão, Cooperativa Central Oeste Catarinense. Neste contexto o agricultor passaria a ter, principalmente, um papel como produtor especializado preso a mercados distantes.

### **6.1.1.2 Pequenas e médias agroindústrias locais e regionais**

Num patamar intermediário entre as agroindústrias convencionais e as familiares rurais temos a agroindustrialização realizada pelas pequenas e médias agroindústrias, como é

---

<sup>114</sup> A Cooperativa Central Oeste Catarinense, por exemplo, é formada por cerca de 15 Cooperativas filiadas e mais de 40 mil agricultores associados.

o caso de algumas indústrias de aves, suínos e leite, recentemente constituídas. Além do menor tamanho, essas se diferenciam das agroindústrias convencionais pela sua relação mais intensa com o território regional.

Entre os agentes sociais estão empresários urbanos e rurais, ligados à atividade de transformação de matérias primas agrícolas e florestais, e profissionais liberais urbanos, com alguma vinculação à atividade agrícola, que estão apostando na agroindustrialização como forma de investimento privado. Há ainda as empresas de participação comunitária que estão apostando na organização de novas redes de agroindustrialização da matéria-prima como forma de re-fortalecer a economia local e regional. De fato não se constituem em uma rede específica e apresentam características de funcionamento existentes tanto das redes verticais como horizontais de desenvolvimento rural.

### **6.1.1.3 Agroindústrias familiares rurais**

A partir dos anos 90 a região Oeste testemunha a existência de um processo diferente de agroindustrialização. Neste são as estruturas rurais que se agroindustrializam numa miríade de iniciativas abrangendo uma diversidade de estruturas, espaços sociais, tipos de produtos e mercados.

Seja pela forma como são vistas (desde informais até clandestinas e fora da lei)<sup>115</sup>, o inusitado é que estas agroindústrias artesanais ou de pequeno porte, em parte, se inserem no processamento dos mesmos tipos de matéria-prima, especialmente, carne suína e, em menor grau, carne de aves e leite. Além destes produtos também estão sendo processados a cana-de-açúcar (melado, açúcar mascavo, cachaça), as frutas (doces e geléias) e hortaliças, etc. Aqui o agricultor passa a ser um pequeno empreendedor rural, diferentemente da agroindústria convencional.

Tão diversos quanto os tipos de produtos são os agentes sociais portadores destas novas formas de agroindustrialização. De uma maneira geral pode-se dizer que os produtores familiares individuais e/ou organizados em grupos (associações, pequenas cooperativas etc.) estão todos fortemente integrados ao território local/regional.

---

<sup>115</sup> Tornaram-se informais a partir da mudança da legislação (Ver Wilkinson & Mior 1999).

O surgimento desta miríade de formas de agroindustrialização evidencia a existência de um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e socioeconômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa. Esta situação corrobora com a idéia de uma evolução rumo à constituição de redes horizontais de desenvolvimento rural.

Como explicar ou, melhor, como representar este processo de mudança social em curso no Oeste catarinense, especialmente as formas emergentes de agroindustrialização, transforma-se inevitavelmente numa grande questão. A posição da globalização da agricultura e do sistema alimentar assumiria que estas formas econômicas são, antes de tudo, o resultado de um processo linear de reestruturação industrial. E, nesta perspectiva, considerando o processo de globalização, não poderíamos esperar da região mais do que um ajustamento à mudança das condições externas<sup>116</sup>.

No entanto, existem leituras diversas sobre o próprio processo de globalização no sistema alimentar. Autores como Marsden (1993), por exemplo, argumentam que as estruturas globais são mais construídas do que dadas. Portanto, enfatiza o autor, é necessário prestar mais atenção para as formas nas quais o poder é criado, mantido e contestado pelos agentes. E, ainda segundo o próprio autor, a mudança rural estaria situada na relação entre as tendências globais e as mudanças locais tecida pelas redes. Já para Whatmore & Thorne (1997) existiria um processo diferenciado de geografia e alcance das redes.

Ao invés de tratar da mudança regional como inevitável nesta ou naquela direção, partimos do pressuposto que o processo é construído e negociado, mais do que dado. Para isso nos apoiamos no instrumental teórico metodológico das redes. Assim, cadeias produtivas, agroindústrias e agricultores familiares são vistos como redes técnico-econômicas. Teríamos assim redes verticais associadas à agroindustrialização convencional e redes horizontais ligadas à agroindústria familiar rural. Entre as duas teríamos ainda os pequenos e médios empresários (quadro 11).

Considerando que as duas redes têm lógicas de funcionamento distintas é de se esperar que também tenham relacionamento distinto com o *cluster* acima desenhado. Como os recursos sociais, naturais, ecológicos e locais são mobilizados pelas distintas redes? De que tipos são os relacionamentos existentes entre os diversos atores, ou ainda, como é feita a

regulação destas redes? São questões que serão analisadas ainda neste capítulo. Contudo, antes apresentamos uma síntese das trajetórias recentes das agroindústrias convencionais e das familiares rurais.

## **6.1.2 A trajetória recente da agroindústria convencional**

### **6.1.2.1 A re-estruturação e o re-posicionamento nos anos 90**

A trajetória da agroindústria convencional tem sofrido mudanças ao longo das últimas décadas intercalando períodos de diversificação horizontal com integração vertical e externalização. A diversificação horizontal no caso das empresas Sadia e Perdigão partiu do abate de suínos para aves nos anos 70, e avançou para bovinos, nos anos 80. Nessa década também apostaram no setor de comercialização e industrialização de grãos. A integração vertical veio com o aprofundamento da pesquisa *in house* em suínos e aves, a introdução da parceria na suinocultura e, ainda, o avanço ao longo da cadeia de agregação de valor em direção a alimentos finais. Esta última estratégia, mais evidente nos anos 90, transforma agroindústrias como a Sadia e Perdigão em indústrias alimentares de produtos finais.

O processo de globalização, desregulação e inovação tecnológica dos anos 90 impacta os conglomerados alimentares verticalmente integrados. Sadia e Perdigão deixam o mercado de oleaginosas e o abate de bovinos e posicionam-se no mercado de alimentos congelados e pratos prontos e semiprontos ao mesmo tempo em que se reposicionam em aves e suínos. Esta seria uma tendência das empresas: concentrarem-se naquilo que elas consideram serem as mais competitivas. Sadia e Perdigão, por exemplo, estariam passando por um processo de desverticalização. Passam a se dedicar mais ao setor de alimentos congelados e com isso desvinculam-se de cadeias específicas de produção de matéria-prima.

A Sadia está com seu volume de abate de suínos estagnado no estado de Santa Catarina, enquanto outras empresas estão ampliando sua participação. A evolução da participação das empresas no abate de suínos em Santa Catarina pode ser vista no anexo J. A análise destes dados indica que a Cooperativa Central Oeste Catarinense passou a liderar o abate, assumindo o lugar histórico da Sadia. Outros frigoríficos como Rio Sulense também ampliaram significativamente sua participação no abate em Santa Catarina. Considerando que estas empresas não têm a mesma capacidade de industrialização da carne suína, é de se

---

<sup>116</sup> Ver debate acerca da globalização e localização da agricultura e sistema alimentar no capítulo 1.

esperar que estejam fornecendo carcaça para a Sadia e a Perdigão que lideram a produção de industrializados no país. Segundo especialista<sup>117</sup> na área, estaria iniciando-se um processo de integração de segunda geração na suinocultura de Santa Catarina. Enquanto as maiores empresas estão avançando no processo de agregação de valor, outras estariam sendo “integradas” para fornecer carcaça de suínos para a industrialização daquelas.

Uma das evidências desta típica divisão de trabalho entre as indústrias alimentares e os abatedouros pequenos e médios é o surgimento de novas plantas industriais para abate de animais fora de padrão (matrizes e machos suínos). Até 2002 eram duas unidades que prestavam serviço no abate de matrizes e machos suínos e forneciam carcaça pronta para industrialização às maiores empresas da região Oeste. Esta parceria é vista como uma possibilidade por alguns empreendedores da pequena e média agroindústria emergente. Já para a agroindústria familiar rural esta possibilidade não é desejada. O argumento é o de que esta seria uma repetição do modelo de integração na matéria-prima, do qual eles deixaram.

A industrialização da carne suína tem avançado na direção do aproveitamento cada vez maior do animal e subprodutos, sendo de maior destaque a produção de frescais como: fiambres, linguiças, mortadela, patê, presunto cozido e salsicha. Esses passaram de cerca de 20% dos produtos industrializados à base de carne suína nos anos 70, para cerca de 45% nos anos 90 (Altmann, 1997). Pelo contrário, a produção de gorduras neste mesmo período passou de mais de 45% para aproximadamente 5% do total. O que estes dados evidenciam? Embora tenha havido melhoria na qualidade da carcaça da carne suína, este fator não é suficiente para explicar a mudança. O que houve foi que a maior parte da gordura passou a constituir estes produtos frescais.<sup>118</sup>

No ramo da avicultura, do mesmo modo que na suinocultura, houve um processo de aprofundamento da agregação de valor à matéria prima. A novidade dos anos 80 foi a introdução da linha de desmontagem do frango, isto é, a transformação do frango inteiro em cortes, com ou sem osso. No processo de produção de cortes, enquanto algumas partes do frango ganham um valor maior no mercado (peito, coxa, sobrecoxa, coxinha da asa, miúdos etc.) sobram outras, como a carcaça com muito osso e com pouco valor de mercado. Dando seqüência a este processo de agregação de valor, nos anos 90, foi a vez da produção da carne mecanicamente separada do frango (CMS). Com as partes menos nobres do frango (carcaça,

---

<sup>117</sup> Jurandir Machado durante palestra no Seminário Internacional da Qualidade da Carne Suína (9/05/2002).

<sup>118</sup> Entrevista com ex-diretor industrial do Frigorífico Chapecó confirma esta evidência.

dorso etc.) e utilizando máquinas importadas, a agroindústria passou a produzir CMS. De importadas estas passaram a ser produzidas na região Oeste, com o amadurecimento do setor metal mecânico visto no terceiro capítulo<sup>119</sup>.

A CMS passa a ser utilizada na produção de industrializados à base de frango, suínos ou bovinos, como é o caso das salsichas, lingüiças, mortadelas, entre outros. No entanto, no processo de produção de CMS existem subprodutos como parte de carne e gordura que ainda está presa ao osso do frango. A existência destes subprodutos passou a ser o incentivo para o surgimento de tecnologias visando o seu aproveitamento. O processo para a extração da proteína funcional da carne (PFC) foi desenvolvido por empresas de aditivos, em parceria com empresas de máquinas e equipamentos de Chapecó, e empresa de enzimas biotecnológicas da Dinamarca. O resultado foi o patenteamento da PFC, pela Allimentus, como visto no segundo capítulo.

Entre outras implicações, a produção da PFC permite substituir a proteína texturizada de soja na produção de alimentos embutidos e, com isso, fazer um ciclo mais fechado na própria indústria alimentar. Do ponto de vista ambiental, a contribuição se daria pela diminuição de subprodutos potencialmente utilizáveis para a fábrica de ração ou sua transformação em dejetos industriais.

Conforme ressaltado no segundo capítulo, as redes verticais características das agroindústrias convencionais passaram por um processo de re-espacialização ou re-territorialização, ao longo dos anos 90, com o aumento da densidade de pequenas e médias empresas dentro da consolidação do *cluster*. O processo propiciou a emergência de relações mais horizontalizadas entre as empresas e instituições, o que favoreceu o surgimento de redes de inovação e aprendizagem no território regional. Contudo, este tipo de relação mais horizontalizada entre os atores ainda não é generalizado na região. Dada a presença histórica e a influência das grandes agroindústrias, as relações tendem a apresentar ainda uma forte hierarquia. Usando os termos de Schmitz (1997) está havendo um processo de cooperação vertical mas a cooperação horizontal e a eficiência coletiva ainda estão em fase de construção. Um dos fatores associados ao re-posicionamento da agroindústria convencional foi o amadurecimento do *cluster* carnes suínas e aves na região Oeste. Este amadurecimento refere-se à constituição e consolidação de uma complexa rede de empresas, organizações e

---

<sup>119</sup> A máquina para produção de CMS também está sendo utilizada para carnes suínas, bovinas e no processamento de peixe. No caso do peixe o produto resultante é chamado de polpa.

instituições envolvidas na produção de insumos, máquinas e equipamentos, pesquisas e inovações tecnológicas e prestação de serviços para a indústria de carnes.

A existência deste *cluster* de provedores de insumos, matérias primas, máquinas e equipamentos, aditivos, serviços de assistência técnica, entre outros, ao mesmo tempo em que exerce uma influência positiva sobre a agroindústria convencional, também pressiona a rede de agroindústrias familiares.

#### **6.1.2.2 A inserção crescente ao mercado internacional: a rede estendida**

Numa análise da agroindústria convencional fica clara sua estratégia de busca dos mercados nacionais e, sobretudo, internacionais. Estimativas do Instituto Cepa indicam que 90% da carne suína produzida em Santa Catarina é vendida em outros estados, e desta, cerca de 50% no estado de São Paulo. Até meados dos anos 90 as exportações eram pouco significativas, o que muda radicalmente no final da década com a entrada da Rússia como grande importador de carne suína. Importante destacar que o estado de Santa Catarina é o maior exportador e que, diferentemente da carne de aves, houve ampliação de exportação de carne suína na forma de carcaça e não de produtos industrializados ou cortes.

No caso da carne de aves, o estado de Santa Catarina vem liderando as exportações brasileiras desde o seu início, em 1975. Contudo, após a evolução da exportação de frangos inteiros, para cortes, nos anos 80, a produção de produtos industrializados destaca-se nos anos 90. Novamente o estado e, especialmente, o Oeste catarinense, passa a liderar a produção de industrializados para o mercado interno e, principalmente, para a exportação. Sadia em Chapecó, Perdigão no meio Oeste e Seara em Itapiranga<sup>120</sup>, estruturam modernas unidades de produção de industrializados para atender as exigências do mercado externo, especialmente, o europeu.

Ao entrar neste mercado externo, sobretudo, europeu, de produtos processados, as empresas têm que se pautar por novos critérios de controle de qualidade da produção de frangos ao longo de toda a cadeia. Aspectos como a qualidade ambiental, sanidade e segurança na etapa de processamento e industrialização passam a ser quesitos fundamentais

---

<sup>120</sup> Importante ressaltar que até meados dos anos 80 o frigorífico de aves de propriedade da Seara de Itapiranga estava ameaçado de ser fechado. No final dos anos 90, embora tenha sido fechado o frigorífico de suínos da mesma empresa, a Seara passa a construir a moderna unidade de industrialização de aves.

para a exportação de produtos, principalmente, para a Europa e Japão. Para dar conta destes desafios é que entram métodos de controle da segurança alimentar como o APPCC e a rastreabilidade da produção.

É neste movimento que a Sadia, Perdigão e Seara, para citar as três principais exportadoras de aves, passam a fazer parte das redes longas de distribuição de alimentos processados da Europa. A Sadia, por exemplo, começa a fornecer peito de frango embalado para supermercados do Reino Unido. No ano de 2002 implementa na região Oeste um novo projeto chamado de projeto Europa<sup>121</sup> para atender rastreabilidade, bem estar animal e biosegurança<sup>122</sup>, dentro das exigências dos códigos de conduta das grandes redes de supermercados inglesas, por exemplo.

Visando o atendimento das exigências cada vez maiores dos mercados consumidores, especialmente os europeus, as grandes agroindústrias estão tendo que implementar sistemas de rastreabilidade nos seus processos produtivos agrícolas, industriais e de distribuição. Estes sistemas são uma exigência da União Européia para a carne bovina desde o início de 2002. Embora a União Européia ainda não exija a rastreabilidade para a carne de aves, a grande distribuição alimentar do Reino Unido já tem esta exigência nos seus códigos de conduta. O procedimento já estaria impactando a cadeia de produção de aves do Oeste catarinense quando da exportação para aquele país. A rastreabilidade dos lotes de frangos já estaria sendo uma rotina na indústria de aves da Sadia de Chapecó.

Além da integração às redes de distribuição inglesa, a Sadia também aprofunda seu processo de parcerias e “*joint ventures*” com outras empresas do setor da indústria alimentar como fez a empresa Alemã Bofrest. Internamente, com a Perdigão constituiu a Brazilian Food BRF, visando o mercado russo.

Nas estratégias das grandes empresas agroindustriais evidencia-se um crescente foco de atuação no setor da distribuição alimentar e, por conta disso, uma diversificação das fontes de abastecimento de matéria prima originais (suínos e aves) para novas cadeias como a do leite, peixes etc, visando seu processamento industrial. Novas parcerias surgem como é o caso

---

<sup>121</sup> Se este projeto repetirá o famigerado projeto 21 da Sadia apresentado no final dos anos 80 e encerrado ao longo dos 90, só o futuro dirá. No entanto, o que está mais claro é que agora a Sadia terá que se relacionar com novos atores, como é o caso da Associação dos criadores de aves de Concórdia, que já ameaçou com greve no ano de 2001 e é protagonizada inclusive por ex-técnicos da integração da Sadia. São, portanto, novos atores e novos tempos de negociação.

<sup>122</sup> Segundo Gerente Agropecuário da Sadia Unidade de Chapecó.

da Sadia com a empresa Laticínios Cedrense (do Oeste Catarinense), que passou a ser fornecedora de queijo para a produção de pizza da primeira.

Por outro lado, na agroindústria convencional do leite ocorre um forte processo de reestruturação, nos anos 90, que atinge toda a cadeia brasileira. A entrada de grupos transnacionais (Parmalat) em parceria com o sistema cooperativo, ao mesmo tempo em que novas empresas locais e regionais são constituídas e fortalecidas, são características principais deste processo. Simultaneamente a região Oeste transforma-se na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina.

No entanto, ao nível de produção da matéria prima vem ocorrendo estratégias distintas. Enquanto na suinocultura parece estar havendo uma desverticalização, na avicultura, pelo contrário, a preocupação com as fontes de matéria prima parece ser cada vez mais a tônica das empresas. Assim, os impactos sobre a pequena e média agroindústria de suínos e aves também parece ser distinta, como veremos após análise da trajetória da agroindústria artesanal. A estratégia das grandes empresas convencionais, centrada na produção de produtos de maior valor agregado (cortes, produtos prontos e semiprontos), deixou uma abertura de mercado para frangos de menor valor agregado (frango inteiro) que passaram a ser ocupados por novos entrantes na região, e em todo o país. Na região o exemplo mais claro é do Frigorífico de Ipumirim, conforme visto no capítulo 3.

Em relação ao ambiente de operação dos agricultores familiares integrados, a situação parece ser a continuidade histórica do processo de seleção, exclusão e concentração desses produtores. Mais visível na cadeia de suínos, onde o número de produtores integrados vem diminuindo de forma continuada durante as duas últimas décadas, este processo pode estar iniciando nas cadeias de leite e aves. Na cadeia de suínos há ainda um processo paralelo de integração com a constituição de novas redes de sub-contratação dos pequenos produtores por integradores independentes. E ainda há a aquisição de suínos pelos novos entrantes (pequenas e médias agroindústrias e a agroindústria familiar rural) que passam a ser mais um canal de escoamento para os pequenos produtores de suínos.

Embora muito tenha se escrito sobre a existência de seleção, concentração e exclusão da produção familiar na avicultura, este processo ainda não se configurou, pelo menos da mesma forma que na suinocultura. Diferentemente dessa, por exemplo, empresas como a Sadia vem ampliando o número de avicultores na sua área de abrangência de Chapecó. Segundo dados da empresa, de um número de 1.022 avicultores integrados em 1991 passou

para 1.281 em 1995 e 1.575 no ano de 2001. Embora não tenhamos os dados das outras empresas, as evidências são de que o número de avicultores também foi ampliado durante os anos 90. É claro que neste processo houve avicultores que ampliaram o tamanho de seu aviário de 50, para 75 ou 100 metros ou de um para dois aviários. Aliado ao processo de ampliação do tamanho do aviário está havendo uma pressão para modernização do mesmo. De um aviário operado manualmente para automatizado e, nos últimos anos, climatizado<sup>123</sup>.

No leite, embora a estratégia implícita da agroindústria convencional seja também a de concentração da produção, ainda há dificuldades, haja vista alguns aspectos diferenciados da atividade leiteira, assim como da estrutura da cadeia produtiva. Diferentemente da cadeia de suínos, a de leite apresenta uma estrutura ainda permeada por pequenos laticínios em que predomina uma certa disputa pela matéria-prima dos produtores. Aliás, este é um aspecto que merece melhor qualificação. Enquanto na agroindústria familiar de suínos a produção da matéria-prima é própria, na de leite a participação da matéria prima adquirida de vizinhos vem crescendo de forma continuada.

Ao tomar parte dessas grandes redes de distribuição européias, as empresas convencionais acabam sendo dirigidas, pelo menos no âmbito do mercado internacional, pela lógica das mesmas. Segundo Marsden & Parrot (2000), é a habilidade destes supermercados em impor suas convenções de qualidade o fator chave para a manutenção do sistema liderado pelas grandes corporações. Nestas redes longas, ainda conforme os autores, o critério de qualidade está no controle técnico, racional e higiênico de segurança alimentar em implantação, no rastro das crises da vaca louca e da febre aftosa. Este controle estaria informando a emergência de um novo modo de regulação da qualidade dos alimentos, agora comandado pela grande distribuição, sobretudo, no Reino Unido. Todavia, este sistema pouco emancipa produtores individuais, regiões e a natureza na cadeia produtiva. É por isso que os autores propõem colocar ênfase não somente na natureza ou qualidade do produto, mas também no tipo de controle organizacional desenvolvido pela própria cadeia.

### **6.1.3 A trajetória recente da agroindústria familiar rural**

Vimos no capítulo 5 que as experiências de transformação de produtos de milhares de agricultores familiares não tinham visibilidade social ou socioeconômica nem perante o aparato estatal e de políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural até os anos 90. No

---

<sup>123</sup> O aviário convencional custava R\$ 32.961,00, o automático R\$ 43.878,00 e o climatizado R\$ 63.489,00. Canever et al (1997).

entanto, a partir desta última década se constituem na raiz de processos de agroindustrialização artesanal e é sobre esta transformação que iremos nos ater neste item.

### **6.1.3.1 A reconfiguração recente associada à construção de novas redes**

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços e a abertura de novos mercados abrangendo a reconfiguração dos recursos rurais. “Terra, trabalho, natureza, ecossistemas, animais, plantas, habilidades artesanais, redes e relações urbano-rural tem que ser re-formatadas e re-combinadas” (Ploeg et al 2000, p. 398). A reconfiguração das agroindústrias familiares aqui é entendida como parte do processo de transformação da estrutura e funcionamento da agricultura familiar regional. Ela abrange mudanças internas da unidade de produção agrícola associadas às alterações no contexto sócio econômico e institucional mais amplo de inserção da agricultura familiar. Assim, recursos como o uso da mão-de-obra, das redes sociais e da relação com o urbano estão sendo re-formatados pela agroindústria familiar rural. Uma evidência nítida deste processo é a transformação da atividade de valor de uso (conservação de alimentos processados para subsistência) em uma atividade com valor de troca (comercialização), como uma importante estratégia para a reprodução da unidade de produção familiar.

Neste processo de reconfiguração a mão-de-obra e o *know how*, entre outros recursos, para processar produtos agrícolas, passam a ser re-valorizados. A mão-de-obra das mulheres agricultoras e seu conhecimento dos métodos de processamento de alimentos passam ser fundamentais para o êxito da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar. O importante a destacar aqui é que embora esteja presente, não se trata apenas de uso de fatores marginais (mão-de-obra) como muito bem defende a abordagem da lógica camponesa de organização da produção, para a qual interessa sobretudo a utilização intensiva dos fatores existentes na família, especialmente a mão-de-obra, como estratégia de reprodução da agricultura camponesa.

Da mesma forma, a renda gerada pela atividade de agregação de valor passa a dividir importância com tradicionais fontes formadoras de renda da propriedade, como a própria integração em suínos, aves, fumo e leite (quando existente) ou produtos típicos da região (milho, feijão,...). Enquanto no passado recente as atividades de subsistências eram vistas como suporte da integração, hoje, em algumas propriedades, com processos mais intensos de agregação de valor, vem ocorrendo o inverso. Diferentemente do modelo convencional de modernização da agricultura, em que a idéia chave era a especialização e aumento das escalas

com crescente transformação em supérfluos dos recursos não enquadrados nesta lógica, a agroindustrialização rural passa a valorizá-los (Ploeg 2000).

Estas e outras formas de reconfiguração de recursos estão presentes no processo de transformação da agroindústria familiar rural nos anos 90. Dentre estes aspectos está a sua passagem de atividade informal para legalizada perante as diversas esferas da regulação da produção de alimentos. É importante lembrar que a atividade passou a ser vista como informal apenas após a mudança da legislação e se diferencia de outras atividades ilegais e/ou clandestinas sujeitas aos rigores da lei (Wilkinson & Mior 1999). Embora esta legalização envolva outros aspectos, como a questão ambiental e a fiscal, vamos nos ater aos aspectos sanitários. No caso dos produtos específicos de origem animal, conforme vimos no capítulo 4, com o processo de descentralização da inspeção, e a constituição dos serviços estaduais, no início dos anos 90, houve uma crescente pressão para a regularização destes empreendimentos familiares rurais. A tabela a seguir nos dá uma idéia do expressivo crescimento do número de estabelecimentos com serviços de inspeção sanitária nos abatedouros de suínos, aves e usinas de leite.

**Tabela 13. Distribuição dos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE) nas diversas regiões de Santa Catarina (fevereiro de 2002).**

<b>Região</b>	<b>No. de estabelecimentos com SIE</b>	<b>Participação % estado</b>
<b>Concórdia</b>	<b>30</b>	<b>7,4</b>
Chapecó	25	6,2
Xanxerê	14	3,5
Campos Novos	11	2,7
Videira	10	2,5
Caçador	6	1,5
São Miguel d'oeste	2	0,5
<b>Total região Oeste</b>	<b>98</b>	<b>24,3</b>
<b>Blumenau</b>	<b>58</b>	<b>14,4</b>
Tubarão	54	13,4
São José	42	10,4
Rio do Sul	37	9,2
Joinville	32	7,9
Criciúma	31	7,7
Itajaí	29	7,2
Mafra	13	3,2
Lages	9	2,2
<b>Total Geral</b>	<b>403</b>	<b>100</b>

Fonte: Geinp-Cidasc, tabulação do autor.

Uma análise da tabela 13 permite evidenciar que está havendo uma concentração dos estabelecimentos com SIE localizados próximos ao litoral e aos grandes centros consumidores, em detrimento das regiões de produção da matéria-prima. Enquanto as regiões

de Blumenau, Tubarão e São José concentram cerca de 40% dos estabelecimentos, a região Oeste abriga apenas 25%. O contraste fica mais evidente quando se sabe que a região Oeste abriga cerca de 50% dos estabelecimentos rurais, responsáveis por mais da metade do valor bruto da produção agropecuária do Estado. Numa análise preliminar, poder-se-ia supor que a região estaria produzindo matéria prima para outras regiões agregarem valor.

Embora isto ocorra também, a região Oeste se caracteriza pela existência de grandes agroindústrias de suínos, aves e leite, que possuem Serviço de Inspeção Federal (SIF) fornecido pelo Ministério da Agricultura. No caso do leite, dos dos 120 estabelecimentos com SIE e SIF em Santa Catarina, a região Oeste concentrava 60 estabelecimentos em 2002 (Ver tabela 14).

**Tabela 14. Estabelecimentos industriais de leite com Serviços de Inspeção Federal e Estadual em Santa Catarina por mesorregião e número de Indústrias Rurais de Pequeno Porte (IRPP).**

Mesorregião	Com inspeção Federal e Estadual			Total	IRPP
	UB*	FL	PR		
Oeste	14	28	18	60	112
Norte	3	2	4	9	98
Serrana	2	2	1	5	58
Vale do Itajaí	4	15	6	25	56
Grande Florianópolis	3	4	-	7	9
Sul	9	7	2	18	30
<b>Total do Estado</b>	<b>35</b>	<b>58</b>	<b>31</b>	<b>124</b>	<b>363</b>

\* UB = Usina de Beneficiamento; FL = Fábrica de Laticínios e PR = Posto de refrigeração.

Fonte: Oliveira et al (1999), Santos (2001).

Além desses, outros regularizaram sua situação do ponto de vista da inspeção sanitária com o Serviço de Inspeção Municipal. Considerando o município de Chapecó teríamos a seguinte situação:

Do total de 29 estabelecimentos com inspeção sanitária, 14 tem inspeção municipal e 11 a Inspeção Estadual.<sup>124</sup> Num total de 34 estabelecimentos que processam suínos com inspeção sanitária nove tem serviço de inspeção municipal e 25 estadual (Ver tabela 15).

É importante salientar que o município de Chapecó foi um dos primeiro a instituir o Serviço de Inspeção Municipal na região, e no estado, em 1993. Com cerca de 160 mil habitantes, concentrando cerca de 15% da população da região, é considerado pólo regional e, é obvio, não representa a média dos municípios da região. Contudo, evidencia uma certa metropolização da região como centro irradiador da dinâmica urbana regional.

**Tabela 15. Número de estabelecimentos agroindustriais com Serviços de Inspeção Estadual existente na região Oeste Catarinense por Administração Regional da Cidasc. (Produtos selecionados - 2002).**

Região	Chapecó	Concórdia	São Miguel d'oeste	Videira	Xanxerê	Campos Novos	Caçador	Total
Suínos *	6	12	1	3	4	6	3	35
Bovinos **	10	9	1	3	4	4	3	34
Leite	4	7	0	0	0	0	0	11
Outros	5	2	0	4	6	1	0	18
Total	25	30	2	10	14	11	6	98

\* Foram incluídos aqui os estabelecimentos definidos como fábrica de embutidos

\*\* Foram incluídos aqui os estabelecimentos definidos como entrepostos de carnes e fatiamento.

Fonte: Geinp-Cidasc, tabulação do autor.

A transformação destes estabelecimentos informais em legais do ponto de vista da legislação sanitária, ambiental e fiscal, vem se constituindo no principal desafio que a tradição de agregação de valor pela agroindústria familiar colonial enfrenta. É esta tradição que se constitui no recurso básico para a reconfiguração destas atividades, agora vistas como legítimas perante grande parte da sociedade oestina e catarinense.

A ação dos agricultores familiares e suas organizações se dá na busca de sensibilizar as prefeituras para o equacionamento do problema da inspeção de produtos de origem animal, e uma parte significativa das municipalidades está implementando o serviço. Estima-se que um terço dos municípios do Oeste possuem o SIM sendo que os pequenos e sem infraestrutura formam inclusive parcerias para sua estruturação, ao mesmo tempo em que há localidades fortes economicamente que não o fizeram ainda (caso de Joaçaba).

De estabelecimentos informais operando sem visibilidade, as agroindústrias familiares rurais tem que dar mais um passo na mobilização de recursos, além dos vistos no capítulo 5. Associado ao processo de legalização das agroindústrias familiares rurais está a construção e evolução das redes de desenvolvimento rural tecidas pelas organizações dos produtores rurais (MST/CooperOeste), organizações não governamentais (Apaco/Ucaf), e intergovernamentais (Amosc/Instituto Saga), entre outras. No capítulo 5 mostrou-se que embora estas tenham

<sup>124</sup> Levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Chapecó, computou a existência de 39 agroindústrias familiares rurais.

inspiração distinta no foco de suas estratégias, todas vêm buscando uma inserção em mercados de qualidade específica. Inicia-se, portanto, uma nova fase da continuada construção da estabilização das redes de desenvolvimento rural.

O recurso das redes está na existência de um determinado tipo de capital social que seria a contrapartida básica para a estratégia de cooperação entre as famílias, no caso das agroindústrias grupais, e entre as próprias agroindústrias, na sua organização em rede. Esse tipo de capital social estaria embasando a criação de novas redes envolvendo agricultores familiares e suas organizações, prefeituras, outras instituições públicas, pequenos distribuidores de alimentos e consumidores urbanos, na constituição de selos de qualidade como o do Sabor Colonial (Ucaf), Terra Viva (MST) e Castália (Amosc/Saga).

Importante reter aqui que estas redes se constituem como crítica à forma de atuação das redes de agroindústrias convencionais, sobretudo no papel atribuído ao agricultor familiar no interior destas cadeias. Como contraponto, as novas redes se constituiriam na valorização do agricultor e sua estratégia de produção de alimentos de qualidade.

Diferentemente da agroindústria convencional, que vem imprimindo um modo de governança tipicamente industrial, essas novas formas de organização estariam adotando uma forma de governança baseada nos valores locais, sociais e ecológicos (tradição cívica nos termos da teoria das convenções). Os sistemas emergentes estariam baseados em relações sociais mais horizontalizadas do que as presentes nas convencionais formas de agroindustrialização.

Como estas novas redes em processo de estabilização vão se relacionar com as redes consolidadas é uma importante questão. Manterão elas sua independência e autonomia construindo um caminho próprio ou terão que, em algum momento, ao interagir com as redes convencionais, passar por um processo de negociação? Em que dimensões existiria um processo de convergência e/ou conflitos nesta negociação?

O que pode indicar a existência destas formas de cooperação nas diversas redes das agroindústrias familiares rurais? A presença da tradição histórica em processar alimentos de forma artesanal dos agricultores familiares, o que significaria? Estas novas redes anunciam uma nova equação de qualidade entre o natural, o local e o ecológico, como argumentado por Murdoch et al 2000, e com isso estaríamos vivenciando o surgimento de um novo modo de organização na produção alimentar? Estas são as questões que serão discutidas a seguir.

## **6.2 Redes estabilizadas e redes em construção: As interfaces entre as redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**

Embora as redes verticais (representadas pelas grandes agroindústrias convencionais como atores mundo), assim como as horizontais (representadas pelos promotores das agroindústrias familiares) estejam em processo de transformação, indubitavelmente, é a ação estratégica da agroindústria convencional que acaba, de forma voluntária ou, muitas vezes, involuntária, influenciando no padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar.

Com efeito, as redes verticais de desenvolvimento rural estão estabilizadas, embora em permanente transformação, enquanto que as redes horizontais estão em processo de construção. Considerando que uma das propriedades das redes é a possibilidade de agir a distância, é importante assinalar que, por exemplo, as redes verticais podem estar abrindo espaço de mercado para a expansão e fortalecimento da agroindústria familiar ou, pelo contrário, disputando espaços e recursos do território regional.

Os efeitos da busca continuada de estabilização da rede, sobretudo pela ação do seu ator-mundo, a agroindústria convencional, podem ser sentidos diretamente, dentro das próprias cadeias de suínos, aves e leite, especialmente pelos produtores familiares integrados que percebem diminuídas suas possibilidades de integração junto a agroindústria. Indiretamente, na ampliação ou diminuição dos espaços de mercado para a agroindústria familiar rural ou, ainda, através de seu efeito sobre a economia rural e regional e o impacto sobre os níveis de consumo de alimentos.

Os efeitos combinados destas estratégias evoluíram de uma situação favorável à expansão da agricultura familiar integrada até os anos 80, para um crescente processo de exclusão da mesma no final da década. Associado ao processo de exclusão da integração agroindustrial, está havendo também o êxodo rural, que contribui para a urbanização regional e favorece o surgimento e a ampliação de mercado para produtos coloniais. Esses processos estão na base de uma renovada ação estratégica de parte dos novos agentes regionais e dos agricultores familiares que buscam re-inserir social e economicamente seus territórios.

É preciso destacar que a gestão do desenvolvimento econômico do território regional era realizada a partir dos interesses da agroindústria convencional. Esta gestão passa a ser contestada a partir dos anos 80 e intensificada, a partir dos 90, com o crescente desencontro

entre os interesses setoriais da agroindústria convencional e os interesses territoriais dos agentes regionais e locais.

A tarefa agora é analisar as interfaces existentes entre as trajetórias recentes das redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural em três dimensões. Na primeira tomar-se-á o caso das agroindústrias convencionais e seu modo de ação à distância nas cadeias de suínos e aves e sua influência sobre o processo desenvolvimento da agroindústria familiar da região. A seguir analisar-se-á a influência do amadurecimento do *cluster* carnes sobre o desenvolvimento da agroindústria familiar rural. Finalmente, verificaremos as formas de organização existentes nas redes verticais e as horizontais como subsídio para levantar alguns aspectos que certamente irão configurar alguma distância.

### **6.2.1 A agroindústria convencional, as estratégias de mercado e os espaços para a agroindústria familiar**

Da mesma forma que a agroindústria convencional de suínos, aves e leite vem passando por intenso processo de re-estruturação, a agroindústria familiar rural vem sendo reconfigurada em sua estrutura de funcionamento. Enquanto a agroindústria convencional vem de um processo de re-estruturação e re-posicionamento associado à sua atuação nos mercados nacionais e, principalmente, externos, a familiar sendo reconfigurada tendo em vista as mudanças nos ambientes regulatório (legislação sanitária, fiscal etc.), tecnológico e de mercado, que são, principalmente, regionais.

Se no âmbito dos mercados nacional e externo a estratégia da agroindústria convencional tem sido a aproximação maior com agentes da distribuição em geral, no âmbito da região oeste, é diferente. As agroindústrias que operavam com supermercados próprios junto às suas plantas de abate e industrialização e, em alguns casos, com restaurantes próprios, deixaram de fazê-lo durante os anos 90. A Sadia vendeu seu supermercado de Concórdia em 1996 e fechou seu ponto de venda de produtos ao lado da unidade industrial de Chapecó. Embora com pouca participação dentro da pauta de distribuição de produtos destas agroindústrias, esta externalização afeta a comercialização dos seus produtos nos mercados locais.

Na suinocultura, a estratégia das grandes empresas de focar na industrialização cada vez maior da matéria-prima tem aberto espaço de mercado de cortes de carnes suínas *in*

*natura* para a pequena e média agroindústria convencional e, também, para a familiar rural. O foco em produtos processados, especialmente frios, a partir da utilização crescente de subprodutos com padrão industrial de conservação (através de aditivos e conservantes) tem levado a questionamento dos consumidores. Tanto pela utilização de matérias primas menos nobres quanto pelos aditivos e conservantes químicos utilizados para a conservação.

Na avicultura a estratégia da agroindústria convencional também tem sido de avançar na agregação de valor à matéria-prima frango. Praticamente, a agroindústria convencional deixou de focar no mercado de frangos inteiros para as vendas internas e, principalmente, externas (exceto para o Oriente Médio, onde ainda predomina o frango inteiro). Assim, as grandes empresas passaram a se dedicar à produção de cortes e industrializados a base de frango para o mercado interno e, no caso do Oeste catarinense, externo. A Sadia, por exemplo, na sua unidade de Chapecó vem abatendo frango com uma média de peso próxima aos três quilogramas indicando seu uso à industrialização.

No caso do leite o que chama atenção da trajetória da indústria convencional é que nos anos 90 ocorre uma profunda mudança de foco. Houve uma crescente estratégia de utilização das características favoráveis para a lógica industrial de produção e, principalmente, distribuição do leite “longa vida”, em detrimento do leite tipo C e B. Esta estratégia se deu em detrimento da produção de queijos de menor valor agregado, como o prato e o mussarela (Santos 2001).

No conjunto, as estratégias de mercado da indústria alimentar convencional em suínos, aves e leite indicam a existência de um processo importante de abertura de mercado para a pequena e média agroindústria de produtos à base de suínos, frangos inteiros e queijos, assim como, para a familiar rural. Embora haja uma certa divisão de mercado entre as indústrias alimentares convencionais e as familiares rurais, também existe concorrência entre os dois modos de ordenar a produção de alimentos. Vejamos alguns exemplos.

Na suinocultura, a Sadia estava realizando testes de mercado para um salame “tipo colonial” no maior supermercado de Concórdia, no ano de 2001, para ver a receptividade do consumidor a este tipo de produto. A razão para isso é que neste estabelecimento a maior parte do salame vendido é do tipo colonial superando, inclusive, as vendas do salame tipo industrial da empresa. Cabe assinalar que este supermercado pertencia à própria Sadia até 1996, sendo que o atual proprietário foi diretor da empresa.

A possível entrada da Sadia neste segmento de produtos coloniais indica que o mercado de nicho ocupado pela agroindústria familiar rural poderá se transformar num grande mercado no futuro. A Sadia poderia entrar com uma nova linha de produtos chamada “colonial/caipira” ampliando as já existentes (Sete Mares para peixes, Linha todo Sabor, Linha pizzas e Lasanhas, produtos com menos sódio etc.). Qual vai ser a avaliação do consumidor, o futuro dirá. O mais provável é que a concorrência neste mercado tenda a aumentar no futuro.

Na avicultura a Sadia já entrou na produção do “Frango Caipira”<sup>125</sup> com o abate em sua unidade de Dois Vizinhos, no Paraná, visando o mercado promissor da região sudeste cujo “selo” de qualidade atende pelo nome de caipira. Além disso as grandes agroindústrias estariam entrando na produção de frangos verdes (sem utilização de matérias prima de origem animal para a produção de rações). A produção de frango orgânico ainda está em fase de testes. Estes movimentos de descomodittização evidenciam que a agroindústria convencional está atenta à evolução de mercado dos produtos de qualidade diferenciada e, portanto, com maior valor agregado.

O aprofundamento desta tendência, até por uma necessidade de atendimento dos mercados europeus, como, por exemplo, nos aspectos ligados ao bem estar animal e à proteção do meio ambiente, poderia convergir com estratégias de desenvolvimento regional baseadas no turismo rural e à produção de produtos artesanais de alto valor agregado. Mas, ao mesmo tempo, poderia vir a competir com estratégias de produção de produtos coloniais da agroindústria familiar.

### **6.2.2 O *cluster* carnes e seu transbordamento sobre a agroindústria familiar rural.**

A região Oeste vem passando por um importante processo de re-territorialização do *cluster* carnes, com a crescente presença do setor de máquinas, equipamentos, insumos e serviços. A evolução da Mercoagro, já abordada no capítulo 3, evidencia a importância crescente do setor no padrão de industrialização da carne de aves e suínos da região.

Ao mesmo tempo em que este amadurecimento do *cluster* reforça o desenvolvimento da grande agroindústria convencional, ele também exerce uma influência positiva sobre a

emergência e evolução da pequena e média agroindústria. O efeito proximidade faz com que haja um ambiente favorável à experimentação e à inovação tecnológica e organizacional.

Se, de um lado, a existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento de novos empreendimentos apóia a emergência das agroindústrias familiares, dada a presença de empresas que fornecem toda uma gama de serviços, máquinas, equipamentos, insumos para a concretização de agroindústrias, de outro, tem um efeito ambivalente sobre o desenvolvimento dos estabelecimentos familiares e artesanais.

O desenvolvimento do *cluster* está pautado na direção da produção de máquinas e equipamentos, embalagens e prestação de serviços, adequado para a média e grande agroindústria convencional. Além disso, a mais importante influência é do tipo de insumos que estão sendo desenvolvidos pelo *cluster*. Os aditivos para a produção de embutidos de carnes, por exemplo, foram desenvolvidos para produtos industriais convencionais e não para produtos coloniais (artesanais, naturais, orgânicos ou agroecológicos).

Associada ao amadurecimento do *cluster* está a formação de uma extensa rede de empresas fornecedoras destas máquinas e insumos convencionais. É uma força persuasiva de fornecedores especializados de máquinas e equipamentos, aditivos e conservantes na região. Esta influência foi assim vista por uma técnica da Epagri:

Infelizmente o pessoal [agricultor] não tem essa consciência de manter um produto artesanal. A partir da hora que o pessoal [representante comercial] sabe que vai abrir uma nova agroindústria enche de vendedor oferecendo milagres. E eles convencem os agricultores que o equipamento é bom, que o produto é bom. Acabam comprando sem saber se a máquina se paga, se realmente é uma tecnologia adequada. Eles são muito autênticos e confiam nas pessoas entao eles são refêns fáceis...Uma agroindústria pequena em um ano trocou de fornecedor de misturas (aditivos para produção de embutidos de carnes suínas) três vezes. Tem uma agroindústria que usou o produto e ele não teve aceitação no mercado. Então o preço move muito eles a mudar. Eles não fazem teste antes. Eles (fornecedores) prometem treinamento mas ao mesmo tempo eles vem com os mix prontos (OI 25, Concórdia, 06/06/02).

O período por que está passando a agroindústria no que tange aos aspectos coloniais e artesanais da mesma, foi assim visto por técnico que vem trabalhando com a Apaco.

A gente já fazia um pouco a crítica ao trabalho que a Epagri fez que ajudou muito a homogeneização dos produtos que tinha um lado importante que era garantir qualidade higiênica e processual mas acabou também por produzir uma padronização uma uniformização do produto. O salame de todo o mundo é muito igual. Eu acho que isso

---

<sup>125</sup> A produção brasileira de frangos coloniais/caipira foi normatizada pelo Ministério da Agricultura através do Ofício Circular DOI/DIPOA no. 007/99, de 19 de maio de 1999. Entre outros critérios, a portaria estabelece que o frango deve ser criado solto dos 28 dias até o abate (85 dias). A área média de pasto deve ser de 3 m<sup>2</sup> por ave.

dá para perceber corre-se o risco ainda pensando para a frente. Porque para a situação atual o produto colonial é um percentual pequeno comparado com a demanda geral do produto no mercado. Então ele pode ser esse igual. Agora quando ele chegar ao volume de 40% do mercado igual. Aí pasteurizou. Aí simplesmente trocou o da Sadia para outro sistema diferenciado. Agora o que precisa garantir é uma mudança na cultura do consumidor. Porque o nosso consumidor, por exemplo, o que conhece de queijo? Ele conhece o queijo colonial e o queijo prato e três quatro tipos de queijo e não vê uso para outros tipos de queijo. Não é um consumidor francês e isso também dificulta o processo. Dificulta você produzir um outro tipo de produto que não está ligado à cultura do consumidor. Isso a gente precisa trabalhar também. Porque o produtor vai produzir o que vai ter mercado (OI 21, Chapecó, 26/04/02).

Ela (a agroindústria colonial) está com o conceito do produtor, do rural, se aproveitando do nicho de mercado, do momento que é de produto meio de moda e isso facilita. A hora que isso for massivo e o consumidor começar a pensar no processo de produção daquele produto... Mas é muito importante essa fase do processo. Então é muito importante e é preciso ele sentiu que está sendo respeitado por isso. quando ele se fortalecer e esse produtor, essa família, essa comunidade, este grupo está passando por um processo de mudança. Se ele também e a realidade está permitindo que o produto tal qual ele está produzindo hoje tenha aceitação e esteja sendo valorizado e isso é bom. Eu acredito que num processo mais massivo isso vai começar a ser questionado, vai ser pressionado mas aí ele é sujeito no processo. É isso que processualmente, metodologicamente tem que garantir: que ele não se perca como sujeito no processo (OI 21 idem)

O importante a reter aqui que a aposta da Apaco e da rede que ela mobiliza, em torno da Ucaf, e do selo “sabor colonial” visa primordialmente à construção de redes de agroindústrias familiares para atender o mercado local. É claro que no mercado local os nichos para produtos diferenciados ou de consumidores com valorações diversas é pequeno, especialmente quando se está falando do Oeste catarinense.

O caso a seguir é outro exemplo da influência da agroindústria convencional sobre a pequena agroindústria. A contratação de um técnico aposentado que tinha trabalhado na Sadia para prestar assessoria na linha de produção de embutidos a base de carne suína, que inicialmente se mostrou como uma saída para uma agroindústria de pequeno porte, tornou-se um problema. O técnico estava capacitado para produzir um embutido convencional, com toda a linha de aditivos e temperos (pimenta) que a Sadia usava. O produto resultante era adequado para o mercado nacional da Sadia, mas não aos padrões de consumo locais. Especificamente, o tempero foi considerado muito forte do ponto de vista de gosto pelo paladar regional e foi rejeitado.

Estes aspectos confirmam a literatura que trata das pequenas empresas. Os prestadores de serviços de assistência técnica e orientação trabalham com pequenas pensando que são grandes empresas.

O transbordamento da agroindústria convencional e seu *cluster* sobre a região, também influenciam a produção e/ou manutenção do produto colonial. Aliada a isso está a restrição da legislação que dificulta sobremaneira a manutenção do caráter artesanal nos produtos da agroindústria familiar rural. Por exemplo, a legislação sanitária exige o uso de conservantes e antioxidantes em todos os produtos derivados de carnes como salame, lingüiça e presunto. Isso e a falta de assistência técnica estariam dificultando a produção de um produto diferenciado (orgânico, agroecológico e/ou artesanal).

### **6.2.3 A heterogênea presença da singularidade na agroindústria artesanal**

A origem de novos padrões de agroindustrialização e a possibilidade de sucesso na sua evolução e consolidação pressupõe, em alguma medida, algum tipo de singularidade quando comparada com os padrões pré-existentes. Esta singularidade, por sua vez, é vista como especialmente importante quando está se referindo a agentes socioeconômicos de pequeno tamanho, como é o caso dos agricultores familiares. Apoiados pelos atores-mundo eles estão, através da constituição de pequenas agroindústrias rurais individuais ou, em rede, contribuindo para a formação de novos padrões de agroindustrialização.

Uma análise da agroindústria rural evidencia, de uma maneira geral, a existência de trajetórias singulares de evolução diferente da percorrida pela grande agroindústria convencional. Assim, a forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores e presentes ao longo da cadeia (rede) de produção e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor são algumas características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional. Pode-se afirmar que o conjunto de características está diferencialmente presente nos diversos produtos produzidos pela agroindústria familiar.

Um dos aspectos em que se assenta a construção da singularidade é a possibilidade de incorporação do atributo “colonial” aos alimentos processados e/ou industrializados pela agroindústria familiar. O atributo colonial vem de algum tempo chamando a atenção do consumidor como um “selo” de qualidade, o que foi evidenciado inclusive numa pesquisa realizada nas cinco maiores cidades de Santa Catarina, como o nome que mais representaria o produto das pequenas agroindústrias rurais (Oliveira et al 2000)<sup>126</sup>.

Nessa pesquisa foram ouvidos os consumidores e também os decisores de compra (gerentes de comercialização ou diretores proprietários) dos estabelecimentos que comercializam alimentos. Para responder a pergunta de como deveriam ser chamados os produtos oriundos de pequenas agroindústrias rurais, havia as seguintes opções: produtos coloniais, produtos do campo, produtos da indústria rural de pequeno porte, produtos artesanais, produtos da roça, os consumidores e decisores de compra assim se pronunciaram:

Entre os consumidores, a média da preferência pelo nome colonial foi de 65%, e entre os decisores de compra foi de 57%. Todavia, o que chama atenção é o resultado da pesquisa junto aos consumidores na cidade de Chapecó: o nome colonial alcançou o maior índice, chegando a 84% dos pesquisados. Isto indica o apelo do colonial nesta região. Aliás, colonial já era o nome dado pelo Ibge à região (Colonial do Oeste Catarinense e Colonial Vale do Rio do Peixe). De forma diferente, em Florianópolis o nome colonial foi o preferido de apenas 49% dos entrevistados.

Embora a produção familiar do Oeste catarinense esteja envolvida no processamento de dezenas de matérias primas, tanto de origem animal como vegetal, os principais alvos de processos de agroindustrialização são a carne suína, o leite e a cana-de-açúcar. Seja no censo do Ibge (ver tabela 10), nos levantamentos realizados por projetos da Epagri (ver tabela 16), ou como resultado do Programa Desenvolver ou do Pronaf Agroindustrial que incentivam a constituição de agroindústrias, o número de empreendimentos que processam estes produtos sempre aparece ocupando os três primeiros lugares. A análise da tabela 16 permite ainda evidenciar que a agroindústria de carnes suínas é muito mais importante na região Oeste do que no estado. Isso difere dos outros produtos, que estão presentes de forma mais equânime nas demais regiões.

---

<sup>126</sup> As cidades pesquisadas foram Florianópolis, Joinville, Lages, Criciúma e Chapecó.

**Tabela 16. Principais matérias primas processadas nas agroindústrias familiares da região Oeste e no Estado de Santa Catarina.**

Matéria-prima	Oeste		Santa Catarina	
	No.	%	No.	%
Leite	112	34,57	363	34,38
Carne Suína	88	27,16	150	14,20
Cana-de-açúcar	75	23,15	244	23,11
Frutas e Hortaliças	47	14,51	180	17,05
Mandioca	2	0,62	119	11,27
Sub-total	324	100,00	1056	100,00

**Fonte:** Oliveira et al (2000), tabulação do autor.

Neste momento vamos nos limitar a analisar como as agroindústrias familiares de carne suína, leite e cana-de-açúcar estão incorporando o aspecto colonial nos produtos alimentares finais<sup>127</sup>. Enquanto a agroindústria familiar de suínos busca se constituir tentando negar a herança e a influência da agroindústria convencional, a cana-de-açúcar faz sua própria trajetória tendo como referência a tradição familiar, colonial, construída historicamente no território regional. Na faixa intermediária está a produção de derivados de leite onde, os aspectos coloniais estão mais presentes, por exemplo, no queijo do que no salame.

Assim, não é de estranhar que a agroindústria rural de suínos é talvez a que mais apresenta diversidade no que diz respeito a padrões tecnológicos e estratégias de suprimento de matéria-prima, produtos processados e alcance de mercado. Se, de um lado, existe uma intenção que busca a diferenciação da agroindústria convencional, por outro, os resultados nem sempre são alcançados.

É inegável que a produção da matéria-prima (suínos) na região foi profundamente transformada pela modernização tecnológica. Por exemplo, a trajetória do melhoramento genético na suinocultura foi totalmente dominada pela idéia subjacente das grandes agroindústrias alimentares<sup>128</sup> que visava ganhos no rendimento de carcaça com vistas à

<sup>127</sup> Todavia é fundamental ressaltar aqui as ponderações de Marsden et al. (2000) quando assume que o importante é levar em consideração a natureza das cadeias curtas, como ele chama, do que as próprias características do produto. Isto é de suma importância já que também a grande agroindústria convencional (considerada uma cadeia longa) poderia em tese produzir um produto com características coloniais.

<sup>128</sup> A Sadia, por exemplo, vem desde 1978 desenvolvendo pesquisas “in house” na área de melhoramento genético em suínos, enquanto outras empresas fazem um trabalho em parceria com empresas multinacionais, como a Agrocerec PIG, ou mesmo adquirem destas os materiais genéticos. De forma diferente, a Cooperativa Central Oeste Catarinense vem desenvolvendo seu programa de melhoramento genético em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves da Embrapa de Concórdia.

“industrialização”<sup>129</sup>. Assim, pode-se dizer que o suíno produzido é hoje adequado ao processamento industrial preconizado pela grande agroindústria convencional, agora alçada à indústria alimentar. Associado ao melhoramento genético está a introdução de sistemas intensivos de produção de suínos confinados, alimentação e controle de doenças, típicos de um padrão estandardizado e industrial.

A dúvida que fica é se este suíno seria o melhor também para a agroindústria familiar com vistas à produção de um produto diferenciado que incorpore aspectos locais, naturais, artesanais, coloniais e/ou agroecológicos. Alguns depoimentos de produtores de salame colonial e, mesmo, de técnicos ligados à área sinalizam para a existência de dificuldades. Não seria o mais adequado, entre outras razões, por não manter as propriedades gustativas e sanitárias ao longo do tempo.

A questão do sistema intensivo de produção na suinocultura está presente na grande maioria das agroindústrias familiares, até porque parte delas ainda produz suínos para as agroindústrias convencionais. No entanto, uma parte delas está implementando estratégias de produção de suínos menos intensivas, com a introdução do sistema de produção de suínos ao ar livre, o que sinaliza para a produção no futuro de um suíno orgânico ou agroecológico. Contudo, mesmo dentro da rede da Ucaf, que tem como um dos critérios para concessão do selo Sabor Colonial a produção da matéria-prima em bases agroecológicas, este padrão tecnológico ainda está em processo de construção.

Com relação aos tipos de produtos produzidos pela agroindústria familiar de suínos, embora exista uma diversidade, ainda predomina o salame. É o produto chave na estratégia de construção da imagem colonial, mas está existindo uma crescente importância da lingüiça no leque de produtos dos estabelecimentos familiares.

Diferentemente da lingüiça, o salame é originário da tradição da indústria artesanal do próprio agricultor. Todavia está começando a existir na região uma certa inquietação com relação a este produto. Por um lado ele é chamado de salame tipo *colonial* mas ao mesmo tempo ele está perdendo alguns atributos que lhe valeram esse nome. Em primeiro lugar porque para ser chamado de salame ele teria que ter no mínimo 12 dias de cura após a fabricação. Embora isso aconteça, também ocorrem casos em que o salame é produzido hoje, defumado amanhã e comercializado depois de amanhã. Esta situação é derivada da forte

---

<sup>129</sup> O rendimento da carcaça, de 73 % em 1996, e o de carne magra na carcaça, de 54%, tem melhorado continuamente.

demanda dos consumidores, da falta de capital de giro dos empreendimentos familiares e da existência de quebra (perda de água e a correspondente perda de água do produto) com a cura e da própria concorrência que se dá em preço. Devido a isso alguns produtores estão promovendo mudança no nome, passando a chamá-lo de lingüiça colonial.

O produto lingüiça pode ser visto como exemplo da influência do padrão convencional de produção e agroindustrialização de carne suínas. O tipo que está sendo produzido pela agricultura familiar não é tipicamente um produto de origem colonial, e sim, da própria agroindústria convencional. Mesmo assim existem diferenças entre os dois tipos de produtos. Além do caráter artesanal e industrial, a diferença se dá na presença de subprodutos da carne suína e de outros animais (aves, inclusive a CMS) ou mesmo vegetais (farinha de mandioca) que estaria presente no produto industrial.

Dada a demanda de parte dos consumidores da região, da existência de tecnologia para fabricação (curso de profissionalização da Epagri e toda uma rede de fornecedores de aditivos e serviços) e da possibilidade de aproveitar parte do suíno, este produto passou a ser um dos componentes chaves na estratégia competitiva da agroindústria familiar. É aqui que os dois tipos de redes disputam espaços de mercado para o tradicional aperitivo do churrasco. Segundo informações obtidas junto a agricultores familiares que produzem lingüiça, quando a agroindústria convencional realiza promoções, o produto da agroindústria familiar tem dificuldade de comercialização.

Já no caso do leite existe uma maior heterogeneidade de situações. A principal questão está na realização ou não de pasteurização do leite durante a etapa industrial para a produção de queijos. Embora seja uma exigência da legislação sanitária, muitos produtores não estão utilizando este procedimento. O argumento usado para isso é que a pasteurização tem como efeito a mudança do sabor do queijo, conferindo a este a perda do atributo colonial. Inclusive alguns produtores que estavam fazendo a pasteurização deixaram de fazê-la com receio de perda de clientes e de mercado. Um produtor, por exemplo, chegou a comentar a dificuldade de venda do queijo quando embalado como tipo *colonial*. O consumidor estaria dizendo que este não mais seria o queijo colonial.

Em relação ao processamento da cana-de-açúcar, tendo em vista a fabricação de derivados, está se observando a evolução do padrão artesanal e colonial de produção. Além dos tradicionais produtos, como o açúcar mascavo, melado, melado batido, foram recuperados produtos tradicionais da região como o puxa-puxa e, mais recentemente, a cachaça. O puxa-

puxa é, pode-se dizer, um dos mais apreciados pela população regional como acompanhante do tradicional chimarrão. Pode-se afirmar que a revalorização deste produto é um típico caso de construção de uma rede horizontal de produção e consumo alimentar<sup>130</sup>.

**Quadro 12. Características das agroindústrias familiares de suínos, leite e cana-de-açúcar no Oeste catarinense.**

Produto	Suínos (Salame)	Leite (Queijo)	Cana-de-açúcar (melado, açúcar)
Característica			
Origem e forma predominante de obtenção da matéria-prima	Própria, quase que exclusivamente	Mista – própria e também adquirida de vizinhos	Própria, quase que exclusivamente.
Nível de conversão para agroecologia ou produção orgânica	Baixo	Médio	Alto
Origem dos insumos e/ou aditivos utilizados	Industrial e colonial	Mais colonial	Somente transformação da matéria prima
“Know how” no processo de fabricação do produto	Artesanal e industrial	Artesanal e industrial	Artesanal
Aspectos de qualidade associada	A matéria-prima e ao padrão de produção (industrial e artesanal)	A matéria-prima e a características coloniais no método de produção do queijo	Aos aspectos colonial e natural da matéria-prima e do método de produção.
Especificidade com relação agroindústria convencional	Pequena para média	Média para grande	Grande

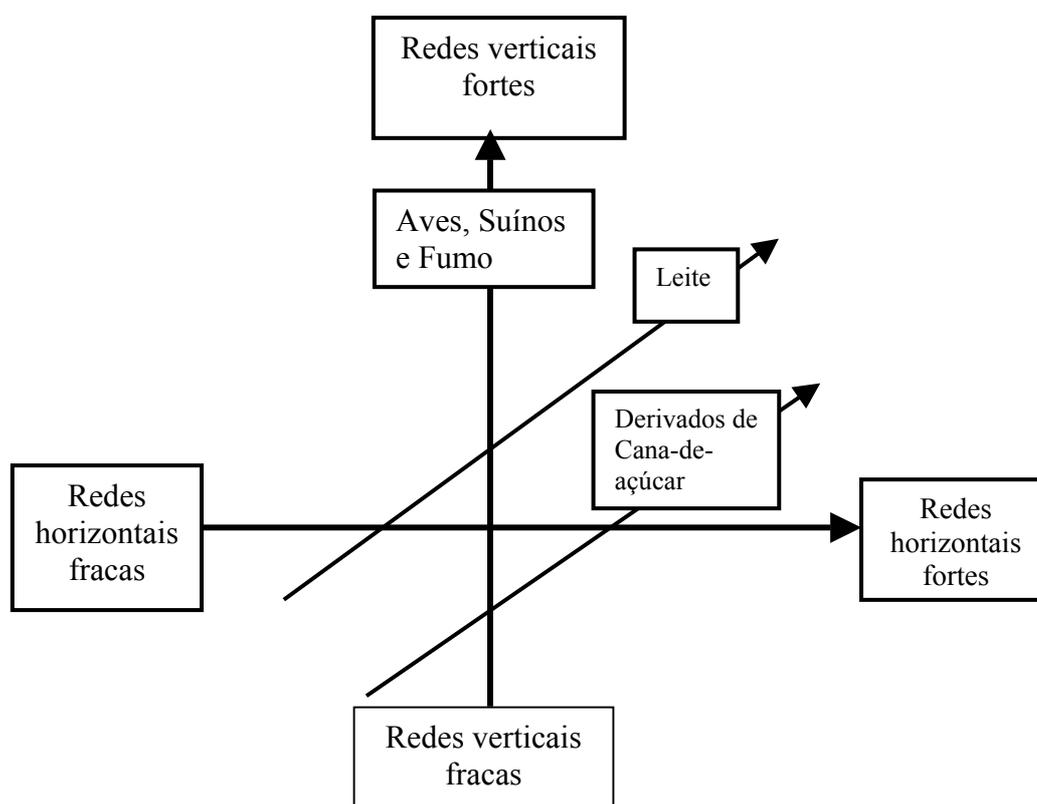
**Fonte:** Autor a partir da pesquisa de campo.

Se a busca do produto diferenciado é um objetivo, o resultado ainda não é tão claro quando analisamos o conjunto das experiências de transformação da matéria – prima protagonizada pelos agricultores familiares. Enquanto a agroindústria familiar está mantendo sua característica colonial nos produtos processados da cana-de-açúcar, existe um questionamento quanto ao mesmo ocorrer com a indústria de embutidos de carne suína e, em menor grau, na de derivados de leite.

Por fim pode-se argumentar que a evolução da agroindústria familiar está entre o caminho natural da passagem de um produto colonial para uma *commodity* e a trajetória

<sup>130</sup> A região não possui nenhuma planta industrial convencional para a produção de açúcar refinado. No início dos anos 80 houve uma tentativa de produzir álcool a partir da cana-de-açúcar na região mas que não teve continuidade. Entre outros problemas estaria a dificuldade de produção de matéria-prima.

possível de construção do produto diferenciado (orgânico, territorial e/ou agroecológico). Como apresentado por Wilkinson & Mior (1999), o limite entre o produto colonial e o *commodity* não é tão claro quando se está olhando para a agroindústria artesanal. A mesma agroindústria que produz o queijo colonial também produz o queijo mussarela para uso das pizzarias como produto indiferenciado.



**Figura 15. Representação gráfica das trajetórias dos tipos de redes predominantes na região Oeste**

A manutenção, ampliação e respectiva valorização do aspecto colonial e artesanal nos diferentes produtos transforma-se num desafio para as redes de agroindústrias familiares. Pode-se sugerir, portanto, a necessidade de assegurar um processo continuado de busca da inovação produtiva e organizacional junto a este novo *cluster* de pequenos empreendimentos visando promover a integração diferenciada destas novas redes de desenvolvimento rural.

Por outro lado, o que ainda precisa ser avaliado é em que medida a diferenciação na forma de ordenar a rede de produção e consumo de alimentos do ponto de vista da regulação/governança está mais próxima de ser alcançada. Essa análise fica para depois da

apresentação da possível trama em rede destas distintas formas de organizar a produção e consumo de alimentos na região.

#### 6.2.4 A trama em rede das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense

A trama das redes é uma tentativa de reproduzir o encontro das redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural através da identificação dos pontos de encontro (nós) da agroindústria convencional com a familiar, no processo continuado de expansão e de estabilização das redes.

A Sadia, num processo de descomoditização, entra no mercado do frango Caipira, iniciando a produção e industrialização na região de Dois Vizinhos – PR, e testa o salame tipo colonial em Concórdia. Segue a trajetória de sua consolidação em indústria de alimentos, pratos prontos e congelados, doces e sorvetes, ao mesmo tempo em que vem diminuindo sua dependência de cadeias específicas (suínos e aves) e diversificando as fontes de suprimento de insumos e matérias primas. Passa a adquirir queijo da empresa Laticínio Cedrense que cresce e incorpora cada vez mais pequenos produtores familiares de leite<sup>131</sup>.

Aliás, a distribuição do queijo e a parceria das diversas agroindústrias com as pizzarias transforma-se num ponto de passagem das diversas redes na região. Não somente a Cedrense tem esse mercado como foco, as agroindústrias familiares da região idem. Por sua vez, a estratégia de parcerias da empresa Laticínio Cedrense talvez ilustre melhor ainda a trama das redes. Vista na nossa pesquisa numa posição de transição entre as redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural, vem sendo ponto de passagem de ambas. De fornecedora de queijo (*commodity*) para a Sadia, firma uma “*joint venture*” com empresa italiana<sup>132</sup> para produção de uma especialidade, o queijo Grana Padano,<sup>133</sup> produto que incorpora algumas

---

<sup>131</sup> Paradoxalmente, à medida que a Sadia deixa de investir em suínos na região abre espaços de mercado para produtores familiares de leite. Ao produzir pratos prontos, como a pizza e a lasanha e adquirir queijo do Laticínio Cedrense, passa a estimular indiretamente a demanda de leite.

<sup>132</sup> A empresa Indústria Gran Padania do Brasil SA. está em implantação aproveitando uma unidade da Cedrense em Guaraciaba. Serão investidos mais de 2 milhões de reais para a produção inicial de 500 kgs de queijo por dia. (Diário Catarinense, 15/07/02).

<sup>133</sup> O Grana Padano é concorrente direto do Parmegiano Reggiano. Ambos são produzidos na região italiana da Emília Romana. Embora os dois sejam queijos maturados, são processos de produção e industrialização distintos. Enquanto o Grana Padano segue a lógica da escala e da tecnologia de produção industrial, o parmegiano reggiano mantém as características artesanais desde a produção até a industrialização do leite. Uma forte organização social de natureza cooperativa dá sustentação ao Consórcio de Valorização do queijo Parmegiano Reggiano (ver box 1). Roest (2000).

características de qualidade superior. Ao mesmo tempo, a empresa Cedrense faz uma parceria com a CooperOeste que passa a fornecer serviço industrial para a produção de leite esterilizado (UTH).

Da mesma forma que faz parceria com o laticínio Cedrense, a rede da CooperOeste, também e se associa com a Conaprole<sup>134</sup>, no ano de 2002, visando ampliar o escopo de sua rede. A CooperOeste, que produz e comercializa o leite sob a marca Terra Viva, passa a processar leite com a Marca Conaprole. Embora com alcance maior que as tradicionais redes da Ucaf e do Instituto Saga, a entrada no leite longa vida passa a orientar toda a estratégia de mercado. Entra em ação a lógica da ampliação da escala com vistas à diminuição dos custos de produção, como forma de se manter no mercado.

Pelo lado da Ucaf, uma tentativa de ampliar consideravelmente o alcance de sua rede é entrar no Fair Trade de suco de laranja orgânico. Além de outras mudanças, a Ucaf, para poder exportar para a Europa, a partir do ano de 2000, vem fazendo parceria com a Cooperativa Central Oeste Catarinense (que também exporta suco de frutas), para processar suas laranjas na unidade industrial desta em Pinhalzinho. Aqui o encontro das redes se dá entre uma agroindústria convencional, logo integrante das redes verticais, e a rede Ucaf, uma das principais protagonistas das redes horizontais.

A ampliação da rede da Ucaf aqui ganha novos e importantes significados. Sua inserção dentro de uma Rede Internacional do Comércio Justo indica que a globalização da agricultura e do sistema alimentar também possibilita a existência de novas redes. O alcance espacial desta rede de Comércio Justo extrapola a região Oeste Catarinense e chega ao Noroeste do Rio Grande do Sul, indicando a existência de um novo território ampliado de atuação da rede Ucaf. É claro, contudo, que a geografia destas redes, conforme Whatmore e Thorne (1997) enfatizam, é muito diferente da existente nas redes dominadas pelas grandes cooperações alimentares internacionais. Analisando o caso do café, os autores assinalam que no Comércio Justo a rede é mediada por outro tipo de conectividade. A razão de ser do Comércio Justo do Café e da agência social repousa na mobilização de um modo de conectividade diferente daquele do custo mínimo e do auto-interesse individual presente na teoria econômica neoclássica.

---

<sup>134</sup> Cooperativa Uruguaia de produtores de leite com forte atuação na região Sul do Brasil.

Um exemplo de complementaridade entre as redes pode ser visto no caso da agroindústria familiar de cana-de-açúcar que produz doce à base de melado, utilizado como sobremesa dos trabalhadores na unidade industrial da Sadia, de Chapecó. Embora ocorrendo entre agroindústrias de distintas cadeias, o exemplo é importante porque mostra uma coexistência de distintos padrões de produção e consumo de alimentos.

Além deste tipo de encontro, as redes vêm tendo, de forma mais literal, uma interface em alguns eventos gastronômicos, como na Festa Italiana do município de Concórdia. A utilização de produtos já não se restringe mais aos domínios da Sadia. Conforme pôde-se verificar durante pesquisa de campo, vem crescendo a utilização de produtos oriundos da agroindústria familiar como o codeguin (produto derivado de carne suína), o queijo, a ricota e o vinho colonial, que passam a dividir espaço com o salame e outros produtos da agroindústria convencional.

Eventos típicos da agroindústria convencional também vêm sendo realizados. Tradicionalmente, organizações sociais vêm promovendo eventos de maior impacto nas cidades pólos das agroindústrias da região, dentre as quais destacam-se: Festas do Frango e do Peru e da Salsicha em Chapecó, Festa do Chester em Capinzal, Festa do Hambúrguer de Salto Veloso<sup>135</sup>. Esta última, por exemplo, vem sendo realizada desde 1997 e pode ser vista como uma convencional forma de pressão para mudança de hábitos alimentares da população local.

Outros exemplos da presença da agroindústria familiar colonial em eventos que eram tipicamente da convencional podem ser vistos na Efapi 2001, em Chapecó, que abrigou a I Feira da Agroindústria Familiar, ao mesmo tempo em que tinha toda uma linha de expositores ligada à agroindústria convencional.

Além de eventos que contemplam as duas formas de agroindústrias há os que propositadamente assumem uma das duas redes. Na região da Amerios (Associação dos Municípios entre Rios) realizou-se a primeira Expomerios, em 2001, no município de Maravilha, que abrigou a I Exposição de Produtos Coloniais, a I feira do Artesanato e a I Exposição de Máquinas e Equipamentos para Pequenas Agroindústrias.

---

<sup>135</sup> Indústria da Perdigoão está localizada no município desde 1997 e produz cerca de 30% do hambúrguer do Brasil. (Diário Catarinense 30/11/02)

Outro evento da maior importância para a agricultura familiar foi a realização da I Festa Nacional do Milho Crioulo, em abril de 2002, no município de Anchieta, com a presença de milhares agricultores de grande parte do país e exterior.

Essa retomada de festas e exposições, buscando fortalecer a imagem colonial e artesanal ao mesmo tempo em que se mantêm os tradicionais eventos da agroindústria convencional, é mais uma evidência da heterogeneidade do processo de mudança social regional.

### **6.3 Diferentes formas de organização das redes de desenvolvimento rural**

A análise realizada evidencia a existência de padrões heterogêneos de organização das relações agricultura-agroindústria-território. Nas redes verticais existe uma visível presença de agentes externos à região (conglomerados agroindustriais e a grande distribuição nacional e internacional) imprimindo uma lógica de organização tipicamente industrial. Típica das cadeias racionais longas, esta lógica de organização teria sua origem nos setores da grande distribuição alimentar nacional e, principalmente, internacional, logo, externa ao território regional. Assim, agindo a distância, as redes verticais, através da ação de seu ator-mundo (a grande agroindústria convencional) buscam fixar identidades (produtor empresarial), método de produção (aviários automatizados, climatizados), forma de organização da integração (contrato de parceria na suinocultura) e utilização de tecnologia padronizada internacionalmente (APPCC) com o intuito de alcançar a estabilização continuada das respectivas redes.

No entanto, estes impulsos exógenos para a mudança regional, passam a dividir espaços com os impulsos endógenos, como as transformações no setor metal-mecânico da região.

#### **6.3.1 O desenvolvimento recente do setor metal mecânico: rumo a horizontalização das redes verticais?**

O amadurecimento do setor metal-mecânico da região, ligado à industrialização da carne, coloca em evidência uma certa re-territorialização do *cluster* carnes no Oeste catarinense. A questão que se coloca é em que medida este *cluster* é suficientemente forte

para transformar as relações verticais tão características nas redes das agroindústrias convencionais?

Nos anos 90, houve na região um aprofundamento do *cluster* carnes com a crescente presença na região de empresas na área da produção da matéria-prima (nutrição animal, genética), na área de transformação da carne (indústria metal mecânica, aditivos etc.) e na área de prestação de serviços (projetos, armazenagem, frios, controle de qualidade etc.). Nesse processo houve uma dinamização crescente do setor metal mecânico, com a realização da Mercoagro e a expansão do número de empresas envolvidas em processos inovativos. O desenvolvimento das máquinas para produzir carne mecanicamente separada (CMS) e da proteína funcional de carne (PFC), se constituem em exemplos de processos de inovação e aprendizagem.

No entanto, em que medida estes processos serão generalizados na região ou continuarão sendo exceções à regra, dada a pouca cooperação existente no desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias na área de carne? Nas palavras de um dirigente do Sindicato Metal Mecânico, “[...] as empresas do setor metal mecânico têm que deixar de ser parceiras apenas da agroindústria para se tornar fundamentalmente parceiras do próprio setor para o seu desenvolvimento” (OI 24, Chapecó, 18/09/02).

A mobilização do setor metal mecânico em torno da instalação de uma filial da Escola de Formação Técnica Tupy na região indica a vontade de sair desta posição. Dito de outra forma: Da cooperação dada pelos efeitos de aglomeração para a cooperação planejada, num processo de crescente alcance da eficiência coletiva, nos termos colocados por Schmitz (1997).

A concretização desta escola e a difusão dos exemplos de parceria como a que resultou na Proteína Funcional de Carne poderá transformar, no futuro, a relação dos agentes externos com a região. De uma relação verticalizada, onde o conhecimento e a tecnologia e, principalmente, as decisões e a apropriação do valor agregado passam dos agentes externos para os agentes locais e regionais. Nesta situação poder-se-ia afirmar a existência de um processo de transformação das redes verticais em redes horizontais de desenvolvimento rural.

### **6.3.2 A regulação nas redes das agroindústrias convencionais e nas familiares**

Para Altmann (1997) a cadeia produtiva da suinocultura seria composta de três subsistemas em Santa Catarina. O subsistema artesanal, o industrial e o de planejamento. O

subsistema artesanal seria formado por pequenos suinocultores que produzem para a subsistência e comercializam o excedente, os pequenos frigoríficos sem inspeção e com inspeção estadual, e a distribuição formada por açougues, mercearias, vendedores ambulantes, feirantes e pequenos varejistas. O de planejamento, formado pelas grandes agroindústrias que passam a integrar os maiores produtores e tem uma relação com os mercados nacional e internacional. O subsistema industrial seria formado por empresas que não tem um grande abate e, ainda, por não ter um sistema de integração organizado.

Além dos mecanismos externos ao sistema, tais como a ação do governo que influencia a ação dos agentes dos sistemas, teríamos mecanismos próprios de cada subsistema. Assim o mecanismo regulador das agroindústrias (subsistema de planejamento) até os anos 70 era o mercado, quando 85% da matéria-prima (suínos) era adquirida. Crescentemente, nos anos 80, passou a ser o contrato de integração, e a parceria, em última instância, enquanto nos anos 90, o planejamento interno das empresas.

O subsistema artesanal teria sido muito enfraquecido pelo processo de modernização e concentração da estrutura industrial, inclusive pela legislação sanitária que, pelas suas exigências, transformou-se numa barreira de entrada aos pequenos frigoríficos, ocorrida nos anos 70. Infelizmente o autor não explorou a forma de regulação no subsistema artesanal, que poderia lançar luz sobre as possíveis semelhanças com o padrão emergente da agroindústria familiar rural. Embora fazendo parte deste sistema, a agroindústria familiar não se limita a este. Além de outros aspectos se diferencia ao operar num mesmo estabelecimento o produtor e o processador de matéria-prima.

A regulação nas redes verticais de desenvolvimento rural tem a sua lógica pautada pela racionalidade técnico-econômica que, em última instância, busca prescindir das relações sociais subjacentes, como as baseadas em confiança e reciprocidade. Exemplo deste tipo de racionalidade, a rastreabilidade, que tem por intuito garantir a preservação da identidade do mesmo animal desde seu nascimento, criação, transporte, abate, industrialização e distribuição, está em implantação por parte das grandes agroindústrias da cadeia de aves e suínos. Foi tema de várias palestras durante o Seminário internacional de Qualidade da Carne Suína e de Aves realizado em Florianópolis em maio de 2002. Numa palestra, técnica da empresa Seara, assim se referiu ao significado de rastreabilidade. “E é isso que é a rastreabilidade. Todos os elos numa mesma linguagem. Eu acho que **confiança** [grifo nosso] é a palavra que eu diria que seria o sinônimo de rastreabilidade que muitas vezes pode se perder se não utilizar ela dessa forma” (Florianópolis, 10/05/02).

Este depoimento revela a origem da dificuldade para implantação do instrumento de rastreabilidade. Na base de todo um processo técnico, utilizando inclusive todos os recursos da informática, está a ação humana pautada pela confiança.

A mesma técnica, referindo-se ao conjunto dos acontecimentos que ampliaram as preocupações com a qualidade dos alimentos e com os riscos alimentares, como a crise da vaca louca, da dioxina e outros, durante os anos 90:

Conseqüentemente esses acontecimentos acarretam um efeito dominó. E esse efeito dominó sempre vem de cadeia adversa. Do consumidor para cliente, para o mercado, para a legislação e para a empresa. É assim que nós crescemos. Nós dificilmente conseguimos ser mais inovadores e atender com expectativa e surpreender o cliente. É sempre ele que acaba quase que nos conduzindo (Idem).

Enquanto a agroindústria convencional é tomada de surpresa, pode-se colocar assim, e seria a última a saber das exigências dos consumidores, a agroindústria familiar, pela sua interação direta com o consumidor, teria a possibilidade de ter este “*feed back*” imediato. Possibilidade, pois esta depende, em última instância, do nível de confiança e de reciprocidade que se estabelece entre o consumidor e os agricultores protagonistas da agroindústria familiar. No limite, talvez esta deixe de ser apenas uma possibilidade para se tornar uma condição *sine qua non* para a estabilização destas redes de produção e consumo alimentar.

Nas redes verticais de desenvolvimento rural tem predominado a relação de mercado e, sobretudo, a contratual, e nas redes horizontais as relações são baseadas em acordos informais, na confiança e na reciprocidade.

O consumidor diz: ‘porque vocês não seguram o queijo 8 ou 10 dias ou 15 dias que eu pago mais’. Mas aí a gente explica que não tem condições de câmara fria. Inclusive tem gente comprando queijo para consumir daqui a 15 dias. Já que vocês não tem como colocar lá eu vou comprar duas formas hoje e deixar uma maturando lá em casa...Este é o consumidor da feira. No mercado o consumidor vai lá e pega ele nunca vai falar para o gerente que o queijo se é bom ou não é. Ele nunca fala para o caixa ou para o gerente que o queijo é isso e isso. Na feira, ele vem hoje, vem depois de amanhã e vem um ano e sempre. Agente tem aquele contato com o consumidor e a gente dá para perguntar e aí como estava o queijo desta semana? Ele conta para nós. Se vier reclamação do supermercado a gente não sabe. E nos pequenos mercados é outra coisa eles falam que o queijo está muito bom ( AF 5, Chapecó, 01/03/02).

Aqui aparece a grande diferença no modo de ordenar entre as redes verticais longas e as horizontais curtas. Na rede estandardizada (vertical) existe toda uma seqüência lógica e longa de procedimentos em busca da rastreabilidade do produto, visando saber de onde veio e, se possível, em que condição foi produzido aquele alimento.

Os depoimentos de agricultores que experimentam processos de agroindustrialização evidenciam a importância das relações de proximidade na construção de seus empreendimentos.

Ai é que eu acho que a Rede Ecovida está se desafiando que é aproximar produtor e consumidor. As feiras estão sendo um grande laboratório para ele produtor perceber como o consumidor vê. Porque o consumidor também precisa mudar alguma coisa porque nós temos um consumidor do padrão fordista. Ele está rompendo paradigmaticamente com isso mas ele desconhece a realidade do mundo rural. Se a gente não quer a forma de produzir da Sadia, que é um outro jeito de produzir, mas eu também tenho que conhecer aquele outro modo de produção. Se eu estou negando o modo de produzir da Sadia, que eu não quero mais aquele enlatado, cheio de hormônio e quero um outro. Então eu tenho que conhecer como este é produzido, que riscos ele tem e que dificuldades ele apresenta para mim como consumidor e que custo ele apresenta. Mas o custo está sendo colocado como problema que eu não acho que é um grande problema, no estágio que está. Nós estamos conseguindo colocar na feira coisa que ninguém acredita, um produto na média de preço de mercado quando não abaixo (OI 21, Chapecó, 26/04/02).

Uma coisa é voce se sentir valorizado é uma coisa muito interessante. Outra coisa é voce ver a valorização do teu trabalho. Outra coisa é voce ver o fruto do teu trabalho, que você consegue, vê toda a trajetória e eu consigo intervir nisso. Por exemplo, quando eu planto trigo crioulo eu sei que tenho que cuidar porque aquele trigo eu vou beneficiar ele e aquele pão eu vou entregar lá para o mercado x? E que eu faço anholine para ele. Porque eu sei, eu consigo perceber isso. Eu me sinto valorizado. E também me sinto responsável. No início dá um baque muito grande é voce perceber que voce não é mais simplesmente um produtor de matéria-prima, voce não é mais simplesmente um cara que produz o porco e vende, mas sim que voce tem a capacidade de produzir matéria-prima e transformar ela. Voce tem que valorar o teu trabalho daí. E voce sabe que quando voce sai da tua casa voce é diferente (AF 15, Concórdia, 04/04/02).

Foi uma guinada grande. Na indústria, no trabalho não mudou nada, mas mudou a grande responsabilidade que você tem. É a responsabilidade de você produzir qualidade, de você saber o que voce vai fazer porque atrás daquele produto que voce está fazendo tem um ser humano. E aquilo que voce não quer de ruim para ti você não quer para o outro também. Então você faz este produto com responsabilidade, dedicação e bastante trabalho. Além de que, a margem de lucro é pequena, mas compensa pela aceitação do teu produto, pelo elogio que voce recebe diariamente, então te compensa. Então você se aprofunda sempre mais e você quer buscar mais e mais (AF 10, Concórdia, 05/06/02).

Eu acho que antes a gente estava no individualismo que a gente nem pensava no próximo. E depois que a gente começou a trabalhar nessa organização aí e começou a trabalhar esses produtos para consumidor: Porque antes a gente fazia os produtos para a gente mesmo. Entao é só para mim e pronto. Quanto a gente começou a perceber que estava produzindo produto para outras pessoas aí veio que a gente tem um compromisso também. Nós estamos fazendo um produto para outras pessoas se alimentar disso. Nós temos que fazer um produto bom e cada vez melhorar (AF 12, Itá, 04/06/02).

### 6.3.3 Competição entre produtos ou entre modos de organização das redes?

A relação entre os dois tipos de redes talvez expresse formas de competição que poderiam ser analisadas em termos de produtos (orgânico ou regional versus convencional) ou de forma alternativa, como proposto por Marsden e Parrot (2000), em torno de diferentes modos de organização dentro das cadeias produtivas. Analisando o caso do Reino Unido, os autores argumentam que os dois tipos de organização interna das cadeias produtivas são construídos em torno de diferentes noções de qualidade, levando à emergência da competição pelo uso do termo “qualidade”. Em cada um deste dois tipos de cadeias produtivas podemos observar o desenvolvimento de diferentes combinações entre “natureza”, “região”, “qualidade” e “valor” os quais, por sua vez, estabelecem o contexto para a regulação pública e privada das diferentes cadeias de produção.

De uma competição entre estilos ou modelos de agricultura - orgânica, agroecológica - “*versus*” convencional, para uma competição entre diferentes modos de governança nas diversas cadeias produtivas. A tipologia organizacional elaborada pelos autores para o caso do Reino Unido foi formulada em torno de duas dimensões, quais sejam, a do comprimento da cadeia (grau de alcance espacial e de complexidade organizacional) e a da natureza do processo de transformação (industrial ou ecológica).

Partindo destas duas dimensões, os autores chegaram à existência, no Reino Unido, de quatro tipos de expressões organizacionais dentro das cadeias produtivas:

- 1) Alimentos especializados originados e distribuídos localmente.
- 2) Grupos de cadeias produtivas convencionais vendendo para grandes processadores e distribuidores
- 3) Cadeias de produtos ecológicos organizadas pelos principais distribuidores
- 4) Cadeias de produção industrial que compram e vendem local e regionalmente

Os autores relacionam a organização interna da cadeia em termos de governança, isto

é, industrial vis a vis ecológica, e curtas (isto é, mais face-a-face, associacional) como oposto a longas (racional com controle de qualidade à distância), em espaços competitivos externos dentro dos quais cada tipo ideal atua. Aqui a batalha pelo consumidor é travada nas margens destes conjuntos de parâmetros, com maior competição entre os tipos ecológico curto e industrial longo.

Pode-se dizer que os tipos de cadeias ecológicas longas e industriais curtas podem de fato ser expressões desta competição em que eles são meios de abrir espaços competitivos dirigidos tanto em mercados alimentares altamente inelásticos quanto de qualidade.

Considerando que uma das dimensões chave do novo padrão de desenvolvimento rural é a criação, operação e evolução das cadeias alimentares curtas, Marsden et al (2000) buscam elucidar como estas cadeias produtivas são construídas, formatadas e reproduzidas no tempo e espaço. Classificam as mesmas em três tipos.

a) Face a face: Os produtores/processadores vendem diretamente ao consumidor.

b) Proximidade espacial: Produtos são produzidos e distribuídos na região específica de produção e os consumidores são cientes da natureza local do produto no ponto de venda.

c) Espacialmente estendida: Quando o valor e significado do produto junto da informação acerca do lugar de produção, são traduzidos aos consumidores que são de fora da região de produção e que podem não ter experiência pessoal a respeito. Envolve redes mais complexas de organização da produção e da comercialização.

Obviamente, esta situação vivenciada no Reino Unido não é de fácil transposição para a região Oeste Catarinense. Aquele país vive uma etapa de produção alimentar que poderia ser chamada de pós-fordista, com níveis crescentes de questionamento do modelo produtivista adotado no pós-guerra. O modelo de produção alimentar está sofrendo fortes questionamentos, pelo lado da demanda, com um consumidor cada vez mais preocupado com a qualidade dos alimentos, assim como, pelo movimento ambientalista e de bem estar animal, pelo lado da produção.

Embora parte destes questionamentos exista no Brasil, evidências indicam que aqui, de modo diferente, estaríamos vivenciando uma etapa de transição em que regimes alimentares pré-fordistas, fordistas e pós-fordistas co-existem. Para o caso em estudo poderíamos assumir a convenção industrial e comercial da cadeia produtiva convencional

como mais nítida, já que a região vem tendo que se adaptar às exigências do mercado externo, sobretudo, o europeu. Assim, é de se esperar que as convenções industrial e comercial da cadeia de carnes seja cada vez mais imprimida pelas agroindústrias convencionais voltadas à exportação.

Uma maior diversidade de situações no entanto é encontrada junto à evolução das cadeias alimentares curtas e/ou ecológicas ligadas ao processo de desenvolvimento da agroindústria familiar. Aplicada a tipologia acima apresentada, teríamos a seguinte situação na região Oeste:

A maior parte das cadeias situa-se no tipo face-a-face com a mediação freqüente dos poderes públicos municipais no desenvolvimento de feiras livres, casas coloniais, e outros mecanismos de comercialização direta. Depois, e num crescendo, encontram-se os produtos com apelo regional e que são produzidos e comercializados devido à proximidade espacial. Exemplos são vistos em todos os produtos típicos coloniais da região, como o salame, queijo, melado etc. E, por último, vem o tipo espacial estendido que pode ser visto no único exemplo que ainda está em fase de teste, que é a exportação do suco de laranja orgânico dentro do *Fair Trade* que vem sendo feito pela rede Apaco/Ucaf<sup>136</sup>.

A situação verificada na região permite afirmar que existe um padrão bastante heterogêneo de produção da matéria-prima e sua transformação industrial nas cadeias alimentares curtas mais local/colonial/artesanal mas não nitidamente ecológico. As experiências rumo à construção de uma convenção de qualidade ecológica, nos moldes propostos por Murdoch et al (2000), ainda estão em processo de constituição, como é o caso da Rede Ucaf que está promovendo a produção agroecológica. No entanto, de forma diferente, se as relações com os espaços locais são extremamente mais fortes e próximas do que nas redes convencionais, o mesmo não pode ser dito quanto ao nível de incorporação da questão ecológica.

O que estaria a indicar a existência destas diferentes formas de organização no território regional? Uma possível resposta seria que décadas de desenvolvimento da agroindústria convencional não tiveram os resultados perversos sobre o tecido social existente, contrariando a abordagem da economia política (Belatto 1985; Marschall, 1998). No entanto, o mais adequado talvez fosse afirmar que a influência da agroindústria

convencional sobre a artesanal foi heterogênea nas diferentes cadeias produtivas. Influencia distintamente os produtos e suas cadeias, como vimos nas agroindústrias artesanais de suínos, leite e cana-de-açúcar, tanto na dimensão tecnológica como na sua regulação.

Estes diferentes padrões de articulação - agricultura, indústria e território – refletem um processo heterogêneo de transição onde co-existem padrões estandarizados internacionalmente de organização da produção e consumo alimentar, assim como padrões diferenciados associados à tradição e culturas alimentares locais. Se haverá uma co-evolução destas distintas redes ou uma incorporação das redes horizontais pelas verticais é uma questão que ficará para uma outra oportunidade. O que parece certo é que até o momento assiste-se a um processo de co-evolução, com predominância, embora variável por cadeia, das redes verticais.

#### **6.4 Síntese e considerações finais**

Após análise das trajetórias recentes das agroindústrias convencionais e das familiares rurais é possível avaliar que efetivamente estamos diante de um processo de transição nas formas de organização e de regulação das distintas cadeias produtivas e suas respectivas redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural.

As estratégias agroindústrias convencionais estão pautadas pela lógica de atuação das redes verticais, especialmente no que tange ao seu relacionamento com a região Oeste. Contudo, é possível evidenciar uma crescente complexificação nas formas de funcionamento e regulação das respectivas cadeias produtivas de suínos e aves, especialmente perceptíveis a partir do processo de desverticalização, promovido pelas grandes empresas agroindustriais. Além desta desverticalização, as agroindústrias avançaram no processo de industrialização em novos ramos (peixes, massas) e produtos congelados, o que levou a uma certa autonomização das suas cadeias de suínos e aves originais e sua transformação em empresas alimentares.

Associados a estes processos estão o surgimento de novos agentes como os ligados a prestação de serviços às agroindústrias, assim como, os novos empreendimentos para abate e processamento de suínos e aves de pequeno e médio porte. Assim, o desafio da regulação das respectivas cadeias deixa de ser, eminentemente hierárquico, para incorporar elementos de

---

<sup>136</sup> Embora a CooperOeste esteja comercializando o leite UTH (Longa Vida) fora da região, trata-se de um produto indiferenciado e, portanto, com pouco apelo regional. O mesmo ocorre quando agroindústrias ligadas ao

horizontalidade nas relações entre os diversos agentes do *cluster*. Além da busca do mercado globalizado, as agroindústrias convencionais estão pautando sua ação por uma clara trajetória de descomoditificação, à medida que buscam entrar em produtos com características especiais como: frangos caipira e verde, salame colonial etc.

Já a trajetória da agroindústria familiar rural evidencia uma nítida reconfiguração da mesma, de atividade informal para processos de formalização e legitimação perante a sociedade e o estado. A atividade de agregação de valor passa da cozinha das agricultoras para o centro da estratégia de reprodução da agricultura familiar. Embora haja estratégias de ampliação do alcance espacial dos produtos da agroindústria familiar, por parte das diversas redes de apoio, de uma maneira geral, seu alcance é demarcado pelas redes sociais que lhe dão sustentação. Assim, na grande maioria das agroindústrias familiares rurais evidencia-se a presença de elementos valorizados pela população local, como os aspectos colonial e artesanal de sua produção. Este enraizamento da produção artesanal/colonial é o trunfo maior de sua evolução, assim como, de seus crescentes desafios. Ao ver seu alcance limitado ao mercado local, por um lado, e ao ter dificuldades de manter o aspecto colonial de outro, surgem os primeiros problemas de desenvolvimento continuado. Estratégias de busca de mercados distantes, assim como uma certa flexibilização dos critérios colonial/artesanal são experimentadas por parte da agroindústria familiar e suas redes horizontais.

O processo de descomoditização, desencadeado pelas agroindústrias convencionais, e o processo de ampliação do alcance de mercado para produtos coloniais/artesanais protagonizado por algumas redes da agroindústria familiar, são trajetórias que, embora partindo de pontos diferentes, podem configurar uma certa convergência. Contudo, se a trajetória apresenta alguma convergência, a forma de regulação, pelo contrário, faz a diferença. Enquanto na agroindústria convencional está prevalecendo o modo industrial e comercial de regulação, na agroindústria familiar, elementos de cooperação, confiança e reciprocidade estão mais presentes.

## CONCLUSÃO

Investigar os fatores que vem promovendo mudanças sociais e/ou desenvolvimento em áreas rurais, mostra-se uma tarefa mais complexa do que poderíamos supor a primeira vista. Especialmente quando nos defrontamos com um período de intensas transformações no sistema alimentar que redefinem a agricultura e sua relação com os espaços rurais. Murdoch (2000) argumenta que o desenvolvimento rural, em muitos aspectos, parece ter vida própria, seguindo sua própria lógica. Aparentemente irremediáveis, as economias rurais, ou permanecem assim, a despeito dos melhores esforços dos atores sociais e das agências de desenvolvimento, ou, surpreendentemente, mostram inesperados sinais de vitalidade e riqueza, sinais que desafiam a interpretação, até mesmo, dos mais experimentados observadores.

Seria este o caso da região Oeste Catarinense? Teria o desenvolvimento rural desta região uma vida própria? Estaria ele marcado a desafiar as interpretações e previsões dos observadores e pesquisadores estudiosos da região? Alguns exemplos na história recente evidenciam esta possibilidade. Em primeiro lugar é preciso lembrar que na segunda metade do século 20, durante a fase da modernização da agricultura brasileira, a interpretação era de que a região teria dificuldades para sua integração, já que as pequenas propriedades com seus solos pouco profundos e declivosos não se adequaria à mecanização. A construção do pujante *cluster* carnes, integrando grandes empresas agroindustriais e a pequena propriedade, como era chamada a agricultura familiar nos idos dos anos 70 e 80, desautorizou aquela interpretação.

No início dos anos 90 a interpretação corrente era de que a agricultura familiar não

seria competitiva frente ao Mercosul. Afirmava-se, por exemplo, que a produção de leite Argentina e Uruguia dominaria a cadeia de lácteos da região. Embora tenha havido impactos negativos em alguns períodos sobre a produção leiteira da região, o que houve foi uma fase de intenso crescimento da produção, com a incorporação de produtores familiares. Paradoxalmente, até os assentamentos de reforma agrária constróem suas plantas agroindustriais. Novamente, pelo menos em parte, a região não tem seguido as interpretações.

Mais recentemente, desde meados dos anos 90, a região vem experimentando uma crise associada à intensificação da abertura econômica e liberalização da econômica, o que vem testando as bases de seu desenvolvimento. As interpretações correntes indicam a existência de uma crise profunda na economia regional onde o crescente êxodo rural e regional, com saída dos mais jovens, o aumento dos níveis de pobreza e a emergência de problemas ambientais, são alguns dos dados mais relevantes.

Se, novamente, a região contestará as interpretações ou, efetivamente, estamos diante de uma continuada crise, não é nosso interesse direto em responder. Até porque queremos enfatizar outra alternativa de interpretação que não implica fechar em uma alternativa as perspectivas futuras. Neste contexto apresentamos a nossa interpretação da trajetória recente da região Oeste catarinense procurando mostrar o processo complexo e heterogêneo de transformação social que a região vem experimentando através da abordagem de redes. A idéia é mostrar o processo de criação, evolução, estabilização das redes, concretizado nas distintas trajetórias de agroindustrialização, como parte do processo de mudança social regional.

Uma primeira conclusão do ponto de vista teórico-metodológico é a de que a utilização da abordagem de redes, como forma de buscar inteligibilidade das trajetórias de agroindustrialização associadas às mudanças nos padrões de desenvolvimento rural e regional, se mostrou bastante frutífera. Diferentemente de uma abordagem estruturalista, freqüentemente associada a uma visão dicotômica, onde o local (região) e o global são vistos como espaços separados e onde, muito provavelmente, aquele seria, em última instância, determinado por este, o uso da noção de redes verticais e horizontais nos possibilitou entender a construção da complexidade presente na relação entre as diversas escalas espaciais. Nesta relação, embora existam tendências globais, também há mediação dos territórios locais. Contudo, a participação dos territórios na sua re-inserção produtiva e social, depende do tipo de rede e das relações de poder que se forjam entre os agentes locais

e não locais.

Por exemplo, a existência de redes verticais de desenvolvimento rural favorece a integração externa das economias locais, mas, ao mesmo tempo, tende a diminuir a participação e o poder dos atores locais no processo de globalização. Nessas redes a tendência é a região ser submetida aos processos de estandarização presentes nas tecnologias e formas organizacionais globalizadas. De forma diferente, a existência de redes horizontais de desenvolvimento rural fortalece a coesão interna dos atores regionais, agrícolas e não agrícolas, e tende a aumentar o poder dos mesmos no processo de integração externa. Com isso poder-se-ia concluir que, do ponto de vista normativo, a presença combinada de redes verticais e horizontais, numa dada região, seria um indicativo de maiores possibilidades de inserção soberana do território.

Uma segunda conclusão mais geral está relacionada com as características que assumem as trajetórias de agroindustrialização presentes nos movimentos da grande agroindústria convencional. De uma maneira geral evidenciamos a existência de um processo de mudança nas formas organizacionais, com a tendência de passagem de uma fase de integração vertical para uma de especialização produtiva e a constituição de empresas em rede. Este, indubitavelmente, é o movimento hegemônico que está reconfigurando as relações no interior do *cluster* carnes e complexificando o relacionamento das agroindústrias convencionais com o território Oeste. Destarte a existência de um nítido movimento de desverticalização por parte das grandes empresas convencionais, isto não tem tido como resultado o fim da hierarquia nas relações com outros agentes do *cluster* da região. A continuidade da hierarquia estaria presente na integração de segundo nível, onde as grandes agroindústrias contratam pequenos e médios frigoríficos para abater suínos e fornecer carcaça, e, na relação com outras empresas fornecedoras de máquinas equipamentos e prestadoras de serviços.

Todavia, se o movimento da agroindústria convencional continua marcado pela noção de hierarquia, isto não significa que o mesmo prescindia de uma certa territorialização. Como vimos, a literatura tem enfatizado que movimentos de territorialização e desterritorialização acompanham o processo de globalização. Ao mesmo tempo em que Sadia, Perdigão e Seara buscam se posicionar globalmente, há um movimento que as leva a se aproximar de determinados espaços. Seriam, seguindo Murdoch, os espaços onde predominaria a existência de redes de inovação e aprendizagem. Com o processo de amadurecimento do *cluster* carnes, a região Oeste estaria dando os primeiros passos nesta

direção. A realização da Mercoagro, inovações como o da Proteína Funcional de Carne (PFC) e o desenvolvimento de máquinas, como a que produz Carne Mecanicamente Separada (CMS), são exemplos deste processo.

Além de ser um componente do processo de re-posicionamento das grandes empresas, o amadurecimento do *cluster* também está relacionado com a constituição de novas empresas de médio porte para abate e industrialização de frangos e suínos. Todavia, isto não significa afirmar que estamos diante de uma região onde predominam redes de pequenas e médias empresas, associadas às redes de inovação e aprendizagem. Talvez o mais correto seja assumir que a região está passando por um processo de transformação das típicas redes verticais de desenvolvimento rural, com participação crescente de agentes regionais no *cluster* carnes. Por outro lado, este processo de complexificação do *cluster* carnes acentua a urbanização e também se constitui num elemento de ampliação e transformação do mercado local e regional de alimentos coloniais contribuindo, assim, com a emergência e reconfiguração das agroindústrias familiares rurais.

A re-territorialização do *cluster* carnes contudo não deve ser confundida com um retorno da produção agrícola ao território rural. A estratégia preconizada pelas grandes agroindústrias ainda continua pautada pela especialização e escala crescente associada com a dependência externa de insumos e tecnologias. Tentativas de re-aproximação da produção agrícola aos territórios rurais com seus recursos naturais e sociais estão, contudo, mais presentes nas agroindústrias familiares rurais.

Uma terceira conclusão diz respeito às trajetórias de agroindustrialização rural relacionadas ao movimento de re-inserção econômica e social da agricultura familiar e associadas ao processo de re-construção territorial protagonizado por agentes locais e regionais. A partir da internalização dos elementos socioambientais que configuraram uma crise regional, os atores locais e regionais passam a forjar estratégias alternativas para o desenvolvimento regional. A leitura e o significado dados a esta crise pelos atores-mundo das redes horizontais de desenvolvimento rural, são o ponto chave do processo de construção das novas estratégias de agroindustrialização. Apesar da diversidade de atores que buscam formas de inserção da agricultura familiar, a estratégia de agroindustrialização rural é a que tem predominado. Contudo, foi a utilização da abordagem de rede que nos permitiu uma inteligibilidade maior do processo de construção da diversidade de estratégias de agroindustrialização regional.

A Apaco, através da Ucaf, privilegiou a construção de uma rede de agricultores

familiares dentro da proposta política alternativa de desenvolvimento sustentável e solidário pautada pela organização grupal e tendo como estratégia técnica a agroecologia. Já a Amosc, através do Instituto Saga, seguindo o exemplo da Terceira Itália, priorizou a constituição de Consórcios para Valorização de Produtos Regionais. Procurou mobilizar um grande e heterogêneo número de agentes em torno de uma proposta técnica de agroindustrialização e desenvolvimento regional. Já a Cooperativa Regional Oeste de Reforma Agrária, incorpora tanto elementos de inserção diferenciada com a produção de leite tipo C e queijo, no mercado local, como a constituição de uma inesperada rede de produção de leite esterilizado, típica *commodity*.

Se atores regionais como a Apaco, a Amosc e a CooperOeste, entre outros atores públicos, privados e não governamentais são uma condição necessária para a criação, evolução e consolidação de novos empreendimentos agroindustriais na região, eles estão longe de ser suficientes. Ainda faltaria o protagonismo dos agricultores familiares. São eles que, através da mobilização de recursos internos à família e/ou externos à propriedade, concretizam a agregação de valor. A apresentação, análise e interpretação dos depoimentos dos agricultores permitiram evidenciar a importância da ativação de vínculos sociais na origem e evolução dos empreendimentos de agregação de valor na agricultura familiar. A mobilização destes recursos sociais permitiu a agroindústria familiar dar conta de uma série de desafios, dentre os quais destaca-se a construção de mercado para seus produtos coloniais/artesanais. Agora o desafio que se coloca é a ampliação destas redes de agroindústrias visando alcançar mercados mais distantes e com isso poder ampliar a abrangência social destas iniciativas de agroindustrialização.

Uma quarta conclusão diz respeito a existência de interfaces, conflitos e convergências entre as trajetórias da agroindústria convencional e da familiar rural no processo de construção e estabilização de suas respectivas redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural. Nas redes verticais é possível evidenciar a existência de poucos atores pautados nas seguintes estratégias: (i) implantação de convenções de qualidade industrial e comercial associadas a padrões tecnológicos e organizacionais mundialmente estandarizados, (ii) produção para mercados globais de *commodities*, (iii) prioridade para a busca de economias de escala, tanto na etapa agrícola como na industrial (iv) ênfase crescente em processos de agregação de valor com aproveitamento e valorização de matérias primas subprodutos do processamento industrial e, (v) implementação de processos crescentes de desverticalização embora com manutenção de uma hierarquia na coordenação

dos diversos agentes da rede.

Já nas redes horizontais existe uma maior heterogeneidade de atores, assim como, de estratégias: (i) adaptação de tecnologias para a situação e necessidade de produtores e consumidores de produtos, (ii) prioridade é o mercado de proximidade (local e regional), mas também nichos como o de produtos frescos, orgânicos, naturais e artesanais, (iii) construção de mercado a partir da inserção nas redes sociais com busca de diversificação produtiva, (iv) padrões diversificados de organização produtiva com forte ênfase na cooperação, (v) mobilização de recursos sociais e naturais locais mas também crescentemente não locais, (vi) presença de relações mais horizontalizadas entre os agentes do território regional e (vii) transição para mercados de qualidade específica com ênfase na adoção de convenções de qualidade ecológica e cívica.

Embora exista uma certa dicotomização entre o mundo das agroindústrias convencionais e o das familiares rurais também existe uma crescente interface entre ambos que varia em intensidade de acordo com o produto e, mesmo, dentro do próprio produto processado e sua rede. É necessário ressaltar que entre estes dois tipos de rede há ainda as redes formadas por pequenas e médias agroindústrias que ora se aproximam das características das agroindústrias convencionais e ora das familiares rurais. Ademais, em algumas dimensões, fica clara uma tendência de disputa pelo uso do termo qualidade dos alimentos produzidos nas duas redes. Um exemplo desta disputa é o que ocorre com a produção de frangos caipiras e/ou coloniais tanto pelas agroindústrias convencionais como pelas familiares rurais.

Estes diferentes padrões de articulação - agricultura, indústria e território – refletem um processo heterogêneo de transição regional onde co-existem padrões estandarizados internacionalmente de organização da produção e consumo alimentar e padrões diferenciados associados à tradição e culturas alimentares locais. Se haverá uma co-evolução destas distintas redes ou uma incorporação das horizontais pelas verticais é uma questão que fica em aberto para novas pesquisas. O que parece certo é que até o momento assiste-se a um processo de co-evolução, com predominância, embora variável por cadeia, das redes verticais. Logo, o novo padrão de desenvolvimento rural, em construção na região Oeste catarinense, incorpora elementos exógenos e endógenos nas trajetórias da agroindústria convencional, assim como, da agroindústria familiar rural.

Do ponto de vista normativo, ou seja, das recomendações de políticas e estratégias de desenvolvimento rural e regional é possível destacar as seguintes considerações:

(i) As políticas e estratégias públicas e não governamentais de desenvolvimento rural devem levar em consideração a diversidade de atores sociais e redes e, portanto, de lógicas de organização da produção e consumo de alimentos existentes na região.

(ii) Esta diversidade, se por um lado, coloca dificuldades de coordenação e integração no âmbito das diversas políticas e escalas espaciais de intervenção, por outro, deve ser vista como fonte de criatividade, dinamismo e, potencialmente, sustentabilidade.

(iii) Esta criatividade, assim como a existência de uma série de iniciativas é uma evidência de capital social que é fundamental para a construção de redes de inovação e aprendizagem típicas das redes horizontais de desenvolvimento rural.

(iv) No caso específico das agroindústrias familiares rurais, há a necessidade de ampliar o alcance das mesmas, a partir de um processo de construção social que amplie as respectivas redes sociais que estão em sua origem. Logo, um certo desenraizamento social das agroindústrias familiares seria uma condição para sua expansão. Todavia, esta expansão deveria dar-se em consonância com a consolidação das convenções de qualidade ecológica e doméstica já presentes nas redes da região ou a construir.

(v) Uma política de ampliação da abrangência e do alcance das redes sociais passa, necessariamente, pela mediação de uma série de atores públicos, privados e não governamentais, que não se restringe aos presentes nos espaços locais e regionais.

(vi) Da mesma forma que a presença de atores locais e não locais, há a necessidade de integrar diversos tipos de conhecimento e tecnologia que abarquem desde o conhecimento artesanal e/ou tácito até o conhecimento industrial e científico, pensados como constituintes basilares das novas redes de inovação e aprendizagem.

(vii) Enfim, políticas e estratégias de desenvolvimento rural e regional devem passar, necessariamente, pela integração entre as abordagens exógenas e as endógenas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. Porto Alegre, 1999. 18p.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L., et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Edições Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALTMANN, R. **A agricultura familiar e os contratos**: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis, 1997. 112p.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Institutional issues for the European regions: from markets and plans to socioeconomics and powers of association. **Economy and Society**, v. 24 n.1, 1995. p. 41-66.
- AMORIM, M.A. **Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste. 1998.
- ANANIA, G. **O Acordo Gatt em agricultura e os países desenvolvidos**: o que mudou? Rio de Janeiro. 1995.
- ARAÚJO, N. B. DE; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo Agroindustrial: O "agribusiness" Brasileiro**. São Paulo, Agroceres, 1990. 238p.
- ARCE, A. Globalization and food objects. **International Journal of sociology of Agriculture and Food**. 1997. p. 77-107.
- ARCE, A ; FISCHER, E. **Global configurations and food objects and commodities – apples, honey & coca**. Paper presented at the INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRICULTURAL COMMODITY SYSTEMS IN COMPARATIVE PERSPECTIVE. Toronto, Canadá, 1997.
- BALSADI, O. O. V. Evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural paulista nos anos 90. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 48, n.1, 2001. p. 21-38.
- BALZON, D.R. **Reestruturação das empresas líderes da indústria brasileira de carnes de suíno e frango na década de 90**. Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação de mestrado. 105p.
- BARQUERO A.V. Gran empresa y desarrollo endógeno. La convergencia estratégica de las empresas y territorios ante el desafío de la competencia. **Revista Eure**, v.23, n.70, 1997. p. 5-18.
- BECATTINI, G. Dal settore industriale al distretto industriale. Alcune considerazioni sull'unità d'indagine ell'economia industriale. **L'industria**. Rivista di Economia e Política Industriale, n.1, 1979.
- BELATTO, D. **Os Camponeses Integrados**. Campinas, 1985. Dissertação de mestrado.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Hucitec, 1999, 266 p.
- BONANNO, A, L.; BUSC, W.; FRIEDLAND, L.; GOUVEIA and E. MINGIONE (eds) **From Columbus to ConAgra: The globalization of Agriculture and Food**. Lawrence: University Press of Kansas. 1994.

BONANNO, A.; MARSDEN, T.; GRAZIANO DA SILVA J. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI (org.) BENDINI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. (co-edit.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

BONANNO, A. A Globalização da economia e da sociedade: fordismo e pos-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, (org.) BENDINI, M.; GRAZIANO DA SILVA J. (co-edit.) **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 1999.

BREDA, N.L. **Coordenação da cadeia produtiva do leite: um estudo de subsistemas no Oeste Catarinense**. Lavras: UFL. 2001. Dissertação de Mestrado

BUCHMANN, E. **A redefinição e o Futuro da Unidade Familiar de Produção frente a expansão do Capitalismo no Campo**. Porto Alegre:UFRGS. 1992. Dissertação de Mestrado.

BUTTEL, F.H. **Agricultural Change, Rural Society and the State in the Late Twentieth Century: Some Theoretical Observations**. Editores David Synres and Anton J. Jansen. Wageningen: Agricultural University Netherlands, 1994. p.13-31.

BYE, PASCAL. As tecnologias genéricas levam ao desaparecimento das técnicas agroalimentares de origem? In: MALUF, R. ; WILKINSON, J. **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 45-60.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38. 1998.

CALLON, M. Tecno-economic networks and irreversibility. In: LAW, J. (ed) **A Sociology of Mosters: Essays on Power, Tecnology and Domination**. London: Routledge, 1991.

CALLON, M. Society the Making; the Study of Technology as a Tool for Sociological Analysis. In: BIJKER, W. J., HUGHES, T.ET PINCH, T., (ed.), **New Directions in the Social Studies of Technology**, Cambridge: MIT Press. 1987.

CAMPOS, Í. **Os Colonos do Rio Uruguai**. Campina Grande–PB: UFPB, 1987. Dissertação de Mestrado.

CAMPOS, R.R. et al. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. (org.) **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Habitat 2001- Brasil. Florianópolis: Apeb Editora, 2002. p.113-170.

CANEVER, M.C.et al. **Mudanças tecnológicas na avicultura de corte: implicações socioeconômicas**. Concórdia, 1997.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Natal, 1997. **Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro da Sober**. p. 147-185.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Blackwell, Oxford. 1996.

COLEMANN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1990.

COOKE, P. et al. **Localities: the changing face of urban Britain**. London: Unwin Hyman Ltd., 1989. 307 p.

COOKE, P. Regions in a Global Market: The Experiences of Wales and Baden-Württemberg. **Review of International Political Economy**. v. 14, n. 2, 1997. p. 349-381.

\_\_\_\_\_. In: DANIELS, P.W.; LEVER W. P (ed.) **The Global economy in transition**. London, 1996. p.210 –327.

COOKE, P.; MORGAN, K. The network paradigm: new departures in corporate and regional development. **Environment and Planning D: Society and Space** 11, 1993.

COX, K.R.; MAIR, A. From localised social structures to localities as agents. **Environment and Planning A**, v. 23, 1991. p. 197-213.

DAVIS, J.; GOLDBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957. 136 p.

DICKEN P.; THRI FT, N. The organization of production and the production of organization: why business enterprises matter in the study of geographical industrialization. **Transactions of the Institute of British Geographers: New Series** 17, 1992.

DELGADO, N. et al. **Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, 185 p.

DORIGON, C. **Microbacias como redes socio-técnicas: Uma abordagem a partir do enfoque do Ator-Rede**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1997. Dissertação de Mestrado.

DORIGON, C. et al. Agricultores pobres: os invisíveis do campo. In: CONGRESSO SUL-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. 2002, Porto Alegre: ALASRU, 2002. p. 3520-3540 (CD ROM).

DORIGON, D.; SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.A. de. Construção Social De Um Projeto De Desenvolvimento Regional: Possibilidades e Limites. In: X INTERNATIONAL CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000.

DUNCAN. S. ; SAVAGE, M. New Perspectives on the locality debate. **Environment and Planning A**, v. 23 1991. p. 155-164.

EMBRAPA. **Gestão em Ciência e Tecnologia: Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa. 1994.

ELANDER, I.; STROMBERG, T.; DANERMARK, B. Locality research and comparative analysis: the case of local housing policy in Sweden. **Environment and Planning A**, v. 23, 1991. p. 179-196.

EPAGRI. **Profissionalização de produtores rurais. 10 anos (1988-1997)**. Florianópolis, 1998.

ESPIRITO SANTO, E.N. do. As estratégias das agroindústrias de aves e suínos como instrumentos de competição. **Cadernos de Economia**. Unoesc, Ano 4, n. 6. 2000.

FALCÃO, J.F.N.; MEDEIROS, J.X. de. Análise das vantagens do deslocamento da suinocultura integrada para a região Centro Oeste: O caso projeto Buriti da Perdigão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES. FEA/USP Ribeirão Preto, 2001. **Anais eletrônicos**. Disponível em [www.fearp.usp.br/egua/part/index.html](http://www.fearp.usp.br/egua/part/index.html).

FANFANI, R. Agricultural Change and Agro-Food Districts in Italy. In: SYNRES, D.; ANTON, J. J.(eds). **Agricultural Restructuring and Rural Change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Netherlands, 1994. p.87-101.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1994. 24p.

FERREIRA, A.D.D. Agricultores e Agroindústrias: Estratégias, Adaptações e conflitos. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2 e 3, maio-dezembro 1995.

FERT, J.N. **Problemas ambientais rurais e mudanças sócio-técnicas**: A trajetória da piscicultura orgânica em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2001. Tese de doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas.

FRIDLAND, W.; BARTON, A.; THOMAS, R. **Manufacturing green gold**. Cambridge Univ. Press, New York, 1981.

GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. Gastos públicos e algumas questões de Política Agrícola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL. Natal, 1997. **Anais do XXXV Congresso da Sober**.

GOODMANN, D; REDCLIFT, M. **Refashioning Nature**. London: Routledge. 1991.

GOODMAN, D. Agro-Food Studies in the 'Age of Ecology': Nature, Corporeality, Biopolitics. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n 1, 1999. p.17- 38 .

GOULART FILHO, A..A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, 2001. Tese de doutorado. 367 p.

GRANOVETTER, M. **Getting a Job**, Chicago, 1995.

\_\_\_\_\_. Economic Institutions as social constructions: a framework for analysis. CONFERENCE ON THE ECONOMICS OF CONVENTIONS. Paris, 1991.

\_\_\_\_\_. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. In: **American Journal of Sociology**, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3 nº 4, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros Complexos. **Reforma Agrária**, v. 21, n. 3 Set/Dez 1991.

\_\_\_\_\_. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a Agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade. 1997b.

\_\_\_\_\_. O novo Rural Brasileiro In: SHIGEO SHIKI, et. al. (orgs) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia,. 1997a, p.75-101.

\_\_\_\_\_. Local sustainable development: a new challenge for underdevelopment countries? In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000.

GREGOLIN, A. **Municipalização da Agricultura**: Assistência técnica e Extensão Rural em Santa Catarina. Chapecó: Editora Grifos, 2000, 243 p.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: FAO/MDA. Garamond. Universitária. 2001.

GUIVANT, J.; MIRANDA, C. As duas faces de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 16, n.3 set/dez. 1999.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimento no Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Embrapa. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v.14, n. 3, 1997. p. 411-447.

\_\_\_\_\_. Conflitos e negociações das políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, Ano I, nº 2, 1998. p. 101-123.

\_\_\_\_\_. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. ANPOCS, n. 46, 1998.

\_\_\_\_\_. **A comparative gender perspective of family farming and agrarian reform settlements in Brazil**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Genebra, 2001a. 61 p.

\_\_\_\_\_. Global food risks: environmental and health risks in Brazil. In: HOGAN, D.; TOLMASQUIM, M. (eds). **Human Dimensions of Global Environmental Change. Brazilian Perspectives**. Brazilian Academy of Sciences: Rio de Janeiro. (2001b).

\_\_\_\_\_. Riscos Alimentares: Novos Desafios Para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5, 2º sem. (Dossier da Revista NSS-Natures, Sciences, Sociétés. Paris, DUNOD). Curitiba:UFPR. 2002.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. 2003(no prelo).

HADDAD, P.R. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional do Brasil**: estudo de *clusters*. Brasília, CNPq/Embrapa, 1999.

HERVIEU, B. **Agricultura e Desenvolvimento Rural**: a necessária convergência. Disponível em <http://www.rural-europe.aeidl.be/>. Acesso em 19/01/98.

HOLLINGSWORTH, J. R. New perspectives on the spatial dimensions of economic coordination: tensions between globalization and social systems of production. **Review of International Political Economy**. v. 5, n. 3, autumn 1998. p.482-507.

IBGE. **Censos Agropecuários de Santa Catarina**. 1975, 1985, 1995/96.

\_\_\_\_\_. **Informação para a imprensa**. Censo Agropecuário de Santa Catarina. 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <http://ibge.gov.br> . Acesso em 20/05/2003.

INSTITUTO CEPA/SC. **Avaliação do Pronaf infra-estrutura e serviços municipais**. Florianópolis, 2002. 53p.

\_\_\_\_\_. **Números da Agropecuária Catarinense**. 2002.

JANVRY, A de. **The agrarian question and reformism in Latin América**. John Hopkins Univewr. Press. Baltimore. 1981.

KAGEYAMA, et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Unicamp, 1987. 120p.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta editorial, 1980. 329p.

KEANE, M. Rural e local development in Ireland: exploring the theory-practice interface. **Regional Studies** 31, 1997. p. 173-178.

KNEAFSEY, M.; ILBERY, B.; JENKINS, T. Exploring the Dimensions of Culture Economies in rural West Wales. **Sociologia Ruralis**. v. 41, n. 3, July 2001.

KNICKEL, K.; RENTING, H. Methodological and Conceptual Issues in the Study of Multifunctionality and Rural Development. **Sociologia Ruralis**. v. 40, 2000.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, 5ª. edição, 257 p.

LAMARCHE, H. (org.) **A agricultura familiar**. Campinas, 1993. 335 p.

LATOUR, B. **Science in Action. How to follow scientists and engineers through society.** Cambridge Massachusetts: Harvard University Press. 1987.

\_\_\_\_\_. **We Have Never Been Modern.** Brighton, Harvester Wheatsheaf. 1993.

LAW, J. On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. In: LAW, J. (ed). **Power, Action and Belief.** A New Sociology of Knowledge? Routledge and Kegan Paul, London, 1986. p. 234-63.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Demythologizing Planned Intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis.** v. XXIX- n° 3 e 4, 1989. p. 226-249.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning. In: GEORG, E.; FRERKS; JAN H. B. DEN OUDEN (Eds.) **In search of the middle ground:** issues on the sociology of the planned development. Wageningen, Netherlands, 1995, p.64-78.

LOPES DE SOUZA, M. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. **Networks in Rural Development:** Beyond exogenous and endogenous models. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: Agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. Florianópolis, maio 2002. **Anais do Encontro.** 24 p.

MALUF, R.; WILKINSON, J. **Reestruturação do sistema agroalimentar:** questões metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MARKUSEN, A. Sticky Places in Slippery Space: A Typology of Industrial Districts. **Economic Geography.** 1996.

MARQUES, V. M. O associativismo municipal em Santa Catarina. **Revista de Administração Municipal.** IBAM, ano 46. n. 231, 2001. p. 21-26.

MARSHALL, O. The extreme-west of Santa Catarina, Brazil: A case study in Regional Development. **Tese.** Manchester University – UK, 1988.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J. The spatialization of politics: local and national actor-spaces in environmental conflict. **Royal Geographical Society.** 1995. p.358-380.

MARSDEN, T. LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds) **Rural Restructuring:** global processes and their responses, (critical perspectives on rural change). London, David Fulton Publishes, 1990.

MARSDEN T. Exploring a rural Sociology for the Fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis.** v. XXXII, 1992, p. 209-230.

\_\_\_\_\_. New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces. **Journal of Rural Studies.** v. 14, n. 1, 2000. p. 447-458.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the New Rural Spaces. **Journal of Rural Studies.** v. 11, n. 3, 1995. p. 285-296.

\_\_\_\_\_. Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation. **Sociologia Ruralis.** v. 39, n. 4, 1999. p.505-520.

- MARSDEN, T. et al. **Constructing the Countryside**. London: UCL Press, 1993.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J. The Shifting Nature of Rural governance and Community Participation. **Journal of Rural Studies**. v.14, n. 1, 1998. p.1-4.
- MARSDEN, T.; ARCE, A. Constructing quality: emerging food networks in the rural transition. **Environmental and Planning A**. v. 27, 1995. p.1261-1279.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**. v. 40 n. 4. 2000. p. 424-438.
- MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labour** (Macmillan, London). 1984.
- McMICHAEL, P. **The global restructuring of agro-food systems**. Ithaca: Cornell University Press. 1994.
- \_\_\_\_\_. The power of food. **Agriculture and Human Values**.17, 2000. p. 21-33
- MELLO, M. A. **A Trajetória da Produção e Transformação do Leite no Oeste Catarinense e a Busca de Vias Alternativas**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de mestrado.
- MELLO, M. A de,; TESTA, V.M.; FERRARI, D.L.; SILVESTRO, M.L. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste catarinense**. Chapecó, 2002.
- MENQUETTI, G. A. **Dinâmica e espaços de mercado na cadeia de suínos – da produção independente aos contratos de integração – as pequenas indústrias formais e informais como estratégia de inserção nos mercados**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ 2000. Dissertação de mestrado.
- MIOR, L.C. **Empresas Agroalimentares, Produção Agrícola Familiar e Competitividade no Complexo Carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação de Mestrado. 400p.
- \_\_\_\_\_. O Sistema Público de Pesquisa e Extensão Rural e o Padrão tecnológico na produção suína e de aves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Brasília, 1994. **Anais do XXXII Congresso**. Brasília, 1994. p. 404-424.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas e desenvolvimento rural. BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Natal, 1997. **Anais do XXXV Congresso**. Natal, 1997.
- MORMONT, M. Who Is Rural? or, How To Be Rural: Towards a Sociology of The Rural. In: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (Eds.) **Rural Restructuring: Global Processes and Their Responses**. London: David Fulton Publishers, 1990. p. 21-44.
- MORRIS, L.D. **Locality studies and the household**. Environment and Planning A, v. 23, 1991, p. 165-177.
- MOYANO, E. Las Políticas de Desarrollo Rural en la Union Europea. In: SHIGEO SHIKI, et al. (orgs.) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, 1987 p. 35- 44.
- MURDOCH J.; MARSDEN, T. **The spatialization of politics: local and national actor-spaces in environmental conflict**. Transactions of the Institute of British Geographers, New Series 20, 368-380, 1995.
- MURDOCH, J.; MARSDEN, T. **Reconstituting rurality: Class, community and power in the development process**. London: UCL Press, 1994.

- MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, Nature, and Embeddedness: Some Theoretical Considerations in the context of the Food Sector. **Economic Geography**. v. 76, n. 2, April 2000.
- MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies** n. 16, 2000, p. 407-419.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. v. 16, n. 43. São Paulo: USP, 2002.
- NICOLAU, J.A; VARGAS, G.T.; BALZON, D.R. **A indústria brasileira de carnes de frango e suínos: principais mudanças nos anos 90**. Florianópolis, mimeo, 2001.12p.
- OLIVEIRA, J. V. **Análise da estrutura e da concorrência da indústria catarinense de laticínios**. Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação de mestrado. 173p.
- OLIVEIRA, J.A.V.de; SCHMIDT, V.D.B ; SCHMIDT, W. **Avaliação do Potencial da Indústria de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina**. 2<sup>a</sup>. ed. Florianópolis:Epagri/Ufsc/Cepagro/Embrapa, 2000. 94p.
- ORTEGA, A C. **Rações: da Especialização à Integração Vertical**. NPCT, UNICAMP - CNPq 1988.
- PAULA, N.M. de. Pequenas e Médias empresas na Indústria alimentar. In: MALUF, R.; WILKINSON, J. (orgs.) **Reestruturação do sistema alimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: Rede Capa, CPDA/UFRRJ e Mauad, 1999. p.171-178.
- PAULILO, MARIA INÊS S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1990.
- PÉREZ-IRUELA, M.; GIMÉNEZ G. M. Del MAR. **Desarrollo Local y Desarrollo Rural: El contexto del Programa LEADER**. Córdoba, Documentos de Trabajo. Instituto de Estudios Sociales Avanzados - Andalucía. 1994. p.89 –107.
- PIRES, F.D.; MIOR, L.C.; PORTO AGUIAR, V.; SCHLEMPER, S.R. **The Concept of Sustainable Development Revisited**. Foundations of Science, Holanda, v. 5, 2000. p. 261-268.
- PLOEG, J.D. van der. **Labour, Markets and Agricultural Production**. Boulder, CO: Westview press. 1990.
- PLOEG, J.D. van der. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: MARSDEN; LOWE; WHATMORE @ **Labour and Locality**. London: David Fulton Publishers. 1992. p. 19-43.
- PLOEG, J.D. van der.; FROUWS, J. On power and weakness, capacity and impotence: rigidity and flexibility in food chains. **International Planning Studies**. v. 4, nº 3, 1999. p. 333-347.
- PLOEG, J.D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, nº 4, October 2000. p. 391-408.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980, 306 p.
- POMMER, K. ; RODRIGUES, R. Proteína Funcional de Carne: um ingrediente funcional, de baixo teor de gordura para carnes processadas. In: **Food Ingredients South America**, agosto 2001.
- PORTO, L. **La Metodología de complejos y cadenas productivas: una revisión**. Ciedur, nº 70, 1990. 43p. (Série Investigações).

- PRETTY, J. **Regenerating Agriculture**. Policies and practices for sustainability and self-reliance. London: Earthscan, 1995.
- PREZOTTO, L.L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. Dissertação CCA/UFSC, 143 p.
- PRIM, L. de F. **Agricultura de Grupo e Projeto Camponês: avanços e limites na construção da cidadania - O Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense**. Florianópolis, 1996. Dissertação de Mestrado.
- PRONAF/SC. **O Pronaf e a Agricultura Familiar Catarinense**. Florianópolis, 2002, 59 p.
- RAMOS, JOSEPH. **Una Estrategia de Desarrollo a partir de los complejos productivos (clusters) em torno a los recursos naturales**. CEPAL, 1998, mimeo, 53 p.
- RAUD, C. **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil**. Florianópolis: EdiUFSC e Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 276 p.
- RAY, C. Endogenous socio-economic development in the European Union – issues of evaluation. **Journal of Rural Studies**. v.16, 2000, p. 447-458.
- RAY, C. Endogenous Development in the Era of Reflexive Modernity. **Journal of Rural Studies**. v. 15, nº 3, 1999. p. 257-267.
- RENK, A. **Sociodicéia às Avelãs**. Chapecó: Gripós, 2000. 440 p.
- REQUIER, D.D. Agroindústria rural y sistemas agroalimentarios localizados: cuales puestas? In: X SEMINÁRIO DE PRODAR, Quito, noviembre 1999.
- ROEST, K De. **The production of Parmegiano-Reggiano Cheese: the force of an artisanal system in an industrialised world**. Van Gorcum & Comp. Netherlands, 2000.
- ROEST, K. DE & MENGHI, A Reconsidering ‘Tradicional’ Food: The Case of Parmigiano Reggiano Cheese. **Sociologia Ruralis**, v. 40, nº 4. 2000. p. 439-451.
- SANTOS FILHO, J. I. dos, et al. O *cluster* suinícola do Oeste de Santa Catarina.” In: PAULO HADDAD (org.) **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: Estudo de Clusters**. Brasília: Embrapa/CNPq, 1999.
- SANTOS, O. V. dos. **Considerações sobre os Fatores Sistêmicos da Competitividade da Cadeia Agroindustrial do Leite Brasileira e Catarinense**. Florianópolis, 2001. Dissertação de Mestrado. 176p.
- SARACENO, E. Recent trends in Rural Development and Their Conceptualisation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, nº 4, 1994. p. 320-330.
- \_\_\_\_\_. Urban-Rural Linkages, internal diversification and external integration: a European experience. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO. Taxco-México: FAO/ONU, abril 1997.
- SCHMIDT, V.D.B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. Rio de Janeiro. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. 2000.16 p.
- SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, nº 2, 1997, p. 164-200.
- SILVA, J.B. da. e GILES, A. **PRONAF Agroindústria, documento referencial**. Brasília: MA/SDR, 1998. 48p.

- SILVESTRO, M. L.; NADAL, R. de; MELLO, M.A.de; DORIGON, C. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do Oeste catarinense. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A.de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília:NEAD/Florianópolis:Epagri, 2001.122p.
- SORG, B.; POMPERMAYER, M.; CORADINI, O. **Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação política na Avicultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zajar Editores, 1982.
- SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA (orgs). **Sociedade e Política no Brasil, pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SOUZA, M.J.L.de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO; GOMES; CORRÊA, (orgs.) **Geografia, Conceito e Temas**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, I.S.F.de; BUSCH, L. Networks and Agricultural Development: The Case of Soybean Production and Consumption in Brazil. **Rural Sociology**, v. 63, n.3, 1998. p.340-371.
- STORPER, M. **The Regional World**. London: Guildford press. 1997.
- TALAMINI, D.J.D.; KIMPARA, D.I. Os complexos agroindustriais da carne e o desenvolvimento do oeste catarinense. **Revista de Política Agrícola**. v.4, nº2, 1994.
- TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: Proposta para discussão**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.
- URRY, J. Mobile sociology. **British Journal of sociology**. n. 51, 2000. p. 185-203.
- VEGRO, C.L.R.; SATO, G.S. Fusões e aquisições no setor de produtos alimentares. **Informações econômicas**, v. 25, nº 5, 1995. p. 9-21.
- VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Estudos Rurais, Hucitec/USP. 1991, 219 p.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas nacionais de desenvolvimento rural. In: SHIGEO SHIKI, et al. (orgs.) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, 1997.
- \_\_\_\_\_. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores associados. 2002.
- \_\_\_\_\_. A transição agro-ambiental nos Estados Unidos. In: ALMEIDA; NAVARRO (orgs). **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade.1997.
- VILELA, M.U.; WILKINSON, J. A confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA; WILKINSON, J. (org.) **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002. p. 215-225.
- WANDERLEY B. N.M. De. O “Lugar” dos Rurais: O meio rural no Brasil Moderno. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Natal, agosto 1997. **Resumo dos Anais**. p. 90-113.
- WARD, N; MUNTON, R. **Conceptualizing agriculture – environment relations. Combining political economy and socio-cultural approaches to pesticide pollution**. Rural Studies Research Centre, London UK. 1992.

- VIESTI, G. **Come nascono i distretti industriali**. Roma, Laterza, 2000. 228p.
- WHATMORE, S.; THORNE, L. Nourishing networks: Alternative geographies of food. In: GOODMAN; WATTS. **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**. London and New York, 1997.
- WILKINSON, J.; MIOR, L.C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 13, 1999, p. 29-45.
- WILKINSON, J. Regional Integration and the family farming in the Mercosul countries: new theoretical approaches as supports for alternative strategies. In: GOODMAN AND WATTS. **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**. London and New York, 1997.
- \_\_\_\_\_. A new paradigm for economic analysis? **Economy and Society**. v. 26, n. 3. 1997. p. 305-339.
- \_\_\_\_\_. Agroindústria e Perspectivas para a produção familiar no Brasil. **Políticas Agrícolas**. v. II, nº 1, 1996, p. 101-135.
- \_\_\_\_\_. Cadeias Produtivas para a Agricultura Familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFPA**. v.1, nº 1. 1999.
- \_\_\_\_\_. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.1, nº 3, jul/set 2000. p. 21-30.
- \_\_\_\_\_. Perfis emergentes no setor alimentar. In: MALUF, R.; WILKINSON, J. (orgs). **Reestruturação do sistema alimentar: Questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ/REDCAPA.1999.
- \_\_\_\_\_. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro, CPDA/DDAS/UFRRJ, 2001. mimeo 23 p.

### **Documentos Consultados**

- AMOSC. **Plano Básico de Desenvolvimento Regional**. Chapecó, 1995.
- AMOSC. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico**. Chapecó, 1996.
- APACO. **Programa trienal de assessoria à cooperação e ao desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense**. Chapecó, 1995. mimeo, 22 p.
- APACO. **Folder Demonstrativo**. Chapecó, 2001.
- AGRECO & CEPAGRO. **Agroindústrias Modulares em Rede - Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima**. Florianópolis, 1998. Mimeo. 09 p.
- DESENVOLVER. **Projeto técnico**. 1998.
- EPAGRI, DESENVOLVER & APACO. **Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense**. Chapecó, 1999. Mimeo. 123p.
- EPAGRI **Laus et al Inventário de Terras da Bacia do Ariranha**. Florianópolis, 2001.
- EPAGRI. **Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte - PROIND**. Florianópolis, 11p. 1996.
- FAEAB. **Anais do I Fórum da Pequena Produção e Desenvolvimento Agroindustrial**. Chapecó, 1991.

- Instituto SAGA. **Folder**. Chapecó, 2001. 4p.
- Ministério da Agricultura. **Ofício Circular DOI/DIPOA** nº 007/99, de 19 de maio de 1999
- NOMISMA. **Proposta para a Realização do Projeto Piloto para o desenvolvimento local na Região Oeste do Estado de Santa Catarina**. Chapecó, 1996. 226 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. **Principais resultados do levantamento efetuado nas pequenas agroindústrias de base familiar no município de Chapecó**. Jul 2002. não publicado.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Folder**, sd.
- SEBRAE. **Diagnóstico Setorial Metal-mecânico da região Oeste de Santa Catarina**. 1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. **Normas Sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal**. Florianópolis, 1998, 35 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL. Florianópolis, **1º Encontro para Análise de Diagnóstico da Agroindústria Catarinense**. 1997. 53p
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL. Florianópolis, **3º Encontro para Análise de Diagnóstico da Agroindústria Catarinense**. 1997. 54p
- TERRA VIVA. **Folder** sd. 6p.
- UCAF. **Folder**, Chapecó, 2001.
- Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. **Projeto de Universidade**. 1990.
- Universidade do Oeste de Santa Catarina. Credenciamento público Legitimidade social. **Planejamento Estratégico 1999/2010**.

#### **Jornais e revistas citados**

- A Notícia. (09/06/02)
- Diário Catarinense (30/11/02)
- Gazeta Mercantil (10/09/01)
- Gazeta Mercantil Santa Catarina, (03/10/01)
- Gazeta Mercantil Sul (04/06/02)
- Folha de São Paulo (03/05/90)
- Perdigão Hoje. Revista Bimensal, nº 34. Julho/agosto 2002.
- Revista Agroecologia e Agricultura familiar. Ano 3, nº 3 novembro 2000.
- Revista Nacional da Carne. São Paulo. No. 260. 1998, 2000 e 2002

<http://www.deser.org.br>

<http://www.seara.com.br>

<http://www.sadia.com.br>

<http://www.chapeco.com.br>

<http://www.perdigao.com.br>

<http://www.amosc.org.br>

<http://www.agricultura.sc.gov.br>

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.redeecovida.org.br>

## ANEXOS

### ANEXO A - Quadro síntese dos atores entrevistados.

#### Agroindústrias, organizações e instituições onde foram realizadas entrevistas:

##### a) Agroindústrias familiares

Número de ordem	Produto processado	Localização (Município)	Número de famílias	Rede a que pertence
AF 1	Suínos	Saudades	6	Ucaf/Apaco
AF 2	Suínos	Ipumirim	6	Ucaf/Apaco
AF 3	Suínos	Coronel Freitas	6	Ucaf/Apaco
AF 4	Suínos	Quilombo	3	Individual
AF 5	Suínos	São João do Oeste	1	Individual
AF 6	Suínos	Chapecó	1	Individual
AF 7	Leite	Chapecó	5	Ucaf/Apaco
AF 8	Leite	Chapecó	1	Individual
AF 9	Leite	Quilombo	4	Ucaf/Apaco
AF 10	Leite	Concórdia	5	Individual
AF 11	Cana-de-açúcar	Pinhalzinho	5	Instituto Saga
AF 12	Cana-de-açúcar	Itá	6	Ucaf/Apaco
AF 13	Ovos	Coronel Freitas	3	Ucaf/Apaco
AF 14	Milho	Concórdia	1	Individual
AF 15	Trigo	Concórdia	4	Ucaf/Apaco

##### b) Agroindústrias pequenas e médias

E 16	Aves	Ipumirim	Grupo empresarial	Individual
E 17	Aves	Chapecó	Grupo empresarial	Individual
E 18	Suínos	Chapecó	Empresário urbano	Individual
E 19	Suínos	Concórdia	Empresário rural	Individual
E 20	Cana-de-açúcar	Itapiranga	Empresário rural	Individual

##### c) Organizações e instituições onde foram realizadas entrevistas com dirigentes e técnicos

Número	Organização / Instituição	Município	Entrevistado
OI 21	Apaco	Chapecó	Coordenador e técnicos
OI 22	Instituto SagaAmosc	Chapecó	Dirigente – técnico
OI 23	CooperOeste	São Miguel d'Oeste	Dirigente
OI 24	Sindicato metal mecânico	Chapecó	Dirigente
OI 25	Epagri	Chapecó, Concórdia	Técnicos
OI 26	Cidasc	Chapecó	Técnico
OI 27	Sindicato dos Avicultores	Chapecó	Dirigente
OI 28	Associação de avicultores	Concórdia	Dirigente

##### d) Empresários, técnicos e outros atores locais e regionais que foram entrevistados

Número	Organização/empresa	Município	Entrevistado
ET 29	Empresário do ramo metal mecânico	Chapecó	Técnico-diretor
ET 30	Empresário do ramo de aditivos alimentares	Chapecó	Diretor
ET 31	Empresário de equipamentos avícolas	Chapecó	Diretor
ET 32	Prefeitura municipal	Chapecó, Concórdia	Técnico
ET 33	Ex-diretor de agroindústria	Chapecó	Diretor Técnico

**ANEXO B - Participação em eventos e atividades realizadas durante a execução da pesquisa de campo.**

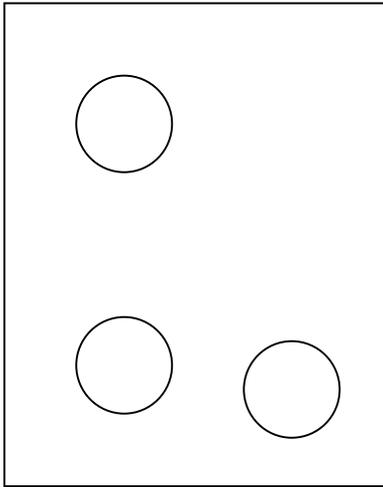
<b>Evento</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Informações sobre o evento</b>	<b>Atividade realizada</b>
II Seminário Estadual de Agroecologia	23 a 25 de agosto de 2001	Chapecó	Evento promovido envolvendo parceria entre ONG's e Setor Público.	Participação como ouvinte, aproximação com agentes sociais.
Reunião de Planejamento do “Projeto de Agregação na Agricultura familiar da Epagri”	Setembro	Rio do Sul	Reunião anual de todos os técnicos da Epagri envolvidos com o projeto no Estado.	Acompanhar reunião, ver resultados alcançados e o foco do projeto.
EFAFI - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Chapecó	7 a 12 de outubro de 2001	Chapecó	Maior Feira Agropecuária da Região. I Feira da Agroindústria Familiar. Lançamento da Marca Sabor Colonial.	Visita à Feira da Agroindústria Familiar e aproximação com técnicos, agricultores e lideranças regionais. Realização de entrevistas.
I Seminário da Avicultura Catarinense de Produtores Integrados - Sincravesc	01 de março de 2002	Chapecó	Assembléia Estadual do Sindicato dos Avicultores com mais de 500 participantes	Acompanhar Seminário.
Seminário da agricultura familiar integrada – Organizado pela Fetraf-Sul	3 a 5 de abril	Chapecó	Seminário envolvendo lideranças da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.	Acompanhar discussões acerca da organização da agricultura familiar integrada a agroindústria. Aproximação com agentes sociais e realização de entrevistas.
Seminário – Habitat Brasil 2001 “A pequena produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento”	06 e 07 de novembro de 2002	Florianópolis	Seminário envolvendo estudiosos de diversas disciplinas sobre o modelo de desenvolvimento catarinense.	Participação nos debates acerca da agricultura familiar.
Seminário Grande Fronteira do Mercosul	26 de abril de 2002	Chapecó	Seminário envolvendo lideranças regionais para constituição de Fórum.	Acompanhar Seminário e realização de entrevistas.
Seminário Internacional sobre produção, mercado e qualidade da carne suína	9 e 10 de maio	Florianópolis	Participação como ouvinte.	Acompanhar seminário e realização de entrevistas.
Seminário Estadual da Agroindústria Familiar	12 de abril de 2002	Blumenau	Encontro de âmbito estadual com foco no debate acerca da legislação sanitária.	Aproximação com agentes e gravação das discussões.
Mercoagro – Feira Internacional da indústria da Carne	17 a 22 de setembro 2002	Chapecó	Participação no IV Seminário Internacional de Industrialização de Carnes.	Visita a Mercoagro, realização de entrevistas com agentes do setor.
Feira Agroecológica de Chapecó	Várias visitas	Chapecó	Feira que se realiza duas vezes por semana no Centro de Chapecó.	Ver agricultores em relação face-to-face com consumidores.
Visita a agroindústrias familiares, organizações e instituições.	Agosto de 2001 a setembro de 2002	Diversos Municípios da Região	Visita a famílias rurais e suas unidades agroindustriais.	Conhecer agricultores (as), unidades agroindustriais e realização de entrevistas.

**ANEXO C - Desenvolvimento de um *cluster* ligado a um recurso natural**

<b>1. Exportação</b>	a) Recurso natural bruto	b) Primeiro nível de processamento	c) Processamento mais especializado d) Segundo nível de processamento	e) Investimento no Exterior
<b>2. Insumos</b>	Importados	Substituição de Importações de insumos principais para o mercado nacional	Exportação de insumos	
<b>3. Máquinas</b>	Importadas (manutenção local)	Produção sob licença para mercado nacional	Exportação de maquinaria básica a mercados menos sofisticados Desenv. de equipamentos mais especializados	Exportação de maquinarias de todo tipo a mercados sofisticados
<b>4. Engenharia</b>				
a) Desenho	Semi-importada	Nacional	Nacional	Exportação
b) Des. e projeto	Importada	Parcial nacional	Nacional	Exportação
c) Consultoria	Importada	Parcial nacional	Nacional salvo especificidades	

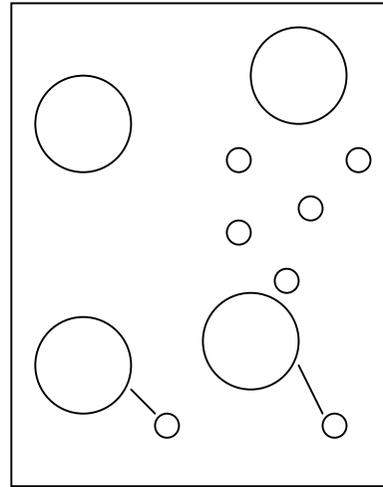
**Fonte:** Ramos (1998)

**ANEXO D - Diagrama de Formação de um cluster (Amorim 1998).**



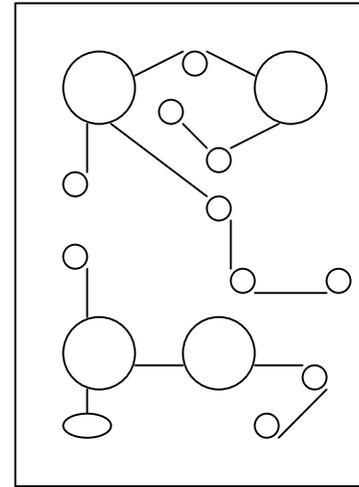
**Pré-clusters**

Empresas e indústrias  
Independentes



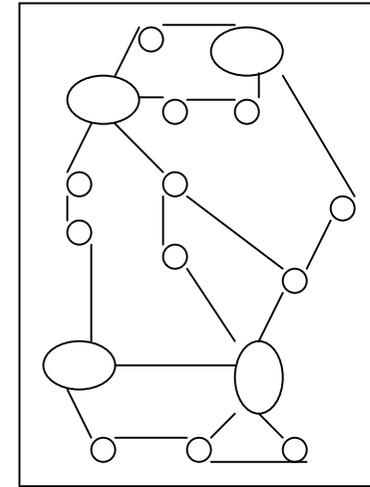
**Cluster emergente**

Agrupamento inter-  
empresas e concentração  
da indústria



**Cluster em expansão**

Aumentam as  
interligações



**Cluster independente**

Ao nível de  
interligações  
interfirmas.  
Massa crítica

**ANEXO E - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários e outros indicadores em Santa Catarina segundo os Censos Agropecuários do Ibge (1970-1995)**

<b>Censos agropecuários</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995-1996</b>
<b>Estabelecimentos</b>	<b>207 218</b>	<b>206 505</b>	<b>216 159</b>	<b>234 973</b>	<b>203 347</b>
<b>Condição do produtor</b>					
Proprietário	171 328	169 414	171 486	182 816	171 498
Arrendatário	10 844	10 002	12 815	15 446	12 114
Parceiro	10 752	10 279	13 282	16 128	6 131
Ocupante	14 294	16 810	18 576	20 583	13 604
<b>Utilização das terras (ha)</b>					
Área total (ha)	7 025 326	6 877 280	7 473 778	7 419 543	6 612 846
Lavoura permanente	70 262	42 630	74 813	90 029	126 580
Lavoura temporária	1 261 414	1 391 803	1 728 996	1 778 803	1 443 840
Lavoura em descanso	-	294 873	389 522	324 988	153 894
Pastagem natural	2 088 682	1 977 243	1 903 092	1 927 609	1 778 795
Pastagem plantadas	379 303	426 786	587 831	541 669	560 115
Matas naturais	1 623 220	1 433 854	1 408 103	1 345 539	1 348 615
Matas plantadas	128 333	194 246	374 047	564 124	561 549
Produtivas não utilizadas	1 109 968	666 345	288 730	249 863	139 965
<b>Pessoal ocupado</b>	<b>763 501</b>	<b>858 734</b>	<b>836 755</b>	<b>887 287</b>	<b>718 694</b>
Homens	457 188	483 633	498 752	531 845	429 427
Mulheres	306 313	375 101	338 003	355 442	289 267
<b>Tratores</b>	<b>6 063</b>	<b>15 641</b>	<b>33 105</b>	<b>46 435</b>	<b>63 148</b>
<b>Efetivo da pecuária</b>					
Bovinos	1 955 228	2 236 830	2 615 629	2 742 896	3 097 351
Suínos	3 145 337	3 505 778	3 896 822	3 185 301	4 535 571
Aves (mil cabeças)	12 699	25 632	43 698	54 051	85 657

Fonte: Censos Ibge.

**ANEXO F - Produção Mundial de Carnes, 1990-99**

Anos	Carne bovina		Carne de Frango		Carne Suína		Total	
	Mil ton	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%
1990	55.366	34,5	35.121	21,9	69.907	43,6	160.394	100
1991	53.822	33,3	37.121	22,9	70.890	43,8	161.833	100
1992	52.938	32,1	38.876	23,6	72.994	44,3	164.808	100
1993	52.381	31,0	41.009	24,3	75.367	44,7	168.757	100
1994	53.104	30,5	43.381	24,9	77.784	44,6	174.269	100
1995	53.969	30,1	46.279	25,9	78.701	44,0	178.949	100
1996	54.600	30,2	47.494	26,3	78.620	43,5	180.714	100
1997	55.137	29,4	50.152	26,7	82.454	43,9	187.743	100
1998	55.256	28,4	51.903	26,6	87.781	45,0	194.940	100
1999	55.419	28,0	53.870	27,3	88.252	44,7	197.541	100

Fonte: FAO (2000).

**ANEXO G - Produção Brasileira de Carne Bovina, Frango e Suína, 1990-99.**

Ano	Bovinos		Frango		Suínos		Total	
	Mil/Ton	%	Mil/Ton	%	Mil/Ton	%	Mil/Ton	%
1990	4.115	55	2.374	31	1.050	14	7.512	100
1991	4.510	54	2.627	32	1.120	14	8.257	100
1992	4.715	54	2.872	33	1.188	13	8.775	100
1993	4.806	52	3.144	34	1.250	14	9.200	100
1994	5.136	52	3.491	35	1.300	13	9.927	100
1995	5.710	51	4.050	36	1.430	13	11.190	100
1996	6.186	52	4.052	34	1.600	14	11.838	100
1997	5.921	50	4.461	37	1.518	13	11.900	100
1998	5.857	48	4.610	38	1.647	14	12.114	100
1999	6.053	47	5.200	40	1.748	13	13.001	100

Fonte: FAO (2000)

**ANEXO H - Ranking de produção das Empresas Associadas a Abef (2000).**

ASSOCIADOS Abef	AVES (CABEÇAS)	PARTICIPAÇÃO%
<b>SADIA</b>	382.162.664	11,78
<b>PERDIGÃO</b>	290.796.007	8,96
<b>FRANGOSUL</b>	196.557.668	6,06
<b>SEARA</b>	177.954.712	5,49
<b>AVIPAL</b>	136.578.075	4,21
<b>PENABRANCA</b>	109.416.570	3,37
<b>DAGRANJA</b>	94.174.078	2,90
<b>CHAPECÓ</b>	86.563.540	2,67
<b>AURORA</b>	74.215.694	2,29
<b>SERTANEJO</b>	48.759.901	1,50
<b>COPACOL</b>	39.187.172	1,21
<b>REZENDE</b>	38.141.133	1,18
<b>PIPPAF</b>	35.249.912	1,09
<b>MINUANO</b>	35.052.630	1,08
<b>COTREL</b>	31.015.713	0,96
<b>COMAVES *</b>	28.289.921	0,87
<b>COTREFAL</b>	23.240.069	0,71
<b>BIG FRANGO</b>	21.929.122	0,68
<b>NICOLINI</b>	21.703.487	0,67
<b>OSATO</b>	18.111.366	0,56
<b>BATÁVIA</b>	17.565.298	0,54
<b>AGROVÊNETO</b>	14.826.189	0,45
<b>T O T A L</b>	<b>1.921.490.921</b>	<b>59,23</b>

\* Empresa associada até agosto de 2000

Fonte: Abef.

**ANEXO I - Termo de adesão do grupo à Ucaf****TERMO DE ADESÃO – REGISTRO**

De um lado a UNIDADE CENTRAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO OESTE CATARINENSE, Com CNPJ 03.629.435/0001-98 que se organiza na forma de associação e se caracteriza por se tratar de uma entidade civil sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com sede na Avenida Porto Alegre n° 223, Centro, município de Chapecó - SC neste ato representada por ROBERTO CARLOS CORDAZZO, Coordenador Geral, Portador Da CI n° 12c-3.373.899 e CPF n° 950.615.849-53, e de outro lado o grupo MACAGNAN representado pelo Sr. IVO MACAGNAN CPF n° 714 608 109 - 53 CI n° 14R 2.131.424, tem como sede a Linha Suruvi, município de Concórdia -SC, tendo como objetivo a filiação do Grupo de Cooperação e Sua Unidade de Industrialização de Ovos a base de Serviços e a Cooperação Solidária.

**CONTEXTO**

A Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense é uma base de serviços, criada pelos grupos de agricultores familiares que industrializam os seus produtos de forma artesanal, conforme Lei n° 10.610 de 1999 do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente termo objetiva estabelecer as cláusulas para adesão do referido grupo à esta entidade, com o objetivo de dirigi-la, orientá-la, debater e receber os serviços por ela oferecidos.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As diretrizes básicas deste termo são:

É uma base de serviços a fim de prestar serviços: Nas áreas de comercialização, marketing, controle de qualidade dos produtos, gestão das unidades, projetos técnicos e contabilidade das agroindústrias e cooperativas filiadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Compete à Ucaf:

- 1) Articular canais de comercialização (privados ou institucionais), para os produtos industrializados dos grupos filiados.
- 2) Manter os grupos de agricultores informados sobre demandas dos consumidores e novos mercados;
- 3) Auxiliar o grupo de agricultores na participação de licitações para venda de mercados institucionais;
- 4) Organizar campanhas de marketing dos produtos como propagandas, cartazes, catálogos, folders etc;
- 5) Auxiliar o grupo MACAGNAN na aquisição de insumos para processamento, embalagens e equipamentos de forma coletiva com os demais grupos filiados;
- 6) Auxiliar na melhoria da qualidade e padronização dos produtos industrializados pelo grupo;
- 7) Propiciar cursos para capacitação aos agricultores para conversão tecnológica, processamento, comercialização, gestão agrícola, etc;
- 8) Assessorar o grupo de agricultores no processo de legalização da sua agroindústria;
- 9) Dar o enfoque agroecológico à produção agroindustrial;
- 10) Fornecer a marca coletiva SABOR COLONIAL e código de barras aos produtos da agroindústria deste grupo, bem como controlar o uso da marca SABOR COLONIAL;
- 11) Fazer a articulação das cooperativas Microrregionais, com as demais entidades;

- 12) Buscar a realização de convênios de parceria com Instituições Financeiras e afins, com o intuito de buscar e repassar informações necessárias à efetivação dos empreendimentos bem como aquelas que levem à racionalização do acesso ao crédito agroindustrial, pelos associados.
- 13) Promover a participação do grupo MACAGNAN nas instâncias deliberativas;
- 14) Ter como princípios orientadores, o respeito, a democracia e a participação dos grupos nas tomadas de decisões.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

Compete ao grupo MACAGNAN

- 1) Contribuir financeiramente com a mensalidade estabelecida em comum acordo pela Ucaf;
- 2) Participar da construção da Ucaf;
- 3) Respeitar os princípios de trabalho da Ucaf, que são:
  - Modo de fabricação deve ser artesanal enquadrados na Lei Estadual 10.610.
  - Enquadrar-se com agricultor familiar, conforme classificação do Pronaf;
  - Produzir e vender no mínimo 80% da matéria-prima processada pelo grupo de agricultores, sócios;
  - Ter como base tecnológica, tanto na produção como na transformação a agroecologia;
  - Pautar-se pelos princípios da solidariedade, cooperação, respeito à democracia, a transparência e na legislação trabalhista vigente;
  - Possuir instrumentos que comprovem a democracia interna da associação de agricultores;
  - Ter mecanismos de controle, como a gestão agrícola da unidade;
  - Estar de acordo com a legislação tributária, sanitária em vigor e sob responsabilidade dos serviços competentes;
  - Estiver aberta a novos membros (estatutariamente);
  - Ter a responsabilidade de produtor transformador, vendedor, até apresentação final dos produtos;
  - Fora do quadro da venda direta, seus nomes e endereços serão obrigatoriamente escritos nas embalagens dos produtos sem a remarcação dos distribuidores.
  - Os produtos devem ser fabricados na propriedade dos sócios, na associação ou cooperativa própria;

#### **CLÁUSULA QUINTA**

Este termo de adesão terá a duração indeterminada ou até que as competências sejam mantidas, principalmente os princípios;

#### **CLÁUSULA SEXTA**

O não cumprimento de qualquer cláusula deste termo torna o mesmo possível de rescisão, com aviso prévio por escrito, com o mínimo (60) sessenta dias de antecedência;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

Fica eleito o foro de Chapecó para dirimir eventuais dúvidas na execução deste convênio;

Chapecó (SC), 15 de dezembro de 2001.

---

Roberto Carlos Cordazzo  
Coordenador Geral da Ucaf  
do Grupo de Cooperação

---

Ivo Macagnan  
Agricultor e Representante

**ANEXO J – Evolução do abate de suínos em Santa Catarina 1995-2001**

<b>EMPRESA/ANO</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001*</b>
SEARA ALIMENTOS - SEARA	761.886	772.851	708.043	750.204	783.977	201.680	-
CHAPECÓ CIA ALIMENTOS-CHAPECÓ	770.848	766.599	236.162	149.149	118.864	414.687	585.615
FRIGORÍFICO GUMZ SA-JARAGUÁ DO SUL	151.629	138.453	187.024	212.309	200.160	143.151	73.666
FRIGORÍFICO RIOSULENSE-RIO DO SUL	435.603	608.582	676.470	719.369	779.551	777.916	715.452
PERDIGÃO - HERVAL D'OESTE	296.702	450.671	458.431	512.841	486.694	468.283	491.398
PERDIGÃO - Videira	611.581	636.820	667.326	739.616	751.777	737.091	736.912
SADIA CONCÓRDIA - CONCÓRDIA	903.129	745.267	1.086.739	1.086.212	1.121.437	1.058.720	981.055
WEEGE IND. ALIMENTOS - POMERODE	6.473	1.965	-	-	-	-	-
FRICASA ALIMENTOS - CANOINHAS	74.049	64.626	54.634	90.144	90.033	80.332	52.590
SEARA ALIMENTOS SA-FORQUILHINHA	237.137	235.465	285.862	276.885	222.645	680.316	862.387
FRIGOVILLE IND. COM.	-	-	-	-	-	-	-
SEARA ALIMENTOS - ITAPIRANGA	-	-	-	-	-	-	-
PERDIGÃO - JOAÇABA	-	-	-	-	-	-	-
COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE	1.156.284	1.373.477	1.123.068	1.298.974	1.332.326	1.412.269	
GUARUJÁ ALIMENTOS - GUARUJÁ DO SUL			34.839	71.985	26.273	-	
<b>TOTAL</b>	<b>5.405.321</b>	<b>5.794.776</b>	<b>5.518.598</b>	<b>5.907.688</b>	<b>5.913.737</b>	<b>5.974.445</b>	<b>4.499.075</b>

FONTE: AINCADESC

